Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Certificado digitalmente por:
ESTELA MARIS BALESTRINI

Diário da Justiça
ELETRÔNICO

Curitiba, 9 de Maio de 2025 - Edição nº 3894 - 160 páginas

Sumário

Tribunal de Justiça 2
Atos da Presidência 2
Concursos 4
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude 4
Ouvidoria Geral 4
Escola Judicial do Paraná 4
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR 6
Atos da 1ª Vice-Presidência 6
Atos da 2ª Vice-Presidência 6
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais 6
NUPEMEC 6
Secretaria 6
Secretaria Especial da Presidência 7
Concursos 7
Secretaria Geral 9
Vice-Secretaria Geral 9
Secretaria de Contratações Institucionais 17
Secretaria de Infraestrutura 22
Departamento da Magistratura 22
Processos do Órgão Especial 46
Processos do Conselho da Magistratura 46
Departamento de Engenharia e Arquitetura 46
Departamento de Gestão de Precatórios 46
Departamento de Gestão de Recursos Humanos 46
Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados 62
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação 62
Departamento do Patrimônio 62
Departamento Econômico e Financeiro 66
Departamento Judiciário 66
Divisão de Distribuição 66
Seção de Preparo 66
Seção de Mandados e Cartas 66
Divisão de Processo Cível 66
Divisão de Processo Crime 66
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores 66
Processos do Órgão Especial 66
Comissão Int. Conc. Promoções 66
Comissão Permanente de Avaliação Documental 66
Conselho da Magistratura 66
Corregedoria da Justiça 66
Plantão Judiciário Capital 66
Divisão de Concursos da Corregedoria 71
Núcleo de Conciliação do 2º Grau 71
FUNREJUS 71
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais 71
Comarca da Capital 71
Direção do Fórum 71
Cível 72
Crime 72
Fazenda Pública 72
Família 73
Delitos de Trânsito 73
Execuções Penais 73
Tribunal do Júri 73
Infância e Juventude 73
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis 73
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial 73
Precatórias Criminais 73
Auditoria da Justiça Militar 73
Central de Inquéritos 73
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais 73
Concursos 73
Central de Movimentações Processuais 73
Comarcas do Interior 73
Direção do Fórum 73
Plantão Judiciário 73
Cível 77
Crime 77
Juizados Especiais 78
Concursos 78
Família 78
Execuções Penais 78
Infância e Juventude 78
Fazenda Pública 78
Editais Judiciais 79
Conselho da Magistratura 79
Capital 79
Interior 95
Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial 160

Tribunal de Justiça

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 6596/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110449, originado em razão do protocolizado sob nº 0022087-97.2025.8.16.6000, resolve

I - R E V O G A R

a designação de THIAGO MURILO SCHUERSOVSKI, matrícula nº 19383, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Chefe de Seção, símbolo FC-12, da Seção de Expedição e Publicação de Atos Administrativos Funcionais da Divisão de Atos e Publicações da Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações da Secretaria de Gestão de Pessoas;

I I - R E L O T A R

o servidor THIAGO MURILO SCHUERSOVSKI, matrícula nº 19383, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, no Gabinete da Corregedora, revogando sua lotação na Divisão de Atos e Publicações da Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações da Secretaria de Gestão de Pessoas;

I I I - C O N C E D E R

pelo período compreendido entre a data de publicação deste ato e o dia 31 de janeiro de 2027, à THIAGO MURILO SCHUERSOVSKI, matrícula nº 19383, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a gratificação de Encargos Especiais, pela prestação de serviços de assessoramento direto à Corregedora da Justiça, conforme previsto na Lei nº 17.250/2012, art. 3º, inciso I.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 6932/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0030638-66.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar nos autos de Processo Administrativo Disciplinar nº 0003926-28.2024.8.16.0098, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa Conjunta n° 129/2022.

Curitiba, 7 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 6934/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0030639-51.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar nos autos de Processo Administrativo Disciplinar nº 0010841-93.2024.8.16.0001, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa Conjunta n° 129/2022.

Curitiba, 7 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 6938/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0030641-21.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar nos autos de Processo Administrativo Disciplinar nº 0010449-11.2024.8.16.7000, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa Conjunta n° 129/2022.

Curitiba, 7 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 234/2025 - P-SEP

Instala a 5ª Vara Judicial do Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e determina e regulamenta a redistribuição dos processos em andamento da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública daquele Foro Regional.

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO a Lei Estadual n° 22.257, de 12 de dezembro de 2024, que cria 5ª Vara Judicial no Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;
CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 445, de 13 de maio de 2024, que transforma a 82ª Vara Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ora denominada 7º Juizado Especial Cível (Acidentes de Trânsito), na 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Fazenda Rio Grande, cria o Núcleo de Justiça 4.0 - Cível e Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande e altera a Resolução nº 93, de 12 de agosto de 2013, que estabelece a nomenclatura e competência das varas judiciais no Estado do Paraná; e
CONSIDERANDO o contido nos Protocolos Digitais n° 0006025-16.2024.8.16.6000 e nº 0025745-32.2025.8.16.6000:

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instalada, em 12 de maio de 2025, a 5ª Vara Judicial no Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ora denominada 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública, nos termos da Resolução nº 445, de 13 de maio de 2024.
Art. 2º Para fins de redistribuição do acervo de processos em andamento da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública para a 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Fazenda Rio Grande, serão observados os seguintes critérios:
I - os processos com sequenciais 5, 6, 7, 8 e 9 e seus respectivos apensos, das competências Cível, Fazenda Pública e Delegada, serão redistribuídos da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública para a 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Fazenda Rio Grande;
II - a redistribuição dos processos ocorrerá em lotes, da seguinte forma:
a) os processos de sequencial 5 serão redistribuídos a partir do dia 12/05/2025;
b) os processos de sequencial 6 serão redistribuídos a partir do dia 14/07/2025;
c) os processos de sequencial 7 serão redistribuídos a partir do dia 15/09/2025;
d) os processos de sequencial 8 serão redistribuídos a partir do dia 10/11/2025; e
e) os processos de sequencial 9 serão redistribuídos a partir do dia 12/01/2026.
III - os processos urgentes serão imediatamente redistribuídos, independente do cronograma fixado no inciso II deste artigo;
IV - os processos em grau recursal serão redistribuídos apenas após a baixa dos autos das instâncias superiores;
V - os processos arquivados definitivamente não serão objeto de redistribuição;
VI - serão objeto de redistribuição apenas os processos cuja distribuição originária à 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública tenha ocorrido até o dia 12 de maio de 2025;
VII - fica vedada a remessa de autos físicos para redistribuição.
Art. 3º Eventuais dúvidas decorrentes serão dirimidas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ouvido o Corregedor-Geral da Justiça.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Concursos

Supervisão do Sistema da Infância e Juventude

Ouvidoria Geral

Escola Judicial do Paraná

DESPACHO Nº 1191/2025 - EJUD-CE
PROTOCOLO Nº 11661703

Decisão Nº 11661703 - P-EJUD-CESEI!TJPR Nº 0019001-21.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11661703
SEI! 0019001-21.2025.8.16.6000
1. Cuida o presente do **pagamento dos 4 (quatro) intérpretes de libras** que *prestaram serviços* no **III Encontro de Instituições Facilitadoras de Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, realizado presencialmente em 14 de março de 2025, com duração de 8 (oito) horas (cfe. Projeto 11488922).
2. No caso, a atividade desempenhada pelos intérpretes **(a)** Kerolyn Nadia do Prado Costa, **(b)** Isabela Lustoza Moreira, **(c)** Sonia Franco de Paula e **(d)** Sandro José Batista[1] consta do Atesto 11564486 e o investimento financeiro foi discriminado na Informação 11564879, ambos emitidos pela **Supervisão Pedagógica da Escola Judicial do Paraná - EJUD/PR**.
2.1. No que interessa mais de perto, insta esclarecer que a profissão de guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é regulamentada pela Lei Federal n. 12.319/2010, que, em seu art. 8º-A, prevê a duração do trabalho diário de 6 (seis) horas e que a interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais.
2.2. Para além disso, a participação de intérpretes de libras em eventos (p.ex.: Palestras, Oficinas, Seminários, Congressos, Fóruns, Conferências, Audiências Públicas, Assembleias de classes, Encontros e similares), dá-lhes direito à percepção de remuneração diária (R$ 864,00) ou por hora avulsa (R$ 144,00), acrescida de 30% (trinta por cento) quando houver gravação ou transmissão por streaming, conforme discriminado na tabela da Federação Brasileira das Associações de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Febrapils (Lista de Referência de Honorários - Portal Febrapils), que também prevê a atuação de, no mínimo, 2 (dois) intérpretes por plenária e 3 (três) quando o evento superar 6 (seis) horas. Afora isso, consta da normativa que o orçamento deve incluir o tempo de preparação para o evento, sendo o mínimo de 1 (uma) hora.
3. A **Coordenadoria Executiva da EJUD/PR** instruiu o expediente com a documentação necessária ao pagamento das intérpretes, em atenção ao previsto no item 8 do Termo de Referência anexo ao Edital de Credenciamento 7/2023 (Id. 9877664).
4. A **Consultoria Jurídica da EJUD**, após analisar a atividade desempenhada por cada um dos intérpretes e verificar que o intérprete Sandro faz juz a remuneração de uma hora (R$ 187,20, e não R$ 748,00 como constou anteriormente), opinou pela autorização do pagamento (Parecer Jurídico 11659347), nos seguintes termos:
15. DIANTE DO EXPOSTO, esta Consultoria Jurídica recomenda o prosseguimento do presente expediente para a devida autorização da liquidação parcial dos empenhos emitidos nº 2025NE000331 (11395642); 2025NE000329 (11395644); nº 2025NEO000337 (11395636) e de nº 2025NE000336 (11395637), de acordo com os valores referentes no atesto (doc. 11564486) em favor dos credenciados Kerolyn Nadia do Prado Costa (R$ 748,80 - setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos); Isabela Lustoza Moreira (R$ 748,80 - setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos); Sonia Franco de Paula (R$ 936,00 - novecentos e trinta e seis reais) e Sandro José Batista (R$ 187,20 - cento e oitenta e sete reais e vinte centavos), desde que não ultrapassado o valor global empenhado.
16. É o parecer, que se submete à douta consideração do Excelentíssimo Desembargador Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná, nos termos do art. 17 da Lei nº 20.539/2021.
5. À vista do exposto, considerando a regularidade da documentação apresentada e a prestação dos serviços contratados, nos termos do Parecer Jurídico 11659347, que acolho como razão de decidir, **AUTORIZO o pagamento dos interpretes de libras** Kerolyn Nadia do Prado Costa, Isabela Lustoza Moreira, Sonia Franco de Paula e Sandro José Batista, nos seguintes termos:
5.1. À senhora **Kerolyn Nadia do Prado Costa,** inscrita no CPF sob o n. 069.904.579-70, Empenho individual Id. 11395642, são devidos **R$ 748,80** (setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), pelos serviços prestados em 14/03/2025.
5.2. À senhora **Isabela Lustoza Moreira,** inscrita no CPF sob o n. 370.309.758-20, Empenho individual Id. 11395644, são devidos **R$ 748,80** (setecentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), pelos serviços prestados em 14/03/2025.
5.3. À senhora **Sonia Franco de Paula**, inscrita no CPF sob o n. 962.100.959-68, Empenho individual Id. 11395637, são devidos **R$ 936,00** (novecentos e trinta e seis reais), pelos serviços prestados em 14/03/2025.
5.4. Ao senhor **Sandro José Batista,** inscrito no CPF sob o n. 803.322.009-06, Empenho individual Id. 11395636, são devidos **R$ 187,20** (cento e oitenta e sete reais e vinte centavos), pelos serviços prestados em 14/03/2025.
6. Publique-se.
7. À Secretaria de Finanças para ciência e providências necessárias ao pagamento dos intérpretes de libras.
8. Informado o pagamento, encerre-se o expediente nesta unidade.
Curitiba, data gerada pelo sistema.
Desembargador **ROBERTO PORTUGAL BACELLAR**
Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná - EJUD-PR

Desembargador **ROBERTO PORTUGAL BACELLAR**

Autorização de realização da primeira edição do Curso de Formação de Técnicos Cumpridores de Mandados - 2025

AUTORIZAÇÃO DE CURSO Nº 11731208

Decisão Nº 11731208 - P-EJUD-SPSEI!TJPR Nº 0024412-45.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11731208
1. Trata o presente expediente da primeira edição do Curso de Formação de Técnicos Cumpridores de Mandados - 2025, que será realizado na modalidade EaD, de 22 de maio a 07 de julho de 2025, com carga horária de 40 horas-aula e 40 vagas, conforme Plano de Curso 11649504.
2. Ainda conforme o Plano 11649504, o curso foi planejado na modalidade a distância e as atividades previstas serão acessadas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA da EJUD-PR, na plataforma *moodle*. Haverá um momento inicial de ambientação, seguido por seis unidades organizadas com atividades assíncronas, com acompanhamento do tutor EaD, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EJUD-PR.
3. O objetivo do curso é que, ao final da formação, o cursista seja capaz de "*desenvolver as competências e habilidades necessárias para o desempenho das atividades relativas ao cumprimento de mandados judiciais no âmbito do Tribunal de Justiça, na forma prevista na legislação.*"
4. A organização dos conteúdos do evento e a definição das estratégias de ensino e avaliação seguem a proposta pedagógica da EJUD-PR, que visam desenvolver os conhecimentos específicos, estimular o pensamento crítico e a reflexão sobre as possibilidades de atuação do técnico cumpridor de mandados, bem como *"istrumentalizar os Técnicos Cumpridores de Mandado para o exercício de atividades externas relativas às atribuições de Cumpridor de Mandados e/ou Oficial de Justiça, pressupostos para a designação de que trata o art. 8.º, § 2.º, da Lei n.º 16.023/2008, bem como atender à necessidade emergencial apresentada pelas Unidades Jurisdicionais que não contam com servidor capacitado para exercício imediato. Ademais, contempla-se ainda os casos de novas unidades que foram ou serão instaladas e/ou com previsão de estatização."*
5. Para concretização da proposta (cfe. Despacho 11633227), o tutor do curso será o servidor DANIEL MALHEROS VITTO, selecionado segundo a ordem de classificação (Id. 10385674), definida na forma do Edital n. 747/2024 - EJUD (Id. 10295199), que foi prorrogado por mais um ano (cfe. Decisão 11635416, veiculada no e-DJ - Id. 11638394).
6. Após **levantamento de investimento financeiro** realizado pela EJUD (Informação 11716476), a **Secretaria de Finanças** informou que a despesa, estimada em **R$ 8.000,00** (oito mil reais) para pagamento do docente, será "*efetuada através do Programa de Trabalho F05.01.02.061.03.8016 - Gestão da Escola Judicial do Paraná EJUD, rubrica orçamentária 3.1.90.16.17 Gratificação pelo Exercício de Encargos de Auxiliar ou Professor de Cursos Regularmente Instituídos -GEEP"* e, ainda, que "*os saldos globais orçamentários e financeiros permitem que se execute a referida despesa*" (Informação 11717604). Na sequência, juntou o Pré-Empenho Id. 11717665.

7. A **Consultoria Jurídica da EJUD**, por meio do Parecer 11731188, opina *"favoravelmente à realização do "I Curso de Formação de Técnicos Cumpridores de Mandados - 2025" (doc. 11649504), pela despesa estimada de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a ser ministrado pelo servidor Daniel Malheros Vitto, na função de tutor, recomendando, que: a) Após a realização do Curso sejam atestadas as horas efetivamente, trabalhadas e os períodos de atuação, a serem fornecidos pela EJUD-PR, mediante relatório emitido pelo servidor responsável para o acompanhamento da ação de ensino ou de seleção, nos termos do art. 24 do Decreto Judiciário de n.º 350/2021 e em atenção ao artigo 20 da Lei Estadual nº 17.250/2012; b) Seja encaminhado para a Secretaria de Finanças (SG-SF-GS-AT e SG-SF-CCO-DECO), a qual informará a Secretaria de Gestão de Pessoas para incluir na folha de pagamento os valores referentes a função gratificada de Instrutoria Interna prevista no art. 20 inciso II alínea c) da Lei Estadual de n.º 17.250/2012; e, c) Seja certificado nos autos a inclusão da folha de pagamento do servidor formador interno."*
8. Destarte, à vista do exposto, nos termos do Parecer Jurídico 11731188, que acolho como razão de decidir, **AUTORIZO** a realização da **primeira edição do Curso de Formação de Técnicos Cumpridores de Mandados - 2025**, pela despesa estimada no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais).
9. Publique-se.
Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.
Desembargador **ROBERTO PORTUGAL BACELLAR**
Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná

Curitiba, 08/05/2025.

Desembargador **ROBERTO PORTUGAL BACELLAR**

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR

Atos da 1ª Vice-Presidência

Atos da 2ª Vice-Presidência

Supervisão do Sistema de Juizados Especiais

NUPEMEC

Secretaria

PORTARIA Nº 6595/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 53/2021 e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00110517, originado em razão do protocolizado sob nº 0150865-22.2024.8.16.6000, resolve

I - R E V O G A R

a) a designação de DINORA DE JESUS SCHEREMETTA, matrícula nº 8654, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciária II do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assessora de Assessoria Técnica de Secretaria ou Departamento, símbolo FC-6, da Divisão de Certidões Judiciais da Coordenadoria de Apoio aos Serviços Judiciários da Secretaria Judiciária;

b) a designação de GISLAINE MICHELLE LUCIANO DE OLIVEIRA CORREA, matrícula nº 12275, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Chefe de Seção, símbolo FC-12, da Seção de Certidões de Honorários Advocatícios da Divisão de Certidões Judiciais da Coordenadoria de Apoio aos Serviços Judiciários da Secretaria Judiciária;

I I - D E S I G N A R

a) DINORA DE JESUS SCHEREMETTA, matrícula nº 8654, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciária II do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Chefe de Seção, símbolo FC-12, da Seção de Certidões de Honorários Advocatícios da Divisão de Certidões Judiciais da Coordenadoria de Apoio aos Serviços Judiciários da Secretaria Judiciária, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes;

b) GISLAINE MICHELLE LUCIANO DE OLIVEIRA CORREA, matrícula nº 12275, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assessora de Assessoria Técnica de Secretaria ou Departamento, símbolo FC-6, da Divisão de Certidões Judiciais da Coordenadoria de Apoio aos Serviços Judiciários da Secretaria Judiciária, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes.

Curitiba, 30 de abril de 2025.

VINICIUS ANDRÉ BUFALO
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

Secretaria Especial da Presidência

Concursos

O DESEMBARGADOR FRANCISCO CARDOZO OLIVEIRA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, PARA OS FINS DO ENAM E ENAC (Portaria nº 2722/2025-DM (11515582) e Portaria nº 1858/2025-DM (11438521), no uso das atribuições, e em atenção ao disposto no inciso II do art. 3º da Instrução Normativa TJPR nº 180/2024,

RESOLVE:

1. Tornar público o resultado final da avaliação de candidatos autodeclarados negros e pardos no âmbito do Exame Nacional da Magistratura-ENAM, realizada neste Tribunal de Justiça entre os dias 22/02/2025 e 02/05/2025 pela Comissão de Heteroidentificação, conforme abaixo se segue, nos da Instrução Normativa TJPR nº 180/2024 e Resolução CNJ 541/ 2023.

2. INFORMA ainda que, nos termos do §1º do art. 14º da referida Resolução, não cabe recurso das decisões da comissão recursal.

3. Ressalte-se que as decisões consideram exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo(a) candidato(a).

§ 1º Apenas as características fenotípicas do(a) candidato(a) ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação são consideradas.

§ 2º Não são considerados, para os fins do caput, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes à confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em outros concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais, bem como fotos sobre a descendência familiar.

4. Os resultados encontram-se divulgados na aba concurso/Magistratura/ENAM 2025 no site do TJPR.

5. Reitera-se que esta Comissão expediu, até a data de 02 de maio de 2025, os certificados de habilitação aos candidatos cujas autodeclarações foram confirmadas por este órgão, sendo então encaminhadas aos e-mails informados pelos respectivos candidatos no momento de sua inscrição junto a este Tribunal de Justiça.

RESULTADO FINAL ACERCA DA AUTODECLARAÇÃO DE NEGROS E PARDOS NO ÂMBITO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO ENAM 2025

ID	CANDIDATO (A)	Nº SEI	Nº INSCRIÇÃO	RESULTADO FINAL
001	**Adriana Maria Rodrigues**	**0018659-10.2025.8.16.6000**	**16400053**	**CONFIRMADO**
002	**Adrielli Cristina Palhao**	**0017594-77.2025.8.16.6000**	**16400679**	**CONFIRMADO**
003	Alex Mariotto Dos Santos	0018978-75.2025.8.16.6000	16400077	NÃO CONFIRMADO
004	Almir Das Neves	0018230-43.2025.8.16.6000	16400077	AUSENTE
005	**Altair De Oliveira**	**0015895-51.2025.8.16.6000**	**16400514**	**CONFIRMADO [1]**
006	Amanda Papa Alcantara Serbai	0014645-80.2025.8.16.6000	16400679	AUSENTE
007	Ana Carolina Goncalves Moreira	0017178-12.2025.8.16.6000	16400540	NÃO CONFIRMADO
008	**Ana Cris Souza De Oliveira**	**0015395-82.2025.8.16.6000**	**16400847**	**CONFIRMADO**
009	Ana Paula Krause	0013677-50.2025.8.16.6000	16400005	NÃO CONFIRMADO
010	**Ana Paula Santos Silva**	**0013343-16.2025.8.16.6000**	**16400732**	**CONFIRMADO [1]**
011	**Anderson Pereira Osorio**	**0017600-84.2025.8.16.6000**	**16400476**	**CONFIRMADO**
012	Anderson Rodrigues Laurido	0015530-94.2025.8.16.6000	16400785	NÃO CONFIRMADO
013	Andre Felipe Mariano	0015437-34.2025.8.16.6000	16400741	AUSENTE
014	Andre Luiz Lacerda	0013733-83.2025.8.16.6000	16400785	AUSENTE
015	**Andrea Mari Domingues Liberato**	**0018789-97.2025.8.16.6000**	**16400038**	**CONFIRMADO**
016	**Arnoldo Luiz Da Silva Do Nascimento**	**0018929-34.2025.8.16.6000**	**16400614**	**CONFIRMADO**
017	**Aroldo De Sales**	**0018813-28.2025.8.16.6000**	**16400459**	**CONFIRMADO**
018	**Beatriz Amanda Da Silva**	**0015324-80.2025.8.16.6000**	**16401029**	**CONFIRMADO**
019	Carla Vladiane Alves Leite	0011286-25.2025.8.16.6000	16400193	NÃO CONFIRMADO [2]
020	**Carlos Eduardo Camilo**	**0013146-61.2025.8.16.6000**	**16400673**	**CONFIRMADO**
021	Carolina Alves Domingos Soares	0017618-08.2025.8.16.6000	16400510	AUSENTE
022	Claudio Guilherme Lima De Mendonca	0018841-93.2025.8.16.6000	16400778	NÃO CONFIRMADO
023	**Daniel Monteiro De Lima**	**0014607-68.2025.8.16.6000**	**16400533**	**CONFIRMADO**
024	Daniel Sousa Da Silva	0018951-92.2025.8.16.6000	16400998	NÃO CONFIRMADO
025	**Danielly Da Silva Ribeiro**	**0014212-76.2025.8.16.6000**	**16400743**	**CONFIRMADO**
026	**Danilo Kutianski De Souza**	**0013687-94.2025.8.16.6000**	**16400126**	**CONFIRMADO**
027	**Debora Alane Santana**	**0013323-25.2025.8.16.6000**	**16400883**	**CONFIRMADO [1]**
028	Deilher Samuel Dos Santos	0018852-25.2025.8.16.6000	16400884	AUSENTE
029	**Diego Antonio Domingos**	**0013333-69.2025.8.16.6000**	**16400058**	**CONFIRMADO**
030	**Dilvano Rafael Silveira Meurer**	**0019187-44.2025.8.16.6000**	**16400**	**CONFIRMADO**
031	Douglas Alexandre De Miranda Batista	0019066-16.2025.8.16.6000	16400026	AUSENTE
032	**Douglas Dos Santos Serrano**	**0019067-98.2025.8.16.6000**	**16400**	**CONFIRMADO**
033	Edenilson Castro Lopes	0016834-31.2025.8.16.6000	16400609	AUSENTE
034	**Edson Pinheiro Gomes**	**0018015-67.2025.8.16.6000**	**16400137**	**CONFIRMADO**
035	**Eliety Neves Pereira De Medina**	**0013454-97.2025.8.16.6000**	**16400791**	**CONFIRMADO**
036	Emarielly Georgea Ramos	0018971-83.2025.8.16.6000	16400651	NÃO CONFIRMADO
037	**Evanei De Jesus Souza**	**0013947-74.2025.8.16.6000**	**16400163**	**CONFIRMADO [1]**
038	Fabiano Da Silva Grunhagen	0017101-03.2025.8.16.6000	16400217	NÃO CONFIRMADO [2]
039	**Fabio Henrique Cordeiro Luz**	**0015502-29.2025.8.16.6000**	**16400456**	**CONFIRMADO**
040	Faidra Winck	0018780-38.2025.8.16.6000	16400039	NÃO CONFIRMADO
041	**Fatima Camargo Rechetelo**	**0018177-62.2025.8.16.6000**	**16400047**	**CONFIRMADO**
042	**Felipe Filemom Damazio**	**0015947-47.2025.8.16.6000**	**16400410**	**CONFIRMADO**
043	**Francieli De Oliveira Ferreira**	**0016507-86.2025.8.16.6000**	**16400294**	**CONFIRMADO**
044	**Francine Giselle Keiko Yotoko Ferreira**	**0013768-43.2025.8.16.6000**	**16400999**	**CONFIRMADO**
045	**Gerson De Andrade Junior**	**0017823-37.2025.8.16.6000**	**16400047**	**CONFIRMADO**
046	Grasieli Vieira De Araujo	0014963-63.2025.8.16.6000	16400679	AUSENTE
047	Gustavo Adriano Fontana	0014269-94.2025.8.16.6000	16400300	NÃO CONFIRMADO [2]
048	**Gustavo Manfroi De Araujo**	**0015040-72.2025.8.16.6000**	**16400863**	**CONFIRMADO**
049	**Heleni Barbosa De Sousa E Souza**	**0013949-44.2025.8.16.6000**	**16400553**	**CONFIRMADO**
050	Heloisa Amabile Faleiros Guariente	0016358-90.2025.8.16.6000	16400215	AUSENTE
051	Idielim Mileidi Pereira	0019068-83.2025.8.16.6000	16400674	NÃO CONFIRMADO

052	**Iurime De Figueiredo Penteado Carvalho Fonseca De Moura Jorge**	**0016646-38.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
053	**Jair Correia De Medina**	**0016509-56.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
054	Jaqueline Rodrigues Costa	0015766-46.2025.8.16.6000	AUSENTE
055	**Jeisa Damaris Nogueira**	**0015626-12.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
056	**Jessica Gabriele Dos Santos Viana**	**0013363-07.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
057	**Jessica Viana De Souza**	**0015625-27.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
058	Joao Antonio Gomes De Almeida	0018783-90.2025.8.16.6000	AUSENTE
059	Joao Pedro Mattos De Almeida Cruz	0018851-40.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO [2]
060	**Jonathan Mores Dos Santos Ferreira**	**0018234-80.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
061	**Jose Carlos Soares Da Cruz**	**0013453-15.2025.8.26.0000**	**CONFIRMADO**
062	**Julia Euzebio**	**0013096-35.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
063	**Jullianny Lima Dos Reis**	**0013200-27.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
064	**Junior Ribeiro Fermino**	**0013279-06.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
065	**Laudicelia Dalelia Cergio Dos Santos**	**0015973-45.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
066	Leonardo Bersellini Teixeira	0013374-36.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO
067	**Leonardo Ferreira Dos Santos**	**0018302-30.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
068	Leonardo Teles Gasparotto	0018448-71.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO
069	**Leonio Araujo Dos Santos Junior**	**0015346-41.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
070	**Leticia Fernanda Dos Santos Silva**	**0017932-51.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
071	Lidielson Antunes Beraldo	0013105-94.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO [2]
072	Luciana Aparecida Linaris	0017030-98.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO
073	Luiz Fernando De Jesus De Sousa	0013867-13.2025.8.16.6000	AUSENTE
074	Luiz Fernando Machado Ferreira	0016688-87.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO [2]
075	Marcela Lucia Moretto	0015268-47.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO
076	**Marcos Da Silva**	**0016031-48.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
077	Marcus Vinicius Rodrigues Dias	0016608-26.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO
078	**Maria Claudia De Araujo Coimbra**	**0018662-62.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
079	Maria Marta Siqueira Bockne	0018502-37.2025.8.16.6000	AUSENTE
080	**Marilda Aparecida Brandao Piai**	**0018374-17.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
081	Matheus Machado Cordeiro	0015519-65.2025.8.16.6000	AUSENTE
082	**Melissa Pereira Da Silva**	**0018660-92.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
083	**Michele Deise Smolski**	**0014747-05.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
084	**Moesha Mirabilis Freitas Da Silva**	**0016739-98.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
085	Osmar De Mattos	0019069-68.2025.8.16.6000	AUSENTE
086	**Pablo Ribeiro Vivas Amado**	**0016711-33.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
087	Paulo Henrique Limeira Da Silva	0015293-60.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO
088	**Renata De Oliveira Ribeiro**	**0017533-22.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
089	**Roberto De Souza Couto Junior**	**0017534-07.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
090	**Robson Dos Santos Viana**	**0017255-21.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
091	**Rodorigo Ferreira Rodrigues**	**0018664-32.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
092	**Rosinete Maria De Sousa Everton**	**0018267-70.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
093	Sergio De Almeida Pimenta	0013744-15.2025.8.16.6000	AUSENTE
094	**Sidnei Aparecido Pereira**	**0013266-07.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
095	**Stefany Soares De Souza**	**0017531-52.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
096	Suelen Fernanda Cangucu Rodrigues	0016012-42.2025.8.16.6000	NÃO CONFIRMADO
097	**Taiane Oliveira Floriano Silveira**	**0013303-34.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO [1]**
098	**Taires De Carvalho Da Silva Martins**	**0015314-36.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
099	Tania Fernanda Savariego De Souza	0013272-14.2025.8.16.6000	AUSENTE
100	**Thayane Vanessa Andrade Da Costa**	**0016506-04.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
101	Valacir Antunes Ramos	0014810-30.2025.8.16.6000	AUSENTE
102	**Vanessa De Jesus Lau Machado**	**0013208-04.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
103	**Veronica Silbene De Oliveira**	**0018663-47.2025.8.16.6000**	**CONFIRMADO**
104	Wesley Do Prado De Lima	0014206-69.2025.8.16.6000	AUSENTE
105	Wesley Mendes Da Silva	0016286-06.2025.8.16.6000	AUSENTE

[1] Candidatos(as) cujas autodeclarações de heteroidentificação já foram confirmadas por esta Comissão em edições anteriores nos últimos 04 anos;
[2] Candidatos(as) cujas autodeclarações de heteroidentificação já foram rejeitadas por esta Comissão nos últimos 04 anos.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Desembargador Francisco Cardozo Oliveira
Presidente da Comissão de Heteroidentificação do TJPR, para os fins do ENAC e ENAM

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7018423

Secretaria Geral

Vice-Secretaria Geral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1197/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0030529-52.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11715422).
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo, excepcionalmente, o deslocamento já iniciado.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11715422), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça (??????11715472), autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor **MAX BORTOLASSI ADOLFO**, Técnico Judiciário, lotado na Coordenadoria de Patrimônio e Suprimentos da Secretaria de Infraestrutura, pelos deslocamentos de 05 a 06 de maio de 2025, para a entrega de materiais de relevante e urgente utilização, conforme visita *in loco* da comitiva presidencial, nas Comarcas de Irati e Guarapuava.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1198/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0029868-73.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral 11704734???????.
2. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., a possibilidade de deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, no pedido em análise.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Secretário-Geral (11704734), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça (??????????????????????????????????????11704756), autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, à Magistrada **PATRÍCIA ALEIXO CHIGUEIRA NILO,** Juíza Substituta da 44.ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Pitanga, pelos deslocamentos de 08 de abril de 2025, à Comarca de Palmital (integrante da 44.ª Seção Judiciária), para presidir sessão do Tribunal do Júri.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1199/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0023147-08.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do servidor **RODRIGO DOMINGOS ALVES**, Analista Judiciário, lotado no Gabinete do Desembargador Fernando Antônio Prazeres, pelos deslocamentos de 19 a 21 de maio de 2025, para a participação de reunião e realização de visitas técnicas em áreas de conflito fundiário na Comarca de Cascavel.
II - Considerando que a viagem decorre de prévia autorização presidencial (11707109), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019-GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento quanto aos servidores (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por haver um único servidor no deslocamento, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor **RODRIGO DOMINGOS ALVES**, Analista Judiciário, lotado no Gabinete do Desembargador Fernando Antônio Prazeres, pelos deslocamentos de 19 a 21 de maio de 2025, para a participação de reunião e realização de visitas técnicas em áreas de conflito fundiário na Comarca de Cascavel.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1200/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0029912-92.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral 11715531.
2. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., a possibilidade de deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, no pedido em análise.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Secretário-Geral (11715531), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça (??????????????????????????????????????11715888), autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, à Magistrada **PATRÍCIA ALEIXO CHIGUEIRA NILO,** Juíza Substituta da 44.ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Pitanga, pelos deslocamentos de 29 de abril de 2025, à Comarca de Palmital (integrante da 44.ª Seção Judiciária), para presidir sessão do Tribunal do Júri.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1204/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0030640-36.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário 11716264.
2. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., a possibilidade de deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, no pedido em análise.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Secretário-Geral (11716264), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça (??????????????????????????????????????11716305), autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **GIANLUCCA DANIEL DA MATTA SILVA**, Juiz Substituto da 46.ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, pelos deslocamentos de 30 de abril de 2025, para realização de inspeção na cadeia pública, na Comarca de Capanema (integrante da 46.ª Seção Judiciária).
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1202/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0029837-53.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11716195).
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo, o deslocamento pretendido.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11716195), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça (??????????????11716485), autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, aos servidores requisitados de órgão externo **JOÃO EDELCIO MARTINS** e **EDER LUIS PINHO PAIVA,** Agentes Operacionais III, FPPJ-6, lotados na Assessoria Militar do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 07 a 09 de maio de 2025, para cumprimento de diligências por parte do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional - NISI, na Comarca de Palmas.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1203/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0026023-33.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da servidora **ALINE FERRAREZI MANTOVAN SANTOS,** Técnica Judiciária e Assistente de Direção do Fórum, lotada na Secretaria da Direção do Fórum da Comarca de Pato Branco, pelos deslocamentos de 13 a 16 de abril de 2025, para realização de visita técnica bem como participação em reuniões na Assessoria da Presidência destes Tribunal no intuito de organizar os esforços de implementação da 2.ª Vara Cível, da Fazenda Pública e Competência Delegada, no Fórum Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
II - Considerando a prévia autorização presidencial (11658955), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por haver uma única servidora no deslocamento, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, à servidora **ALINE FERRAREZI MANTOVAN SANTOS,** Técnica Judiciária e Assistente de Direção do Fórum, lotada na Secretaria da Direção do Fórum da Comarca de Pato Branco, pelos deslocamentos de 13 a 16 de abril de 2025, para realização de visita técnica bem como participação em reuniões na Assessoria da Presidência destes Tribunal no intuito de organizar os esforços de implementação da 2.ª Vara Cível, da Fazenda Pública e Competência Delegada, no Fórum Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
II - Justifica-se a inclusão do final de semana no deslocamento (conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR), considerando o início matutino das atividades na segunda-feira, fazendo-se necessária a saída no dia anterior, domingo.
III - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1209/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0030228-08.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral 11718167.
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo o deslocamento pretendido.
5. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11718167), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça (11718517), autorizo o pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a não caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, à servidora **KARISE GONÇALVES WELTER**, Assessora Técnica de Secretaria ou Departamento, lotada no Gabinete do Secretário da Secretaria de Infraestrutura, e ao servidor **SANDRO ADRIANO TABORDA RIBAS**, Auxiliar Judiciário III, atuando na Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura, pelos deslocamentos de 19 a 23 de maio de 2025, para realização de vistoria para verificar o andamento dos serviços dos contratos vigentes para construção dos Fóruns das Comarcas de Londrina (0012535-84.2020.8.16.6000), Terra Rica (0142742-40.2021.8.16.6000) e da Usina Fotovoltaica na Comarca de Campo Mourão (0036762-70.2022.8.16.6000).
II - À Secretaria de Finanças e à Secretaria de Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1210/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0030679-33.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **JADE SEFFAIR FERREIRA,** Juíza de Direito do Juízo Único da Comarca de Jaguapitã, pelos deslocamentos de 04 a 07 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11624900 e 11710315), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11624900.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11624900, à Magistrada **JADE SEFFAIR FERREIRA,** Juíza de Direito do Juízo Único da Comarca de Jaguapitã, pelos deslocamentos de 04 a 07 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Diante da limitação previamente estabelecida na Decisão 11624900, de pagamento de até uma diária e meia às participantes que fizerem jus, deve ser considerado para efeitos de diárias o período de realização do evento, de 04 a 06 de junho de 2025, de modo que não há que se falar em justificativa de inclusão de final de semana, conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1212/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0030883-77.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **LARA ALVES OLIVEIRA,** Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Pitanga, pelos deslocamentos de 21 a 24 de abril de 2025, para participação no Curso de Aperfeiçoamento envolvendo o tema "Justiça Restaurativa: aspectos teóricos e práticos no contexto da Magistratura", em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11583599 e 11589560), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11583599.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11583599, à Magistrada **LARA ALVES OLIVEIRA,** Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Pitanga, pelos deslocamentos de 21 a 24 de abril de 2025, para participação no Curso de Aperfeiçoamento envolvendo o tema "Justiça Restaurativa: aspectos teóricos e práticos no contexto da Magistratura", em Curitiba - PR.
II - Diante da limitação previamente estabelecida na Decisão 11583599, de pagamento de até uma diária e meia aos participantes que fizerem jus, deve ser considerado para efeitos de diárias o período de realização do evento, 22 a 23 de abril de 2025, de modo que não há que se falar em justificativa de inclusão de feriado, conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1222/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0030582-33.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Excelentíssima Desembargadora **LIDIA MAEJIMA,** Presidente desta Corte, assim como do servidor **VITÓRIO GARCIA MARINI,** Consultor Jurídico lotado na Coordenadoria de Defesa Institucional do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 15 a 16 de maio de 2025, para visita institucional ao Supremo Tribunal Federal - STF, em Brasília - DF.
II - Considerando que a viagem já foi apreciada (11712799), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento quanto ao servidor (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º das Resoluções n.º 183/2017-OE/TJPR (que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná) e n.º 184/2017-OE/TJPR (que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná), que, em ambos os casos, consiste no deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior.
IV - Por haver um único servidor, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador 1.º Vice-Presidente, a quem compete, na hipótese, autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, à Desembargadora, e de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de:
a) 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, à Excelentíssima Desembargadora **LIDIA MAEJIMA,** Presidente desta Corte, pelos deslocamentos de 15 a 16 de maio de 2025, para visita institucional ao Supremo Tribunal Federal - STF, em Brasília - DF;
b) 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a não caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da indigitada Resolução, ao servidor **VITÓRIO GARCIA MARINI,** Consultor Jurídico lotado na Coordenadoria de Defesa Institucional do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos nas mesmas datas e localidade, para acompanhamento e assessoramento à Desembargadora Presidente.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 08 de maio de 2025.

Desembargador **HAYTON LEE SWAIN FILHO**
1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1221/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0029724-02.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **ELISIANE MINASSE,** Juíza de Direito da Vara de Acidentes do Trabalho e Cartas Precatórias Cíveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, pelos deslocamentos de 12 a 13 de maio de 2025, para, enquanto representante da Comissão de Heteroidentificação deste Tribunal, participar da Oficina Colaborativa de Inovação, na ENFAM, em Brasília - DF.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11719984), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, à Magistrada **ELISIANE MINASSE,** Juíza de Direito da Vara de Acidentes do Trabalho e Cartas Precatórias Cíveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, pelos deslocamentos de 12 a 13 de maio de 2025, para, enquanto representante da Comissão de Heteroidentificação deste Tribunal, participar da Oficina Colaborativa de Inovação, na ENFAM, em Brasília - DF.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1220/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0028605-06.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da servidora **KARLLA PRISCILLA CRESTANI ROMANINO DA ROSA,** Analista Judiciária, lotada na Secretaria do Cível, do Crime e do Distribuidor e Anexos do Juízo Único da Comarca de Ampére, pelos deslocamentos de 03 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11624900, 11699081 e 11721880), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081, à servidora **KARLLA PRISCILLA CRESTANI ROMANINO DA ROSA,** Analista Judiciária, lotada na Secretaria do Cível, do Crime e do Distribuidor e Anexos do Juízo Único da Comarca de Ampére, pelos deslocamentos de 03 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1219/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0028607-73.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da servidora **THAIS FELIX ZUBA DE OLIVA,** Técnica Judiciária, lotada na Secretaria da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, pelos deslocamentos de 04 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11624900, 11699081 e 11721880), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081, à servidora **THAIS FELIX ZUBA DE OLIVA,** Técnica Judiciária, lotada na Secretaria da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, pelos deslocamentos de 04 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1217/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0028612-95.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Servidora **DIANI PRISCILA DA SILVA CASAGRANDE,** Técnica Judiciária, lotada na Secretaria da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, pelos deslocamentos de 03 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando a prévia autorização presidencial (11699081 e 11721880), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar e pedido individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR,, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11699081, à Servidora **DIANI PRISCILA DA SILVA CASAGRANDE,** Técnica Judiciária, lotada na Secretaria da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, pelos deslocamentos de 03 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1215/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0028632-86.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da servidora **MARIANNA SATIE KUME CHRISTIANO**, Técnica Judiciária, lotada no Gabinete do Juízo Único da Comarca de Paraíso do Norte, pelos deslocamentos de 03 a 07 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11624900, 11699081 e 11721880), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081, à servidora **MARIANNA SATIE KUME CHRISTIANO**, Técnica Judiciária, lotada no Gabinete do Juízo Único da Comarca de Paraíso do Norte, pelos deslocamentos de 03 a 07 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Diante da limitação previamente estabelecida na Decisão 11699081, de pagamento de até duas diárias e meia aos servidores e servidoras que fizerem jus, deve ser considerado para efeitos de diárias o período de realização do evento, de 04 a 06 de junho de 2025, de modo que não há que se falar em justificativa de inclusão de final de semana, conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1214/2025 - SIGLA ÓRGÃO

PROTOCOLO Nº 0031197-23.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da servidora **PATRÍCIA FUNABASHI JORGE,** Analista Judiciária, lotada no Gabinete do Juízo da 1.ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Cambé da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, pelos deslocamentos de 04 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11624900, 11699081 e 11721880), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081, à servidora **PATRÍCIA FUNABASHI JORGE,** Analista Judiciária, lotada no Gabinete do Juízo da 1.ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Cambé da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, pelos deslocamentos de 04 a 06 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1216/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0031108-97.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Servidora **KATYUSCIA SOTA FLORIANO,** Técnica Judiciária, lotada na Secretaria do Cível, do Crime e do Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público do Juízo Único da Comarca de Marilândia do Sul, pelos deslocamentos de 03 a 07 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando a prévia autorização presidencial (11699081 e 11721880), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar e pedido individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11699081.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR,, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11699081, à Servidora **KATYUSCIA SOTA FLORIANO,** Técnica Judiciária, lotada na Secretaria do Cível, do Crime e do Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público do Juízo Único da Comarca de Marilândia do Sul, pelos deslocamentos de 03 a 07 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Diante da limitação previamente estabelecida na Decisão 11699081, de pagamento de até duas diárias e meia aos servidores e servidoras que fizerem jus, deve ser considerado para efeitos de diárias o período de realização do evento, de 04 a 06 de junho de 2025, de modo que não há que se falar em justificativa de inclusão de final de semana, conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1213/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0030911-45.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **LARA ALVES OLIVEIRA,** Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Pitanga, pelos deslocamentos de 04 a 07 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11624900 e 11710315), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11624900.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11624900, à Magistrada **LARA ALVES OLIVEIRA,** Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Pitanga, pelos deslocamentos de 04 a 07 de junho de 2025, para participação no FOVID/PR - IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Curitiba - PR.
II - Diante da limitação previamente estabelecida na Decisão 11624900, de pagamento de até uma diária e meia às participantes que fizerem jus, deve ser considerado para efeitos de diárias o período de realização do evento, de 04 a 06 de junho de 2025, de modo que não há que se falar em justificativa de inclusão de final de semana, conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1205/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0029842-75.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11717728).
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo, o deslocamento pretendido.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11717728), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça (??????????????11717802), autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, aos servidores requisitados de órgão externo **PAULO CESAR CARDOSO BONILHA**, lotado na Divisão de Inteligência do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, e **ÊNIO LUIS MIRANDA DA SILVA,** Agente Operacional I, Símbolo FPPJ-4, lotado na Assessoria Militar do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 07 a 09 de maio de 2025, para cumprimento de diligências por parte do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional - NISI, na Comarca de Nova Esperança.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1211/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0021589-98.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor dos servidores **LUIZ HENRIQUE GROSSL,** e **CLÉVERTON MAYER**, Analistas de Sistemas, atuando na Divisão de Serviços Colaborativos da Coordenadoria de Infraestrutura e Operações da Secretaria de Tecnologia da Informação, pelos deslocamentos do dia 08 de maio de 2025, para a participação no evento Liferay Customer Summit Brazil 2025, a ser realizado das 9h30 às 19h, na cidade de São Paulo - SP.
II - Considerando a prévia autorização presidencial (11713570 e 11715145), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - No entanto, não restou caracterizada a equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. I, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. I, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a não caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, aos servidores **LUIZ HENRIQUE GROSSL,** e **CLÉVERTON MAYER**, Analistas de Sistemas, atuando na Divisão de Serviços Colaborativos da Coordenadoria de Infraestrutura e Operações da Secretaria de Tecnologia da Informação, pelos deslocamentos do dia 08 de maio de 2025, para a participação no evento Liferay Customer Summit Brazil 2025, a ser realizado das 9h30 às 19h, na cidade de São Paulo - SP.
II - À Secretarias de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1208/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0030997-16.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **LEANE CRISTINE DO NASCIMENTO OLIVEIRA DONATO,** Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Arapongas, pelos deslocamentos de 27 a 30 de abril de 2025, para participação no curso "Formação de Formadores - Desenvolvimento de Competências Docentes - N1 M1", em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização da Excelentíssima Desembargadora Presidente (11629312 e 11689001), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida no Despacho 11629312.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido no Despacho 11629312, à Magistrada **LEANE CRISTINE DO NASCIMENTO OLIVEIRA DONATO,** Juíza de Direito da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Arapongas, pelos deslocamentos de 27 a 30 de abril de 2025, para participação no curso "Formação de Formadores - Desenvolvimento de Competências Docentes - N1 M1", em Curitiba - PR.
II - Diante da limitação previamente estabelecida no Despacho 11629312, de pagamento de até uma diária e meia, deve ser considerado para efeitos de diárias o período de realização do evento, 28 a 30 de abril de 2025, de modo que não há que se falar em justificativa de inclusão de fim de semana, conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1207/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0031000-68.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11718124).
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo o deslocamento pretendido.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas,

sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11718124), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça (??????????????11718244), autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, às servidoras **CONSTANTINE GIACOMITTI ANDRICH**, Psicóloga Judiciária, e **LORAINE RIBEIRO BAKAI JOJIMA**, Assistente Social Judiciária, lotadas na Secretaria da Direção do Fórum da Comarca de Piraí do Sul, pelos deslocamentos de 14 a 15 de maio de 2025, às Comarcas de Reserva, Imbaú e Telêmaco Borba, para realização de atendimentos psicossociais e visitas domiciliares para posterior elaboração de laudo pericial de processos urgentes para a 2.ª Equipe de Atendimento Multidisciplinar - ERAM.
II - À Secretaria de Finanças e à Secretaria de Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1206/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0019150-17.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do servidor **LUCAS ROMERO LEITE**, Técnico Judiciário e Coordenador da Gestão de Inovação, lotado na Assessoria do Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Secretaria Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 19 a 21 de maio de 2025, para participação no curso "Let's Gov - Fazendo a Inovação Acontecer no Setor Público", em Florianópolis - SC.
II - Considerando que a viagem decorre de autorização presidencial (11698868), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor **LUCAS ROMERO LEITE**, Técnico Judiciário e Coordenador da Gestão de Inovação, lotado na Assessoria do Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Secretaria Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 19 a 21 de maio de 2025, para participação no curso "Let's Gov - Fazendo a Inovação Acontecer no Setor Público", em Florianópolis - SC.
II - À Secretaria de Finanças e à Secretaria de Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 07 de maio de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Secretaria de Contratações Institucionais

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROTOCOLO Nº 0100673-22.2023.8.16.6000

CONTRATO: 114/2025
EXPEDIENTE: 0100673-22.2023.8.16.6000
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: ENGPLANO ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a execução de guaritas no Palácio da Justiça, da Regional 06, pelo regime de empreitada por preço unitário em conformidade com as especificações, condições e exigências discriminadas no protocolado SEI nº 0100673-22.2023.8.16.6000 e demais documentos técnicos anexos ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2024.
PREÇO: R$ 194.613,33 (cento e noventa e quatro mil, seiscentos e treze reais e trinta e três centavos)
PRAZO: 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: dotação orçamentária do exercício de 2025 estando os valores devidamente empenhados através da Nota de Empenho nº 2025NE000987 (11670150), emitida pela Secretaria de Finanças em 15/04/25.
FORO: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Curitiba, 07 de maio de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça De acordo com a delegação de competência disposta no art. 1º, inciso IV, c/ c art. 1º-A do Decreto Judiciário nº 53/2021 (com a alteração do DJ 371/2023) c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROTOCOLO Nº 0076639-17.2022.8.16.6000

CONTRATO: 112/2025
EXPEDIENTE: 0076639-17.2022.8.16.6000
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, Decreto Judiciário n.º 269/2022, Protocolo SEI do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos e proposta do licitante vencedor.
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: ENGPLANO ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a instalação de sistema de monitoramento por câmeras de CFTV no Edifício Essenfelder - Prédio da Mauá, integrante da Regional 06, pelo regime de empreitada por preço unitário em conformidade com as especificações, condições e exigências discriminadas no protocolado SEI nº 0076639-17.2022.8.16.6000 e demais documentos técnicos anexos ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2024.
PREÇO: R$ 387.741,16 (trezentos e oitenta e sete mil, setecentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos)
PRAZO: 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: dotação orçamentária do exercício de 2025 estando os valores devidamente empenhados através das Notas de Empenho nº 2025NE000968 (11658297) e 2025NE000967 (11658298), emitida pela Secretaria de Finanças em 10/04/25.
FORO: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Curitiba, 07 de maio de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça De acordo com a delegação de competência disposta no art. 1º, inciso IV, c/ c art. 1º-A do Decreto Judiciário nº 53/2021 (com a alteração do DJ 371/2023) c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROTOCOLO Nº 0129318-57.2023.8.16.6000

CONTRATO: 109/2025
EXPEDIENTE: 0129318-57.2023.8.16.6000
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, pelo Decreto Judiciário n.º 269/2022, expediente SEI 0097430-70.2023.8.16.6000 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor, e pelas cláusulas e condições seguintes:
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: PORTO BLANCO CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a execução de serviços de alteração do layout do Fórum da Comarca de Paiçandu, integrante da Regional 01, pelo regime de empreitada por preço unitário em conformidade com as especificações, condições e exigências discriminadas no protocolado SEI nº 0129318-57.2023.8.16.6000 e demais documentos técnicos anexos ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 42/2024.
PREÇO: R$ 8.572,66 (oito mil quinhentos e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos)
PRAZO: **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: dotação orçamentária do exercício de 2024 estando os valores devidamente empenhados através do Empenho - SIAFIC 2025NE000964 (11658319).
FORO: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Contratações InstitucionaisConforme delegação prevista no art. 7º, inciso V, do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelo D.J. 371/2023), c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROTOCOLO Nº 0000172-94.2022.8.16.6000

CONTRATO: 107/2025
EXPEDIENTE: 0000172-94.2022.8.16.6000
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, pelo Decreto Judiciário n.º 269/2022, pelo Protocolo SEI nº 0000172-94.2022.8.16.6000 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor, e pelas cláusulas e condições seguintes:
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: LEITE BIAZOTTO ENGENHARIA CIVIL S/S
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a elaboração de laudo técnico estrutural e projeto de intervenção e recuperação da cortina de contenção existente nos pavimentos do subsolo do Edifício Essenfelder - sede Mauá do Tribunal de Justiça do Paraná, pelo regime de empreitada por preço global, em conformidade com as especificações, condições e exigências discriminadas no Termo de Referência e demais documentos técnicos anexos ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 06/2024 (DOC-SEI 11124279), que constam do expediente protocolado na Secretaria do Tribunal de Justiça sob nº 0000172-94.2022.8.16.6000 e passam a integrar o presente contrato.
PREÇO: R$ 67.744,00 (sessenta e sete mil setecentos e quarenta e quatro reais)
PRAZO: **140 (cento e quarenta) dias consecutivos**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: dotação orçamentária do exercício de **2025** estando os valores devidamente empenhados através da Nota de Empenho SIAFIC 2025NE000899 (DOC SEI 11609800) emitida pela Secretaria de Finanças em 28/03/2025.
FORO: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho[2]

Secretário de Contratações Institucionais

[2] Conforme delegação prevista no art. 7º, V, do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelo D.J. 371/2023), c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO Nº 1218/2025 - SIGLA ÓRGÃO
RELAÇÃO Nº numero

Decisão Nº 11670944 - SG-SCI-GS-CJ-SJEI - SEI!TJPR Nº 0070397-76.2021.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11670944
PROTOCOLO Nº 0070397-76.2021.8.16.6000
I - Trata-se de possível descumprimento do Contrato nº 195/2021 (SEI nº 6973676), celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa CONSTRUTORA GUILHERME LTDA. (CNPJ 00.220.057/0001-04) e que tem por objeto a execução da obra de construção do Fórum da Comarca de Corbélia.
II - A Consultoria Jurídica de Edificações e Infraestrutura, da Secretaria de Contratações Institucionais, nos termos do Parecer Jurídico 11670827, que acolho, considerando ter ocorrido o cumprimento irregular da Cláusula Décima Quarta , 'b', do termo contratual, bem como do disposto nos arts. 150 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/2007, sugeriu o encaminhamento do presente expediente à Comissão Permanente de Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas para as providências necessárias.
III - Assim, conforme previsão do art. 4º do Decreto Judiciário nº 711/2011, **INSTAURO** procedimento administrativo em face da empresa CONSTRUTORA GUILHERME LTDA., para fins de apuração das irregularidades verificadas no cumprimento do Contrato nº 195/2021 e, eventualmente, aplicação das sanções cabíveis, com fulcro nas Cláusulas Décima Sexta do instrumento contratual e artigos 150 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/07.
IV - Encaminhe-se à Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas para as providências que se fizerem necessárias.
Curitiba, *data da assinatura eletrônica.*

Em 07 de maio de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIASConforme delegação previsto no artigo 4º c/ c artigo 23-A do Decreto Judiciário 711/2011 (alterado pelo DJ 565/2023).
Vice-Secretário-Geral Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO Nº 1193/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJEI
RELAÇÃO Nº 11663168

Decisão Nº 11663168 - SG-SCI-GS-CJ-SJEI - SEI!TJPR Nº 0107164-79.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11663168 - **PROTOCOLO Nº 0107164-79.2022.8.16.6000**
Tendo em vista o contido no presente protocolado, notadamente nos termos dos Pareceres 10976663 e 11514060, da Divisão de Projetos, e do Parecer Jurídico 11653527, da Consultoria Jurídica de Edificações e Infraestrutura, bem como da Apresentação 11662954, do Secretário de Contratações Institucionais, em relação ao Contrato nº 234/2023 (9744464), celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a empresa **CSC ENGENHARIA LTDA. (**CNPJ nº **08.509.235-0001-15**), cujo objeto é a elaboração de Estudos Técnicos de Diagnóstico, Anteprojeto e Projeto Executivo de Acessibilidade, objetivando a adequação das Normas Técnicas para acessibilidade na Unidade do Poder Judiciário do Estado do Paraná situada no Município de Almirante Tamandaré - Fórum Central, **DECIDO**:
I - JUSTIFICAR o atraso na execução do contrato, no total de 48 (quarenta e oito) dias, com fundamento no artigo 104, incisos III, da Lei Estadual nº 15.608/2007;
II - DETERMINAR o encaminhamento do presente expediente à Divisão de Gestão de Contratos de Infraestrutura para:
a) abertura de novo expediente visando à instauração de procedimento para apuração de irregularidades, com o seu encaminhamento à presente Secretaria, para as providências necessárias relativas ao atraso contratual, juntamente com minuta de despacho de instauração para possível assinatura, bem como documentos pertinentes, Parecer Jurídico 11653527 e cópia da presente decisão;
b) cientificação da empresa requerente acerca do contido no Parecer Jurídico 11653527 e desta decisão;
c) notificação da seguradora a respeito da abertura de procedimento de apuração de irregularidades.
III - Publique-se.
Curitiba, *data da assinatura eletrônica.*

Em 07 de maio de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS[1]
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

[1]Conforme delegação prevista nos arts. 1º, VI , e 1º-A do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelos Decretos Judiciários nº 39/2022 e 371/2023), c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024, e o disposto no artigo 4º c/c artigo 23-A do Decreto Judiciário 711/2011 (alterado pelo DJ 565/2023).

PORTARIA Nº 11727423 - SG-SCI-CGCS-DCFS

SEI!TJPR Nº 0012591-78.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11727423
PORTARIA - Secretaria de Contratações Institucionais
O Secretário de Contratações Institucionais, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 9º do Decreto Judiciário TJ/PR nº 53/2021 - P-GP (https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos/-/atos/documento/4622252), com a redação conferida pelo Decreto Judiciário TJ/PR nº 66/2024 P-GP (10027317), considerando a necessidade de designação formal dos gestores de contratos titulares e substitutos e dos fiscais técnicos titulares e substitutos para a gestão e fiscalização dos contratos de fornecimento e serviços (sem dedicação exclusiva de mão de obra) afetos à Divisão de Contratos de Fornecimento de Demais Serviços, bem como o contido nas Orientações Técnicas do TCE-PR (Ofícios 224/2023 - 0126005-88.2023.8.16.6000 - e 01/2024 - 0147128-45.2023.8.16.6000), **RESOLVE**, de forma **complementar** aos atos e registros já existentes e realizados:
Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuação como gestores e fiscais dos contratos de fornecimento e serviços (sem dedicação exclusiva de mão de obra):

CONTRATO	PROTOCOLO SEI	GESTOR	SUBSTITUTO	FISCAL	FISCAL SUBSTITUTO	ID DO CONTRATO
110/2023	0003023-72.2023.8.16.6000	Romulo Augusto do Amaral Kwirant	Eduardo Gasparino	Patrícia Machado Martins	Fillipe Leopoldo Dantas	9093448

Art. 2º Os gestores serão responsáveis pela gestão integral dos contratos, com atribuições e função de administrar o instrumento, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a adequação dos serviços prestados e o alcance dos objetivos contratuais, devendo, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos instrumentos contratuais e/ou nos termos de referência acima citados.
Art. 3º Os fiscais técnicos serão responsáveis pela fiscalização técnica e operacional do cumprimento das obrigações contratuais, assegurando a qualidade técnica, acompanhando e fiscalizando os serviços prestados, e deverão reportar quaisquer irregularidades à Secretaria de Contratações Institucionais, bem como, além de outras obrigações legais, observar as atribuições contidas nos instrumentos contratuais e/ou nos termos de referência acima citados.
Art. 4º Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais técnicos indicados.
Art. 5º Em havendo alteração/substituição de Fiscal Técnico, comunique-se a esta Secretaria para que proceda à alteração da designação. Da mesma forma, havendo necessidade de designações para outros contratos, proceda-se edição de novo ato.
Art. 6º Ao final, publique-se.

Curitiba, 7 de maio de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Contratações Institucionais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO ADITIVO Nº 11680333

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**CONTRATADA:**
PROTOCOLO Nº 0134570-07.2024.8.16.6000.
OBJETO DO ADITAMENTO: alterar o Contrato 255/2024, que tem por objeto o fornecimento e a instalação de equipamentos de ar-condicionado no imóvel que abriga o Fórum da Comarca de Paranaguá - Vara Criminal
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica **PRORROGADO** em **90 (noventa) dias** o prazo para a conclusão dos serviços, contados da data final estabelecida contratualmente, com fundamento no art. 104, III, da Lei Estadual nº 15.608/2007;
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato original, que com este não colidam;
CLÁUSULA TERCEIRA: O presente Termo Aditivo tornar-se-á perfeito e acabado após sua assinatura.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Contratações InstitucionaisConforme delegação prevista no art. 7º, V, do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelo D.J. 371/2023), c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO ADITIVO Nº 11687439

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: DENTECK LTDA.
PROTOCOLO Nº 0125100-83.2023.8.16.6000.
OBJETO DO ADITAMENTO: alterar o Contrato 163/2024, que tem por objeto o fornecimento e instalação de equipamentos de ar-condicionado tipo Split na sede Lysimaco Ferreira da Costa, 355, Curitiba
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica **PRORROGADO** em 150 (cento e cinquenta) dias o prazo para a conclusão dos serviços, contados da data final estabelecida no 1º Termo Aditivo, com fundamento no art. 104, II, da Lei Estadual nº 15.608/2007;
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato original, que com este não colidam.
CLÁUSULA TERCEIRA:O presente Termo Aditivo tornar-se-á perfeito e acabado após sua assinatura.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Contratações Institucionais[1]

---

[1] De acordo com a delegação prevista no art. 7º, inciso V, do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelo D.J. 371/2023) c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024.

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

TERMO ADITIVO Nº 11721177 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL

SEI!TJPR Nº0019945-57.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11721177
CONTRATO Nº 108/2024
TERMO ADITIVO Nº 01
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, situado na Praça Nossa Senhora Salete s/n, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representado pelo Secretário de Contratações Institucionais do Tribunal de Justiça do Paraná **HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a **EDITORA FORUM LTDA.**, com sede na Rua Paulo Ribeiro de Bastos, nº 211, conjunto, Bairro Jardim Atlântico - Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 41.769.803/0001-92, Tel: (31) 99501-1739; legalmente representada por **MARIA AMELIA CORREA DE MELLO**, já qualificada, denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **TERMO ADITIVO** de prorrogação e reajuste econômico ao contrato, mediante as condições que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 15.05.2025 (inclusive).
CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE: O valor global do contrato passa a ser de R$ 192.394,00 (cento e noventa e dois mil trezentos e noventa e quatro reais), a partir do início da vigência da prorrogação (15.05.2025).
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Ficam mantidas e incorporadas a este termo as demais condições e cláusulas não alteradas pelo presente.
E por estarem assim justos e contratados, depois de lido e achado conforme, vai este Termo Aditivo devidamente assinado pelos representantes das partes e por duas testemunhas.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Contratações Institucionais

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

TERMO ADITIVO Nº 11721173 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL

SEI!TJPR Nº 0023433-20.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11721173
TERMO ADITIVO Nº 01
Contrato nº **140/2024**
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 77.821.841/0001-94, com endereço na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, Bairro Centro Cívico, Curitiba - Paraná, neste ato representado pelo Secretário de Contratações Institucionais do Tribunal de Justiça do Paraná **HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **LEX EDITORA S/A**, com sede na Rua da Consolação, nº 77, 9ª andar, na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 61.160.768/0001-17, neste ato representada Marlene de Fátima Imhoff, doravante denominada **CONTRATADA** têm entre si, justo e acordado, o presente **TERMO ADITIVO** de prorrogação do Contrato nº **140/2024**, cujo objeto consiste na assinatura das revistas especificadas no anexo I, em formato impresso e disponibilização online, bem como da plataforma de pesquisa Magister Net, tudo conforme critérios, especificações e necessidades descritos na proposta 10085652 no Termo de Referência 10145904 e no Contrato, vinculados no protocolo SEI nº 0023433-20.2024.8.16.6000, tem em si mediante as condições que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência do Contrato nº **140/2024** fica prorrogado por 12 (doze) meses, a partir de 25.05.2025,inclusive, com fundamento na cláusula segunda do contrato em questão (doc. 10468877) e na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Ficam mantidas e incorporadas a este as demais condições e cláusulas não alteradas pelo presente aditivo.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que também assinam em seguida.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Contratações Institucionais do Tribunal de Justiça do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO ADITIVO Nº 11683433

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**CONTRATADA:**
PROTOCOLO Nº 0112976-05.2022.8.16.6000.
OBJETO DO ADITAMENTO: alterar o Contrato nº 223/2024 (11027534), cujo objeto é o fornecimento e instalação de equipamento de ar-condicionado no edifício que abriga o Fórum da Comarca de Paranacity
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica **AUTORIZADA** a modificação do objeto contratual para a supressão de serviços, conforme planilha constante da Cota 11550519 e segundo a concordância da contratada emanada na mesma Cota, correspondente à glosa na quantia de **R$ 2.526,70, (dois mil quinhentos e vinte e seis reais e setenta centavos)**, que corresponde a **41,925%** do valor inicialmente contratado, com fulcro no art. 112, § 1º, IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007;
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato original, que com este não colidam;
CLÁUSULA TERCEIRA: O presente Termo Aditivo tornar-se-á perfeito e acabado após sua assinatura.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO [1]
Secretário de Contratações Institucionais

[1] De acordo com a delegação prevista no art. 7º, inciso V, do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelo D.J. 371/2023), c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO ADITIVO Nº 11658540

CONTRATANTE:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA:TAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
PROTOCOLO Nº 0017064-10.2024.8.16.6000.
OBJETO DO ADITAMENTO: aditar o Contrato nº 67/2024, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 24/2023 e que tem por objeto a execução dos serviços de reparos, adequações e melhorias no Edifício Essenfelder (Sede Mauá deste Tribunal de Justiça), integrante da Regional 06
CLÁUSULA PRIMEIRA: *Ficam autorizadas as modificações quantitativas do objeto contratual especificadas na Planilha Orçamentária 11407480 e justificadas no Parecer 11448181, que resultam no acréscimo de serviços no valor total de* ***R$ 306.312,90****(trezentos e seis mil trezentos e doze reais e noventa centavos), equivalente a* ***27,42%*** *do valor original contratado, e na glosa de serviços no valor total de* ***R$ 12.505,97*** *(doze mil quinhentos e cinco reais e noventa e sete centavos), equivalente a* ***1,12%*** *do valor original contratado, com fulcro no art. 112, § 1º, I e III, e 3º, I, da Lei Estadual nº 15.608/2007*.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica prorrogado o prazo de execução do contrato **em 90 dias,** visando a execução dos serviços extras, com fundamento no art. 104, III e IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007.
CLÁUSULA TERCEIRA: A despesa decorrente deste aditamento ficará à conta da dotação orçamentária do exercício de 2025 e o valor total previsto na Cláusula Primeira está empenhado conforme Notas de Empenho - SIAFIC 2025NE000969 (11658287) e SIAFIC 2025NE000746 (11541926).
CLÁUSULA QUARTA : Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato original, que com este não colidam;
CLÁUSULA QUINTA: O presente Termo Aditivo tornar-se-á perfeito e acabado após sua assinatura.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho
Secretário de Contratações InstitucionaisConforme delegação prevista no art. 7º, inciso III, do Decreto Judiciário nº 53/2021 (alterado pelo D.J. 371/2023), c/c o art. 660 do Decreto Judiciário nº 592/2024.

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1201/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0176923-62.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11710124
DISPENSA Nº 87/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor da Associação Antônio e Marcos Cavanis - Ponta Grossa.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11481358, registro fotográfico (11462938), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11560493), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11709805) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11674771).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (checklist 11709909), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11481358 para a Associação Antônio e Marcos Cavanis, representada por seu presidente, Sr. Edemar de Souza, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 06/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1196/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL

SEI!TJPR Nº 0014267-27.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11717101
I - Trata-se de solicitação feita pelo Núcleo Regional da Capital, Região Metropolitana de Curitiba e Litoral da Divisão de Núcleos Regionais de Informática da Coordenadoria de Qualidade e Relacionamento com o Usuário da Secretaria de Tecnologia da Informação (SG-STI-CQ-DNRI-NRCTBA) visando ao descarte de bens móveis (11659216 e 11697168).
A fotografia anexada ao expediente revela o estado do item (11659302 e 11685093).
A Divisão de Núcleos Regionais de Informática (SG-STI-CQ-DNRI) apresentou Cota, apontando que, no que se refere aos bens de informática pertencentes ao TJPR, classificam-se como inservíveis/antieconômicos (11683005).
A Divisão de Obras da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura (SG-SI-CED-DO) informou que os equipamentos elencados que se situam dentro da sua competência também são inservíveis para o órgão (11686793).
A Divisão de Infraestrutura (SG-STI-CIN-DINFRA) informou que em relação aos bens de telefonia e redes indicados, classificam-se igualmente como inservíveis/ antieconômicos (11693402).
A Divisão de Controle Patrimonial (SG-SI-CPSL-DCP) acostou ao expediente a tabela contando os dados do bem a ser descartado (11707825).
A Comissão de Avaliação de Bens Permanentes (CPER-CABP) elaborou o Laudo Técnico atestando a inservibilidade do bem para o Tribunal de Justiça (11707825).
Por sua vez, a Consultoria Jurídica de Patrimônio e Logística elaborou o Parecer (11717063), opinando pela baixa patrimonial e descarte dos bens móveis.
II -Ante o exposto, **ACOLHO** o Parecer Jurídica da Consultoria do Patrimônio e Logística (11717063) e com amparo nos artigos 6º, inciso IV; 59, inciso IX, e 65, da Instrução Normativa nº 11/2018; 17 e 19 da Resolução 210/2015, do CNJ, e no artigo 6º, inciso III, do Decreto Judiciário nº 53/2021, **AUTORIZO** a baixa patrimonial e o descarte do bem relacionado na Tabela da Divisão de Controle Patrimonial (11685100 e 11697168), em conformidade com a legislação ambiental.
III - Publique-se.
IV - À Divisão de Controle Patrimonial da Coordenadoria de Patrimônio e Suprimentos da Secretaria de Infraestrutura para as providências necessárias.

V - À Secretaria de Finanças para a baixa contábil.
VI - À Divisão Administrativa do Gabinete da Presidência para comunicação ao Conselho Nacional de Justiça acerca da desincorporação por destruição dos bens originários de doação daquele Conselho.

Em 07/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura do Tribunal de Justiça

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1195/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL

SEI!TJPR Nº 0006446-69.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11716450
I - Trata-se de processo iniciado pela PAR-DF-SDF, contendo alguns bens provenientes de doação do Conselho Nacional de Justiça doc. 11411123.
As fotografias anexadas ao expediente revelam o estado dos itens e também foi anexada a relação dos bens para destruição (11639610).
A Divisão de Controle Patrimonial acostou ao expediente a tabela contando os dados dos bens a serem descartados (11639610).
Secretaria de Tecnologia da Informação elaborou uma cota demonstrando que os bens listados na Informação 11413722 são inservíveis/antieconômicos (11415284).
A Divisão de Obras da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura realizou manifestação (11645029).
A Comissão de Avaliação de Bens Permanentes elaborou o Laudo Técnico atestando a inservibilidade dos bens para o Tribunal de Justiça (11669546).
A Divisão de Controle Patrimonial informou quais são os bens oriundos do Conselho Nacional de Justiça (11712848).
Por sua vez, a Consultoria Jurídica de Patrimônio e Logística elaborou o Parecer Jurídico nº 11716423, opinando pela baixa patrimonial e descarte dos bens móveis.
II -Ante o exposto, **ACOLHO** o Parecer Jurídico da Consultoria de Patrimônio e Logística (11716423) e com amparo nos artigos 6º, inciso IV; 59, inciso IX; 65 da Instrução Normativa nº 11/2018; 17 e 19 da Resolução 210/2015 do CNJ e no artigo 6º, inciso III, do Decreto Judiciário nº 53/2021, **AUTORIZO** a baixa patrimonial e o descarte dos bens relacionados na Tabela da Divisão de Controle Patrimonial 11639610, em conformidade com a legislação ambiental.
III - Publique-se.
IV - À Divisão de Controle Patrimonial da Coordenadoria de Patrimônio e Suprimentos da Secretaria de Infraestrutura para as providências necessárias.
V - À Secretaria de Finanças para a baixa contábil.
VI - À Divisão Administrativa do Gabinete da Presidência para comunicação ao Conselho Nacional de Justiça acerca da desincorporação por destruição dos bens originários de doação daquele Conselho.

Em 07/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura do Tribunal de Justiça
Delegação do art. 6º, III, do Decreto 53/21

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1192/2025 - SG-SI-CPSL-DCP

SEI!TJPR Nº 0155500-46.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11702242
DISPENSA Nº 85/2025
I - Trata-se de doação de bens móveis considerados inservíveis ao Poder Judiciário do Estado do Paraná em favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho.
O procedimento encontra-se devidamente instruído com a relação dos bens passíveis de doação - Tabela 11644997, registro fotográfico (11149347, 11167534), laudo técnico pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes atestando a inservibilidade dos bens para este Tribunal (11673998), manifestação sobre a não adoção de outra forma de alienação (11702179) e documentação do órgão donatário e de seu representante legal (11692493).
Por sua vez, a Divisão de Controle Patrimonial realizou a conferência dos atos praticados (checklist 11702208), demonstrando o cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa 11/2018 e demais previsões legais referentes ao tema.
II - Diante do exposto, **DEFIRO** a doação dos bens móveis relacionados na Tabela 11644997 para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho, representada por seu presidente, Sr. Alcimar André de Souza, já qualificado nos autos.
III - Publique-se.
IV- À Divisão de Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura para formalização do Termo de Doação.

Em 06/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS DIRETAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de motorista, ajudante de motorista, supervisor e operador de empilhadeira, a serem executados nas dependências das sedes administrativas da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI´s)
Data início acolhimento das propostas: 09/05/2025
Data abertura das propostas: 27/05/2025 às **13:00** (horário de Brasília/DF)
Local de abertura: https://www.gov.br/compras (o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio deste site).
O edital e seus anexos podem ser obtidos nos sites https://www.tjpr.jus.br/editais, https://www.gov.br/compras/ (UASG nº 926415) e https://www.gov.br/pncp/. Demais informações, contato com a Divisão de Licitações no telefone (41) 3250-6541 ou e-mail licit@tjpr.jus.br.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Contratações Institucionais

Secretaria de Infraestrutura

Departamento da Magistratura

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 230/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0031413-81.2025.8.16.6000, resolve "ad referendum" do colendo Órgão Especial:

D E S I G N A R

o Desembargador MÁRCIO JOSÉ TOKARS, membro deste Tribunal de Justiça, para compor a 3ª Câmara Criminal.

Curitiba, 07/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7018097

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 231/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0031310-74.2025.8.16.6000, resolve "ad referendum" do colendo Órgão Especial:

D E S I G N A R

o Desembargador GIVANILDO NOGUEIRA CONSTANTINOV, membro deste Tribunal de Justiça, para compor a 3ª Câmara Criminal.

Curitiba, 07/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7018104

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 232/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0031543-71.2025.8.16.6000, resolve "ad referendum" do colendo Órgão Especial:

D E S I G N A R

o Desembargador PAULO DAMAS, membro deste Tribunal de Justiça, para compor a 3ª Câmara Criminal.

Curitiba, 07/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7018109

PORTARIA Nº 6828/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119065, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor PEDRO RODERJAN REZENDE, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 30 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LOUISE NASCIMENTO E SILVA	Juíza de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública do mesmo Foro Regional e da mesma Comarca	30/05/2025	30/05/2025	01

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017150

PORTARIA Nº 6829/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119057, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora DANIELE LIBERATTI SANTOS TAKEUCHI, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Loanda, quatro (04) dias de afastamento, a partir de 15 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
VITOR BRAGA DE CASTRO ALVES	Juiz Substituto da 37ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	15/07/2025	18/07/2025	04

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017396

PORTARIA Nº 6830/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119050, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora DANIELE LIBERATTI SANTOS TAKEUCHI, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Loanda, seis (06) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 09 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
VITOR BRAGA DE CASTRO ALVES	Juiz Substituto da 37ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	09/07/2025	14/07/2025	06

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017210

PORTARIA Nº 6831/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119020, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor MACIÉO CATANEO, Juiz de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Pato Branco, noventa (90) dias de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 26/04/2020 a 25/04/2025, a serem usufruídos em época oportuna.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017381

PORTARIA Nº 6832/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118998, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora MICHELA VECHI SAVIATO, Juíza de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se cinco (05) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "Mestrado Profissional Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência", a partir de 05 de maio de 2025, em Brasília/DF, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
RAFAEL DE ARAUJO CAMPELO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária	05/05/2025	09/05/2025	05

	da mesma Comarca			

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017376

PORTARIA Nº 6833/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118987, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora URSULA BOENG, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de São Miguel do Iguaçu, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2025, a partir de 12 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ITAMAR MAZZO SCHMITZ	Juiz Substituto da 38ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Medianeira	12/05/2025	13/05/2025	02

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017346

PORTARIA Nº 6834/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118912, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor SIDNEI DAL MORO, Juiz de Direito da Comarca de Piraí do Sul, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 14 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
NICOLAS DORADO DE OLIVEIRA	Juiz Substituto da 70ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jaguariaíva	14/07/2025	18/07/2025	05

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017212

PORTARIA Nº 6835/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118909, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor SIDNEI DAL MORO, Juiz de Direito da Comarca de Piraí do Sul, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 09 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
NICOLAS DORADO DE OLIVEIRA	Juiz Substituto da 70ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jaguariaíva	09/06/2025	13/06/2025	05

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017206

PORTARIA Nº 6836/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118857, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor DIONISIO LOBCHENKO JUNIOR, Juiz de Direito da Comarca de Terra Roxa, três (03) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 06 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANDREIA MARQUES TARACHUK	Juíza Substituta da 30ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaíra	06/05/2025	08/05/2025	03

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017365

PORTARIA Nº 6837/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118842, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora PATRICIA DE ALMEIDA GOMES BERGONSE, Juíza de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, dois (02) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
DIELE DENARDIN ZYDEK	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	05/05/2025	06/05/2025	02

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017357

PORTARIA Nº 6838/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118820, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor ALEXANDRO CESAR POSSENTI, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Rio Negro, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 09 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAROLINA SCHMIDT COLOGNESE	Juíza Substituta da 33ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Irati	09/05/2025	09/05/2025	01

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017337

PORTARIA Nº 6839/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119088, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor EDUARDO SCHMIDT ORTIZ, Juiz de Direito da Comarca de Altônia, três (03) dias de afastamento, a partir de 17 de novembro de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
NICOLAS DORADO DE OLIVEIRA	Juiz Substituto da 70ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jaguariaíva	17/11/2025	19/11/2025	03

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017213

PORTARIA Nº 6840/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119031, resolve

C O N C E D E R

à Doutora STEPHANIE ASSIS PINTO DE OLIVEIRA, Juíza de Direito Substituta da 42ª Seção Judiciária da Comarca de Paranavaí, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 07 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017393

PORTARIA Nº 6841/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118779, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora LUCIANA BENASSI GOMES CARVALHO, Juíza de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2025, no dia 05 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAROLINA GABRIELE SPINARDI PINTO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	05/05/2025	05/05/2025	01

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017147

PORTARIA Nº 6842/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119139, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor NATHAN KIRCHNER HERBST, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de Cascavel, a afastar-se de suas funções jurisdicionais no dia 20 de maio de 2025, devido a Exercício de Atividades de Interesse da Justiça, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017197

PORTARIA Nº 6843/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119107, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA SOBREIRO, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se de suas funções jurisdicionais por três (03) dias, para participar do "25º Congresso Brasileiro de Magistrados (CBM)", a partir de 01 de outubro de 2025, em Foz do Iguaçu/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017272

PORTARIA Nº 6844/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119246, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor FERNANDO ANDREONI VASCONCELLOS, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "I Jornada de Direito Desportivo", a partir de 03 de junho de 2025, em Brasília/DF, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017771

PORTARIA Nº 6845/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119240, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora MÁRCIA HÜBLER MOSKO, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "I Jornada de Direito Desportivo", a partir de 03 de junho de 2025, em Brasília/DF, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

II - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GUILHERME MORAES NIETO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	03/06/2025	05/06/2025	03

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017201

PORTARIA Nº 6846/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119199, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor ABELAR BAPTISTA PEREIRA FILHO, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a usufruir vinte (20) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2024, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 40136/2024, a partir do dia 15 de maio de 2025, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

II - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 26 de maio do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os nove (09) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada

vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017143

PORTARIA Nº 6847/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119279, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUILHERME FORMAGIO KIKUCHI, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Cornélio Procópio, dois (02) dias de afastamento, a partir de 09 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE COIMBRA BICALHO	Juiz Substituto da 26ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	09/06/2025	10/06/2025	02

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017784

PORTARIA Nº 6848/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119277, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUILHERME FORMAGIO KIKUCHI, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Cornélio Procópio, três (03) dias de afastamento, a partir de 28 de maio de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE COIMBRA BICALHO	Juiz Substituto da 26ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	28/05/2025	30/05/2025	03

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017721

PORTARIA Nº 6849/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119252, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora LUCIENE OLIVEIRA VIZZOTTO ZANETTI, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Cambé da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a afastar-se cinco (05) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do XXV Congresso da FIFCJ, que terá como tema "Inteligência Artificial e Gênero", a partir de 26 de maio de 2025, em Brasília/DF, sem ônus para o Poder Judiciário, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017761

PORTARIA Nº 6850/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119336, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor RODRIGO LUIZ BERTI, Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Foz do Iguaçu, três (03) dias de afastamento, a partir de 28 de maio de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017797

PORTARIA Nº 6856/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119562, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor EMIL TOMAS GONCALVES, Juiz de Direito da 11ª Vara Cível e Empresarial Regional do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a usufruir dois (02) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2022, assegurados pelo item "II" da Portaria n° 9493/2024-D.M., a partir do dia 21 de agosto de 2025, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017713

PORTARIA Nº 6857/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119560, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor EMIL TOMAS GONCALVES, Juiz de Direito da 11ª Vara Cível e Empresarial Regional do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a usufruir quatorze (14) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 29/04/2007 a 28/04/2012, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 133318/2024, a partir do dia 07 de agosto de 2025, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017720

PORTARIA Nº 6858/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119402, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ANDREA RUSSAR RACHEL, Juíza de Direito da Comarca de Carlópolis, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2024, no dia 26 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARILIA BONAFE FROMENT	Juíza Substituta da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho	26/05/2025	26/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017734

PORTARIA Nº 6859/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119394, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ROSELI MARIA GELLER BARCELOS, Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2023, no dia 18 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ALTAIR RODRIGUES LOPES FILHO	Juiz Substituto da 27ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	18/07/2025	18/07/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017730

PORTARIA Nº 6860/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119354, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor RAFHAEL WASSERMAN, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Guarapuava, licença para tratamento de saúde, no dia 08 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013 - OE.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017796

PORTARIA Nº 6861/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119577, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor FREDERICO ALENCAR MONTEIRO BORGES, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Telêmaco Borba, a afastar-se suas funções jurisdicionais, para participar dos "Encontros Regionais da Política Antimanicomial", no dia 15 de maio de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LEONARDO FELIPE MARQUES TIRADENTES	Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	15/05/2025	15/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017774

PORTARIA Nº 6862/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119584, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 6547/2025 - DM, que designou o Doutor GIANLUCCA DANIEL DA MATTA SILVA, Juiz Substituto da 46ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, para substituir o Doutor ESDRAS MURTA BISPO, Juiz de Direito da Comarca de Barracão, a fim de que nele passe a constar que a designação será para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado, e não como ali figurou.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017742

PORTARIA Nº 6863/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119580, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor FREDERICO ALENCAR MONTEIRO BORGES, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Telêmaco Borba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2025, no dia 16 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LEONARDO FELIPE MARQUES TIRADENTES	Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	16/05/2025	16/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017805

PORTARIA Nº 6864/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119579, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor FREDERICO ALENCAR MONTEIRO BORGES, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Telêmaco Borba, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais,para participar do "IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - FOVID/PR", a partir de 04 de junho de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LEONARDO FELIPE MARQUES TIRADENTES	Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	04/06/2025	06/06/2025	03

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017786

PORTARIA Nº 6866/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO a solicitação da Desembargadora JOECI MACHADO CAMARGO, Coordenadora do Programa Justiça no Bairro; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0031556-70.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

para participarem dos eventos do Programa Justiça no Bairro, sem prejuízo de suas funções, conforme abaixo descrito:
a) Doutor NORTON THOME ZARDO, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Telêmaco Borba, no dia 08 de maio de 2025, das 09h00 às 17h00, no Ginásio de Esportes Litinho, localizado na Rua Oslo, nº 77-147, Jardim Kovaleski, em Ortigueira/PR; e,
b) Doutor NORTON THOME ZARDO, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Telêmaco Borba e Doutor ELESSANDRO DEMETRIO DA SILVA, Juiz de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública da mesma Comarca, nos dias 09 e 10 de maio de 2025, das 09h00 às 17h00, na Escola Municipal Leopoldo Mercer: Prof. Edicleia, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 900, Centro, em Telêmaco Borba.

Curitiba, 07/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017847

PORTARIA Nº 6871/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00120001, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ANDREA RUSSAR RACHEL, Juíza de Direito da Comarca de Carlópolis, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 21 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARILIA BONAFE FROMENT	Juíza Substituta da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho	21/07/2025	25/07/2025	05

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017818

PORTARIA Nº 6872/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119997, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor JOSÉ DANIEL TOALDO, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, cinco (05) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 12 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017811

PORTARIA Nº 6873/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119982, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora FABIANA JANUARIO PESSEGHINI, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Bandeirantes, afastamento no dia 16 de maio de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LETICIA BORGES DA FONSECA FREIRE	Juíza Substituta da 21ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	16/05/2025	16/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017787

PORTARIA Nº 6874/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119948, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora JOSEANE FERREIRA, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir vinte (20) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2025, assegurados pelo Procedimento Administrtaivo nº 2025.00057178, a partir do dia 09 de setembro de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir de 26 de setembro do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os três (03) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

I I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAROLINA MARCELA FRANCIOSI BITTENCOURT	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	09/09/2025	25/09/2025	17

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017745

PORTARIA Nº 6875/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119946, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor HELDER JOSÉ ANUNZIATO, Juiz de Direito da Comarca de Bela Vista do Paraíso, cinco (05) dias de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, a partir de 12 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JEFERSON ANTONIO ZAMPIER	Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	12/05/2025	12/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017782

PORTARIA Nº 6876/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119944, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor HELDER JOSÉ ANUNZIATO, Juiz de Direito da Comarca de Bela Vista do Paraíso, licença para tratamento de saúde em pessoa da família no dia 08 de maio de 2025, nos termos do artigo 89, inciso II, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JEFERSON ANTONIO ZAMPIER	Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	08/05/2025	08/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017775

PORTARIA Nº 6877/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119890, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor JULIO CEZAR VICENTINI, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Ibaiti, dois (02) dias de afastamento, a partir de 15 de maio de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, sem prejuízo das funções.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017790

PORTARIA Nº 6878/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119631, resolve

C O N C E D E R

à Doutora VANESSA D ARCÂNGELO RUIZ PARACCHINI, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Toledo, licença para tratamento de saúde em pessoa da família, no dia 07 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso II, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013 - OE.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017753

PORTARIA Nº 6879/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119658, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI, Juiz de Direito da Comarca de Primeiro de Maio, licença para tratamento de saúde, no dia 06 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JEFERSON ANTONIO ZAMPIER	Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso	06/05/2025	06/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017758

PORTARIA Nº 6880/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119802, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor CARLOS EDUARDO MACIEL STELLA ALVES, Juiz de Direito do 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Cascavel, a usufruir quarenta e sete (47) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 01/01/2019 a 01/01/2024, assegurados pelo item "II", da Portaria nº 8567/2024-DM, a partir do dia 03 de novembro de 2025, com sua substituição realizada na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 14 de novembro do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os trinta e seis (36) dias restantes em época oportuna.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017817

PORTARIA Nº 6890/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119827, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora FABIANA CHRISTINA FERRARI, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2019, no dia 09 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
AMANDA VAZ CORTESI VON BAHTEN	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	09/05/2025	09/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017826

PORTARIA Nº 6891/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119832, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora MICHELA VECHI SAVIATO, Juíza de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir os dezenove (19) dias restantes de licença especial, referentes ao período ininterrupto compreendido entre 18/12/2012 a 17/12/2017, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 19553/2024 - DM, a partir do dia 27 de maio de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 02 de junho de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os treze (13) dias restantes em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
RAFAEL DE ARAUJO CAMPELO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	27/05/2025	01/06/2025	06

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017773

PORTARIA Nº 6892/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119949, resolve

D E S I G N A R

a Doutora VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA SOBREIRO, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para atender integralmente a Vara da Infância e da Juventude e Adoção do Foro Central da mesma Comarca, no período de 14 a 16 de maio de 2025, em razão do afastamento do Juiz de Direito Titular e da respectiva Juíza de Direito Substituta designada.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017809

PORTARIA Nº 6893/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119792, resolve

D E S I G N A R

o Doutor PAULO FABRICIO CAMARGO, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para atender integralmente a 8ª Vara Cível do Foro Central da mesma Comarca, em razão do afastamento da Juíza de Direito Titular, a partir do dia 06 de maio de 2025 até ulterior deliberação.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017491

PORTARIA Nº 6894/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00120004, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 6395/2025 - DM que concedeu à Doutora MICHELA VECHI SAVIATO, Juíza de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2025, no dia 23 de maio de 2025, e designou o Doutor RAFAEL DE ARAUJO CAMPELO, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca, para substituí-la.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017823

PORTARIA Nº 6895/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119895, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora JULIA MARIA TESSEROLI DE PAULA REZENDE, Juíza de Direito da 10ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2023, a partir de 15 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ANA CAROLINA BARTOLAMEI RAMOS	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	15/05/2025	16/05/2025	02

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017919

PORTARIA Nº 6900/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119929, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora ANATÁLIA ISABEL LIMA SANTOS GUEDES, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Cascavel, a usufruir dois (02) dias restantes de férias alusivas ao 2º período de 2024, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00047955, a partir do dia 03 de julho de 2025, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017953

PORTARIA Nº 6901/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119715, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor LUIS RICARDO CATTA PRETA SILVA FULGONI, Juiz de Direito da Comarca de Primeiro de Maio, nove (09) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 07 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
JEFERSON ANTONIO ZAMPIER	Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bela Vista do Paraíso	07/05/2025	15/05/2025	09

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017807

PORTARIA Nº 6902/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119774, resolve

C O N C E D E R

à Doutora VIVIAN CURVACHO FARIA DE ANDRADE, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 08 de setembro de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017814

PORTARIA Nº 6903/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119787, resolve

C O N C E D E R

à Doutora LUCIANA LUCHTENBERG TORRES DAGOSTIM, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Guarapuava, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 14 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017792

PORTARIA Nº 6904/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119791, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUILHERME DE PAULA REZENDE, Juiz de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 12 de maio de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

II - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
EDUARDO LOURENCO BANA	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	12/05/2025	16/05/2025	05

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017945

PORTARIA Nº 6906/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119805, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora TAIS SILVA TEIXEIRA, Juíza de Direito da Comarca de Curiúva, afastamento no dia 31 de outubro de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

II - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA	Juíza Substituta da 31ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Ibaiti	31/10/2025	31/10/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017963

PORTARIA Nº 6910/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119585, resolve

R E V O G A R

a partir de 06 de maio de 2025, os efeitos da Portaria nº 3493/2025-D.M., que designou o Doutor HENRIQUE DE ANDRADE PORTILHO LEONARDI, Juiz Substituto da 33ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Irati, para atender os feitos da 1ª Vara Cível, da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho da mesma Comarca.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017220

PORTARIA Nº 6911/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119677, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora JÚLIA BARRETO CAMPELO, Juíza de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "IV Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - FOVID/PR", a partir de 05 de junho de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário e sem prejuízo das funções.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017799

PORTARIA Nº 6912/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119669, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GUILHERME FORMAGIO KIKUCHI, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Cornélio Procópio, cinco (05) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2025, a partir de 02 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE COIMBRA BICALHO	Juiz de Direito Substituto da 26ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	02/06/2025	06/06/2025	05

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017801

PORTARIA Nº 6913/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119519, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora ANA CRISTINA CREMONEZI, Juíza de Direito da Comarca de Uraí, a afastar-se de suas funções jurisdicionais, para participar do Curso sobre a "Atualização do Código Civil - Direito de Família", no dia 15 de maio de 2025, em Londrina/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
STEPHANYE MAZZARI PIRES	Juíza Substituta da 26ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cornélio Procópio	15/05/2025	15/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017979

PORTARIA Nº 6943/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0021795-15.2025.8.16.6000, resolve:

R E V O G A R

a Portaria nº 6523/2025-D.M., que designou o Desembargador VICTOR MARTIM BATSCHKE, membro deste Tribunal de Justiça, para compor a Turma de Uniformização de Jurisprudência.

Curitiba, 07/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7018085

PORTARIA Nº 6944/2025 - D.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições legais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0089890-68.2023.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Desembargador VICTOR MARTIM BATSCHKE, membro deste Tribunal de Justiça, para presidir a Turma de Uniformização de Jurisprudência, nos termos previstos nos artigos 6°, I, 17 e 18 da Resolução n° 466/2024.

Curitiba, 07/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7018086

PORTARIA Nº 6945/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00120417, resolve

D E S I G N A R

o Doutor MARCOS ANTONIO DOS SANTOS, Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru, para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da Vara Criminal e Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco do Sul, em razão do afastamento do Juiz de Direito Titular, Doutor JOSÉ GUILHERME XAVIER MILANEZI, e durante o afastamento da Juíza Substituta da Seção, no período de 09 a 13/05/2025.

Curitiba, 07 de Maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017996

PORTARIA Nº 6946/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119689, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora ELISIANE MINASSE, Juíza de Direito da Vara de Acidentes do Trabalho e Cartas Precatórias Cíveis do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar da "Oficina Colaborativa de Inovação", a partir de 12 de maio de 2025, em Brasília/DF, com ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Comarca no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
DIELE DENARDIN ZYDEK	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	12/05/2025	13/05/2025	02

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017990

PORTARIA Nº 6948/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00120431, resolve

D E S I G N A R

a Doutora MARIA ROSELI GUIESSMANN, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para atender ao cargo vago do Desembargador HAMILTON MUSSI CORRÊA junto à 17ª Câmara Cível deste Tribunal, no período de 06 a 09/05/2025.

Curitiba, 07 de Maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017877

PORTARIA Nº 6949/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00114958, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor HUMBERTO GONCALVES BRITO, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, cinco (05) dias de afastamento, a partir de 07 de julho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017157

PORTARIA Nº 6950/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00118856, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador MARCUS VINICIUS DE LACERDA COSTA, membro da 5ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, quatro (04) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 12 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
SIMONE CHEREM FABRICIO DE MELO	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	12/05/2025	15/05/2025	04

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017148

PORTARIA Nº 6951/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119012, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor JEFFERSON ALBERTO JOHNSSON, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, três 03) dias de afastamento, a partir de 16 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017282

PORTARIA Nº 6952/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119106, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador DOMINGOS THADEU RIBEIRO DA FONSECA, membro da 7ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, licença para tratamento de saúde no dia 08 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FABIANA SILVEIRA KARAM	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	08/05/2025	08/05/2025	01

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017287

PORTARIA Nº 6953/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119232, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador GILBERTO FERREIRA, membro da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar da "I Jornada de Direito Desportivo", a partir de 03 de junho de 2025, no Conselho da Justiça Federal, em Brasília/DF, com ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ADEMIR RIBEIRO RICHTER	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	03/06/2025	05/06/2025	03

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017189

PORTARIA Nº 6954/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119244, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor DAVI PINTO DE ALMEIDA, Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar da "I Jornada de Direito Desportivo", a partir de 03 de junho de 2025, no Conselho da Justiça Federal, em Brasília/DF, com ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017298

PORTARIA Nº 6955/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119346, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA, membro da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, cinco (05) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2021, a partir de 26 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CARLOS HENRIQUE LICHESKI KLEIN	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	26/05/2025	30/05/2025	05

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017757

PORTARIA Nº 6956/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119347, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA, membro da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2021, no dia 02 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CARLOS HENRIQUE LICHESKI KLEIN	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	02/06/2025	02/06/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017763

PORTARIA Nº 6957/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119348, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA, membro da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, quatro (04) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2023, a partir de 03 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CARLOS HENRIQUE LICHESKI KLEIN	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	03/06/2025	06/06/2025	04

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017766

PORTARIA Nº 6958/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119349, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador LUCIANO CARRASCO FALAVINHA SOUZA, membro da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se dois (02) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do "1º Congresso STJ da 2ª Instância Federal e Estadual", a partir de 09 de junho de 2025, no Auditório do STJ, em Brasilia/DF, com ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CARLOS HENRIQUE LICHESKI KLEIN	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	09/06/2025	10/06/2025	02

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017192

PORTARIA Nº 6959/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119512, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador SERGIO ROBERTO NOBREGA ROLANSKI, membro da 1ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2025, a partir de 06 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FERNANDO CESAR ZENI	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	06/05/2025	07/05/2025	02

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017927

PORTARIA Nº 6960/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119555, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador FABIO MARCONDES LEITE, membro da 20ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 19 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARIA ROSELI GUIESSMANN	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	19/05/2025	19/05/2025	01

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017709

PORTARIA Nº 6961/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119614, resolve

C O N C E D E R

à Doutora ELIZABETH DE FATIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, quatro (04) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 06 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017717

PORTARIA Nº 6962/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119664, resolve

I - R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 5064/2025 - DM, que designou a Doutora ELIZABETH DE FÁTIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS para substituir o Desembargador GUILHERME FREIRE DE BARROS TEIXEIRA, membro da 10ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a fim de que nele passe a constar as magistradas abaixo nominadas, no período indicado, e não como ali figurou:

Doutoras	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) LETÍCIA MARINA CONTE	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	23/04/2025	26/04/2025	04

b) ELIZABETH DE FÁTIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	27/04/2025	05/05/2025	09
c) LETÍCIA MARINA CONTE	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	06/05/2025	11/05/2025	06

I I - T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 6260/2025 - DM que retificou o mencionado item da supracitada Portaria.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017495

PORTARIA Nº 6963/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119707, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 6683/025-DM, referente à designação da Doutora ELIZABETH DE FATIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS, para substituir o Desembargador FRANCISCO CARDOZO OLIVEIRA, membro da 17ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a fim de que nele passe a constar a designação das magistradas abaixo nominadas para substituí-lo, e não como ali figurou:

Doutoras	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) ELIZABETH DE FATIMA NOGUEIRA CALMON DE PASSOS	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	05/05/2025	05/05/2025	01
b) MARIA ROSELI GUIESSMANN	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	06/05/2025	12/05/2025	07

Curitiba, 06 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017493

PORTARIA Nº 6964/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119853, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador LUIZ ANTONIO BARRY, membro da 16ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2018, a partir de 17 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
VANIA MARIA DA SILVA KRAMER	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	17/06/2025	18/06/2025	02

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017936

PORTARIA Nº 6965/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119868, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador LUIZ ANTONIO BARRY, membro da 16ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, quatro (04) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2019, a partir de 10 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
VANIA MARIA DA SILVA KRAMER	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	10/06/2025	13/06/2025	04

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017802

PORTARIA Nº 6966/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119870, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador LUIZ ANTONIO BARRY, membro da 16ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, quatro (04) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2021, a partir de 02 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
VANIA MARIA DA SILVA KRAMER	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	02/06/2025	05/06/2025	04

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017791

PORTARIA Nº 6967/2025 - DM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00119983, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, à Desembargadora ANA CLAUDIA FINGER, integrante da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, quatro (04) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 06 de maio de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ADEMIR RIBEIRO RICHTER	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	06/05/2025	09/05/2025	04

Curitiba, 07 de maio de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017974

Processos do Órgão Especial

Processos do Conselho da Magistratura

Departamento de Engenharia e Arquitetura

Departamento de Gestão de Precatórios

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 6778/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00114725, originado em razão do protocolizado sob nº 0005354-56.2025.8.16.6000, resolve

I - N O M E A R

JULIANA CHEVONICA ALVES DE LIMA, matrícula nº 17620, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente de Juiz de Direito, símbolo 1-D em substituição temporária da força de trabalho derivada da licença à gestante da servidora ANDREZA JOLY PEREIRA, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;

I I - D E S I G N A R

JULIANA CHEVONICA ALVES DE LIMA, matrícula nº 17620, para atuar no Gabinete do Juízo do 13º Juizado Especial Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a partir da data da assunção no cargo, até o término da licença à gestante da servidora ANDREZA JOLY PEREIRA.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6779/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00114746, originado em razão do protocolizado sob nº 0029835-83.2025.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

MARIA JULIA PRADO POSSETTI, matrícula nº 276041, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete da Juíza Substituta Marilia Bonafe Froment, da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho;

I I - N O M E A R

MARIA JULIA PRADO POSSETTI, matrícula nº 276041, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente de Juiz Substituto, símbolo 4-C, do Gabinete da Juíza Substituta Marilia Bonafe Froment, da 35ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Jacarezinho, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6776/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00118859, originado em razão do protocolizado sob nº 0029258-08.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

JULIANA CAROLINE ANDREATTA, matrícula nº 14319, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Rio Negro, durante o afastamento, por férias, da titular MARIA INES PETERSEN, no período de 12 de maio de 2025 a 31 de maio de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6781/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00119016, originado em razão do protocolizado sob nº 0030251-51.2025.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

BEATRIZ BONACIN DE SOUZA ALVES, matrícula nº 263941, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete do Juízo da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Andirá, a partir de 30 de abril de 2025, com fundamento no artigo 51, inciso I, da Lei nº 16.024/2008;

I I - N O M E A R

LARISSA DE OLIVEIRA ROCHA, matrícula nº 282977, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete do Juízo da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Andirá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6780/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00114744, originado em razão do protocolizado sob nº 0030516-53.2025.8.16.6000, resolve

E X O N E R A R

FLÁVIA CRISTINA GONÇALVES BORGES, matrícula nº 273825, a seu pedido, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete da Juíza de Direito Substituta Deisi Rodenwald, da 1ª Seção Judiciária com sede no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a partir de 5 de maio de 2025, com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei nº 16.024/2008.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6777/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00119257, originado em razão do protocolizado sob nº 0031040-50.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

LUCIANA KOVALSKI MESSIAS, matrícula nº 51195, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara de Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, durante o afastamento, por férias, da titular JULIANA KIRIU SEFRIN, no período de 26 de maio de 2025 a 6 de junho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, observado o efetivo exercício.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 7047/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00121481, originado em razão do protocolizado sob nº 0029365-52.2025.8.16.6000, resolve

I - N O M E A R

LUCAS EDINEY BARBOSA, matrícula nº 277272, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, da Central de Movimentações Processuais do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;

I I - D E S I G N A R

LUCAS EDINEY BARBOSA, matrícula nº 277272, para atuar na Secretaria da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, 8 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 6782/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso

das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00119127, originado em razão do protocolizado sob nº 0029412-26.2025.8.16.6000, resolve

I - R E L O T A R

a servidora CASSIA CARDOSO, matrícula nº 16482, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, no Gabinete do Juízo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Foz do Iguaçu, revogando sua lotação no Gabinete do Juiz de Direito Substituto Rodrigo Luiz Berti, da 3ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca, a partir de 6 de maio de 2025;

I I - E X O N E R A R

a) CAMILA GODOI DE OLIVEIRA MULLER, matrícula nº 19212, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete do Juiz de Direito Substituto Rodrigo Luiz Berti, da 3ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Foz do Iguaçu;
b) LETYCIA SPIELMANN LUZ, matrícula nº 20474, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juiz de Direito Substituto Rodrigo Luiz Berti, da 3ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Foz do Iguaçu;

I I I - N O M E A R

a) CAMILA GODOI DE OLIVEIRA MULLER, matrícula nº 19212, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Foz do Iguaçu, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;
b) LETYCIA SPIELMANN LUZ, matrícula nº 20474, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, do Gabinete do Juízo da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Foz do Iguaçu, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 6 de maio de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE JAGUARIAÍVA

EDITAL N° 1777/2025
SEI!TJPR N° 0019323-41.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3210540-0	CAMILA DE LIMA ARAUJO	9,30
2	3209902-7	GUSTAVO ENRIQUE DOS SANTOS MACAN	9,25
3	3209490-0	LUCAS NUNES DOS SANTOS	8,95
4	3208697-5	PAMELA DE ALMEIDA CORRÊA DA SILVA	8,65
5	3208058-2	AMANDA RODRIGUES CARVALHO PRESTES	8,10

Curitiba, 7 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA 6ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 1780/2025
SEI!TJPR N° 0010497-26.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3209645-4	LETÍCIA MARIA DOS SANTOS	9,25
2	3209563-4	ALEXANDRE RAÍ NEDOPETALSKI SILVA	9,00
3	3210385-7	CARLOS EDUARDO MIRANDA	7,50

Curitiba, 7 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
DIVISÃO DE ENFRENTAMENTO À MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EM SEGUNDO GRAU DA COORDENADORIA DE APOIO AOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

EDITAL N° 1774/2025
SEI!TJPR N° 0031286-46.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Gestão Pública, cursando do 1º (primeiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 2 (dois) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 10 (dez) questões objetivas avaliadas em 1 (um) ponto cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
1. Administração Pública: Conceitos Básicos;
2. Princípios Constitucionais da Administração Pública;
3. Organização da Administração Pública: Direta e Indireta;
4. Gestão de Pessoas no Setor Público.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN

Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA UNIFICADA DA 1ª E 2ª VARAS
DESCENTRALIZADAS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

EDITAL N° 1788/2025
SEI!TJPR N° 0174995-76.2024.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3214359-2	VERA CRISTINA ZUNTO	6,00

Curitiba, 7 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DE CASCAVEL

EDITAL N° 1776/2025
SEI!TJPR N° 0027453-20.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 5º (quinto) ao 7º (sétimo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 15 (quinze) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 10 (dez) questões discursivas avaliadas em 1 (um) ponto cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, a todos os candidatos que atingirem a nota mínima.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, a todos os candidatos que atingirem a pontuação mínima, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;

11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Lei sob nº. 9.099/1995 Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
Lei sob nº. 10.259/2001 Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.
Lei sob nº. 12.153/2009 Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e dos Municípios.
Direito Civil, em especial, Parte Geral, Dos Fatos Jurídicos, Direito das Obrigações, Contratos e Responsabilidade Civil.
Direito Processual Civil, em especial, Processo de Conhecimento, Tutela Provisória, Recursos, Cumprimento de Sentença e Execução.
Direito Empresarial, em especial, Títulos de Crédito (Cheque, Nota Promissória, Duplicata).
Direito do Consumidor.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE PALMITAL

EDITAL N° 1791/2025 (republicação por incorreção)
SEI!TJPR N° 0023658-06.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 16/05/2025
HORÁRIO: das 09h00min às 12h00min
LOCAL: Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Palmital
ENDEREÇO: Rua Interventor Manoel Ribas, nº 1.050, Centro, Palmital-PR, CEP 85.270-000

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3219805-0	BEATRIZ DE JESUS FERREIRA
3216526-8	BRUNA MARCELA PADILHA BAGNHUK
3215984-6	GABRIELLY DOMINGUES GOIS
3219923-1	GEOVANE FELIPE CIONEK
3216055-4	MARIA ALICE GODOY DOS SANTOS
3216433-3	MARIA EDUARDA SILVESTRI
3217285-0	NEYLON GABRIEL DE LIMA PAES
3216060-5	STEPHANY PRATES

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM CÍVEL - CÂNDIDO DE ABREU DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 1793/2025
SEI!TJPR N° 0021227-96.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 23/05/2025
HORÁRIO: das 13h30min às 15h30min
LOCAL: Escola Judicial do Paraná (EJUD), salas 212 e 213
ENDEREÇO: Rua Álvaro Ramos, nº 150, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-190
OBSERVAÇÕES: O horário de entrada será até 13h00min.

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3215569-9	AILSON ISAAC BONTORIN
3215236-1	ALEXANDRE GUSTAVO DE ARRUDA
3215596-4	ALÍCIA DOS SANTOS FRANÇA ALMEIDA
3215603-4	AMANDA FERREIRA DA SILVA
3215157-3	ARTHUR ARCELI
3214941-9	CARLA REBECA OROZIMBO
3215311-6	CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS DESPLANCHES
3215965-7	DOUGLAS TIAGO SILVA
3215702-5	ELOIN CASTRO DOS SANTOS
3215593-8	EMANUELLY CAROLINA LIMA LOPES
3215765-5	FÁBIO UMBELINO FILHO
3215141-5	GABRIEL FELIPE SILVA DA COSTA
3216081-9	GABRIEL MACHADO SCHILIPACKE
3214741-7	GABRIELLA NÓBREGA SOARES
3215866-5	GABRIELLE RODRIGUES GONZAGA
3215153-9	GEOVANNA LUIZA DE LARA CAMARGO
3215617-8	GIOVANA ALVES RIOS VILLAR
3215528-8	GIOVANNA GABRIELE ROSSI
3215561-0	GIOVANNA KMILLY DOS SANTOS RETTE IBANE
3216041-0	GIOVANNA LEMES ROCHA DE CARVALHO
3215562-3	GUILHERME SILVA FERRO
3215328-0	GUILLERMO ROSSI
3215666-9	GUSTAVO VICENTINE DELGADO DA SILVA
3216097-1	INGRITT CAROLINE TORRES DOS SANTOS
3215699-4	JHERON FRANCISCO PINTO DE ARAÚJO DA SILVA
3215403-2	JHESSILY EDUARDA GONCALVES DA SILVA
3214927-6	JHULIA MORAIS DOS SANTOS
3215575-6	JHULLYA RYSKA
3216077-2	JOÃO YGOR VIANA PORFIRIO
3215711-5	JOSÉ WICTOR ANDRADE BOTTEGA
3215189-5	JÚLIA ZWARESZ RODRIGUES

3214400-5	KAUA DE SOUZA LOURENÇO PINTO
3215961-9	KAUANI CAROLINE DOS SANTOS
3215641-2	LARISSA BOUSSI DA SILVA
3214676-2	LEONARDO FERREIRA MESINI
3214494-0	LEONARDO SABADIN MORAES DE SOUZA
3216071-7	LUCCA DE OLIVEIRA CLICERIO COSTA
3214621-6	LUIZ MIGUEL MARTINS DA SILVA
3215752-6	MARCELO HENRIQUE FERREIRA PAES
3215092-1	MARIA ELOISA FURQUIM DOS SANTOS
3214854-8	MARIANA MARA DE MAGALHÃES
3215976-9	MAYKELLY BIANCA MOREIRA
3215625-8	MIKAELA VITORIANO PRADO
3214480-4	MONIQUE CAVALCANTI
3214992-1	MYRELA DE OLIVEIRA LIMA
3215756-1	NATHÁLIA CRISTINA DA SILVA
3215588-9	NATTAN BLUM DE JESUS
3215935-0	NICOLAS DA SILVA ZDIARSKI
3215776-7	PEDRO AUGUSTO OTTO DE SOUZA
3215589-1	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS
3215474-0	PEDRO MACHADO GEBAUER
3215978-2	RAFAELLA LUISE PONTES
3216079-3	RHYANNA LARA RIBEIRO FREITAS
3215146-2	SAMUEL NOGUEIRA OTANI
3215366-0	SARA AMANCIO BARBOSA
3215198-0	SÉRGIO UBIRATÉIA DE QUEIROZ FILHO

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
CENTRO DE MEDIDAS SOCIALMENTE UTEIS DE CURIÚVA

EDITAL N° 1794/2025
SEI!TJPR N° 0007415-84.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 14/05/2025
HORÁRIO: das 13h30min às 17h30min
LOCAL:Fórum da Comarca de Curiúva
ENDEREÇO: Rua Edmundo Mercer, nº 94, Centro, Curiúva-PR, CEP 84.280-000

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3206481-3	ANGELITA SUBTIL GUERREIRO DA SILVA
3205720-7	JOSIANE GERMANO DE MELLO
3206263-5	ROSANA GORETI DA SILVA
3206529-7	SANDRIELE CRISTINA DE ASSIS

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
NÚCLEO REGIONAL DE LONDRINA DA DIVISÃO DE NÚCLEOS REGIONAIS DE INFORMÁTICA DA COORDENADORIA DE QUALIDADE E RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EDITAL N° 1795/2025
SEI!TJPR N° 0021069-41.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 19/05/2025
HORÁRIO: das 14h00min às 17h00min
LOCAL:Fórum Criminal do Foro Central de Londrina
ENDEREÇO: Avenida Tiradentes, nº 1.575, Jardim Shangri-la, Londrina-PR, CEP 86.070-545

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3214365-7	EDUARDO OLIVEIRA JULIANO
3220078-1	VALÉRIA CRISTINA RIBEIRO

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
UNIDADE DE CEJUSC DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE FAXINAL

EDITAL N° 1796/2025
SEI!TJPR N° 0005754-70.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 24/05/2025
HORÁRIO: das 09h30min às 13h30min
LOCAL: Tribunal do Júri do Fórum da Comarca de Faxinal
ENDEREÇO: Avenida Brasil, nº 1.080, Centro, Faxinal-PR, CEP 86.840-000

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3197173-7	JOÃO PEDRO CARNEIRO
3191877-1	JOSIANE DE OLIVEIRA TABORDA
3197809-4	MARIA EDUARDA LIDUARIO CAMACHO
3213726-5	NATALIA DA SILVA BORGES
3209330-8	VITÓRIA ISABEL PIRES RIBEIRO

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL DO FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 1790/2025
SEI!TJPR N° 0019901-04.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 14/05/2025
HORÁRIO: 14h00min
LOCAL: Secretaria da Vara de Família e Anexos desta comarca.
ENDEREÇO: Rua Francisco Dranka, nº 991 - Araucária - PR - CEP 83.703-276.

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA
3212875-0	JULIA THALIZIA DRUCIAK GIPIELA	8.50
3213270-4	MARIA JULIA PIMENTEL HEUPA	8.00

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 09 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO GUILHERME MORAES NIETO, DA 1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA COM SEDE NO FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

EDITAL N° 1783/2025
SEI!TJPR N° 0015418-28.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3210436-5	NÁYADE COELHO MAAS	10,00
2	3203864-6	LAURA MÁXIMO DA SILVA	8,10
3	3212281-0	GABRIEL HENRIQUE CALDAS PEREIRA	7,60

Curitiba, 7 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO PEDRO IVO LINS MOREIRA, DA 1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA COM SEDE NO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 1789/2025
SEI!TJPR N° 0026015-56.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 5º (quinto) ao 9º (nono) semestre no ato da inscrição.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DA 3ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DO JUÍZO DE GUARAPUAVA

EDITAL N° 1779/2025
SEI!TJPR N° 0016787-57.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3207533-2	AGATHA DE QUEIROGA BREN	8,70
2	3205788-1	SOPHYA AMERICANO	8,30
3	3206845-7	BRUNO BAHRY DOS SANTOS	8,15
4	3207203-8	EMANUELI CHICOUSKI DE PAULA	7,85

Curitiba, 7 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

EDITAL N° 1782/2025
SEI!TJPR N° 0010843-74.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESERVA
1	3200505-9	MANUELA MUNIZ TIMÓTEO DA SILVA	7,63	
2	3201105-6	ABRAAO SAMIR ALVES SANTOS	7,05	2.1.1
3	3202364-5	JAQUELINE CORDEIRO BELLO	6,35	

Curitiba, 7 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

INSCRIÇÕES
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL DO FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

INSCRIÇÕES N° 1361/2025
SEI!TJPR N° 0019901-04.2025.8.16.6000

Inscrições das 00h00min de 10/04/2025 às 23h59min de 19/04/2025

Curitiba, 09 de abril de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DE UMUARAMA

EDITAL N° 1770/2025
SEI!TJPR N° 0031218-96.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio obrigatório não remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do do 5º (quinto) ao 7º (sétimo) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante terá carga horária definida pela disciplina do estágio supervisionado obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso no qual está matriculado, respeitado o disposto no Decreto Judiciário nº 345/2019.

3.2. O estágio obrigatório será concedido sem pagamento de bolsa-auxílio e auxílio-transporte.

3.3. A responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais no estágio obrigatório é da instituição de ensino.

3.4. Servidor público pode realizar estágio obrigatório, não remunerado e sem auxílio-transporte, desde que haja compatibilidade de horário.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico http://tjpr.mestregr.com.br/.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 10 (dez) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 15 (quinze) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto cada e 1 (uma) questão discursiva avaliada em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).
6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, #CRITÉRIO_DE_DESEMPATE.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.
7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.
8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.
9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO
9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.
10. DAS VEDAÇÕES
10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1 não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.1.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.1.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Português: Redação.
Juizado Especial Cível: noções gerais: da competência: do Juiz: dos Conciliadores e dos Juízes Leigos; das partes, dos atos processuais; do pedido; das citações e intimações; da revelia; da conciliação e do juízo arbitral; da Instrução e julgamento; da resposta do réu; das provas; da sentença; dos recursos; da extinção do processo sem julgamento do mérito; da execução; das despesas.
Juizado Especial Criminal: Noções Gerais; da competência e dos atos processuais; da fase preliminar; do procedimento sumaríssimo; da Instrução e Julgamento; da execução; das despesas processuais.
Juizado Especial da Fazenda Pública - Lei n.º 12.153/2009.
Enunciados do FONAJE (Fórum Nacional de Juizados Especiais).
Enunciados das Turmas Recursais do Estado do Paraná.
Direito do Consumidor.

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO DESEMBARGADOR FABIO ANDRE SANTOS MUNIZ

EDITAL N° 1739/2025
SEI!TJPR N° 0018213-07.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de convocação para entrevista de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 13/05/2025
LOCAL: Palácio da Justiça, gabinete 704. ENDEREÇO: Praça Nossa Senhora de Salete S/N.

INSCRIÇÃO	NOME DO ESTUDANTE	NOTA	HORÁRIO
3208430-9	MANUELA WOLTMANN DEZORZI	8.50	14h00min
3208836-8	BIANCA ZENERE GORGES	8.00	14h15min

OBSERVAÇÕES: O candidato que não comparecer à entrevista será desclassificado do processo seletivo.

Curitiba, 06 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA
EM 2º GRAU ANGELA REGINA RAMINA DE LUCCA

EDITAL N° 1751/2025

SEI!TJPR N° 0030889-84.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando a partir do 5º (quinto) semestre no ato da inscrição.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 5 (cinco) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 3 (três) meses, prorrogável por igual período, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 20 (vinte) questões objetivas avaliadas em 0,2 (zero vírgula dois) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 3 (três) pontos cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 5 (cinco) melhores classificados.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 5 (cinco) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Língua Portuguesa: Regência verbal e nominal; concordância verbal e nominal; pronomes; pontuação; ortografia; orações coordenadas e subordinadas; emprego de crase.
Direito Processual Penal: Código de Processo Penal: Livro I - Título I (Disposições Preliminares), Título II (Do Inquérito Policial), Título III (Da Ação Penal), Título V (Da

Competência), Título VII (Da Prova), Título IX (Da Prisão, Das Medidas Cautelares e Da
Liberdade Provisória), Título X (Das Citações e Intimações) e Título XI (Da Aplicação Provisória de Interdições de Direitos e Medidas de Segurança); Livro III Título I (Das Nulidades) e Título II (Dos Recursos em Geral); Lei de Drogas (11.343/06); Lei de Execução Penal (7.210/84).
Direito Penal: Código Penal: Parte Geral (completa); Parte Especial - Dos Crimes Contra o Patrimônio; Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual; Lei de Drogas (11.343/2006).
Direito Constitucional: Constituição Federal: Títulos I (Dos Princípios Fundamentais); II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais); III (Da Organização do Estado) e IV (Da Organização dos Poderes).

Curitiba, 08 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA ESPECIALIZADA EM MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS DAS VARAS DE EXECUÇÕES FISCAIS MUNICIPAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 1773/2025
SEI!TJPR N° 0018422-73.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3207431-4	VITORIA SCHIAVON	10,00
2	3208173-6	RIANE MORONI RODRIGUES	9,00
3	3210506-0	GIOVANI DUTRA SALES	8,00
4	3209581-5	LUCAS CORDEIRO PRADO	8,00
5	3209884-0	DANIEL SARTOR BROSTT	8,00

Curitiba, 7 de maio de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Departamento do Patrimônio

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1194/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL

SEI!TJPR Nº 0144129-85.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11685284
I - Trata-se de pedido de cessão de área à Promotoria de Justiça junto ao Fórum da Comarca de Rio Negro (doc. 11027555).
O pedido contou com a anuência do MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum local (doc. 11111832).
O feito encontra-se instruído com a matrícula do imóvel (11165153), relatório de vistoria (11296408), documentação pessoal do representante do Ministério Público (11310820), cadastro nacional de pessoa jurídica (11315779), cadastro de usuário externo para assinatura eletrônica (11310808).
A Seção de Projetos de Arquitetura da Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura (SG-SI-CED-DP-ARQ) elaborou parecer demonstrando que não há óbices ao atendimento do pleito (11206351), e a Divisão de Convênios e de Ocupação de Espaços da Coordenadoria de Contratos e Convênios da Secretaria de Contratações Institucionais (SG-SCI-CCC-DCOE) realizou a instrução (11316462).
Verificou-se que, na solicitação inicial, houve equívoco quanto à metragem da área requerida, tendo sido indevidamente considerada a área total de 40,40 m² (quarenta vírgula quarenta metros quadrados) (11206351). Posteriormente, identificada a inconsistência, foi requerida a devida retificação por meio da cota (11322548). Em resposta encaminhada pelo MPPR, foi esclarecido que a área efetivamente pretendida corresponde a 26,63 m² (vinte e seis vírgula sessenta e três metros quadrados) (11605164).
A Seção de Projetos de Arquitetura da Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura da Secretaria de Infraestrutura (SG-SI-CED-DP-ARQ) elaborou nova informação, com a retificação das áreas (11646183).
A Supervisão Jurídica de Patrimônio e Logística da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário de Contratações Institucionais elaborou parecer jurídico (11671970), posicionando-se pela viabilidade jurídica de cessão da área ao Ministério Público na Comarca de Rio Negro/PR.
II - Diante do exposto, **ACOLHO** o parecer da Consultoria Jurídica (11671970) e **DEFIRO**, com fundamento nos arts. 58, inciso I, e 65, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 112, §1º, inciso I, da Lei Estadual n.º 15.608/2007, a formalização de termo aditivo ao termo de vinculação e responsabilidade n.º 175/2018, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Ministério Público do Estado do Paraná para cessão da área de 26,63 m² (vinte e seis vírgula sessenta e três metros quadrados) (11605164) no prédio do Fórum da Comarca de Rio Negro, totalizando área de 183,16m².
III - Publique-se.
IV - À Supervisão Jurídica de Patrimônio e Logística da Secretaria de Contratações Institucionais para formalização do termo aditivo e demais providências.
V - À Coordenadoria de Serviços Terceirizados para ciência e providências cabíveis.
VI - À Divisão de Convênios e Ocupação de Espaços para ciência, publicação e demais medidas necessárias.
VII - À Secretaria de Finanças para ciência e providências necessárias.

Em 07/05/2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice Secretário-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Delegação com base no art. 1º, VIII c/c art. 1º-A do Decreto Judiciário nº 53/2021

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 130/2025

SEI!TJPR Nº 0176923-62.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11710790
Dispensa nº 87/2025
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS, inscrita no CNPJ sob nº 75.637.256/0010-02, com endereço na Rua Tijuca do Sul, nº375, complemento Vila Cipa, Bairro Oficinas, Ponta Grossa - PR, telefone: (42) 3229-3474 e (42) 99802-4529, e-mail: admpg@cavanis.org.br, representada por seu presidente, Sr. **EDEMAR DE SOUZA**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11560493, para o DONATÁRIO, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	77445	95915	APARELHO TELEFONICO	
2	148685	105913	APARELHO TELEFONICO	
3	428980	147136	APARELHO TELEFONICO	
4	692788	174136	Telefones	Elgin TSF-8001
5	365098	344205	NO BREAKS	
6	369756	345371	MALETA	
7	376534	347745	MALETA	
8	401291	362671	Impressora	Xerox Phaser - 3500DN
9	401543	362923	Impressora	Xerox Phaser - 3500DN
10	422527	374020	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
11	417434	376574	Impressora	Xerox Phaser - 3500DN
12	430041	382469	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
13	454200	398667	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
14	454383	398850	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
15	448901	399227	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
16	448923	399249	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
17	448950	399276	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
18	448957	399283	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
19	448963	399289	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
20	459176	404541	APARELHO TELEFONICO	
21	463122	407371	Microcomputador	Lenovo - T410-2522-E66
22	472661	410283	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
23	472830	410452	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
24	472927	410549	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
25	473372	410994	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
26	473438	411060	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
27	473448	411070	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
28	474222	411844	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
29	474224	411846	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
30	474392	412014	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
31	474527	412149	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
32	476718	418998	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
33	476778	419058	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
34	476784	419064	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
35	487929	422508	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
36	488274	422853	Monitor de Vídeo	Lenovo 19"
37	566986	481334	Telefones	Intelbras TC 60 ID
38	566988	481336	Telefones	Intelbras TC 60 ID
39	566990	481338	Telefones	Intelbras TC 60 ID
40	567111	481459	Telefones	Intelbras TC 60 ID
41	571378	485289	Telefone sem fio	Elgin TSF7001
42	575893	489274	Microcomputador	Positivo Master - D570A
43	575901	489282	Microcomputador	Positivo Master - D570A
44	576224	489605	Microcomputador	Positivo Master - D570A
45	576237	489618	Microcomputador	Positivo Master - D570A

46	576243	489624	Microcomputador	Positivo Master - D570A
47	576271	489652	Microcomputador	Positivo Master - D570A
48	576366	489747	Microcomputador	Positivo Master - D570A
49	576442	489823	Microcomputador	Positivo Master - D570A
50	576463	489844	Microcomputador	Positivo Master - D570A
51	576474	489855	Microcomputador	Positivo Master - D570A
52	576494	489875	Microcomputador	Positivo Master - D570A
53	576525	489906	Microcomputador	Positivo Master - D570A
54	576575	489956	Microcomputador	Positivo Master - D570A
55	576614	489995	Microcomputador	Positivo Master - D570A
56	576650	490031	Microcomputador	Positivo Master - D570A
57	583467	492626	Telefones	Intelbras TC 60 ID
58	583960	493119	Telefones	Intelbras TC 60 ID
59	583963	493122	Telefones	Intelbras TC 60 ID
60	584109	493268	Telefones	Intelbras TC 60 ID
61	584143	493302	Telefones	Intelbras TC 60 ID
62	584144	493303	Telefones	Intelbras TC 60 ID
63	584145	493304	Telefones	Intelbras TC 60 ID
64	584209	493368	Telefones	Intelbras TC 60 ID
65	584210	493369	Telefones	Intelbras TC 60 ID
66	584211	493370	Telefones	Intelbras TC 60 ID
67	584212	493371	Telefones	Intelbras TC 60 ID
68	587061	495907	Terminal	para central telefonica
69	591843	500584	Microcomputador	Positivo Master - D570A
70	591854	500595	Microcomputador	Positivo Master - D570A
71	591871	500612	Microcomputador	Positivo Master - D570A
72	591948	500689	Microcomputador	Positivo Master - D570A
73	591956	500697	Microcomputador	Positivo Master - D570A
74	609740	515261	Microcomputador	Positivo Master - D580
75	609746	515267	Microcomputador	Positivo Master - D580
76	609749	515270	Microcomputador	Positivo Master - D580
77	609752	515273	Microcomputador	Positivo Master - D580
78	609757	515278	Microcomputador	Positivo Master - D580
79	609760	515281	Microcomputador	Positivo Master - D580
80	609772	515293	Microcomputador	Positivo Master - D580
81	609779	515300	Microcomputador	Positivo Master - D580
82	609786	515307	Microcomputador	Positivo Master - D580
83	609797	515318	Microcomputador	Positivo Master - D580
84	627159	526497	Telefone sem fio	Telefone sem fio (dcp)
85	627161	526499	Telefone sem fio	Telefone sem fio (dcp)
86	746040	746040	Telefones	Panasonic KX-TGB110LB
87	-	117801	Telefones	Intelbras

Em 06/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 126/2025

SEI!TJPR Nº 0155500-46.2024.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11702389
Dispensa nº 85/2025
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede nesta Capital, na Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP 80.530-190, Centro Cívico, Curitiba-PR, neste ato representado pelo Secretário de Infraestrutura**, FELIPE NERY ARRUDA**, a seguir denominado **DOADOR**, tem justa e acordada a doação dos bens móveis especificados neste Termo, para a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHOPINZINHO**, inscrita no CNPJ sob nº 80.871.361/0001-42, com endereço na Rua Zacharias Silverio de Oliveira, 4307, Bairro São Sebastião, Chopinzinho/PR, telefone: (46) 3242-1034, e-mail: chopinzinho@apaepr.org.br, representada por seu presidente, Sr. **ALCIMAR ANDRÉ DE SOUZA**, a seguir denominado **DONATÁRIO**, mediante cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - Neste ato o DOADOR repassa, a título de doação, os bens de sua propriedade, livres de quaisquer ônus, atestados como antieconômicos e inservíveis para o Poder Judiciário do Estado do Paraná pela Comissão de Avaliação e Inventário de Bens Permanentes, conforme Laudo de Avaliação de Bens Permanentes 11673998, para o DONATÁRIO, que declara aceitá-los na forma da lei, em quantidade e modelos descritos na tabela a seguir:

Nº	Item	Plaqueta	Produto	Modelo
1	12588	32876	POLTRONA	P-3
2	12589	32877	POLTRONA	P-3
3	12590	32878	POLTRONA	P-3
4	12602	32890	POLTRONA	P-3
5	390709	357347	CADEIRA-CD2-DIGITADOR COM BRACO COM RODIZIOS	
6	433588	387669	ASPIRADOR PO	
7	438686	391432**	AQUECEDOR	
8	440196	392786	BEBEDOURO ELETRICO PARA GARRAFAO	
9	480969	417465	FOGAO DE 4 QUEIMADORES A GAS	
10	478323	419556	BEBEDOURO ELETRICO PARA GARRAFAO	
11	481369	420756	BEBEDOURO ELETRICO PARA GARRAFAO	
12	485738	421086	VENTILADOR DE MESA	
13	485759	421107	VENTILADOR DE MESA	
14	489883	421323	ENCERADEIRA INDUSTRIAL	
15	514600	444545	Impressora	Samsung SCX-6555NX
16	514853	444797	Poltrona(cadeira)	Giratória diretor
17	514880	444824	Poltrona(cadeira)	Fixa com braço
18	514881	444825	Poltrona(cadeira)	Fixa com braço
19	514914	444858	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
20	514924	444868	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
21	514925	444869	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
22	514927	444871	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
23	514934	444878	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
24	514935	444879	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
25	514937	444881	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
26	514943	444887	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
27	539392	464075	Impressora	Samsung SCX-6555NX
28	613783	518328	Forno micro-ondas	micro-ondas
29	761063	761063	Poltrona(cadeira)	Giratória espaldar médio
30	442508	-	MAQUINA FOTOGRAFICA	
31	-	-	Luminária retangular	-

32	-	-	Luminária quadrada	-
33	-	-	Purificador de água - Master frio	-
34	-	-	Suporte de Mesa	-
35	-	-	Motor de portão elétrico	-
36	-	-	Bebedouro de pressão elétrico	-
37	-	-	Bebedouro de pressão elétrico	-
38	-	-	Microfone	-
39	-	-	Microfone	-
40	-	-	Microfone	-
41	-	-	Amplificador de som	-
42	-	-	Microondas Panasonic	-
43	-	-	Porta pilhas e baterias	-

Em 06/05/2025.

FELIPE NERY ARRUDA
Secretário de Infraestrutura

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DA SCI
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS
Protocolo nº0032284-87.2020.8.16.6000
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 11652043 - SG-SCI-CGCC-DGCOE

Convenentes: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - TJPR e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - MPSC
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO .1. O presente termo tem por objeto a liberação do acesso aos dados informativos do Sistema Oráculo do TJ/PR, para consulta pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, mediante liberação de login e senha para usuários determinados, por intermédio da área restrita do sítio eletrônico do TJ/PR, objetivando colaborar com a celeridade e agilidade da entidade no exercício de suas funções institucionais, mormente na consulta sobre antecedentes criminais a fim de auxiliar seus membros na tomada de decisões.
1.2. O acesso objeto do presente acordo não abrange os feitos cuja tramitação corre em segredo de justiça, assim determinada pelos Juízos de Direito competentes.
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1. São obrigações do MPSC:
a) indicar os agentes públicos que efetuarão as consultas objeto do presente termo de cooperação técnica;
b) comunicar de imediato o TJPR sobre a substituição ou exclusão de usuários indicados na forma anterior;
c) utilizar o acesso de que trata o presente acordo exclusivamente para consulta sobre antecedentes criminais a fim de auxiliar seus membros na tomada de decisões;
d) auditar a utilização dos acessos disponibilizados, por intermédio dos relatórios gerenciais de consultas realizadas;
e) disponibilizar a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar o acesso objeto do presente termo de cooperação técnica;
f) responsabilizar-se perante o TJPR e terceiros pelos acessos efetuados por seus usuários, bem como pela utilização das informações obtidas.
2.2. São Obrigações do TJPR, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação:
a) tornar disponível o acesso ao seu banco de dados, por meio de chaves e senhas pessoais a serem utilizadas única e exclusivamente por agentes públicos indicados pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, estabelecendo os limites de segurança/privacidade quanto às informações a serem disponibilizadas;
b) expedir mensalmente relatórios gerenciais de consultas realizadas pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
c) fornecer o suporte necessário ao desempenho das atividades do Termo de termo de cooperação técnica.
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS
3.1 Este termo de cooperação técnica não acarretará transferência de recursos financeiros entre os partícipes, estando as atividades inseridas nas atribuições ordinárias de cada Instituição.
3.2. As despesas com os serviços de operacionalização das competências atribuídas aos partícipes tais como deslocamento, pessoal, material, comunicação, etc., serão assumidas por cada um dos acordantes, nos limites previstos no orçamento geral.
CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES
4.1. O presente instrumento poderá ser alterado mediante proposições de seus signatários, por meio da formalização de termo aditivo, com vistas a aperfeiçoar a execução dos trabalhos, não sendo possível a sua modificação unilateral.
CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA
5.1. O presente termo de cooperação técnica vigorará pelo período de 60 (sessenta) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica das partes.
5.2. Findo o prazo estabelecido no item supramencionado, as partes deverão assentir de forma expressa para a realização de nova cooperação técnica, ouvidos os responsáveis pelo acompanhamento da avença.
5.3. A celebração do presente instrumento implica na extinção de qualquer outro ajuste de mesma natureza e objeto celebrado entre as partes.
CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO
6.1. O presente termo de cooperação técnica poderá ser:
I - denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação formal, com a indicação dos motivos e com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, prazo em que as partes poderão liquidar qualquer pendência decorrente da relação ora estabelecida.
II - Rescindido a qualquer tempo:
a) por interesse de qualquer uma das partes e mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias; e
b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo na execução do objeto.
CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO
7.1. O presente termo de cooperação técnica terá sua eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do MPSC - DOEMP, a ser providenciado pelo MPSC, e à publicação de seu extrato no Diário da Justiça do TJPR, a ser providenciado pelo TJPR.
CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
8.2. Caberá ao MPSC fiscalizar a fiel observância das disposições deste termo de cooperação técnica, sem prejuízo da fiscalização exercida pelo TJPR, dentro das respectivas áreas de competência.
8.2.1. Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto do presente termo de cooperação técnica, o MPSC designa o Chefe do Setor de Dados Estruturados, Elton Davi Staub ou quem vier a substituí-lo(a), cuja atuação se dará no interesse exclusivo da Administração. O(a) Gestor(a) ora designado(a) poderá ser contatado(a) diretamente no telefone (48) 3330-9468 e e-mail: sde@mpsc.mp.br
8.2.2. Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto do presente termo de cooperação técnica, o TJPR fará designação em ato próprio, após a celebração da avença, a teor da prescrição contida no artigo 137, inciso IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007.
8.2.3. No caso de alteração dos gestores, os partícipes se comprometem a dar ciência um ao outro da nova designação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, em que ocorrer expediente administrativo no órgão, para registro e apostilamento do presente instrumento.
8.2.4. Os servidores indicados pelos partícipes para atuar como gestores na execução de atividades decorrentes deste termo de cooperação técnica manterão os vínculos jurídicos exclusivamente com as respectivas entidades de origem.
CLÁUSULA NONA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD
9.1. É vedada aos cooperantes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução do termo de cooperação técnica par finalidade distinta daquela prevista em seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, cível e criminal.
9.2. Os cooperantes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de toda as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassadas em decorrência da execução do objeto deste termo de cooperação técnica, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do termo de cooperação técnica.
9.3. Os cooperantes responderão administrativa e judicialmente caso causem dados patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução do objeto deste termo de cooperação técnica, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
9.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, os cooperantes, para a execução do serviço objeto deste termo de cooperação técnica, têm acesso a dados pessoais de seus representantes, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.
9.5. Os cooperantes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados entre si.
9.6. Os cooperantes ficam obrigados a comunicar um(ns) ao(s) outro(s) em até 3 (três) dias úteis, em que ocorrer expediente administrativo no órgão, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar as partes cooperantes, bem como adotar as providências disposta no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO
10.1. O presente termo de cooperação técnica tem sua fundamentação legal na Lei nº 14.133/2021, Lei Estadual nº 15.608/2007 e demais dispositivos correlatos.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
11.1. Fica eleito o foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR para dirimir as questões surgidas do presente termo de cooperação técnica e que não puderem ser decididas pela via administrativa, renunciando as Partes, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2. E por estarem justos e acordados, assinam o presente termo de cooperação técnica, em uma única via eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.
Vigência: 60 (sessenta) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica das partes.

Curitiba, 07/05/2025.

DESEMBARGADORA LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
VANESSA WENDHAUSEN CAVALLAZZI
Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS
COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DA SCI
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS
Protocolo nº0062615-13.2024.8.16.6000
TERMO DE ADESÃO Nº3/2025 TERMO DE ADESÃO DO TJPR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 36/2023 (1711781)

Convenentes: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ - TJPR e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA - TJRR
Objeto: Tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 0015514-96.2024.8.23.8000, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 11.531, de 16 de maio de 2023, da Resolução n.º 350 de 27 de outubro de 2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e legislação correlata, ao Acordo de Cooperação Técnica n.º 36/2023, celebrado Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR) e Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), na forma que se segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O objeto do presente Termo de Adesão é a execução de Intercâmbio de Inteligência na Área de Tecnologia da Informação e Gestão de Documentos na Área de Arquivo, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e demais Tribunais de Justiça aderentes ao Acordo de Cooperação Técnica n.º 36/2023, mediante a integração e desenvolvimento compartilhado de sistemas, além do desenvolvimento compartilhado de módulos de novos sistemas e a integração entre sistemas já existentes.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA CARTA DE INTENÇÃO DE ADESÃO À POLÍTICA PÚBLICA JUDICIÁRIA Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPES buscarão seguir as diretrizes pactuadas no Acordo de Cooperação Técnica n.º 36/2023 que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Termo de Adesão, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acata o PARTÍCIPE aderente.
CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
a) Promover ações que visem ao cumprimento do ACT n.º 36/2023;
b) cumprir as atribuições próprias para fins de cumprimento do objeto deste Termo;
c) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio, quando necessário;
d) permitir o livre acesso a agentes da Administração Pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao Termo, assim como aos elementos de sua execução;
e) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei n.º 12.527, de 2011-Lei de Acesso à Informação-LAI) obtidas em razão da execução do Termo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
f) observar os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Termo;
g) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso;
h) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe, quando da execução deste Acordo; e
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1. Da cooperação mútua. Os serviços decorrentes do presente Termo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações;
3.2. Dos recursos humanos. Os recursos humanos utilizados, em decorrência das atividades deste Termo, não sofrerão alteração na sua vinculação, não acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe e não implicarão cessão de servidores.
3.3. Dos recursos financeiros. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes, e as despesas necessárias à execução do presente Termo correrão por conta das dotações específicas constantes nos respectivos orçamentos.
3.4. Dos direitos intelectuais (quando couber). Os direitos intelectuais, decorrentes do presente Termo, integram o patrimônio dos partícipes, sujeitando-se às regras da legislação específica e, no caso de divulgação do produto, dependerá do consentimento prévio dos partícipes.
3.5. Das alterações. O presente Termo poderá ser alterado, mantido seu objeto, devendo ser requerida nova anuência.
3.6. Do encerramento. O presente Termo poderá ser por extinto:
3.6.1. por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
3.6.2. por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado;
3.6.3. por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 60 dias; e
3.6.4. por rescisão a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, devidamente justificada, mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 dias, quando houver descumprimento de obrigação, ou na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto;
3.7. Da vigência. O prazo de vigência obedece ao Termo Principal;
3.8. Da publicação. Os partícipes deverão publicar o presente Termo de Adesão na página de seus respectivos sítios oficiais na internet;
3.9. Da publicidade. A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Termo de Adesão deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.
Vigência: O prazo de vigência obedece ao Termo Principal

Curitiba, 08/05/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Departamento Econômico e Financeiro

Departamento Judiciário

Divisão de Distribuição

Seção de Preparo

Seção de Mandados e Cartas

Divisão de Processo Cível

Divisão de Processo Crime

Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores

Processos do Órgão Especial

Comissão Int. Conc. Promoções

Comissão Permanente
de Avaliação Documental

Conselho da Magistratura

Corregedoria da Justiça

Plantão Judiciário Capital

Período:	01/05/2025 a 05/05/2025
Juiz 1º Grau:	Deisi Rodenwald
Juiz 2º Grau:	Luciano Campos de Albuquerque
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Luciano Campos de Albuquerque Humberto Goncalves Brito **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Deisi Rodenwald Camila Scheraiber Polli **Juízes(as) responsáveis pelas audiências de custódia no dia 03/05/25 e 04/05/25:** Carlos Eduardo Faísca Nahas Gabriel Leão de Oliveira **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Franciele Cit Anne Regina Mendes **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Renato Henrique Carvalho Soares **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 9h de 01/05/2025** **ATÉ 9h de 02/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 01/05/2025** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Diego Camilo de Bittencourt ---------- **DE 9h de 02/05/2025** **ATÉ 9h de 03/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 02/05/2025** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 Rogelio dos Santos Demaraes ---------- **DE 9h de 03/05/2025** **ATÉ 9h de 04/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 03/05/2025** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Denis Grujicic Marcelja ---------- **DE 9h de 04/05/2025** **ATÉ 12h de 05/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 04/05/2025** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 Flávia Simões Fontoura ---------- **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Reinaldo Brechor Domingues Junior - (41) 99108-2107

Horário:	Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Conforme quadro ao lado
Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz 1º Grau:	Carlos Eduardo Faísca Nahas
Juiz 2º Grau:	Antonio Carlos Choma
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Antonio Carlos Choma Sandra Bauermann **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Carlos Eduardo Faísca Nahas Gabriel Leão de Oliveira **Juízes(as) responsáveis pelas audiências de custódia no dia 10/05/25 e 11/05/25:** Juliana Cunha de Oliveira Domingues Diego Santos Teixeira **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Felipe Forte Cobo Fernanda Bernert Michielin **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Eduardo Lourenço Bana **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 05/05/2025** **ATÉ 12h de 06/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Angélica Muraro Ramos --- **DE 18h de 06/05/2025** **ATÉ 12h de 07/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Flávia Simões Fontoura --- **DE 18h de 07/05/2025** **ATÉ 12h de 08/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 Diego Camilo de Bittencourt --- **DE 18h de 08/05/2025** **ATÉ 12h de 09/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Rogelio dos Santos Demaraes --- **DE 18h de 09/05/2025** **ATÉ 9h de 10/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Paulo Lindbeck Guimarães --- **DE 9h de 10/05/2025** **ATÉ 9h de 11/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 10/05/2025** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Marcio Luiz Morel --- **DE 9h de 11/05/2025** **ATÉ 12h de 12/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 11/05/2025** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Angélica Muraro Ramos **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Fausto Egydio Nogueira Neto - (41) 99152-8822 Flávia Roberta Tolari Fioresi - (41) 99856-2222
Horário:	Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Conforme quadro ao lado.
Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz 1º Grau:	Juliana Cunha de Oliveira Domingues
Juiz 2º Grau:	Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior Alexandre Kozechen **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Juliana Cunha de Oliveira Domingues Diego Santos Teixeira **Juízes(as) responsáveis pelas audiências de custódia no dia 17/05/25 e 18/05/25:**

Roseana Ceschin Gomes do Rego Assumpcao

Bruno Oliveira Dias

Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):

Fernando Andreoni Vasconcellos

Leandro Leite Carvalho Campos

Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):

Fernanda Bernert Michielin

Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:

DE 18h de 12/05/2025

ATÉ 12h de 13/05/2025

Plantão 1º e 2º grau:

Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939

Flávia Simões Fontoura

DE 18h de 13/05/2025

ATÉ 12h de 14/05/2025

Plantão 1º e 2º grau:

Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007

Angélica Muraro Ramos

DE 18h de 14/05/2025

ATÉ 12h de 15/05/2025

Plantão 1º e 2º grau:

Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519

Marcio Luiz Morel

DE 18h de 15/05/2025

ATÉ 12h de 16/05/2025

Plantão 1º e 2º grau:

Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546

Paulo Lindbeck Guimarães

DE 18h de 16/05/2025

ATÉ 9h de 17/05/2025

Plantão 1º e 2º grau:

Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782

Denis Grujicic Marcelja

DE 9h de 17/05/2025

ATÉ 9h de 18/05/2025

Plantão 1º e 2º grau:

Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007

Audiência de Custódia:

9h até 18h de 17/05/2025

Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116

Rogelio dos Santos Demaraes

DE 9h de 18/05/2025

ATÉ 12h de 19/05/2025

Plantão 1º e 2º grau:

Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134

Audiência de Custódia:

9h até 18h de 18/05/2025

Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782

Marcio Luiz Morel

Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:

Rogério Correia Brasil - (41) 98455-4879

Horário:	Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Conforme quadro ao lado.

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz 1º Grau:	Roseana Ceschin Gomes do Rego Assumpcao
Juiz 2º Grau:	Luciane do Rocio Custódio Ludovico
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Luciane do Rocio Custódio Ludovico Everton Luiz Penter Correa **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Roseana Ceschin Gomes do Rego Assumpcao Bruno Oliveira Dias **Juízes(as) responsáveis pelas audiências de custódia no dia 24/05/25 e 25/05/25:** Heloísa Helena Avi Ramos Maria Teresa Thomaz **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Juliane Velloso Stankevecz Mauricio Pereira Doutor **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Leonardo Bechara Stancioli **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 19/05/2025** **ATÉ 12h de 20/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:**

	Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 Angélica Muraro Ramos ---------- **DE 18h de 20/05/2025** **ATÉ 12h de 21/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 Marcio Luiz Morel ---------- **DE 18h de 21/05/2025** **ATÉ 12h de 22/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Diego Camilo de Bittencourt ---------- **DE 18h de 22/05/2025** **ATÉ 12h de 23/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Rogelio dos Santos Demaraes - (41) 99927-2782 Diego Camilo de Bittencourt ---------- **DE 18h de 23/05/2025** **ATÉ 9h de 24/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 Rogelio dos Santos Demaraes ---------- **DE 9h de 24/05/2025** **ATÉ 9h de 25/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 24/05/2025** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Denis Grujicic Marcelja ---------- **DE 9h de 25/05/2025** **ATÉ 12h de 26/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 25/05/2025** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 Flávia Simões Fontoura ---------- **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Loiane do Rocio Cunha - (41) 99987-4867
Horário:	Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.

Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Conforme quadro ao lado.
Período:	26/05/2025 a 31/05/2025
Juiz 1º Grau:	Heloísa Helena Avi Ramos
Juiz 2º Grau:	Horacio Ribas Teixeira
Responsável:	**Juízes(as) responsáveis pelo plantão do Segundo Grau de Jurisdição:** Horacio Ribas Teixeira Luciana Varella Carrasco **Juízes(as) responsáveis pela Escala Obrigatória do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos criminais):** Heloísa Helena Avi Ramos Maria Teresa Thomaz **Juízes(as) responsáveis pelas audiências de custódia no dia 31/05/25 e 01/06/25:** Paulo Fabricio Camargo Carolina Marcela Franciosi Bittencourt **Juízes(as) responsáveis pela Primeira Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos relativos à Lei Maria da Penha):** Eduardo Lourenço Bana Paulo Guilherme Ribeiro da Rosa Mazini **Juiz(a) responsável pela Segunda Escala Facultativa do plantão do Primeiro Grau de Jurisdição (processos cíveis):** Felipe Forte Cobo **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos criminais:** **DE 18h de 26/05/2025** **ATÉ 12h de 27/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Angélica Muraro Ramos - (41) 99142-4546 Rogelio dos Santos Demaraes ---------- **DE 18h de 27/05/2025** **ATÉ 12h de 28/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 Flávia Simões Fontoura ---------- **DE 18h de 28/05/2025** **ATÉ 12h de 29/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Flávia Simões Fontoura - (41) 99246-8134 Paulo Lindbeck Guimarães ---------- **DE 18h de 29/05/2025** **ATÉ 12h de 30/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Marcio Luiz Morel - (41) 99958-6116 Denis Grujicic Marcelja

	--- **DE 18h de 30/05/2025** **ATÉ 9h de 31/05/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Paulo Lindbeck Guimarães - (41) 98854-7007 Marcio Luiz Morel --- **DE 9h de 31/05/2025** **ATÉ 12h de 01/06/2025** **Plantão 1º e 2º grau:** Denis Grujicic Marcelja - (41) 99176-9939 **Audiência de Custódia:** **9h até 18h de 31/05/2025** Diego Camilo de Bittencourt - (41) 99218-0519 Paulo Lindbeck Guimarães --- **Servidor(a) responsável pela movimentação de processos cíveis:** Flávia do Amarante Scheffer Pereira Campelo - (41) 99970-0777
Horário:	Dias úteis: a) em regime de permanência: das 18h às 21h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período fora do horário de atendimento ao público externo. - Dias em que não houver expediente forense: a) em regime de permanência: das 09h às 13h; b) em regime de sobreaviso: o restante do período.
Local:	Avenida Anita Garibaldi, nº 750, andar térreo, bairro Ahú, Curitiba/PR.
Telefone:	Conforme quadro ao lado.

Divisão de Concursos da Corregedoria

Núcleo de Conciliação do 2º Grau

FUNREJUS

Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Comarca da Capital

Direção do Fórum

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Curitiba

PORTARIA Nº 274/2025 - CTBA-DFC

O Doutor FERNANDO AUGUSTO FABRICIO DE MELO, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 156, inciso XV, do Código de Normas do Foro Judicial da Corregedoria-Geral da Justiça e Ofício-Circular 157/2014,

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento de **KATYA DE ARAUJO CAROLLO**, responsável da **Escrivania da 7ª Vara Cível da Comarca de Curitiba**, tendo em vista férias alusivas ao ano de 2023, pelo período de **05/05/2025** a **09/05/2025**, durante o qual responderá Empregado da Unidade **CAROLINE MATTANA CAROLLO BITTENCOURT DE MATOS**, cuja juramentação deu-se através da Portaria nº 89/2018, datada de 16/03/2018.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, em 05 de maio de 2025.

FERNANDO AUGUSTO FABRICIO DE MELO
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017084

Cível

Crime

Fazenda Pública

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DA 26ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR. Rua da Glória, 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
PROCESSO Nº 0000328-15.1995.8.16.0185
EDITAL DE ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA DE REFORPEL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - CNPJ 78.132.453/0001-69, NOS TERMOS DO ARTIGO 132 DO DECRETO-LEI Nº 7661/45
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos nº 0000328-15.1995.8.16.0185 (PROJUDI) de Falência de REFORPEL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - CNPJ 78.132.453/0001-69, em 06 de maio de 2025, foi proferida sentença de encerramento da referida falência. Assim, ficam notificados os interessados, para querendo, apresentem recurso de apelação no prazo legal, na forma do artigo 132 do Decreto-Lei nº 7661/45, contado da publicação deste no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Paraná, nos termos da sentença de mov. 1315 dos autos falimentares, a saber: "III - DISPOSITIVO:
POSTO ISSO, DECLARO ENCERRADA esta falência de REFORPEL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, continuando o falido responsável pelo passivo remanescente, nos termos do artigo 135 do DL 7661/45. Publique-se edital, nos termos do art. 132, parágrafo segundo do DL 7661/45. Transitado em julgado a sentença, oficie-se a Junta Comercial e a Receita Federal comunicando o encerramento da falência. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diligências necessárias. Oportunamente arquivem-se, com as devidas baixas. Curitiba, 06 de maio de 2025. Mariana Gluszcynski Fowler Gusso Juíza de Direito"

Família

Delitos de Trânsito

Execuções Penais

Tribunal do Júri

Infância e Juventude

Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis

Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Precatórias Criminais

Auditoria da Justiça Militar

Central de Inquéritos

Juizados Especiais - Cíveis/Criminais

Concursos

Central de Movimentações Processuais

Comarcas do Interior

Direção do Fórum

Plantão Judiciário

GUARAPUAVA

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Rafhael Wasserman
Responsável:	Cassiane do Prado (Técnica Judiciária)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99932-2045

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Aneiza Vanessa Costa do Nascimento
Responsável:	Cassiane do Prado (Técnica Judiciária)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99932-2045

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Susan Nataly Dayse Perez Moraes
Responsável:	Tatiani Aparecida Serbai (Empregada Juramentada)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99997-4195

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Luciana Luchtenberg Torres Dagostim
Responsável:	Tatiani Aparecida Serbai (Empregada Juramentada)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99997-4195

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Luciana Luchtenberg Torres Dagostim
Responsável:	Roberto Marcos dos Santos (Técnico Judiciário)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99802-0451

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Carmen Silvania Zolandeck Mondin
Responsável:	Roberto Marcos dos Santos (Técnico Judiciário)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99802-0451

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Bernardo Fazolo Ferreira
Responsável:	Christine Danguy de Brito (Analista Judiciária) e Claudiane Terezinha Andriola (Técnica Judiciária)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 98801-1888

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Patricia Roque Carbonieri
Responsável:	Christine Danguy de Brito (Analista Judiciária) e Claudiane Terezinha Andriola (Técnica Judiciária)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 98801-1888

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Bernardo Fazolo Ferreira
Responsável:	Marcos Abreu Silvestri (Analista Judiciário)
Horário:	Plantão Ordinário: ocorre entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente

	forense, e trata das ações elencadas na Resolução 186/2017, exceto se se referirem à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99133-8695

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Marcio Trindade Dantas
Responsável:	Marcos Abreu Silvestri (Analista Judiciário)
Horário:	Plantão Temático: segue o horário do plantão ordinário e trata das ações relacionadas à violência doméstica.
Local:	Fórum Estadual Desembargador Ernani Guarita Cartaxo
Telefone:	(42) 3308-7600 / (42) 99133-8695

IRATI

Período:	01/05/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Christiano Camargo
Responsável:	Imbituva - Rooger Louis Byczkovski Ipiranga - Francielle Mendes Milleo Prudentopolis - Carlos Silvio Rupel Neto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis
Telefone:	

Período:	01/05/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Lucio Rocha Denardin
Responsável:	Irati - Willian Soares Rebouças - Antonio Luciano Franco Mallet - Elizeu Flecher Teixeira Soares - Marcelo Henrique Colossi
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Mallet, Rebouças Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Ronney Bruno dos Santos Reis
Responsável:	Imbituva - Adriana Eidam dos Santos - (42) 9 9947 9770 Ipiranga - Roberson Geraldo Taques (42) 9 9990-6116 Prudentopolis - Lucas Silva Falarz
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis
Telefone:	

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Dawber Gontijo Santos
Responsável:	Irati - Vandineia Nunes Teixeira - (42) 99919-7957 Rebouças - Mário César Zanin - (42) 99910-5649 Mallet - 05/05/2025 a 09/05/2025 - Jean Luiz dos Santos Pschera (41) 992541904 Mallet - 09/05/2025 a 12/05/2025 - Eulalia Poleski (41) 999499745 Teixeira Soares - Marcelo Henrique Colossi ? 42 9 9911-3251
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Mallet, Rebouças Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Fernando Eugenio Martins de Paula Santos Lima
Responsável:	Irati - Marla Teresinha França - (42) 99828 1902 Rebouças - Karina Roberta Bednarchuck (42) 99978-5384 Mallet - 13/05/2025 a 16/05/2025 -Jean Luiz dos Santos Pschera (41) 992541904 Mallet - 16/05/2025 a 19/05/2025 - Eulalia Poleski (41) 999499745 Teixeira Soares - Jakson Leandro Luz
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Mallet, Rebouças Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Christiano Camargo
Responsável:	Imbituva - Leita K. Segalin - (42) 99116 1155 Ipiranga - Prudentópolis -
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis
Telefone:	

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Henrique De Andrade Portilho Leonardi
Responsável:	Irati - Airton Casemiro Cogenievski - (42) 2104 3123
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Mallet, Rebouças Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Talita Garcia Betiati
Responsável:	.
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 31/05/2025
Juiz:	Ana Paula Menon Loureiro Pianaro Angelo
Responsável:	Irati - Sirlene Pabis - (42) 9 9800 5551
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Mallet, Rebouças Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 31/05/2025
Juiz:	Vitor Dias Dos Santos Paula
Responsável:	.
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis
Telefone:	

IVAIPORÃ

Período:	01/05/2025 a 04/05/2025
Juiz:	Ana Maria Ortega Macedo
Responsável:	Marcio Antonio Okada
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	COMARCA DE IVAIPORÃ, PITANGA E PALMITAL
Telefone:	(43) 999521492

TOLEDO

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	TOLEDO: João Walmir Matte - (45) 9 9115-6536 jowm@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Paulino Antunes Ribeiro
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Eugenio Giongo
Responsável:	TOLEDO: João Walmir Matte - (45) 9 9115-6536 jowm@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Paulino Antunes Ribeiro
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	28/04/2025 a 05/05/2025
Juiz:	Raphael de Morais Dantas
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : MARECHAL CANDIDO RONDON : **Eduardo Antonio Primon** - 45-33279181 (apenas Whatsapp) eanp@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Carlos J. Dornelas. SANTA HELENA: **Flavio Bizotto** (49) 9 9927-1822 flavio.bizotto@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: Taicir Ibrahim
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	TOLEDO: Cristiane Regina Holzbach, 45: 9-9988-3900, tol-5vj-e@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Gilvana Bortoncelo
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Marcelo Marcos Cardoso
Responsável:	TOLEDO: Cristiane Regina Holzbach, 45: 9-9988-3900, tol-5vj-e@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: Gilvana Bortoncelo
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	05/05/2025 a 12/05/2025
Juiz:	Berenice Ferreira Silveira Nassar
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Marcus Michael Meyer** - (45) 3284-7442 (apenas Whatsapp) marcus.meyer@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Cristiane M. L. Prestes. SANTA HELENA: **Elizeu Antunes 45 9 9153-9344** e Oficial de Justiça: **Diatiuca E. Moura**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Eric Bortoletto Fontes
Responsável:	Toledo - **Manoella Rosane da Silva, (45)99937-2073, tol-6vj-s@tjpr.jus.br.** - Oficial de Justiça: Jorge Afonso Perotto
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Luciana Lopes do Amaral Beal
Responsável:	Toledo - **Manoella Rosane da Silva, (45)99937-2073, tol-6vj-s@tjpr.jus.br.** - Oficial de Justiça: Jorge Afonso Perotto Queiroz.
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	12/05/2025 a 19/05/2025
Juiz:	Renato Cigerza
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Regis Prestes** - 45-33279183 (apenas Whatsapp) rpre@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Lucas L. A. Tessaro. SANTA HELENA: **Marcio Dantas Pinheiro** 9 9820-8420 marcio.pinheiro@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: **Josean Tavares dos Santos**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Vanessa D Arcângelo Ruiz Paracchini
Responsável:	TOLEDO: Lourenço Jefferson Bringmann - 45 99815-7997, tol-5vj-e@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: José Valdir Ortiz
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Alexandre Afonso Knakiewicz
Responsável:	TOLEDO: Lourenço Jefferson Bringmann - 45 99815-7997, tol-5vj-e@tjpr.jus.br - Oficial de Justiça: José Valdir Ortiz
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	19/05/2025 a 26/05/2025
Juiz:	Leonardo Grillo Menegon
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Anderson Marcelo Boroske** - (45) 3284-7405 (apenas Whatsapp) anmb@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Luciani M. S. Salvaro. SANTA HELENA: **Flavio Bizotto** (49) 9 9927-1822 flavio.bizotto@tjpr.jus.br Oficial de Justiça: Taicir Ibrahim
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Sérgio Laurindo Filho

Responsável:	TOLEDO: Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 9804-7730 (segundavaraciveltoledo@gmail.com) - Oficial de Justiça: Mary Deilor Bogon
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM TOLEDO)
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Clairton Mario Spinassi
Responsável:	TOLEDO: Guilherme de Carvalho Pedro - (44) 9 9804-7730 (segundavaraciveltoledo@gmail.com) - Oficial de Justiça: Mary Deilor Bogon
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ PLANTONISTA)
Telefone:	

Período:	26/05/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Denise Terezinha Corrêa de Melo
Responsável:	MARECHAL CANDIDO RONDON : **Diego Engelmann** - (45) 3284-7403 (apenas Whatsapp) dien@tjpr.jus.br, e Oficial de Justiça: Roberto A. Brescovitt. SANTA HELENA: **Elizeu Antunes 45 9 9153-9344** e Oficial de Justiça: **Diatiuca E. Moura**
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Forum da Comarca de Toledo (JUIZ AUXILIAR)
Telefone:	

Cível

Crime

TELÊMACO BORBA

VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE
TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU JOSE FERREIRA PEDROSO
PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

O Dr Frederico Alencar Monteiro Borges, Juiz de Direito da Vara Criminal de TELÊMACO BORBA, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente JOSÉ FERREIRA PEDROSO, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob n.° 914.227.109-63, portador da Cédula de Identidade/RG n.° 4435381-4/PR, nascido em 25.02.1956, com 64 (sessenta e quatro) anos de idade na data dos fatos, natural de Telêmaco Borba/PR, filho de Izaltino Ferreira Pedroso e Marciana Felix Pedroso, para que respondam a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, nos termos do art 396 do CPP, na resposta o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário a que responde(m) nos autos de Processo Crime nº 0003790.63.2020.8.16.0165 que responde como incurso nas sanções do art. artigo 306, caput, e §1°, inciso I, cumulado com o artigo 298, inciso III, ambos da Lei n.° 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) (1° Fato), e no artigo 303, caput, e §§1° e 2°, cumulado com o artigo 302, §1°, inciso I, ambos da Lei n.° 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), tudo na forma do artigo 69, caput, do Código PenalDado e passado nesta cidade e Comarca de TELÊMAC BORBA, ESTADO DO PARANÁ, aos sete (07) dias do mês de maio do ano de 2025. Eu, ..., Rosane M. Ribas, Escrivã Designada que o digitei e o subscrevi.
ROSANE M. RIBAS
Escrivã Designada

Juizados Especiais

Concursos

Família

Execuções Penais

Infância e Juventude

Fazenda Pública

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL Nº 035/2025 DE CITAÇÃO DO EXECUTADO - **DEIVILLI RODRIGUES MACARIO SILVA.**
PRAZO: **30 (TRINTA) DIAS.**
O DOUTOR **NICOLA FRASCATI JUNIOR** MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO TITULAR DA **2ª SECRETARIA DA FAZENDA PÚBLICA DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ.**
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou deles conhecimento tiverem, que por este Juízo, sito na Avenida Pedro Taques, nº 294, 19ª andar, Ed. Atrium Centro Empresarial, Torre Sul, zona 07, Maringá-PR, tramitam os autos de **Execução Fiscal nº 0008361-75.2015.8.16.0190-Projudi, em que é exequente Município de Maringá/PR e AUTO DIESEL CASCAO LTDA**, e, constando dos autos que o executado encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para a **CITAÇÃO** de **AUTO DIESEL CASCAO LTDA, inscritos no CNPJ 04.554.750/0001-66**, **com endereço incerto e não sabido**, para que, tome conhecimento da ação, do inteiro teor da petição inicial e despacho abaixo transcrito, e, para que no prazo legal de 05 (cinco) dias, pague a importância de R$ 10.432,79 (dez mil quatrocentos e e trinta e dois reais e setenta e nove centavos), a qual deve ser atualizada até a data do pagamento, devendo ser acrescida de custas processuais e honorários advocatícios, ou nomeie bens à penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos forem necessários para a garantia da execução, nos termos do art. 831 do CPC, e, querendo, embargue no prazo de 30 (dias) dias: **1. PETIÇÃO INICIAL** "Ação Executiva Fiscal em curso perante a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Maringá/PR, proposta pela Fazenda Pública do Município de Maringá em face do Executado AUTO DIESEL CASCAO LTDA. Ação ajuizada a fim de cobrar a dívida representada pela CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA nº 1543/2015, que representa o valor total atualizado até 02/12/20215 de R$ 10.432,79 (dez mil quatrocentos e e trinta e dois reais e setenta e nove centavos). Obrigação decorrente de FISCALIZACAO E FUNCION. LICENCA SANITARIA, PENALIDADE FISCAL ISS, CORR. MONET. AUTO INF ISS, ISSQN - ADITIVO, JUROS AUTO INFRACAO ISS e MULTA MORA AUTO INFR ISS (exercícios 2012). Requer a citação do devedor, para no prazo legal de 05 (cinco) dias, pagar a dívida com juros, multa, atualização monetária e outros encargos, acrescida de custas judiciais e honorários, ou garantir a execução com a nomeação de bens à penhora, respeitada a ordem constante do artigo 11 da Lei 6.830/80. Requer ainda, não ocorrendo o pagamento nem a garantia da execução, seja efetivada a penhora em dinheiro (art. 655-A CPC e art. 185-A CTN) ou arresto dos bens na forma dos arts. 10 e 11 da Lei 6.830/80, até a efetiva satisfação do crédito. Caso o arrestou ou penhora recaia sobre bens imóveis, requer-se também a intimação do cônjuge. Dá-se a causa o valor do crédito em cobrança". **2. Despacho:** 1. Cite-se a empresa executada por edital, conforme requerido. Expeça-se edital, com prazo de 30 dias, nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Lei 6.830/80. **3. Encerramento**: E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei.
DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Maringá, do Estado do Paraná, aos 8 de maio de 2025. Eu, Natália Silveira dos Santos, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi. **NICOLA FRASCATI JUNIOR** Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Fazenda Pública de Maringá

Editais Judiciais

Conselho da Magistratura

Capital

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE CHRISTINA DE MORAES IANHEZ BARBOZA CALDAS.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, foram processados os termos da **INTERDIÇÃO** de **CHRISTINA DE MORAES IANHEZ BARBOZA CALDAS**, a requerimento de sua filha **PRISCILA IANHEZ CALDAS ROSA**, através dos autos nº. **0001851-27.1998.8.16.0001**, tendo a respectiva SENTENÇA, datada de 22 de Outubro de 2024, nomeando Sra. **PRISCILA IANHEZ CALDAS ROSA**, como curadora da interditada, e declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil elencados no artigo 1.782, do Código Civil e os atos de mera administração com as delimitações a seguir estampadas; a qual incumbirá realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária, operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, representação da parte requerida perante qualquer entidade privada ou pública (notadamente perante o INSS), administração de bens e gerenciamento de sua saúde; Os poderes da curadora são limitados pelo artigo 1.748 cumulado com o artigo 1.781 ambos do Código Civil; Visto que foi diagnosticada com (CID 10 F31.4), Transtorno Afetivo Bipolar, episódio Atual Depressivo Grave, sem sintomas Psicóticos, associada a Epilepsia (G40 - CID 10). - E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de Fevereiro do ano de 2025. E eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024)

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE ARNALDO ROBERTO HEY.
A Doutora Débora DE Marchi Mendes, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, foram processados os termos da **INTERDIÇÃO** de **ARNALDO ROBERTO HEY**, a requerimento de sua esposa **LIGIA BARBOSA HEY**, através dos autos nº. **0001623-87.2023.8.16.0191**, tendo a respectiva SENTENÇA, datada de 24 de JUNHO de 2024 nomeando sua esposa Sra. **LIGIA BRABOSA HEY**, como curadora do interditado, em razão de ter sofrido um ACV por obstrução/oclusão da artéria carótida, o que deixou sequelas permanentes, e declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil elencados no artigo 13.146/2015, deve ser declarada a interdição da requerida tão somente com relação às decisões e práticas de conteúdo econômico ou patrimonial, dentre eles o recebimento e administração dos valores percebidos a título de benefício previdenciário. Destaque-se, ainda, que a decretação da interdição da ré não implica em sua incapacidade civil, eis que, nos termos da Lei nº 13.146/2015 conjugada com o disposto no Código Civil, o interditado continua em pleno gozo de sua capacidade civil. - E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de Março do ano de 2025. E eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024)

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE HANNA PAULA BORELLI JAREMICKI.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, foram processados os termos da **INTERDIÇÃO** de **HANNA PAULA BORELLI JAREMICKI**, a requerimento de seu genitor **PAULO NILO JAREMICKI**, através dos autos nº. **0029319-86.2023.8.16.0001**, tendo a respectiva SENTENÇA, datada de 24 de Outubro de 2024, nomeando o genitor Sr. PAULO NILO JAREMICKI, como curador da interditada, e declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil elencados no artigo 1.782, do Código Civil e os aspectos de natureza patrimonial, negocia; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária, operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, representação da parte requerida perante qualquer entidade privada ou pública (notadamente perante o INSS), administração de bens e gerenciamento de sua saúde; Os poderes do curador são limitados pelo artigo 1.748, cumulado com o artigo 1.781, ambos do Código Civil. Visto que foi diagnosticada com (CID G80.9 E G40.9), (Diagnosticada com paralisia cerebral e crises convulvisas). - E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de Março do ano de 2025. E eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024)

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE RUBENS HONORATO TEIXEIRA.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, foram processados os termos da **INTERDIÇÃO** de **RUBENS HONORATO TEIXEIRA**, a requerimento de sua cônjuge **ANA LENIR DA SILVA TEIXEIRA**, através dos autos nº. **0031980-38.2023.8.16.0001**, tendo a respectiva SENTENÇA, datada de 11 de Novembro de 2024, nomeando sua cônjuge Sra. ANA LENIR DA SILVA TEIXEIRA como curadora do interditado, e declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil elencados no artigo 1.782, do Código Civil e os aspectos de natureza patrimonial, negocial e de mera administração - a serem exercidos pela curadora - a qual incumbirá realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária, operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, representação da parte requerida perante qualquer entidade privada ou pública (notadamente perante o INSS), administração de bens e gerenciamento de sua saúde; Visto que foi diagnosticada com (CID 10 G 30.1 F06.7), (demência vascular moderado/ doença de Alzheimer). - E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 04 dias do mês de Março do ano de 2025. E eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024)

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE TIE NAGE.

A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.

F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, foram processados os termos da **INTERDIÇÃO** de **TIE NAGAE**, a requerimento de seu genitor **TULIO NAGAE** através dos autos nº. **0007118-03.2023.8.16.0001**, tendo a respectiva SENTENÇA, datada de 30 de Setembro de 2024, nomeando o filho Sr. TULIO NAGAE, como curador da interditada, e declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil elencados no artigo 1.782, do Código Civil e os aspectos de natureza patrimonial, negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária, operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, representação da parte requerida perante qualquer entidade privada ou pública (notadamente perante o INSS), administração de bens e gerenciamento de sua saúde; Os poderes do curador são limitados pelo artigo 1.748, cumulado com o artigo 1.781, ambos do Código Civil. Visto que foi submetida á avaliação psicológica que concluiu acentuado comprometimento cognitivo, em estágio avançado, abrangendo múltiplos domínios, necessitando de supervisão constante. A interditada foi diagnosticada com demência em estágio severo. Atribuir ao curador o ônus da prestação de contas, anualmente, enquanto durar a curatela, considerando as rendas mensais e o patrimônio da interditada, conforme determina o § 4º, art. 84, da Lei 13.146/2015, desde a assunção do encargo, devendo apresentar a primeira prestação de contas no prazo de noventa dias a partir da intimação desta sentença. - E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 08 dias do mês de Abril do ano de 2025. E eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.

Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024)

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VINICIUS AGUEDA PEREIRA

PRAZO DE 30 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0017034-37.2022.8.16.0182, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VINICIUS AGUEDA PEREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VINICIUS AGUEDA PEREIRA, portador(a) do RG 138017907 SSP/PR e CPF 070.558.749-55, nascido(a) em 17/08/1999, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de TATIANE CRISTINE AGUEDA e TELMO PEREIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 311 - ADULTERACAO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEICULO AUTOMOTOR, Reclusão: 3 a 8 anos E Multa, inciso III (fato I) ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa, (fato II) ART 244-B - CORROMPER OU FACILITAR A CORRUPCAO DE MENOR DE 18 DEZOITO ANOS, Reclusão: 1 a 4 anos, (fato III) oferecida em 23/06/2024 e recebida em 05/05/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Luana de Almeida Lara, Estagiário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**

Inês Marchalek Zarpelon
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.um(a) Conteúdo

---

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SAMARA MATSEN SILVA

PRAZO DE 30 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0029346-33.2023.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) SAMARA MATSEN SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido SAMARA MATSEN SILVA, portador(a) do RG 84359050 SSP/PR e CPF 061.426.319-01, nascido(a) em 22/12/1985, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de VERA LUCIA MATSEN e WILLIAM DE CARLO SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa, (3° fato) ART 329 - RESISTENCIA, Detenção: 2 meses a 2 anos, (2 ° fato) ART 307 - FALSA IDENTIDADE, Detenção: 3 meses a 1 ano, (4° fato) oferecida em 26/07/2023 e recebida em , conforme descrição do fato transcrito na denúncia:e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Luana de Almeida Lara, Estagiário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**

Inês Marchalek Zarpelon
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARLON BRENO LORBIETE MARÇAL

PRAZO DE 30 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Inês Marchalek Zarpelon, da 1ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0001444-07.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARLON BRENO LORBIETE MARÇAL,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARLON BRENO LORBIETE MARÇAL, portador(a) do RG 13801 SSP/PR e CPF 103.693.699-63, nascido(a) em 11/02/1999, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de helena maria lorbiete e saulo marçal silva junior,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa oferecida em 26/03/2024 e recebida em 05/05/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Luana de Almeida Lara, Estagiário, conferi e digitei.**Curitiba, 07 de maio de 2025.**

Inês Marchalek Zarpelon
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** expedido nos Autos de Guarda de Infância e Juventude nº 0007704-27.2024.8.16.0188 com "PRAZO DE 20 DIAS"

A DOUTORA **LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI**, MM. JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ADOÇÃO DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DE LEI, ETC.

FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua da Glória, n° 290, 6° andar, CENTRO CÍVICO - CURITIBA/PR - CEP 80.030-060, Telefone (41) 3250-1704, EMAIL: ctba-47vj-s@tjpr.jus.br, a Ação de Guarda de Infância e Juventude nº 0007704-27.2024.8.16.0188, em benefício de F. da S. R. e P. da S., e como consta dos referidos autos que o Requerido se encontra em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para a **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** de **FERNANDO AUGUSTO RIBEIRO**, quanto a Ação de Guarda c/c Antecipação de Tutela de Guarda Provisória, proposta por F. A. L. e A. do R. R. S. L, por intermédio de procurador, bem como das decisões/despachos proferidos nos autos supramencionados, para

que, querendo, apresente resposta, através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias corridos. Sendo hipossuficiente, poderá requerer o patrocínio da causa pela Defensoria Pública do Estado do Paraná, mediante comparecimento pessoal na unidade situada no 1º andar do Fórum da Família da Criança e do Adolescente de Curitiba, localizado na Rua da Glória, n. 290, Curitiba/PR. Maiores informações e eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone (41) 3352- 8783 (Defensoria Pública do Paraná) ou comparecer em cartório para solicitar a nomeação de Advogado Dativo, dentro do prazo de defesa especificado acima. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, é expedido o presente **EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO**, que será publicado no Diário da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo.
CUMPRA-SE.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (08.05.2025). Eu, Cintia Tiemi Miyabukuro, Técnica Judiciária, o digitei.
LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI
Juíza de Direito Substituta

1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO: IGOR PIETRO CALHARI MIQUELASSO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Juizade Direito Gabriel Leão de Oliveira, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba - 1º Juizado, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Ameaça , sob nº 0001323-76.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) IGOR PIETRO CALHARI MIQUELASSO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido IGOR PIETRO CALHARI MIQUELASSO, portador(a) do RG 13061840 SSP/PR e CPF 097.980.719-05, nascido(a) em 30/11/1999, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de JANETE MAURILE CALHARI e OSVALDO MIQUELASSO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Valdir Antonio da Silva, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 05 de maio de 2025.
Gabriel Leão de Oliveira
Juíiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA DESCENTRALIZADA DO PINHEIRINHO

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO ANTONIO LOPES DE ARAUJO , COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. FAZ SABER aos que virem ou dele conhecimento tiverem, que em virtude de não ter sido possível citar pessoalmente o requerido ANTONIO LOPES DE ARAUJO , brasileiro(a), portador do CPF sob o n° 322.078.368-60, data de nascimento 19/12/1980, com endereço incerto e não sabido, foi expedido o presente Edital de citação extraído dos autos nº 0006313-04.2019.8.16.0191 , em trâmite perante a Vara de Família do Fórum Descentralizado do Pinheirinho da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figura como parte requerente A.G.R. e como requerido ANTONIO LOPES DE ARAUJO supra qualificado, pelo presente FICA DEVIDAMENTE CITADO para, querendo, apresentar resposta ao pedido inicial, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC/2015. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, em especial do requerido supra qualificado e que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume na sede deste Juízo. Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, _____ (Fernando Mendes Gonçalves), Técnico(a) Judiciário(a), digitei e subscrevi. (assinado digitalmente) MANUELA SIMON PEREIRA RATTMANN Juíza de Direito

3ª VARA DE FAMÍLIA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
AUTOS nº 0005897-84.2015.8.16.0188 - Cumprimento de Sentença
A DOUTORA FERNANDA MARIA ZERBETO ASSIS MONTEIRO, MMa. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua da Glória, nº 290, 3º andar, Centro Cívico, Curitiba/PR, os autos de Cumprimento de Sentença nº 0005897-84.2015.8.16.0188 em que é exequente B.B.S. e executado GILMAR ERALDO SILVERIO, brasileiro, titular do RG nº 57853948 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 809.751.279-34, nascido em 28/01/1969, sem mais qualificações nos autos, atualmente em lugar incerto e não sabido. Sendo o presente objeto de **INTIMAÇÃO DO EXECUTADO**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, compareça perante este juízo, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 18:00, a fim de manifestar seu interesse quanto ao levantamento do valor de R$ 379,62 (trezentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos), devidamente atualizados, depositados em conta judicial 3984 / 040 / 1499688-8, Caixa Econômica Federal, vinculada a estes autos. Esclareço que no caso de não haver levantamento de valores, estes serão recolhidos em favor do FUNJUS, por analogia ao disposto no art. 5º, §1º do Decreto Judiciário 626/2018 do TJPR. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital para o conhecimento de interessados que assinala o prazo de 30 (trinta) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma de lei. Dado e passado neste Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná. Aos 06 de maio de 2025. Eu, Margarete Kulak, Técnica Judiciária, o subscrevi.
FERNANDA MARIA ZERBETO ASSIS MONTEIRO
JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA
Documento assinado digitalmente

3º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER # CASA DA MULHER BRASILEIRA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO PAULO SERGIO FERREIRA DE PAULA, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de PAULO SERGIO FERREIRA DE PAULA, RG 129076640 SSP/PR, CPF 011.651.449-30, Nome da Mãe: ELVIRA FERREIRA DE PAULA, nascido em 27/02/1977, natural de CURITIBA/PR, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0004895-13.2024.8.16.0011, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 07 de maio de 2025 às 17:34:18.

Curitiba, 07 de maio de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO GENIOR RODRIGO DE FREITAS,
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de GENIOR RODRIGO DE FREITAS, RG 81550034 SSP/PR, Nome da Mãe: SENHORINHA DE FREITAS, nascido em 27/12/1981, natural de CURITIBA, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0000966-29.2025.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 07 de maio de 2025 às 18:54:43.

Curitiba, 07 de maio de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO ÉDSON FOGAÇA, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de ÉDSON FOGAÇA, RG 2380629 SSP/PR, CPF 842.240.889-91, Nome do Pai: NOÉ FOGAÇA, Nome da Mãe: MARIA DA SILVA FOGAÇA, nascido em 23/11/1971, natural de OURINHOS/SP, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0007523-66.2024.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 90 dias. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 07 de maio de 2025 às 17:28:44.

Curitiba, 07 de maio de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO Samuel David da Fonseca, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de Samuel David da Fonseca, RG 36662131 SSP/PR, Nome do Pai: IVO SERENO DA FONSECA, Nome da Mãe: WOLGA BREDON FONSECA, nascido em 17/05/1964, natural de GUARAPUAVA, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0002443-93.2025.8.16.0011, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 07 de maio de 2025 às 17:22:42.

Curitiba, 07 de maio de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO DANIEL AUGUSTINHAKI ALVES TEIXEIRA, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de DANIEL AUGUSTINHAKI ALVES TEIXEIRA, RG 153756546 SSP/PR, Nome do Pai: CILSO ALVES TEIXEIRA, Nome da Mãe: JAQUELINE AUGUSTINHAKI, nascido em 15/03/1999, natural de CURITIBA/PR, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0002165-92.2025.8.16.0011, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 07 de maio de 2025 às 17:14:45.

Curitiba, 07 de maio de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO GIVALDO RODRIGUES, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de GIVALDO RODRIGUES, Nome do Pai: JOÃO EDGAR RODRIGUES, Nome da Mãe: NAIR SEGA RODRIGUES, nascido em 06/03/1982, natural de CORBELIA, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0002835-33.2025.8.16.0011, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 05 de maio de 2025 às 19:15:59.

Curitiba, 05 de maio de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO WESLLEY TOBIAS COÊLHO, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de WESLLEY TOBIAS COÊLHO, RG 12973135 SSP/PR, CPF 091.085.069-06, Nome do Pai: EDSON LUIS COÊLHO, Nome da Mãe: RUBIA APARECIDA TOBIAS, nascido em 10/10/1994, natural de SANTA CECILIA/SC, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0010435-42.2024.8.16.0011, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 07 de maio de 2025 às 17:37:46.

Curitiba, 07 de maio de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
3º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA - CASA DA MULHER BRASILEIRA - PROJUDI
Avenida Paraná, 870 - Bloco Laranja - Cabral - Curitiba/PR - CEP: 80.035-130 - Fone: (41) 3200-3252 - Celular: (41) 3200-3252 - E-mail: casadamulherbrasileira@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO JOEL GONÇALVES DOS SANTOS,
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
O/A M.M./M.Ma., Juiz/a de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima M.C.M., em face de JOEL GONÇALVES DOS SANTOS, RG 138111652 SSP/PR, CPF 107.621.049-02, Nome do Pai: JOSE MACHADO DOS SANTOS, Nome da Mãe: TEREZA APARECIDA GONÇALVES, nascido em 23/04/1995, natural de CURITIBA/PR, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0006189-60.2025.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foi deferida em favor da vítima as seguintes medidas protetivas: a afastamento imediato do larconvivência com a ofendida, com a consequente SEPARAÇÃO DE CORPOS do casal; b - Proibição de se aproximar das vítima e de adentrar em sua residência; c - proibição de manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação (carta, telefone, celular, aplicativos de mensagens, etc); d - proibição de frequentar lugares que as vítimas frequentem, como seu local de trabalho, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida, especificamente os locais indicados; para tanto atente-se a secretaria para os endereços fornecidos pela ofendida; e - Com base no art. 22, §4º, da Lei nº 11.340/06, c/c arts. 497 e 537 do CPC, fixo MULTA de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em caráter indenizatório em favor de cada qual das vítimas, para o caso de descumprimento da presente ordem, incidente a cada episódio de descumprimento, sem prejuízo da respectiva responsabilidade penal, cabendo desde já esclarecer que a execução da referida multa poderá ser executada após o trânsito em julgado da sentença destes autos, perante os Juizados Especiais Cíveis ou Varas Cíveis, conforme o valor total (art. 18, §1º, da Resolução nº 93/2013 do C. OE/TJPR). As medidas protetivas têm prazo de 1 (um) ano, ficando o mesmo ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda o MM. Juiz que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Eu, Letícia Silvestre Bettiollo, técnica judiciária, digitei.

Curitiba, 07 de maio de 2025.
assinatura digital
Camila de Britto Formolo
Juiz de Direito

4ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: **NICHOLAS GUILHERME ESCHEMBACH BOESE**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0000492-28.2024.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **NICHOLAS GUILHERME ESCHEMBACH BOESE**, portador do RG. nº 138758613 SSP/PR, inscrito no CPF nº 121.915.009-60, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0000492-28.2024.8.16.0196, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: **WILLIAN DANIEL DA SILVA DIAS**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0018849-35.2023.8.16.0182**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **WILLIAN DANIEL DA SILVA DIAS**, portador do RG. nº 126324618 SSP/PR, inscrito no CPF nº 107.170.519-94, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0018849-35.2023.8.16.0182, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **artigo 331 do Código Penal**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO
RÉU: **AILSON LUIS OLIVEIRA E SILVA**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0005240-40.2023.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **AILSON LUIS OLIVEIRA E SILVA**, portador do RG. nº 109899291 SSP/PR, inscrito no CPF nº 082.331.349-29, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0005240-40.2023.8.16.0196, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO

RÉ: **KELLI APARECIDA CARDOSO DE CARVALHO**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0000240-69.2017.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. Fernando Bardelli Silva Fischer, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a ré **KELLI APARECIDA CARDOSO DE CARVALHO**, portadora do RG. nº 83599685 SSP/PR, inscrita no CPF nº 053.736.809-40, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADA** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 048.746.889-93, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciada pela prática do crime previsto no **artigo 288, caput, do Código Penal (fato 01); no artigo 171, caput, do Código Penal, por 06 (seis) vezes (fatos 02, 03, 06, 07, 18 e 19); e no artigo 171, § 4º, do Código Penal, por 09 (nove) vezes (fatos 04, 08, 09, 12, 13, 16, 17, 20 e 21); na forma do artigo 69 do mesmo diploma legal**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO

RÉ: **CAROLINE AMALIA TEIXEIRA**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0002483-40.2023.8.16.0013**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. Fernando Bardelli Silva Fischer, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a ré **CAROLINE AMALIA TEIXEIRA**, portadora do RG. nº 96973500 SSP/PR, inscrita no CPF nº 053.736.809-40, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADA** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0002483-40.2023.8.16.0013, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciada pela prática do crime previsto no **art. 155, §4º, inciso II, do Código Penal, por sessenta e duas vezes, na forma do artigo 69 do Código Penal**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO

RÉU: **LOURIVAL MIRANDA**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0000060-14.2021.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **LOURIVAL MIRANDA**, portador do RG. nº 60323682 SSP/PR, inscrito no CPF nº 457.206.309-53, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0000060-14.2021.8.16.0196, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **artigos 129, caput e 163, parágrafo único, inciso III, ambos do Código Penal**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO

RÉU: **Rodrigo Augusto Escolaro dos Santos**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0019737-36.2017.8.16.0013**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **Rodrigo Augusto Escolaro dos Santos**, portador do RG. nº 64994999 SSP/PR, inscrito no CPF nº 047.068.649-92, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0019737-36.2017.8.16.0013, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **artigo 14, caput da Lei nº 10.826/03**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO

RÉU: **WELINGTON MORAES CAETANO**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0004688-41.2024.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **WELINGTON MORAES CAETANO**, portador do RG. nº 128457097 SSP/PR, inscrito no CPF nº 013.077.289-52, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0004688-41.2024.8.16.0196, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **artigo 155, §4º, inciso I, do Código Penal**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO

RÉU: **FELIPE CHRUN**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0011914-64.2024.8.16.0013**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **FELIPE CHRUN**, portador do RG. nº 94164974 SSP/PR, inscrito no CPF nº 101.401.139-67, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0011914-64.2024.8.16.0013, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **artigo 215-A do Código Penal**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE CITAÇÃO

RÉU: **JEFERSON DA SILVA RIBEIRO DOS SANTOS**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0002349-12.2024.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **15 (quinze) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**

O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente o réu **JEFERSON DA SILVA RIBEIRO DOS SANTOS**, portador do RG. nº 135815667 SSP/PR, inscrito no CPF nº 082.928.809-09, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **CITADO** para que responda à acusação referente aos autos de Processo Crime de n.º 0002349-12.2024.8.16.0196, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**, no qual está sendo denunciado pela prática do crime previsto no **artigo 180, caput, do Código Penal (crime de receptaçãodolosa simples)**. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 07 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
CONDENADO(A): CARLOS ANTONIO FERNANDES TRINDADE
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. 0000298-96.2022.8.16.0196
PRAZO DO EDITAL: 90 (noventa) dias
PRAZO PARA RECURSO: 05 (cinco) dias após o transcurso do prazo do edital
O **DR.FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER**, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) ré(u) **CARLOS ANTONIO FERNANDES TRINDADE**, portador(a) do RG. nº 153609322 SSP/PR, inscrito(a) no CPF nº 236.556.718-57, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO(A)** de que, por sentença datada de 11/04/2025, **foi CONDENADO(A)** à pena privativa de liberdade de 05 anos e 05 meses de reclusão, e 03 (três) meses e 18 (dezoito) dias de detenção, em regime semiaberto, além do pagamento de 541 dias-multa, pela prática dos delitos de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006) e falsa identidade (art. 307 do Código Penal), na forma do art. 69 do Código Penal. E para que ninguém possa alegar futura ignorância expediu-se o presente Edital de Intimação de Sentença, pelo qual fica referido(a) ré(u) intimado(a) de que findo o prazo do edital, **terá 05 dias para recorrer à Superior Instância**. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Curitiba, data da inserção no sistema
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAGAMENTO DA PENA DE MULTA E/OU CUSTAS PROCESSUAIS
RÉUS: **DIEGO HENRIQUE DA ROCHA ESPINDOLA e RUAN GUSTAVO BARBOSA SILVA**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0002581-58.2023.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **30 (trinta) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente os réus **DIEGO HENRIQUE DA ROCHA ESPINDOLA**, portador do RG. nº 11115938 SSP/PR, inscrito no CPF nº 068.354.539-66, e **RUAN GUSTAVO BARBOSA SILVA**, portador do RG. nº 13855190 SSP/PR, inscrito no CPF nº 118.650.579-67, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, ficam **INTIMADOS** de que, decorrido o prazo do presente edital, promovam no prazo de 10 (dez) dias o pagamento da pena de multa e/ou custas processuais imposta em sentença, referente ao processo crime nº 0002581-58.2023.8.16.0196, cujas guias podem ser retiradas na Secretaria desta 4ª Vara Criminal de Curitiba ou solicitadas pelo e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Ficam **INTIMADOS**, ainda, de que em caso de não pagamento, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição, conforme artigo 50 do Código Penal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
CONDENADO(A): KETLIN MATOS DE ALMEIDA
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. 0001218-36.2023.8.16.0196
PRAZO DO EDITAL: 90 (noventa) dias
PRAZO PARA RECURSO: 05 (cinco) dias após o transcurso do prazo do edital
O **DR.FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER**, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) ré(u) **KETLIN MATOS DE ALMEIDA**, portador(a) do RG. nº 135728241 SSP/PR, inscrito(a) no CPF nº 114.723.309-86, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO(A)** de que, por sentença datada de 14/03/2025, **foi CONDENADO(A)** à pena privativa de liberdade de 04 anos reclusão, em regime inicial aberto, além do pagamento de 10 dias-multa, tendo em conta o previsto no artigo 157, § 1º, do Código Penal. E para que ninguém possa alegar futura ignorância expediu-se o presente Edital de Intimação de Sentença, pelo qual fica referido(a) ré(u) intimado(a) de que findo o prazo do edital, **terá 05 dias para recorrer à Superior Instância**. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Curitiba, data da inserção no sistema
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE
RÉU: CLEVERSON VENTURA ORTIZ
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. 0000295-78.2021.8.16.0196
PRAZO DO EDITAL: 60 (sessenta) dias
O **DR.FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER**, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu **CLEVERSON VENTURA ORTIZ**, RG. nº 72181425 SSP/PR, inscrito no CPF nº 032.215.799-42, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO** de que, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, por sentença datada de 10/03/2025, **foi declarada a extinção da punibilidade em relação ao delito previsto no artigo329 do Código Penal**. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA
RÉU: ISRAEL LUAN PEREIRA DA SILVA MORAIS
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. 0041800-23.2023.8.16.0182
PRAZO DO EDITAL: 60 (sessenta) dias
O **DR.FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER**, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu **ISRAEL LUAN PEREIRA DA SILVA MORAIS**, RG. nº 132666237 SSP/PR, inscrito no CPF nº 098.785.659-63, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO** de que, por sentença datada de 28/03/2025, **foi ABSOLVIDO** em relação ao delito de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006), com supedâneo no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. E para que ninguém possa alegar futura ignorância expediu-se o presente Edital, que será publicado. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA
RÉU: ROGER DOS SANTOS OLIVEIRA
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. 0004357-30.2022.8.16.0196
PRAZO DO EDITAL: 60 (sessenta) dias
O **DR.FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER**, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu **ROGER DOS SANTOS OLIVEIRA**, RG. nº 125358268 SSP/PR, inscrito no CPF nº 097.273.669-70, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO** de que, por sentença datada de 11/04/2025, **foi ABSOLVIDO** pela prática do delito de furto qualificado (artigo 155, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal), nos termos do artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal. E para que ninguém possa alegar futura ignorância expediu-se o presente Edital, que será publicado. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAGAMENTO DA PENA DE MULTA E/OU CUSTAS PROCESSUAIS / INTIMAÇÃO
RÉU: **JEFFERSON DA CRUZ**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **0001681-46.2021.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **30 (trinta) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu **JEFFERSON DA CRUZ**, portador do RG. nº 140738140 SSP/PR, inscrito no CPF nº 062.775.149-03, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO** de que, decorrido o prazo do presente edital, promova no prazo de 10 (dez) dias o pagamento da pena de multa e/ou custas processuais imposta em sentença, referente ao processo crime nº 0001681-46.2021.8.16.0196, cujas guias podem ser retiradas na Secretaria desta 4ª Vara Criminal de Curitiba ou solicitadas pelo e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Fica **INTIMADO**, ainda, de que em caso de não pagamento, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição, conforme artigo 50 do Código Penal. Outrossim, fica **INTIMADO** a retirar em Juízo, mediante comprovação de propriedade, um cartão bancário, apreendido nos autos, o qual poderá, não havendo manifestação da parte, ser encaminhado para destruição. A íntegra da decisão poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br . Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAGAMENTO DA PENA DE MULTA E/OU CUSTAS PROCESSUAIS
RÉU: **FÁBIO RODRIGO GOMES**
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. **000579-18.2023.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: **30 (trinta) dias**
PRAZO PARA RESPOSTA: **10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital**
O DR. FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu **FÁBIO RODRIGO GOMES**, portador do RG. nº 107788093 SSP/PR, inscrito no CPF nº 069.574.509-37, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO** de que, decorrido o prazo do presente edital, promova no prazo de 10 (dez) dias o pagamento da pena de multa e/ou custas processuais imposta em sentença, referente ao processo crime nº 000579-18.2023.8.16.0196, cujas guias podem ser retiradas na Secretaria desta 4ª Vara Criminal de Curitiba ou solicitadas pelo e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Fica **INTIMADO**, ainda, de que em caso de não pagamento, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição, conforme artigo 50 do Código Penal. Outrossim, fica **INTIMADO** de que, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, por sentença datada de 25/02/2025, **foi declarada a extinção da pena de multa em razão do indulto concedido pelo Decreto nº 12.338/2024, nos termos do artigo 107, inciso II, do Código Penal**. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br . Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA
RÉU: RAYNER FELIPE DA SILVA
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. 0004176-63.2021.8.16.0196
PRAZO DO EDITAL: 60 (sessenta) dias
O **DR.FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER**, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu **RAYNER FELIPE DA SILVA**, RG. nº 109989479 SSP/PR, inscrito no CPF nº 080.226.739-43, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO** de que, por sentença datada de 24/02/2025 **foi ABSOLVIDO** da prática do delito de furto qualificado (artigo 155, caput, do Código Penal), nos termos do artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.. E para que ninguém possa alegar futura ignorância expediu-se o presente Edital, que será publicado. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
CONDENADO(A): WILSON MARCELINO ANTUNES DA SILVA
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. 0000298-96.2022.8.16.0196
PRAZO DO EDITAL: 90 (noventa) dias
PRAZO PARA RECURSO: 05 (cinco) dias após o transcurso do prazo do edital
O **DR.FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER**, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) ré(u) **WILSON MARCELINO ANTUNES DA SILVA**, portador(a) do RG. nº 103658900 SSP/PR, inscrito(a) no CPF nº 067.578.029-29, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO(A)** de que, por sentença datada de 17/02/2025, **foi CONDENADO(A)** à pena privativa de liberdade de 05 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 500 dias-multa, pela prática do delito de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006). E para que ninguém possa alegar futura ignorância expediu-se o presente Edital de Intimação de Sentença, pelo qual fica referido(a) ré(u) intimado(a) de que findo o prazo do edital, **terá 05 dias para recorrer à Superior Instância**. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Curitiba, data da inserção no sistema
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
CONDENADO(A): ANDRE LUIZ DA CRUZ RODRIGUES

AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. 0003293-82.2022.8.16.0196
PRAZO DO EDITAL: 90 (noventa) dias
PRAZO PARA RECURSO: 05 (cinco) dias após o transcurso do prazo do edital
O **DR.FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER**, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) ré(u) **ANDRE LUIZ DA CRUZ RODRIGUES**, portador(a) do RG. nº 137011930 SSP/PR, inscrito(a) no CPF nº 115.616.479-69, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO(A)** de que, por sentença datada de 27/05/2024, **foi CONDENADO(A)** à pena privativa de liberdade de 06 anos e 27 dias de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 606 dias-multa, tendo em conta o previsto no artigo 33, caput, cumulado com artigo 40, inciso III, ambos da Lei nº 11.343/06. E para que ninguém possa alegar futura ignorância expediu-se o presente Edital de Intimação de Sentença, pelo qual fica referido(a) ré(u) intimado(a) de que findo o prazo do edital, **terá 05 dias para recorrer à Superior Instância**. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Curitiba, data da inserção no sistema
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL
FORO CENTRAL DA COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CURITIBA
AVENIDA ANITA GARIBALDI, N.º 750 - CURITIBA/PR - CEP 80540-180
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
CONDENADO(A): DIOGO HENRIQUE BARBOZA
AUTOS DE PROCESSO CRIME Nº. 0002385-88.2023.8.16.0196
PRAZO DO EDITAL: 90 (noventa) dias
PRAZO PARA RECURSO: 05 (cinco) dias após o transcurso do prazo do edital
O **DR.FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER**, MM. JUIZ DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) ré(u) **DIOGO HENRIQUE BARBOZA**, portador(a) do RG. nº 127190666 SSP/PR, inscrito(a) no CPF nº 085.951.339-48, ora em LUGAR INCERTO, pelo presente, fica **INTIMADO(A)** de que, por sentença datada de 03/04/2025 **foi CONDENADO(A)** à pena privativa de liberdade de 05 anos e 05 meses de reclusão em regime semiaberto, e o pagamento de 541 dias-multa, como incurso(a) nas sanções do **artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006**. E para que ninguém possa alegar futura ignorância expediu-se o presente Edital de Intimação de Sentença, pelo qual fica referido(a) ré(u) intimado(a) de que findo o prazo do edital, **terá 05 dias para recorrer à Superior Instância**. A íntegra da sentença poderá ser solicitada junto à secretaria desta Vara Criminal, através do e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Silvente Pereira, Técnica Judiciária, digitei.
Curitiba, data da inserção no sistema
Dr. Fernando Bardelli Silva Fischer
Juiz de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 4ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI Rua da Glória, 290 - 2º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1844 - E-mail: ctba40vj-e@tjpr.jus.br Autos nº. 0001483-91.2025.8.16.0188 Processo: 0001483-91.2025.8.16.0188 Classe Processual: Alteração de Regime de Bens Assunto Principal: Retificação de Outros Dados Valor da Causa: R$1.000,00 Interessado(s): ANA PAULA DUBINSKI VICTOR ANDRES ARCE SCHULZ EDITAL COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS (art. 734, §1º, do CPC.). A Exma Sra. Dra. CRISTINA TRENTO, MM.ª Juíza de Direito da 4ª Vara de Família do Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja pertencer, especialmente de TERCEIROS que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara de Família, se processam os autos acima nominados, tendo os requerentes alegado no pleito inicial em síntese o seguinte: "Casaram- se em data de 26 de novembro de 2022, pelo regime de separação obrigatória de bens, devido ao inventário em que o Requerente Victor seria herdeiro e meeiro; O processo de inventário já se encontra com a homologação do plano de partilha, bem como já transitou em julgado; Sem impedimentos de realizar o casamento no regime de comunhão universal, os requerentes manifestaram vontade na alteração do regime de separação de bens para comunhão universal de Bens; Destacaram que não há nenhum intento de prejudicar direito de terceiros. Ficam eventuais terceiros devidamente INTIMADOS do item 3 da r. Decisão de seq. 15.1, parcialmente transcrita: "(...)3. Sem prejuízo, publiquese edital divulgando a pretendida alteração de regime de bens, com prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 734, §1º do CPC (...). Intimações e diligências necessárias. Curitiba, data da assinatura digital. Cristina Trento Juíza de Direito". E para que ninguém possa alegar ignorância, se passa o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta capital para CONHECIMENTO de TERCEIROS dos termos da ação e eventual manifestação (art. 734, §1º , do CPC). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 08 de maio de 2025. Eu, (Lestir Bortolon Filho) - Escrivão, digitei e subscrevi. CRISTINA TRENTO JUIZA DE DIREITO (Assinatura Digital) Decreto Judiciário n.º 172/2020 - E-TJ/PR

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 4ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI Rua da Glória, 290 - 2º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1844 - E-mail: ctba40vj-e@tjpr.jus.br Autos nº. 0007534-89.2023.8.16.0188 JUSTIÇA GRATUITA Processo: 0007534-89.2023.8.16.0188 Classe Processual: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Assunto Principal: Exoneração Valor da Causa: R$7.920,00 Autor(s): DARCI BARBOSA DA FONSECA IVAN BARBOSA DA FONSECA Réu(s): DOMINIC BARBOSA DA FONSECA Dafny Barbosa da Fonseca POTIGUARA BARBOSA DA FONSECA (RG: 62304170 SSP/PR e CPF/CNPJ: 020.460.539-31) Rua Bagdá, 747 - Santa Regina - CAMBORIÚ/SC - CEP: 88.345-500 - Telefone(s): (47) 99150-8228 TATIANA APARECIDA LUIZ EDITAL COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA CITAÇÃO DO REQUERIDO POTIGUARA BARBOSA DA FONSECA, brasileiro, nascido em 11/09/1976, inscrita no CPF sob nº 020.460.539-31, em lugar incerto e não sabido. A Exma Sra. Dra. GIOVANA EHLERS FABRO ESMANHOTTO, MM.ª Juíza de Direito Substituta da 4ª Vara de Família do Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja pertencer, especialmente do (a) Sr (a) POTIGUARA BARBOSA DA FONSECA, que por este Juízo e Cartório da 4ª Vara de Família, se processam os autos acima nominados, onde trata de ação de Exoneração de Alimentos ajuizada por Ivan Barbosa da Fonseca e Darci Barbosa da Fonseca em face das netas Dominic Barbosa da Fonseca e Dafny Barbosa da Fonseca, na qual já atingiram a maioridade e ainda, por decisão judicial, tendo em vista que a obrigação alimentar avoenga é subsidiária, a análise do pedido de exoneração por conta de superveniente modificação no contexto dos genitores exige que eles (Potiguara Barbosa da Fonseca e Tatiana Aparecida Luiz) participem no processo. E para que ninguém possa alegar ignorância, se passa o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados na imprensa desta capital para CITAÇÃO do requerido POTIGUARA BARBOSA DA FONSECA, dos termos da ação e para que, querendo, apresente contestação no prazo de quinze (15) dias uteis, a contar do trigésimo primeiro dia da primeira publicação deste, sob pena de não o fazendo ser considerado revel e se presumirem como verdadeiros os fatos formulados pelo autor (artigos 344, NCPC). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 08 de maio de 2025. Eu, (Lestir Bortolon Filho) - Escrivão, digitei e subscrevi. GIOVANA EHLERS FABRO ESMANHOTTO JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA Assinatura Digital Decreto Judiciário n.º 172/2020 - E-TJ/PR

5ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo (15) quinze dias.
Réu: GERMANO KERBER
O(a) MM. Juiz(a) de Direito da Central de Garantias Especializada da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, Doutor Rodrigo Simões Palma, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que não tendo sido possível INTIMAR PESSOALMENTE o réu GERMANO KERBER, portador(a) do RG 95842240 SSP/PR, filho(a) de MARIA ANGELICA DOS SANTOS KERBER *(Nome Mãe)* e PLAUTO KERBER *(Nome Pai)*, nascido(a) em 24/03/1991, natural de CURITIBA, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente fica ele intimado de que no(a) 279 - Inquérito Policial sob nº **0002404-37.2018.8.16.0013**, manifeste interesse na devolução do valor pago a título de fiança, dentro do prazo de 10 dias, sob pena de perdimento.

Expede-se o presente edital de intimação, nos termos do artigo 361, do Código de Processo Penal, tendo em vista estar o Réu em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o qual será afixado no átrio da 5ª Secretaria do Crime e publicado na imprensa Oficial, nos termos da lei.

Curitiba, 08 de maio de 2025.
Silvana das Graças Borba Plugge Nowicki
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo (15) quinze dias.
Réu: RODRIGO DE FREITAS BAPTISTA
O(a) MM. Juiz(a) de Direito da Central de Garantias Especializada da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, Doutor Rodrigo Simões Palma, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que não tendo sido possível INTIMAR PESSOALMENTE o réu RODRIGO DE FREITAS BAPTISTA, portador(a) do RG 97184976 SSP/PR, filho(a) de ZELIA DE FREITAS *(Nome Mãe)* e NILTON ANTONIO BAPTISTA *(Nome Pai)*, nascido(a) em 09/11/1987, natural de CURITIBA/PR, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente fica ele intimado de que no(a) 279 - Inquérito Policial sob nº **0001021-81.2023.8.16.0196**, manifeste interesse na devolução do valor pago a título de fiança, dentro do prazo de 10 dias, sob pena de perdimento.
Expede-se o presente edital de intimação, nos termos do artigo 361, do Código de Processo Penal, tendo em vista estar o Réu em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o qual será afixado no átrio da 5ª Secretaria do Crime e publicado na imprensa Oficial, nos termos da lei.

Curitiba, 08 de maio de 2025.
Silvana das Graças Borba Plugge Nowicki
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)

8ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃOAutos nº. 0003373-12.2023.8.16.0196 RÉU: KEVIN MARLON DE SOUZA PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) diasPRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital A Exma. Sra. Sayonara Sedano, MMa. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, na forma da lei FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a parte ré KEVIN MARLON DE SOUZA, residente no(a) Rua Presidente João Goulart, 191 - Tatuquara - CURITIBA/PR - CEP: 81.470-470 - Telefone(s): (47) 99178-5760, (filiação: Nome da Mãe: MARI DOLORES DE SOUZA Nome do Pai: - nascido em: CURITIBA/PR ,na data de 27/01/1996) **e como consta dos autos que se encontra atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente edital CITA-O(A) e chama para, no prazo acima indicado, comparecer** a este Juízo (End.: Avenida Anita Garibaldi, 750, Ahú, Curitiba - PR - Fone: (41)3309-9108) em que tramita a Ação Penal n. 0003373-12.2023.8.16.0196 na qual foi denunciado(a) como incurso no artigo 16, §1º, inciso IV, da Lei nº 10.826/03. Ficando devidamente INTIMADO a constituir defensor e apresentar resposta à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados do término do prazo deste edital ou a partir do comparecimento pessoal do denunciado ou do defensor constituído**.** A parte ré deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Na forma do artigo 366 do mesmo Código, se o acusado não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Lotério Paquete , Técnica Judiciária , digitei e conferi.
SAYONARA SEDANO Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃOAutos nº. 0011258-86.2020.8.16.0033 RÉU: ROMILDO DIAS DOS SANTOS PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) diasPRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital A Exma. Sra. Sayonara Sedano, MMa. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, na forma da lei FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a parte ré ROMILDO DIAS DOS SANTOS, residente no(a) Avenida Sete de Setembro, 2775 loja B 29 - Rebouças - CURITIBA/PR - CEP: 80.230-010, (filiação: Nome da Mãe: CREUZA GONÇALVES GUIMARÃES Nome do Pai: JOSE DIAS DOS SANTOS - nascido em: ARAGUACEMA/TO ,na data de 27/07/1977) **e como consta dos autos que se encontra atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente edital CITA-O(A) e chama para, no prazo acima indicado, comparecer** a este Juízo (End.: Avenida Anita Garibaldi, 750, Ahú, Curitiba - PR - Fone: (41)3309-9108) em que tramita a Ação Penal n. 0011258-86.2020.8.16.0033 na qual foi denunciado(a) como incurso no artigo 171, caput, do Código Penal. Ficando devidamente INTIMADO a constituir defensor e apresentar resposta à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados do término do prazo deste edital ou a partir do comparecimento pessoal do denunciado ou do defensor constituído**.** A parte ré deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Na forma do artigo 366 do mesmo Código, se o acusado não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Lotério Paquete , Técnica Judiciária , digitei e conferi.
SAYONARA SEDANO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
8ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA - PROJUDI
Avenida Anita Garibaldi, 750 - Ahú - Curitiba/PR - CEP: 80.540-900 - Fone: (41)3309-9108 - E-mail: ctba-58vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃOAutos nº. 0003418-46.2024.8.16.0013 RÉU: LUIZ CARLOS PISTOR PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) diasPRAZO PARA RESPOSTA: 10 (dez) dias após o transcurso do prazo do edital A Exma. Sra. Sayonara Sedano, MMa. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, na forma da lei FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a parte ré LUIZ CARLOS PISTOR, residente no(a) RUA JULIO COZZETTI, 1441 CASA - Parque da Fonte - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - CEP: 83.050-600, (filiação: Nome da Mãe: MARIA APARECIDA RIBEIRO Nome do Pai: CARLOS ALBERTO PISTOR - nascido em: CURITIBA ,na data de 13/08/1992) **e como consta dos autos que se encontra atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente edital CITA-O(A) e chama para, no prazo acima indicado, comparecer** a este Juízo (End.: Avenida Anita Garibaldi, 750, Ahú, Curitiba - PR - Fone: (41)3309-9108) em que tramita a Ação Penal n. 0003418-46.2024.8.16.0013 na qual foi denunciado(a) como incurso no artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal. Ficando devidamente INTIMADO a constituir defensor e apresentar resposta à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados do término do prazo deste edital ou a partir do comparecimento pessoal do denunciado ou do defensor constituído**.** A parte ré deverá ainda, em sua resposta à acusação, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão do direito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal alterado pela Lei 11.719/2008. Na forma do artigo 366 do mesmo Código, se o acusado não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Adriana Lotério Paquete , Técnica Judiciária , digitei e conferi.
SAYONARA SEDANO Juíza de Direito

9ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR
Av. Cândido de Abreu, 535, 9º Andar, Ed. Montepar, Centro Cívico
Telefone 041-41021060 - Endereço de e-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, RÉUS AUSENTES INCERTOS, DESCONHECIDOS E SEUS CÔNJUGES - COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O DOUTOR **ADRIANO SCUSSIATTO EYNG,**MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório da 09ª Vara Cível, tramitam os autos de **AÇÃO DE USUCAPIÃO (USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA)** sob o **nº 0026504-19.2023.8.16.0001**, em que é Autor, **MANOEL GUILHERME MOREIRA BANDEIRA**, inscrito no CPF/MF sob n.º 865.056.709-63, em face de **ARIEL VALMOR VALASKI**, inscrito no CPF/MF sob n.º 609.889.089-72, que conforme minuta a presentada na de **(seq. 108.2) dos autos,** tem por objeto o reconhecimento do domínio sobre o **veículo Ford, ano de fabricação 1932**, adquirido do requerido no ano de 2018, por R$2.000,00 (dois mil reais). Ocorre, porém, que o veículo não possui documentação alguma, sequer possui registro perante qualquer sistema nacional de veículos. Assim, considerando que o autor exerce a posse justa e de boa- fé sobre o veículo, de forma mansa, pacífica e ininterrupta por mais de 5 (cinco) anos, sem nenhuma oposição ou contestação , por quem quer que seja, como será comprovado nos autos, o requerente postula pela declaração de propriedade do referido veículo, a fim de que seja providenciado o seu registro junto órgão de trânsito competente. **Assim expede-se** o presente **EDITAL** com prazo de 30 (trinta) dias, para a **CITAÇÃOde EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS, RÉUS INCERTOS E DESCONHECIDOS E SEUS CÔNJUGES**, para querendo, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo da publicação deste edital, apresentarem resposta aos termos desta ação, cabendo destacar que se os citados não contestarem a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora na inicial. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Luiz Carlos Martins, Analista Judiciário desta Serventia, que assim o digitei, por determinação judicial.
CARLOS ROMANEL
Escrivão
Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria n.º 01/13

JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR
Av. Cândido de Abreu, 535, 9º Andar, Ed. Montepar, Centro Cívico
Telefone: 041-41021060 - Endereço de e-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉ "CELFHONE TELEFONIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, na pessoa de seu sócio-administrador **Moises Aparecido da Silva" - COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.**
O DOUTOR **JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SAMON,** MM. JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que tem curso neste Juízo de Direito, situado à Rua Cândido de Abreu, 535, Centro Cívico, nesta Capital, a **AÇÃO MONITÓRIA** autuada **sob nº. 0007568-43.2023.8.16.0001,** movida por **TEREZA APARECIDA PEREIRA DA ROSA**, brasileira, portadora do RG nº 4.416.355-1 e do CPF nº 495.397.449-20, com endereço na Rua Antonio Vicente, nº 249, Ipanema, Pontal do Paraná/PR, CEP 83255-000**,** em face de **CELFHONE TELEFONIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LT**DA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.093.705/0001-42, que conforme síntese apresentada aduz o seguinte: **"A presente ação visa a exigência do débito representado por 01 (uma) folha de cheque, emitida em janeiro de 2022, no valor de R$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais), cujo vencimento se deu em 15/02/2022, totalizando, atualizado até a presente data do cumprimento de sentença, 11/04/2025, o valor de R$ 729,29** setecentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos)**.". E haja vista que foram frustradas as tentativas de localização** da parte Ré **CELFHONE TELEFONIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LT**DA, nestas condições é feita a sua **CITAÇÃO** pelo compretente **EDITAL** com prazo de 30 (trinta) dias**,** na pessoa de seu sócio-administrador **Moises Aparecido da Silva**, conforme (seq. 1.10), para que, cumpram a obrigação referida na petição inicial ou ofereça embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados apartir do esgotamento dos 30 (trinta) dias da publicação deste edital, **sob pena de revelia e de conversão automática do mandado inicial em mandado executivo**, prosseguindo o feito como execução por quantia certa, pelo que, ficam desde já fixados honorários advocatícios de 5% (cinco por cento), para o patrono da parte autora, (artigo 701, §1º, NCPC). Bem como, poderá a parte requerida oferecer (art. 702 do CPC), e que não promovendo o pagamento, ou apresentando embargos, deverá arcar também com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo, desde logo, em 10% sobre o valor atribuído à causa. Em não sendo apresentado defesa será nomeado Defensor Público para exercer a função de curador especial do réu citado por edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, 07 de maio de 2025, Eu, Luiz Carlos Martins, Analista Judiciário desta Serventia, que assim o digitei o presente edital, por determinação judicial.
CARLOS ROMANEL
Escrivão
Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria n.º 01/13

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR
Av. Cândido de Abreu, 535, 9º Andar, Ed. Montepar, Centro Cívico
Telefone: 041-41021060 - Endereo de e-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PR
Av. Cândido de Abreu, 535, 9º Andar, Ed. Montepar, Centro Cívico
Telefone: 041-41021060 - Endereo de e-mail: curitibacartorio9varacivel@gmail.com
EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS "REVESTIMENTO AGUA MARINA S.C LTDA, e **FRANCISCO CARDOSO DE PAULA", COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.**
O DOUTOR **JOSÉ EDUARDO DE MELLO LEITÃO SALMON,**MM. JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,
FAZ SABER; a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que, por este Juízo, **sob n. 0071542-11.2010.8.16.0001**, processa-se os autos de ***CUMPRIMENTO DE SENTENÇA***, promovido por **MAX GREGORIO LOW** em face de **REVESTIMENTO AGUA MARINA S.C LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 81.246.712/0001-97, e seu sócio, **FRANCISCO CARDOSO DE PAULA**, CPF nº 875.697.369-15, que haja vista a sentença proferida em data de **22/11/2012**, conforme **(seq. 1.1)** dos autos, **que constituiu o título executivo judicial**, tendo **transitada em julgado** em data de **15/05/2013**, conforme certidão lançada nos autos **(seq. 1.2)**, e em razão do início do cumprimento de sentença, conforme r. despacho de **(seq. 11.1)**, é feita a **INTIMAÇÃO** através deste competente **EDITAL,** dos executados **REVESTIMENTO AGUA MARINA S.C LTDA**, **FRANCISCO CARDOSO DE PAULA,** e seu sócio, **FRANCISCO CARDOSO DE PAULA,** para que efetuem o pagamento do valor acordado em audiência de conciliação em 06/11/2012, sendo o valor atualizado em março de 2025 de R$ 13.726,71 (treze mil setecentos e vinte e seis reais e setenta e um centavos) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar após os 30 (trinta) dias da publicação deste edital, advertindo-o que não efetuado o pagamento do débito, o montante da condenação é acrescido de multa no percentual de 10% (dez por cento), e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §1º e §2º do NCPC. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. NADA MAIS, Curitiba, 08 de maio de 2025. Eu, Luiz Carlos Martins, Analista Judiciário desta Serventia, que o digitei, por determinação judicial.
CARLOS ROMANEL
Escrivão
Por aut. do MM. Juiz de Direito - Portaria n.º 01/13

9ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): FRANCIÉLE DO ROCIO LANCE PAULO
PRAZO DE 30 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0022532-46.2024.8.16.0182, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PAULO CELESTINO DE OLIVEIRA, FRANCIÉLE DO ROCIO LANCE PAULO, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido FRANCIÉLE DO ROCIO LANCE PAULO, portador(a) do RG 133260374 SSP/PR e CPF 421.830.318-59, nascido(a)**

em 29/12/1988, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de SOLANGE DO ROCIO DA SILVA e GILMAR LANCE, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **NOTIFICAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos), conforme descrição do fato transcrito na denúncia: ""No dia 31 de maio de 2024, por volta das 09h56min, na Rua do Rosário, nº 26, Centro, Comarca de Curitiba/PR, a denunciada FRANCIÉLE DO ROCIO LANCE PAULO, com vontade e consciência, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, trazia consigo, para fins de tráfico de drogas, escondido em sua boca, 2 (duas) 'pedras' da droga benzoilmetilecgonina, na forma de 'crack', ainda, durante revista no local, foi averiguado que a denunciada guardava, mais 05 (cinco) 'pedras' de baixo do colchão no qual estava deitada, pesando ao todo 1,3 g (um grama e trezentos miligramas), substância esta que determina dependência física e/ou psíquica, proscrita em todo o território nacional, consoante regulamentação da Portaria SVS/MS n.º 344/98. Consta também que a abordagem policial ocorreu devida a fundada suspeita, tendo em vista que ao se aproximaram, FRANCIÉLE DO ROCIO LANCE PAULO entregou algo para um indivíduo, não identificado, o qual empreendeu fuga. Em conversa com a equipe, a denunciada afirmou que vendia as pedras e que as havia adquirido com um rapaz, que trajava moletom azul-escuro e calça jeans, para revender. (Conforme auto de constatação provisório de droga de mov. 8.1; auto de exibição e apreensão de mov. 8.2; boletim de ocorrência de mov. 8.4)" FATO II No dia 31 de maio de 2024, por volta das 09h56min, na Rua do Rosário, nº 26, Centro, Comarca de Curitiba/PR, o denunciado PAULO CELESTINO DE OLIVEIRA, com vontade e consciência, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, trazia consigo, para fins de tráfico de drogas, em seu bolso, 04 (quatro) invólucros da droga benzoilmetilecgonina, na forma de 'crack', pesando 0,7 g (setecentos miligramas), substância esta que determina dependência física e/ou psíquica, proscrita em todo o território nacional, consoante regulamentação da Portaria SVS/MS n.º 344/98. Consta, ainda, que a abordagem policial ocorreu devida a fundada suspeita, tendo em vista que, ao realizarem a volta na quadra e passarem em frente ao local onde FRANCIÉLE DO ROCIO LANCE PAULO foi detida, o denunciado, possuindo as mesmas características descritas por ela, estava revirando o colchão onde foram encontradas as drogas anteriormente apreendidas em posse de FRANCIÉLE. (Conforme auto de constatação provisório de droga de mov. 8.1; auto de exibição e apreensão de mov. 8.3; boletim de ocorrência de mov. 8.4); e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, **arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, até o número de 5 (cinco)**. Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado(a) nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARLON ALVES DA ROCHA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Dano Qualificado contra a Administração Pública, sob nº 0001849-43.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARLON ALVES DA ROCHA, e vítima MUNICIPIO DE CURITIBA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARLON ALVES DA ROCHA, portador(a) do RG 127225133 SSP/PR e CPF 093.521.509-37, nascido(a) em 30/07/1992, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de MARIA JOSE GOMES ALVES DOS SANTOS e CLAUDIO ALVARISTO DA ROCHA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 163 - DANO QUALIFICADO, Detenção: 6 meses a 3 anos, § único, inciso III do Código Penal oferecida em 27/12/2024 e recebida em 19/02/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 13 de abril de 2024, por volta das 19h22min, no interior do terminal de ônibus do Capão Raso, situado na Rua Otto Cabel, nº 94, Bairro Novo Mundo, neste Município e Comarca de Curitiba/PR, o denunciado MARLON ALVES DA ROCHA, com vontade e consciência, deteriorou o vidro da referida estação-tubo 'Capão Raso/Campina do Siqueira', de propriedade da URBS S/A, concessionária responsável pelo transporte coletivo em Curitiba/PR, arremessando contra esta uma pedra (apreendida, cf. imagem de seq. 1.13/1.14), causando dano e prejuízo ao patrimônio público no valor de R$ 334,19 (trezentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos)1, conforme imagens de seq. 1.12, termos de depoimento de seq. 1.3, 1.5 e 1.8 e Laudo de Exame de Local de Crime nº43688/2024 de seq. 50.1."; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Diego Marcondes
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0003196-48.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Diego Marcondes, e vítima ESTADO DO PARANÁ, JANETE FERREIRA MACHADO, MAICON DOUGLAS KRAUSS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Diego Marcondes, portador(a) do RG 102163435 SSP/PR e CPF 083.760.179-77, nascido(a) em 30/04/1990, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de Sonia Marcondes e Marcelo Marcondes,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 180 - RECEPTACAO, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 02/08/2024 e recebida em 23/08/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Na data de 02 de agosto de 2023, por volta de 01h50mins., na Rua João Batista Zagonel Passos, próximo ao numeral 225, no bairro Xaxim, neste município e Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR o denunciado DIEGO MARCONDES, agindo dolosamente,vale dizer, com conhecimento (elemento intelectual, no sentido de representação psíquica) e vontade (elemento volitivo, no sentido de querer realizar - 'decisão de agir' - as circunstâncias do tipo legal), plenamente ciente da ilicitude e reprovabilidade de seu comportamento, adquiriu, em proveito próprio, coisa alheia móvel consistente no veículo marca/modelo GM/ Monza SL/E, ano 1986, de cor preta, placas AFO4977/PR, chassis sob nº 9BG5JK11ZGB054369, bem este avaliado em R$ 4.223,00 (quatro mil duzentos e vinte três reais- cfe. Auto de Avaliação Indireta em mov. 1.15), plenamente ciente de que tal bem, havia sido criminosamente subtraído mediante furto na data de 01 de agosto de 2023, do então possuidor Maicon Douglas Krauss ,conforme indica o 'Alerta 190' em mov. 1.3. Extrai-se do produto da investigação preliminar que uma equipe da Polícia Militar do Estado do Paraná estava em patrulhamento nas proximidades do endereço supramencionado, quando constatou que o automóvel GM/Monza SL/E acima referido, apresentava 'alerta de furto', sendo certo que ao ser questionado sobre a propriedade do veículo, o ora denunciado DIEGO MARCONDES se identificou como o dono, razão pela qual foi promovida a sua prisão em flagrante delito, sendo ele encaminhado à presença da autoridade policial competente para a adoção das providências legais necessárias, tudo consoante demonstram o Auto de Prisão em Flagrante Delito de mov. 1.1, o Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.11 e demais documentosconstantes no Inquérito Policial que embasam a presente imputação; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Alexsandro Babio
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000855-49.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Alexsandro Babio, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Alexsandro Babio, portador(a) do RG 13130498 SSP/PR e CPF 094.482.139-13, nascido(a) em 08/01/1995, natural de PIRAQUARA/PR, filho(a) de CLARICE ANASTACIO e LUCIANO BABIO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa oferecida em 09/08/2024 e recebida em 15/04/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: ""No dia 07 de março de 2023, por volta das 17h30min, na Travessa Nestor de Castro, n° 160, Centro, próximo a um bar, neste Município e Comarca de Curitiba/PR, o denunciado ALEXSANDRO BABIO com vontade e consciência, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, trazia consigo, para fins de tráfico de drogas, dentro de uma pochete marrom, 33 (trinta e três) 'pedras' da droga benzoilmetilecgonina, na forma de 'crack', pesando 2,8 g (dois gramas e oitocentos miligramas) e 22 (vinte e duas) unidades

da droga benzoilmetilecgonina, na forma de 'cocaína', peando 6.5 g (seis gramas e quinhentos miligramas) substâncias estas que determinam dependência física e/ou psíquica, proscritas em todo o território nacional, consoante regulamentação da Portaria SVS/MS n.º 344/98. Também foi apreendido o valor de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) em espécie. (Conforme boletim de ocorrência de mov. 1.3; auto de exibição e apreensão de mov. 1.12; fotografia da droga apreendida de mov. 30.1; auto de constatação provisória de droga e laudo de substâncias químicas de mov. 49.1)"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JUNIOR DOS SANTOS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0001075-13.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JUNIOR DOS SANTOS, e vítima LOJAS CASSOL, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JUNIOR DOS SANTOS, portador(a) do RG 96157436 SSP/PR e CPF 055.982.799-75, nascido(a) em 19/07/1986, natural de RIO AZUL/PR, filho(a) de Tereza Munhoz dos Santos e João Maria dos Santos,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 13/05/2024 e recebida em 30/07/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Na data de 02 de março de 2024, em horário aproximado às 16h00min, no interior do estabelecimento comercial "Lojas Cassol", localizada na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 4742, Bairro Hauer, nesse município e Comarca de Curitiba/PR, o denunciado JUNIOR DOS SANTOS, com conhecimento (elemento intelectual, no sentido de representação psíquica) e vontade (elemento volitivo, no sentido de querer realizar - 'decisão de agir' - as circunstâncias do tipo legal), agindo dolosamente, ou seja, com intenção de assenhoreamento definitivo de coisa alheia móvel, subtraiu, para si, 2 (dois) chuveiros ½' da marca Acqua Plus CR, avaliados em R$ 1.279,80 (mil duzentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), de propriedade da empresa vítima Lojas Cassol." (cf. Auto de Prisão em Flagrante Delito de mov. 1.4; Boletim de Ocorrência de mov. 1.18; Termos de Depoimento de movs. 1.6, 1.8 e 1.10; Auto de Exibição e Apreensão de mov. 1.14; Auto de Avaliação de mov. 1.16; Relatório da Autoridade Policial de mov. 5.1 e Auto de Entrega de mov. 1.17); e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANA PAULA MELGAREJO QUISPE
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0022972-98.2023.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANA PAULA MELGAREJO QUISPE, e vítima LOJAS AMERICANAS - SHOPPING PALLADIUM, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANA PAULA MELGAREJO QUISPE, portador(a) do RG 166670055 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 20/01/1997, natural de PERU/, filho(a) de PAULA LEONOR QUISPE ORTEGA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 04/01/2025 e recebida em 25/04/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 26 de agosto de 2023, por volta das 16h10min, no interior do estabelecimento comercial denominado 'Lojas Americanas', situado na Rua Wilson de França, no 20, Bairro Portão, neste Município e Comarca de Curitiba/PR, a denunciada ANA PAULA MELGAREJO QUISPE, com vontade e consciência, subtraiu, para si, com ânimo de assenhoramento definitivo, 64 (sessenta e quatro) kits de lingerie e 04 (quatro) carrinhos de brinquedo, avaliados no total de R$1.463,32 (um mil quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos)1, de propriedade do estabelecimento comercial/vítima, bens estes devidamente recuperados e restituídos (auto de exibição e apreensão seq. 1.7 e auto de entrega de seq. 1.10)." ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): BRUNO EDUARDO VEIGA DOS SANTOS
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0005202-96.2021.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) BRUNO EDUARDO VEIGA DOS SANTOS, e vítima EMANUELLA PADILHA CORDEIRO,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **BRUNO EDUARDO VEIGA DOS SANTOS, portador(a) do RG 13678323 SSP/PR e CPF 105.277.209-92, nascido(a) em 16/09/1995, natural de RIO NEGRO, filho(a) de MIRIAN ROSALI SIMM e OSNI VEIGA DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 157 - ROUBO, Reclusão: 4 anos e 10 (dez) dias-multa em regime aberto na data de03/02/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão estatal deduzida na denúncia para CONDENAR BRUNO EDUARDO VEIGA DOS SANTOS como incurso nas normas incriminadoras do artigo 157, caput, do Código Penal. Condeno-o, ainda, ao pagamento de custas e despesas processuais", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE GERALDO DA PAZ FERREIRA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0001242-64.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOSE GERALDO DA PAZ FERREIRA, e vítima LARISSA KETNER FERNANDES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **JOSE GERALDO DA PAZ FERREIRA, portador(a) do RG 139981073 SSP/PR e CPF 316.152.738-08, nascido(a) em 03/07/1982, natural de AMERICANA/SP, filho(a) de IRACI ALVES DE OLIVEIRA FERREIRA e GENIVALDO DA PAZ FERREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 180 - RECEPTACAO, Reclusão: 1 ano e 10 (dez) dias-multa em regime aberto na data de 10/02/2025, sendo substituída por 01 (uma) restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade, na forma do art. 46 do Código Penal., sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão estatal deduzida na denúncia para CONDENAR JOSE GERALDO DA PAZ FERREIRA como incurso nas normas incriminadoras do artigo 180, caput, do Código Penal.", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VICTOR HUGO RODRIGUES KLAUSS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0001689-18.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VICTOR HUGO RODRIGUES KLAUSS, e vítima GABRIEL DA SILVA GRANZOTTI, LETICIA SOBOLEWSKI FERRANDIN, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido VICTOR HUGO RODRIGUES KLAUSS, portador(a) do RG 147694601 SSP/PR e CPF 092.323.559-06, nascido(a) em 20/08/2005, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de TAMILLE RODRIGUES DE ARAUJO e PAULO CESAR KLAUSS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 08 de maio de 2025.
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): BRUNO DA SILVA PAUFERRO DE LIMA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0005325-89.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) BRUNO DA SILVA PAUFERRO DE LIMA, e vítima MUNICIPIO DE CURITIBA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **BRUNO DA SILVA PAUFERRO DE LIMA, portador(a) do RG 10041796 SSP/PR e CPF 011.194.119-98, nascido(a) em 11/02/1989, natural de PARANAVAI/PR, filho(a) de Valderene Rosa da Silva e JESSÉ PAUFERRO DE LIMA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 ano e 10 dias multa, caput, c/c art. 14, II, do Código Penal em regime semiaberto, na data de 04/04/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão estatal deduzida na denúncia para CONDENAR BRUNO DA SILVA PAUFERRO DE LIMA como incurso nas normas incriminadoras do artigo 155, caput, c/c art. 14, II, do Código Penal., em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): NIVALDO SANTANA DA SILVA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0003279-98.2022.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) NIVALDO SANTANA DA SILVA, WILLIAN MELO DE OLIVEIRA, e vítima A APURAR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido NIVALDO SANTANA DA SILVA, portador(a) do RG 90123483 SSP/PR e CPF 058.796.349-22, nascido(a) em 19/05/1982, natural de CURITIBA, filho(a) de EDSONINA RAIMUNDA RODRIGUES ALVES e CICERO SANTANA DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 08 de maio de 2025.
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): WILLIAM BARBOSA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0001776-47.2019.8.16.0196, em que

é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WILLIAM BARBOSA, e vítima MARCOS ANDRE PAES PACHECO, Ulsen Albergoni,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido WILLIAM BARBOSA, portador(a) do RG 0088385778 SSP/RJ e CPF 012.262.767-92, nascido(a) em 14/03/1972, natural de RIO DE JANEIRO, filho(a) de LURDINHA ALAGE BARBOSA e JOSE MARIA BARBOSA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **c)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 08 de maio de 2025.
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): MARIANE MENDES DA ROCHA VIANA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Dano Qualificado, sob nº 0002697-69.2020.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARIANE MENDES DA ROCHA VIANA, e vítima EDINA ANTUNES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **MARIANE MENDES DA ROCHA VIANA, portador(a) do RG 110927266 SSP/PR e CPF 076.407.059-24, nascido(a) em 27/01/1990, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de VERATRIZ LOURENÇO e ALUIZIO MENDES DA ROCHA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 329 - RESISTENCIA, Detenção: 2 meses ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 mês na data de 31/03/2025 em regime aberto, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão estatal deduzida na denúncia para CONDENAR MARIANE MENDES DA ROCHA VIANA como incursa nas normas incriminadoras do artigo 147, caput, do Código Penal (fato I) e artigo 329, caput, do Código Penal (fato II) (este que absorve o delito do art. 163, parágrafo único, III, do CP), em concurso material de crimes., em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): LEANDRO DE JESUS MACHADO
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0004911-91.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LEANDRO DE JESUS MACHADO, e vítima ESTADO DO PARANÁ, Juliana de Lima Pinho, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **LEANDRO DE JESUS MACHADO, portador(a) do RG 156031216 SSP/PR e CPF 801.160.749-90, nascido(a) em 30/12/2002, natural de MANDIRITUBA/PR, filho(a) de SANDRA APARECIDA MACHADO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 ano ART 331 - DESACATO, Detenção: 6 meses ART 329 - RESISTENCIA, Detenção: 2 meses na data de 10/03/2025, sendo substituída por 02 (duas) restritivas de direitos: Prestação pecuniária no valor de R$1.000,00 (mil reais), a ser recolhido perante o Juízo de Execução e, após, transferido em favor de entidade e Prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, a ser definida no Juízo de Execução desta Capital, em audiência admonitória de caráter social vinculada ao TJPR;, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão estatal deduzida na denúncia para CONDENAR LEANDRO DE JESUS MACHADO como incurso nas normas incriminadoras do artigo 155, caput, (FATO 01), no artigo 329 (FATO 02), no artigo 331, caput (FATO 03), todos do Código Penal. ABSOLVO-O, pois, da imputação inerente ao crime do artigo 163, parágrafo único, inciso III, (FATO 04), ex vi do artigo 386, III e VII, do Código de Processo Penal., em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Curitiba, 08 de maio de 2025.**
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CESAR AUGUSTO MARQUES DE MIRANDA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0002604-38.2022.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CESAR AUGUSTO MARQUES DE MIRANDA, GUILHERME PINHEIRO ALVARENGA, WILLIAN PEDROSO DE OLIVEIRA, THIAGO MARQUES DE SOUZA, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido CESAR AUGUSTO MARQUES DE MIRANDA, portador(a) do RG 105681666 SSP/PR e CPF 088.152.209-09, nascido(a) em 23/03/1993, natural de CURITIBA, filho(a) de MARIA ELISETE SANTOS MIRANDA e AMAURI MARQUES DE MIRANDA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Curitiba, 08 de maio de 2025.
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VINÍCIUS EDUARDO DA SILVA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Danielle Nogueira Mota Comar, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0003207-77.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VINÍCIUS EDUARDO DA SILVA, e vítima LUCAS PEREIRA TAKEMIYA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido VINÍCIUS EDUARDO DA SILVA, portador(a) do RG 13308508 SSP/PR e CPF 103.948.989-31, nascido(a) em 12/03/1998, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ESMERALDA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **c)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Rafaela Baioni Trento, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 08 de maio de 2025.
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

14ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS INCERTOS E DESCONHECIDOS E SEUS RESPECTIVOS CONJUGES E/OU SUCESSORES COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.
(Art. 259, I e III do CPC)
A DOUTORA ANNE REGINA MENDES, MMa. JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 14ª VARA CÍVEL DA COMERCA DE CURITIBA/PR., na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos os que o presente edital com prazo de 60 (sessenta) dias virem ou dele tiverem conhecimento que neste Juízo tramitam os autos nº **0008599-09.2020.8.16.0194** de ação de **USUCAPIÃO** no qual é requerente **ISAURA ALMEIDA DEL CONTE** e requerido **ESPÓLIO DE JOSE DEL CONTE NETO** e *versa sobre "Lote nº 781, da quadra 34, da Planta Jardim Esmeralda, sita nesta Capital, com área de 353,80m2, medindo 15,00m de frente para a Rua Julia Valery Legat Neal, por 30,00m do lado direito de quem da rua olha o imóvel onde divide com o lote nº 779, 29,80m do lado esquerdo onde divide com o lote nº 783, e 12,00m na linha dos fundos onde confronta com o lote nº 780, com Indicação Fiscal Setor 81, Quadra 633, Lote 042.000-4, matriculado sob nº 43776 da 8ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba/Pr".* **RESUMO do pedido inicial apresentado pela requerente: "***Autora e Réu, na data de 31/07/1976, contraíram matrimônio, sob o regime de comunhão de bens, conforme se depreende da Certidão de Casamento que segue anexa, sendo que desta união advieram 03 filhos, atualmente todos maiores e capazes. Em de 16/10/1985 os cônjuges adquiriram o imóvel objeto desta lide, conforme se infere da MATRÍCULA (atualizada) que segue anexo, sendo que aos fundos do lote havia uma pequena peça em madeira (contendo 48 m2) onde o casal morava e, mais tarde, a autora concluiu a construção de uma casa de material na parte da frente do lote (contendo 92,80m2), conforme metragem das áreas construídas contidas nos IPTU, que segue anexo, sendo que as duas casas não foram averbadas no registro imobiliário. Em 20 de março de 2003, por motivos pessoais, cujo relato não interessa ao feito, o requerido ABANDONOU O LAR DO CASAL, para morar com outra mulher, deixando a requerente na posse e uso exclusivo do imóvel do casal. Importante ressaltar que, depois que o cônjuge varão abandou o lar, a Requerente permaneceu residindo com os filhos no imóvel citado por mais de 17 anos, arcando com todas as despesas de manutenção do imóvel, inclusive refez a casa de trás que estava com o madeiramento todo podre e realizou inúmeras benfeitorias na casa da frente, tudo a ser devidamente demonstrado em juízo, se ainda necessário for. Portanto, por mais de 17 anos, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, com ânimo de dona, sem interrupção e/ou oposição do Requerido ou de terceiro, a Requerente encontra-se separada de fato e ocupa o imóvel em tela, fazendo jus ao usucapião pleiteado.*". Que através deste edital ficam CITADOS os TERCEIROS INTERESSADOS INCERTOS E DESCONHECIDOS, bem como, SEUS CÔNJUGES E/OU SUCESSORES, para, querendo, contestar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possa ninguém alegar ignorância será **o presente edital publicado pela imprensa oficial, e afixado no local de costume desta serventia, na forma da lei vigente**. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Curitiba Capital do Estado do Paraná, aos 07 dias do mês de maio do ano 2025. Eu,_ (Elenita Yasní S. da Silva) Escrivã da Décima Quarta Vara Cível, o subscrevi.
ANNA REGINA MENDES
Juíza de Direito Substituta

Interior

ALTO PARANÁ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

O Juiz de Direito Huber Pereira Cavalheiro, da Vara Cível de Alto Paraná, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL
ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária,
sob nº 0000475-69.2024.8.16.0041, em que é(são) autor(es) Josefa Maria dos Santos, JOSEFA FIRINO DOS SANTOS
ALENCAR, SELMA FIRINO DOS SANTOS, ZULEIDE FIRINO DOS SANTOS, e réu(s) Companhia Melhoramentos Norte do Parana S/A, EGIDIO MAURICIO QUEIROZ, JOSE MAURICIO QUEIROZ e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: Data nº 19 (dezenove), da Quadra nº 32 (trinta e dois), com área de 600,00 m2, no Município de São João do Caiuá, comarca de Alto Paraná - Pr, nos termos do art. 259
do Código de Processo Civil, O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de
30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Fabiana Dourado Ortiz, Analista Judiciário, conferi
e digitei

ALTO PIQUIRI

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: HERDEIROS DO ESPÓLIO DE DIRCE GONÇALVES DE OLIVEIRA PRAZO DE 20 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Linnyker Alison Siqueira Batista, da Vara Cível de Alto Piquiri, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0000472-14.2024.8.16.0042, em que é(são) autor(es) DENISVALDO LIBERO DA SILVA, e réu(s) ODÍLIA GONÇALVES GALVES, ALICE GONÇALVES GEMEA , DIRCE GONÇALVES DE OLIVEIRA e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais herdeiros do Espólio de Dirce Gonçalves de Oliveira, com fulcro no artigo de 256, II, do Código de Processo Civil , para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis , ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: [IMÓVEL URBANO, constituído pela data de terras sob o nº 10, da quadra nº 02, situada na cidade de Alto Piquiri - PR, com área de 345 metros quadrados, oriundo do LOTAMENTO "VILA AUGUSTA, constando uma construção residencial de madeira, com área de 54 metros quadrados, situado na Rua Vidigal, nº 39, Vila Agusta,], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, SIMONI DO VALE FERREIRA CABRAL, Juramentada, conferi e digitei. Alto Piquiri, 08 de maio de 2025. Simoní do Vale Ferreira Cabral Juramentada OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal. tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: HERDEIROS DO ESPÓLIO DE ADÉLIA LOPATIUK BONK PRAZO DE 20 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Linnyker Alison Siqueira Batista, da Vara Cível de Alto Piquiri, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Aquisição, sob nº 0000787- 13.2022.8.16.0042, em que é(são) autor(es) ELZA KAZUE KUNINARI, e réu(s) Adélia Lopatiuk Bonk, e que por este edital procede à CITAÇÃO dos Herdeiros da requerida ADÉLIA LOPATIUK BONK, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: [IMÓVEL URBANO, datas n.º 325 da quadra nº 28, situada no distrito de Santinho do Oeste, Município e comarca de Alto Piquiri-PR, com área de 450,00 m2, sem benfeitorias. Dentro dos limites e confrontações: Pela Frente, numa extensão de 15,00 metros com A Rua da Parecis De um lado, numa extensão de 30,00 metros, com a data nº 326, Nos fundos, numa extensão de 15,00 metros, coma Data nº 320 e finalmente do outro lado, numa extensão de 30,00 metros, com a data nº 324 da mencionada quadra nº 28.Proprietário Adélia Lopatiuk Bonk viúva meeira - Registro Anterior Transcrição 528 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama-PR.], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, SIMONI DO VALE FERREIRA CABRAL, Juramentada, conferi e digitei. Alto Piquiri, 08 de maio de 2025. Simoní do Vale Ferreira Cabral Juramentada OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal. tjpr.jus.br/projudi

---

ANDIRÁ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Sentenciado: SIDNEY MARQUES
Prazo: TRINTA (30) DIAS
Ação Penal nº 0000113-39.2025.8.16.0039
O Doutor MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Andirá/PR, sito na Rua Ivaí, nº 515, centro, nesta cidade de Andirá/PR, NA FORMA DA LEI, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, com prazo de TRINTA (30) DIAS, referente aos autos de Ação Penal nº 0000113-39.2025.8.16.0039, que não tendo sido possível INTIMAR PESSOALMENTE o noticiado **SIDNEY MARQUES**, brasileiro, filho de AMELIA CEDARO MARQUES e ANTONIO IRINEU MARQUES, nascido em 08/11/1981, pois se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, **INTIMA-O PARA QUE REALIZE A INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAR DO CURSO "VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: CONTEXTUALIZAÇÃO E REFLEXÃO",** conforme decisão publicada em data de 17/01/2025. Para conhecimento de todos e em especial do noticiado é passado o presente edital, que será afixado no átrio do edifício deste Juízo e será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ). Nada mais. Andirá, 30/04/2025. Eu,.....(Mariana Mimim de Sousa Siqueira), Chefe de Secretaria, o digitei e subscrevi.
MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Sentenciado: ALEXANDRE FERREIRA SANTANA
Prazo: DEZ (10) dias
Ação Penal Pública nº 0000722-32.2019.8.16.0039
O Doutor MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Andirá/PR, sito na Rua Ivaí, nº 515, centro, nesta cidade de Andirá/PR, NA FORMA DA LEI, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, com prazo de dez (10) dias, referente aos autos de Ação Penal Pública nº 0000722-32.2019.8.16.0039, que não tendo sido possível INTIMAR PESSOALMENTE o sentenciado ALEXANDRE FERREIRA SANTANA, brasileiro, portador(a) do RG 109093548 SSP/PR e CPF 072.375.409-80, nascido(a) em 16/05/1990, natural de BANDEIRANTES/PR, filho(a) de ISABEL JURADO AZEVEDO e MANOEL FERREIRA SANTANA, pois se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, **INTIMA-O a fim de que efetue o pagamento da multa a que fora condenado, no prazo de 10 (dez) dias, no valor de R**

$82.846,92 (oitenta e dois mil e oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos) ou justificar a impossibilidade de fazê-lo à vista, apresentando requerimento de parcelamento, na forma da lei. Para conhecimento de todos e em especial do sentenciado é passado o presente edital, que será afixado no átrio do edifício deste Juízo e será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ). Nada mais. Andirá, 06 de maio de 2025. Eu,.....(Mariana Mimim de Sousa Siqueira), Chefe de Secretaria, o digitei e subscrevi.
MÁRIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Sentenciado: ROBERTO KAZUO IMAZU JUNIOR
Prazo: DEZ (10) dias
Ação Penal Pública nº 0000722-32.2019.8.16.0039
O Doutor MÁRIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Andirá/PR, sito na Rua Ivaí, nº 515, centro, nesta cidade de Andirá/PR, NA FORMA DA LEI, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, com prazo de dez (10) dias, referente aos autos de Ação Penal Pública nº 0000722-32.2019.8.16.0039, que não tendo sido possível INTIMAR PESSOALMENTE o sentenciado Roberto Kazuo Imazu Junior, brasileiro, portador(a) do RG 93814061 SSP/PR e CPF 059.091.349-22, nascido(a) em 09/10/1987, natural de CORNÉLIO PROCÓPIO/PR, filho(a) de MARISTELA DE FATIMA BRIZOLLA IMAZU e ROBERTO KAZUO IMAZU, pois se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, **INTIMA-O a fim de que efetue o pagamento da multa a que fora condenado, no prazo de 10 (dez) dias, no valor de R$62.135,19 (sessenta e dois mil e cento e trinta e cinco reais e dezenove centavos) ou justificar a impossibilidade de fazê-lo à vista, apresentando requerimento de parcelamento, na forma da lei**. Para conhecimento de todos e em especial do sentenciado é passado o presente edital, que será afixado no átrio do edifício deste Juízo e será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ). Nada mais. Andirá, 06 de maio de 2025. Eu,.....(Mariana Mimim de Sousa Siqueira), Chefe de Secretaria, o digitei e subscrevi.
MÁRIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO
Juiz de Direito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
NOTICIADO: DENILSON FOLTRAM
Prazo: quinze (15) dias
Processo: 0003487-34.2023.8.16.0039
Pelo presente, por determinação do Dr. MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Andirá/PR, se faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, com o prazo de fixação de quinze (15) dias, à partir desta data, que por este Juízo de Direito da Vara Criminal, sito na Rua Ivaí, nº 515, centro, nesta cidade de Andirá/PR, se processam os autos de pedido de Medidas Protetivas de Urgência n °0003487-34.2023.8.16.0039 que o Ministério Público do Estado do Paraná move contra DENILSON FOLTRAM**,** brasileiro, filho de CRENI FURTADO FOLTRAM e IVANIR FOLTRAM, nascido aos 28/03/1978, não tendo sido possível notificá-lo pessoalmente, pois se encontra atualmente em lugar ignorado e não sabido, sendo necessário, pelo presente edital, que o noticiado fique, então, devidamente **NOTIFICADO** *sobre a decisão que PRORROGOU AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA em face do requerido*. Nada mais. Andirá, 30 de abril de 2025. Eu,.....(Mariana Mimim de Sousa Siqueira), Chefe de Secretaria, o digitei e subscrevi.
MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO
Juiz de Direito

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CONSTITUIR ADVOGADO
Sentenciado: ALAN CESAR FERREIRA
Prazo: de vinte (20) dias
Execução de Pena nº 00000985420208240126
O Doutor MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO, Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Fechado e Semiaberto da Comarca de Andirá/PR, sito na Rua Ivaí, nº 515, centro, nesta cidade de Andirá/PR, NA FORMA DA LEI, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, com prazo de vinte (20) dias, referente aos autos de Execução de Pena nº 0000098-54.2020.8.24.0126, que não tendo sido possível INTIMAR PESSOALMENTE o sentenciado ALAN CESAR FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF n.º 091.028.869-01, filho de CLAUDETTE DE OLIVEIRA FERREIRA e IRINEU FERREIRA, natural de Andira/PR, nascido em 27/02/1992, pois se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, INTIMA-O para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente justificativa quanto à prática de falta grave (mov. 184.1) e ao descumprimento da pena restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade (mov. 181.1). No mesmo prazo, deverá constituir defensor ou informar a impossibilidade de fazê-lo, a fim de que sua defesa seja realizada nos autos, no prazo de 03 (três) dias. Cientifique-se o executado de que na sua inércia, ser-lhe-á nomeado advogado dativo. Para conhecimento de todos e em especial do sentenciado é passado o presente edital, que será afixado no átrio do edifício deste Juízo e será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ). Nada mais. Andirá, 07/05/2025. Eu, Raquel Pessoni Tinonin, Técnica Judiciária, o digitei.
MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO
Juiz de Direito

ARAPONGAS

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 30 dias) Processo: 0005165-42.2018.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal) Valor da Causa: R$873,63 Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) Executado(s): ARMANDO FRANCHINI FILHO (CPF/CNPJ: 007.853.078-42) ARMANDO FRANCHINI JUNIOR (CPF/CNPJ: 343.017.138-59) TRANSFRANCHINI TRANSPORTES LTDA (CPF/CNPJ: 13.975.785/0002-40) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido no processo acima descrito, que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela Imprensa Oficial deste Estado no Diário da Justiça Eletrônico (E-DJ), fica a parte executada acima nominada e qualificada (se for pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal), seu eventual cônjuge e herdeiros/sucessores, ora em lugar incerto e não sabido, devidamente citada para, no prazo de cinco dias, que começará a fluir a partir do dia seguinte do término do prazo fixado neste edital, para pagar o valor do débito acima indicado como valor da causa, a ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente a(s) certidão(ões) de dívida ativa n(s). 473 / 2018, relativa a ( ) ISS (X) Taxa de Licença ( ) IPTU, em execução através da mencionada execução fiscal, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme o disposto no artigo 9º, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1.980, sob pena de se proceder à penhora, ou o arresto, em bens seus, em tantos quantos bastem e forem necessários para tanto. Fica desde logo consignado que, caso seja configurada a revelia da parte executada citada por edital, será nomeado curador especial em seu favor no momento oportuno, isto é, após a eventual realização de penhora. No processo figura como Procuradores da parte exequente: Dr. Rafael Felipe Cita, Dr. Cesar Guedes de Miranda, Dr. Ivan Fonçatti, Dr. Francisco Carlos Carvalho Sanches. Obs: o referido processo tramita através do sistema computacional Projudi, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, sendo que o acesso ao sistema pelos advogados e partes depende de prévio cadastramento obrigatório, devendo comparecer à sede da unidade jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 05 de maio de 2025. Eu, Cristiano A. Souza Zanin, Analista Judiciário da 1a. Vara Cível, digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 30 dias) Processo: 0001523-17.2025.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano Valor da Causa: R$6.881,79 Exequente(s): Município de Arapongas/PR

(CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) Executado(s): JOSE ELIDIO RUFATO (CPF/CNPJ: 041.183.089-91) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido no processo acima descrito, que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela Imprensa Oficial deste Estado no Diário da Justiça Eletrônico (E-DJ), fica a parte executada acima nominada e qualificada (se for pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal), seu eventual cônjuge e herdeiros/sucessores, ora em lugar incerto e não sabido, devidamente citada para, no prazo de cinco dias, que começará a fluir a partir do dia seguinte do término do prazo fixado neste edital, para pagar o valor do débito acima indicado como valor da causa, a ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente a(s) certidão(ões) de dívida ativa n(s). 701 / 2025, relativa a ( ) ISS (X) Taxa de Licença (X) IPTU, em execução através da mencionada execução fiscal, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme o disposto no artigo 9º, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1.980, sob pena de se proceder à penhora, ou o arresto, em bens seus, em tantos quantos bastem e forem necessários para tanto. Fica desde logo consignado que, caso seja configurada a revelia da parte executada citada por edital, será nomeado curador especial em seu favor no momento oportuno, isto é, após a eventual realização de penhora. No processo figura como Procuradores da parte exequente: Dr. Rafael Felipe Cita, Dr. Cesar Guedes de Miranda, Dr. Ivan Fonçatti, Dr. Francisco Carlos Carvalho Sanches. Obs: o referido processo tramita através do sistema computacional Projudi, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, sendo que o acesso ao sistema pelos advogados e partes depende de prévio cadastramento obrigatório, devendo comparecer à sede da unidade jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 05 de maio de 2025. Eu, Cristiano A. Souza Zanin, Analista Judiciário da 1a. Vara Cível, digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 30 dias) Processo: 0000893-58.2025.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano Valor da Causa: R$3.953,29 Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) Executado(s): EDIVALDO PEREIRA DOS SANTOS (RG: 123311191 SSP/PR e CPF/CNPJ: 258.057.418-22) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido no processo acima descrito, que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela Imprensa Oficial deste Estado no Diário da Justiça Eletrônico (E-DJ), fica a parte executada acima nominada e qualificada (se for pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal), seu eventual cônjuge e herdeiros/sucessores, ora em lugar incerto e não sabido, devidamente citada para, no prazo de cinco dias, que começará a fluir a partir do dia seguinte do término do prazo fixado neste edital, para pagar o valor do débito acima indicado como valor da causa, a ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente a(s) certidão(ões) de dívida ativa n(s). 298 / 2025, relativa a ( ) ISS (X) Taxa de Licença (X) IPTU, em execução através da mencionada execução fiscal, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme o disposto no artigo 9º, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1.980, sob pena de se proceder à penhora, ou o arresto, em bens seus, em tantos quantos bastem e forem necessários para tanto. Fica desde logo consignado que, caso seja configurada a revelia da parte executada citada por edital, será nomeado curador especial em seu favor no momento oportuno, isto é, após a eventual realização de penhora. No processo figura como Procuradores da parte exequente: Dr. Rafael Felipe Cita, Dr. Cesar Guedes de Miranda, Dr. Ivan Fonçatti, Dr. Francisco Carlos Carvalho Sanches. Obs: o referido processo tramita através do sistema computacional Projudi, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, sendo que o acesso ao sistema pelos advogados e partes depende de prévio cadastramento obrigatório, devendo comparecer à sede da unidade jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 29 de abril de 2025. Eu, Cristiano A. Souza Zanin, Analista Judiciário da 1a. Vara Cível, digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 30 dias) Processo: 0013889-64.2020.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal) Valor da Causa: R$2.910,42 Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) Executado(s): JONATHAN VITOR DURANTE - VEÍCULO ME (CPF/CNPJ: 24.227.946/0001-53) O Doutor Oto Luiz Sponholz Junior, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido no processo acima descrito, que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela Imprensa Oficial deste Estado no Diário da Justiça Eletrônico (E-DJ), fica a parte executada acima nominada e qualificada (se for pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal), seu eventual cônjuge e herdeiros/sucessores, ora em lugar incerto e não sabido, devidamente citada para, no prazo de cinco dias, que começará a fluir a partir do dia seguinte do término do prazo fixado neste edital, para pagar o valor do débito acima indicado como valor da causa, a ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente a(s) certidão(ões) de dívida ativa n(s). 1690 / 2020, relativa a ( ) ISS (X) Taxa de Licença ( ) IPTU, em execução através da mencionada execução fiscal, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme o disposto no artigo 9º, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1.980, sob pena de se proceder à penhora, ou o arresto, em bens seus, em tantos quantos bastem e forem necessários para tanto. Fica desde logo consignado que, caso seja configurada a revelia da parte executada citada por edital, será nomeado curador especial em seu favor no momento oportuno, isto é, após a eventual realização de penhora. No processo figura como Procuradores da parte exequente: Dr. Rafael Felipe Cita, Dr. Cesar Guedes de Miranda, Dr. Ivan Fonçatti, Dr. Francisco Carlos Carvalho Sanches. Obs: o referido processo tramita através do sistema computacional Projudi, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, sendo que o acesso ao sistema pelos advogados e partes depende de prévio cadastramento obrigatório, devendo comparecer à sede da unidade jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 22 de abril de 2025. Eu, Cristiano A. Souza Zanin, Analista Judiciário da 1a. Vara Cível, digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) OTO LUIZ SPONHOLZ JUNIOR Juiz de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 30 dias) Processo: 0009405-35.2022.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal) Valor da Causa: R$3.873,95 Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) Executado(s): A.N.R DE OLIVEIRA - GESTÃO DE NEGÓCIOS DE IMÓVEIS LTDA - ME (CPF/CNPJ: 19.749.729 /0001-93) ANDREY NOVAES RAMALHO DE OLIVEIRA (RG: 125966853 SSP/PR e CPF/CNPJ: 106.295.369-02) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido no processo acima descrito, que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela Imprensa Oficial deste Estado no Diário da Justiça Eletrônico (E-DJ), fica a parte executada acima nominada e qualificada (se for pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal), seu eventual cônjuge e herdeiros/sucessores, ora em lugar incerto e não sabido, devidamente citada para, no prazo de cinco dias, que começará a fluir a partir do dia seguinte do término do prazo fixado neste edital, para pagar o valor do débito acima indicado como valor da causa, a ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente a(s) certidão(ões) de dívida ativa n(s). 705 / 2022, relativa a ( ) ISS (X) Taxa de Licença ( ) IPTU, em execução através da mencionada execução fiscal, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme o disposto no artigo 9º, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1.980, sob pena de se proceder à penhora, ou o arresto, em bens seus, em tantos quantos bastem e forem necessários para tanto. Fica desde logo consignado que, caso seja configurada a revelia da parte executada citada por edital, será nomeado curador especial em seu favor no momento oportuno, isto é, após a eventual realização de penhora. No processo figura como Procuradores da parte exequente: Dr. Rafael Felipe Cita, Dr. Cesar Guedes de Miranda, Dr. Ivan Fonçatti, Dr. Francisco Carlos Carvalho Sanches. Obs: o referido processo tramita através do sistema computacional Projudi, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, sendo que o acesso ao sistema pelos advogados e partes depende de prévio cadastramento obrigatório, devendo comparecer à sede da unidade jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 29 de abril de 2025. Eu, Cristiano A. Souza Zanin, Analista Judiciário da 1a. Vara Cível, digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 30 dias) Processo: 0008246-28.2020.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal) Valor da Causa: R$3.792,13 Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) Executado(s): J A VENDRAMETTO LTDA (CPF/CNPJ: 21.009.372/0001-59) JOÃO AUGUSTO VENDRAMETTO (RG: 60186979 SSP/PR e CPF/CNPJ: 018.258.129-26) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, na

forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido no processo acima descrito, que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela Imprensa Oficial deste Estado no Diário da Justiça Eletrônico (E-DJ), fica a parte executada acima nominada e qualificada (se for pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal), seu eventual cônjuge e herdeiros/sucessores, ora em lugar incerto e não sabido, devidamente citada para, no prazo de cinco dias, que começará a fluir a partir do dia seguinte do término do prazo fixado neste edital, para pagar o valor do débito acima indicado como valor da causa, a ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente a(s) certidão(ões) de dívida ativa n(s). 948 / 2020, relativa a ( ) ISS (X) Taxa de Licença ( ) IPTU, em execução através da mencionada execução fiscal, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme o disposto no artigo 9º, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1.980, sob pena de se proceder à penhora, ou o arresto, em bens seus, em tantos quantos bastem e forem necessários para tanto. Fica desde logo consignado que, caso seja configurada a revelia da parte executada citada por edital, será nomeado curador especial em seu favor no momento oportuno, isto é, após a eventual realização de penhora. No processo figura como Procuradores da parte exequente: Dr. Rafael Felipe Cita, Dr. Cesar Guedes de Miranda, Dr. Ivan Fonçatti, Dr. Francisco Carlos Carvalho Sanches. Obs: o referido processo tramita através do sistema computacional Projudi, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, sendo que o acesso ao sistema pelos advogados e partes depende de prévio cadastramento obrigatório, devendo comparecer à sede da unidade jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 22 de abril de 2025. Eu, Cristiano A. Souza Zanin, Analista Judiciário da 1a. Vara Cível, digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 30 dias) Processo: 0001096-20.2025.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano Valor da Causa: R$1.973,18 Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) Executado(s): JANILDO DA SOLEDADE SILVA (CPF/CNPJ: 745.094.465-00) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido no processo acima descrito, que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela Imprensa Oficial deste Estado no Diário da Justiça Eletrônico (E-DJ), fica a parte executada acima nominada e qualificada (se for pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal), seu eventual cônjuge e herdeiros/sucessores, ora em lugar incerto e não sabido, devidamente citada para, no prazo de cinco dias, que começará a fluir a partir do dia seguinte do término do prazo fixado neste edital, para pagar o valor do débito acima indicado como valor da causa, a ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente a(s) certidão(ões) de dívida ativa n(s). 259 / 2025, relativa a ( ) ISS (X) Taxa de Licença (X) IPTU, em execução através da mencionada execução fiscal, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme o disposto no artigo 9º, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1.980, sob pena de se proceder à penhora, ou o arresto, em bens seus, em tantos quantos bastem e forem necessários para tanto. Fica desde logo consignado que, caso seja configurada a revelia da parte executada citada por edital, será nomeado curador especial em seu favor no momento oportuno, isto é, após a eventual realização de penhora. No processo figura como Procuradores da parte exequente: Dr. Rafael Felipe Cita, Dr. Cesar Guedes de Miranda, Dr. Ivan Fonçatti, Dr. Francisco Carlos Carvalho Sanches. Obs: o referido processo tramita através do sistema computacional Projudi, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, sendo que o acesso ao sistema pelos advogados e partes depende de prévio cadastramento obrigatório, devendo comparecer à sede da unidade jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 29 de abril de 2025. Eu, Cristiano A. Souza Zanin, Analista Judiciário da 1a. Vara Cível, digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO (Prazo: 30 dias) Processo: 0004961-95.2018.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal) Valor da Causa: R$13.777,95 Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) Executado(s): MAYARA GABRIELA SANTOS (CPF/CNPJ: 083.575.179-19) NSA MOVELARIA LTDA ME (NSA - NOSSA SENHORA APARECIDA) (CPF/CNPJ: 09.572.514/0001- 96) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível e Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido no processo acima descrito, que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, que começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela Imprensa Oficial deste Estado no Diário da Justiça Eletrônico (E-DJ), fica a parte executada acima nominada e qualificada (se for pessoa jurídica, na pessoa de seu representante legal), seu eventual cônjuge e herdeiros/sucessores, ora em lugar incerto e não sabido, devidamente citada para, no prazo de cinco dias, que começará a fluir a partir do dia seguinte do término do prazo fixado neste edital, para pagar o valor do débito acima indicado como valor da causa, a ser atualizado na data do efetivo pagamento, referente a(s) certidão(ões) de dívida ativa n(s). 378 / 2018, relativa a ( ) ISS (X) Taxa de Licença ( ) IPTU, em execução através da mencionada execução fiscal, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme o disposto no artigo 9º, da Lei 6.830, de 22 de setembro de 1.980, sob pena de se proceder à penhora, ou o arresto, em bens seus, em tantos quantos bastem e forem necessários para tanto. Fica desde logo consignado que, caso seja configurada a revelia da parte executada citada por edital, será nomeado curador especial em seu favor no momento oportuno, isto é, após a eventual realização de penhora. No processo figura como Procuradores da parte exequente: Dr. Rafael Felipe Cita, Dr. Cesar Guedes de Miranda, Dr. Ivan Fonçatti, Dr. Francisco Carlos Carvalho Sanches. Obs: o referido processo tramita através do sistema computacional Projudi, cujo endereço na web é https://portal.tjpr.jus.br/projudi/, sendo que o acesso ao sistema pelos advogados e partes depende de prévio cadastramento obrigatório, devendo comparecer à sede da unidade jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 05 de maio de 2025. Eu, Cristiano A. Souza Zanin, Analista Judiciário da 1a. Vara Cível, digitei e subscrevo digitalmente. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Edifício Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO Processo: 0006540-44.2019.8.16.0045 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano Valor da Causa: R$22.777,30 Exequente(s): Município de Arapongas/PR (CPF/CNPJ: 76.958.966/0001-06) GARCAS, 750 - Centro - ARAPONGAS/PR - CEP: 86.700-285 Executado(s): JOSE MARCOS CALSAVARA (RG: 34321876 SSP/PR e CPF/CNPJ: 523.220.849- 72) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Fazenda Pública de Arapongas PR, na forma da lei, etc.Por meio do presente edital, expedido dos autos acima descritos, em processamento perante este Juízo e Escrivania respectiva, com o prazo de trinta dias, que começará a ser contado do dia seguinte ao que for publicado, pela primeira vez, pela imprensa, fica a parte devedora-executada e eventual cônjuge e/ou herdeiros /sucessores, atualmente residentes e domiciliados em lugar incerto e não sabido, devidamente intimada de que foi efetivado penhora dos imóveis abaixo: a) IMÓVEL: Lote de Terras sob nº 1/2/3 /20, da quadra nº 031, situado na Rua Ibis, nº 220, centro, neste Município e Comarca de Arapongas - PR. b) IMÓVEL: Lote de Terras sob nº 1/2/3/20, da quadra nº 031, situado na Rua Ibis, nº 280, centro, neste Município e Comarca de Arapongas - PR. . Outrossim, fica referida parte executada cientificada de que poderá opor embargos à aludida execução, o que deverá fazer dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar do dia seguinte ao término do prazo fixado neste edital. Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 06 de maio de 2025.. Eu, Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado, que digitei e subscrevo. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

---

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): STELA ARIANE FAVERO
PRAZO DE 30 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato, da 1ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ
SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam
os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra
a Mulher, sob nº 0005637-96.2025.8.16.0045, em que é(são) autor(es) STELA ARIANE FAVERO, réu(s)

WELLINTON DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovente STELA
ARIANE FAVERO, portador(a) do RG 137682001 SSP/PR e CPF 106.816.749-11, nascido(a) em 11/06/1998,
natural de ARAPONGAS/PR, filho(a) de CLAUDINEIA RODRIGO e CHARLEI FAVERO, motivo pelo qual se procede, por
meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência dos termos das MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA determinadas nos
autos, que seguem parcialmente transcritas: "II - afastamento do lar de convivência com a ofendida; III - proibição: a) de que o
agressor se aproxime da ofendida, seus familiares e testemunhas num raio de 100 metros. Justifico o limite de distância em 100 metros,
em razão da dificuldade de fiscalização e efetivo cumprimento do limite de distância inferior ao ora fixado. b) de manter contato com a
ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.; e à sua CITAÇÃO para, querendo, apresentar contestação
no prazo de 5 (cinco) dias, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem
verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo
Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no
futuro.Eu, Neuza Rodrigues Novais, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Arapongas, 08 de maio de 2025.
Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço
eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): A. E. A. S.
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato, da 1ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ
SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam
os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher,
sob nº 0007175-49.2024.8.16.0045, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu
(s) Juliana Alves, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima A. E. A. S - representado
, motivo pelo qual se (a) por AMABILLE VICTORIA ALVES (RG: 150904552 SSP/PR) procede, por meio
deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qualcondenou o(a)(s) réu(ré)
(s) nas sanções do art. 147, (fato 02) e art. 129, §7º e 13º, (fato 01), na forma do art. 69, todos do Código Penal,
na data de 24 DE ABRIL DE 2025, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do
TJPR (Provimento nº 316/2022). CONDENOU A RÉ a pena de 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão 01
(um) mês e 05 (cinco) dias de detenção, em regime aberto. e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para
recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso
este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP).]
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro.
Arapongas, 07 de maio de 2025.
Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço
eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

Autos nº:	0015147-41.2022.8.16.0045
Processo:	Guarda de Família
Requerente(s):	AMANDA CAROLINE SILVA DOS SANTOS (CPF/CNPJ: 078.672.459-52)
Requerido(s):	BABACAR SAGNON (CPF/CNPJ: 879.577.440-87)

Edital de citação nº 0015147-41.2022.8.16.0045.0023 do(a) requerido(a) BABACAR SAGNON, com prazo de 30 (trinta) dias, expedido nos autos supra.
O Excelentíssimo Senhor Alberto Moreira Côrtes Neto, MM. Juiz de Direito da Vara da Família e Anexos da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei etc.
FAZ SABER a todos os interessados, a quem tiver conhecimento do presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação, que fica o(a) requerido(a) BABACAR SAGNON (CPF/CNPJ: 879.577.440-87), estando em lugar incerto e não sabido, devidamente **CITADO(A)** do resumo da petição inicial de aludidos autos, em seguida transcrito, para que tome conhecimento da referida ação, ficando ciente de que poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, contados ao término do prazo fixado neste edital, responder por escrito ao pedido inicial, através de advogado constituído, ficando advertido(a) que se não contestada a ação, presumir-se-á aceito como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial.
Resumo da Petição Inicial: AMANDA CAROLINE SILVA DOS SANTOS, genitora de LALA AICHA SAGNON, menor impúbere, propôs AÇÃO DE GUARDA E PEDIDO LIMINAR /TUTELA PROVISÓRIA em face de BABACAR SAGNON perante a Vara de Família e Sucessões do Foro da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. Narram os fatos que "A requerente e o requerido, após relação casual, conceberam uma filha, LALA AICHA SAGNON. Após nove dias de seu nascimento o requerido se mudou para um lugar desconhecido nos Estados Unidos, sendo esta a última informação sobre seu paradeiro, a requerente não recebe pensão e não teve qualquer ajuda por parte do genitor, portanto a guarda fática da criança está com a genitora desde o nascimento." Diante disso, a genitora busca a regularização judicial da guarda, de forma unilateral, outrossim, entende não ser possível a fixação de convivência, considerando que não sabe o paradeiro do genitor e nunca mais teve contato ou notícias deste.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, em 06/05/2025. Eu, Lincoln Wakiuchi, Técnico(a) Judiciário(a), digitei e subscrevi.
Alberto Moreira Côrtes Neto
Juiz de Direito

Autos nº:	0015178-27.2023.8.16.0045
Processo:	Inventário
Requerente(s):	· BERNARDO CASAGRANDE TAVARES (RG: 141825895 SSP/PR e CPF /CNPJ: 093.948.829-95) representado(a) por Luciola Casagrande Tavares (RG: 86638266 SSP/PR e CPF/CNPJ: 034.385.969-62)
De Cujus:	· ESPÓLIO DE DOUGLAS ERCOLIN TAVARES (RG: 83649160 SSP/PR e CPF /CNPJ: 040.851.819-71)

Edital de citação nº 0015178-27.2023.8.16.0045.0004 de **interessados incertos ou desconhecidos**, com prazo de 30 (trinta) dias, expedido nos autos supra.
O Excelentíssimo Senhor Alberto Moreira Côrtes Neto, MM. Juiz de Direito da Vara da Família e Anexos da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei etc.
FAZ SABER a todos os interessados, a quem tiver conhecimento do presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação, que ficam os **interessados incertos ou desconhecidos CITADOS** para participação no processo, bem como citados acerca do resumo da petição inicial de aludidos autos, em seguida transcrito, para que tome conhecimento da referida ação, ficando ciente de que poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados ao término do prazo fixado neste edital, responder por escrito ao pedido inicial, através de advogado constituído, ficando advertidos(as) que se não contestada a ação, presumir-se-á aceito como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial.
Resumo da Petição Inicial: BERNARDO CASAGRANDE TAVARES, brasileiro, menor, estudante, nascido em 08/07/2007, portador da Cédula de Identidade Civil, RG. nº 14182589- 5 SESP/PR, e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 093.948.829-95, representado por sua genitora LUCIÓLA CASAGRANDE, brasileira, professora, divorciada, portadora da Cédula de Identidade Civil Rg nº 8663826-6 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 034.385.969-62, ambos residentes e domiciliados na Rua Quetzal, 206, apto. 43, bloco 03, CEP: 86705-062, na cidade de Arapongas - Estado do Paraná, por intermédio de sua procuradora judicial que ao final subscreve, conforme instrumento particular de procuração anexo, com escritório profissional situado na Rua Flaminfos, 1406, Centro, na cidade de Arapongas - Pr, Cep: 86700- 150, onde por esta recebe notificações e intimações, vem, à nobre e respeitável presença de V. Exa., com acatamento, requerer a abertura de Inventário do ben e partilha deixado por DOUGLAS ERCOLIN TAVARES , pai do suplicante, falecido em 28 de Abril de 2023, com amparo no art. 610 e seguintes do Código de Processo Civil pátrio. O autor da herança é único filho do falecido e herdeiro necessário menor, tendo em vista que a representante legal, sua genitora, e o de cujus eram divorciados, conforme averbação de divórcio em anexo, tendo deixado por ocasião de sua morte bem como bens a inventariar, não tendo deixado testamento. Em razão disso, requer o suplicante seja lhe dado

o munus da inventariança, admitindo-a a assinar o respectivo termo e prestar as declarações de direito, já que atende aos requisitos do inciso I do art. 617, do Estatuto Processual Civil. Requer seja o Termo de Inventariante expedido com a máxima urgência, vez que o autor da herança deixou dívidas que necessitam ser saldadas pelo Espólio, com a maior brevidade possível. Do Herdeiro- Filho do Inventariado a) BERNARDO CASAGRANDE TAVARES, brasileiro, menor, estudante, nascido em 08/07/2007, portador da Cédula de Identidade Civil, RG. nº 14182589-5 SESP/PR, e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 093.948.829-95, representado por sua genitora LUCIÓLA CASAGRANDE, residente e domiciliado na Rua Quetzal, 206, apto. 43, bloco 03, CEP: 86705-062, na cidade de Arapongas - Estado do Paraná. Dos Bens: . 01 (uma) Sucata de Veículo PEUGEOT 307, ANO/FABRICA 2009, cor Prata,Chassi n° 8AD3CN6BT9G070369,Código RENAVAM n° 00144980185 , veículo batido com perda total no óbito, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, sem valor econômico. Requer a intimação do Representante do Ministério Público para se manifestar no presente feito, em em face de existência de herdeira menor. Requer seja concedido com a máxima urgência autorização para o Suplicante (tão logo, seja nomeado inventariante por Vossa Excelência), proceder a assinatura do documento - Certificado de Registro de Veiculo (CRV) visando a proceder a baixa do carro modelo PEUGEOT 307, ANO/FABRICA 2009, cor Prata,Chassi n° 8AD3CN6BT9G070369,Código RENAVAM n° 00144980185, junto ao Detran/PR, veículo batido com perda total, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, a fim de cessar a emissão de Taxas, IPVA e multas em nome do Requerente e do Veículo. Requer a juntada, desde logo, dos seguintes documentos: certidão de óbito documentos pessoais do autor da herança, certidão de averbação de divórcio, certidão Negativa de débitos Municipais e Federais, certidão de matricula e documentos do filho herdeiro, Boletim de Ocorrência, Documento do Veículo, comprovantes de residências. Dá-se à presente o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), para efeitos legais. Pede Deferimento.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, em 06/05/2025. Eu, Lincoln Wakiuchi, Técnico(a) Judiciário(a), digitei e subscrevi.
Alberto Moreira Côrtes Neto
Juiz de Direito

Autos nº:	0010173-24.2023.8.16.0045
Processo:	Inventário
Requerente(s):	· ANGELA MARIA MILANI (RG: 68828317 SSP/PR e CPF/CNPJ: 027.379.239- 30)
De Cujus:	· CAROLINA MILANI DA SILVA (CPF/CNPJ: 107.363.399-30); VINICIUS VICTOR DA SILVA (RG: 85016628 SSP/PR e CPF/CNPJ: 045.663.289-10)
Terceiros	· CAROLINA MILANI DA SILVA (CPF/CNPJ: 107.363.399-30); HELOISA MILANI DA SILVA (CPF/CNPJ: 123.286.279-78)

Edital de citação nº 0010173-24.2023.8.16.0045.0006 de **interessados incertos ou desconhecidos**, com prazo de 30 (trinta) dias, expedido nos autos supra.
O Excelentíssimo Senhor Alberto Moreira Côrtes Neto, MM. Juiz de Direito da Vara da Família e Anexos da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei etc.
FAZ SABER a todos os interessados, a quem tiver conhecimento do presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação, que ficam os **interessados incertos ou desconhecidos CITADOS** para participação no processo, bem como citados acerca do resumo da petição inicial de aludidos autos, em seguida transcrito, para que tome conhecimento da referida ação, ficando ciente de que poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados ao término do prazo fixado neste edital, responder por escrito ao pedido inicial, através de advogado constituído, ficando advertidos(as) que se não contestada a ação, presumir-se-á aceito como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial.
Resumo da Petição Inicial: ANGELA MARIA MILANI DA SILVA e OUTRA, já qualificadas nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por seu procurador adiante assinado, expor e requerer o que segue. DOS FATOS O falecido Vinícius Victor da Silva faleceu em 02/01/2023, vítima de acidente de trânsito. Era casado sob o regime da comunhão parcial de bens com a Requerente, Ângela Maria Milani da Silva, desde 04/04/2007. Deixou duas filhas menores: Carolina Milani da Silva, nascida em 11/09/2008 - faleceu em 03/01/2023, após o pai, também em razão do acidente. Heloisa Milani da Silva, nascida em 09/09/2015 - ainda viva. Como Carolina faleceu após o pai, ela se tornou herdeira dele, e, com o falecimento de Carolina, sua única herdeira é a mãe, Ângela. Assim, Ângela é: Meeira dos bens comuns do casal; Herdeira da parte de Carolina; E também herdeira legítima do falecido. DOS BENS DEIXADOS PELO DE CUJUS O falecido deixou os seguintes bens a inventariar: Veículos: TOYOTA/COROLLA XEI20 FLEX, ano 2017/2018, placa BBI2H99. HONDA/BIZ 125 ES, ano 2014/2015, placa AZD-4195. Imóveis: Rua Coleirinho do Nordeste, n.º 68, Vila Industrial - Arapongas/PR. Rua Sabiauna, n.º 331, Jardim Santa Efigênia - Astorga/PR. Sociedade empresarial: 50% das quotas da empresa Victor & Filho Ltda., CNPJ 09.437.243/0001-66. Assim, a Requerente Angela apresenta o resumo da inicial, para possibilitar a publicação do edital. Termos em que, Pede e espera deferimento.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, em 06/05/2025. Eu, Lincoln Wakiuchi, Técnico(a) Judiciário(a), digitei e subscrevi.
Alberto Moreira Côrtes Neto
Juiz de Direito

Autos nº:	0007939-35.2024.8.16.0045
Processo:	Inventário
Requerente(s):	· AMANDA REBONATO LUCIANO (RG: 148292280 SSP/PR e CPF/CNPJ: 118.931.139-90); ENZO MATHEUS REBONATO LOPES (RG: 149165762 SSP/PR e CPF/CNPJ: 114.758.199-19) representado(a) por LAURINDO REBONATO (RG: 18255138 SSP/PR e CPF/CNPJ: 235.034.599-87); GABRIEL REBONATO LUCIANO (RG: 136484745 SSP/PR e CPF/CNPJ: 104.807.399-86); PAMELA JESSICA REBONATO LUCIANO (RG: 136469509 SSP/PR e CPF /CNPJ: 097.206.959-35)
De Cujus:	· JOSE CARLOS REBONATO (RG: 18255146 SSP/PR e CPF/CNPJ: 878.499.849- 00)
Terceiro	· KAUAN FELIPE BARBOSA REBONATO (RG: 130329420 SSP/PR e CPF /CNPJ: 114.286.339-52)

Edital de citação nº 0007939-35.2024.8.16.0045.0004 de **interessados incertos ou desconhecidos**, com prazo de 30 (trinta) dias, expedido nos autos supra.
O Excelentíssimo Senhor Alberto Moreira Côrtes Neto, MM. Juiz de Direito da Vara da Família e Anexos da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei etc.
FAZ SABER a todos os interessados, a quem tiver conhecimento do presente edital com o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação, que ficam os **interessados incertos ou desconhecidos CITADOS** para participação no processo, bem como citados acerca do resumo da petição inicial de aludidos autos, em seguida transcrito, para que tome conhecimento da referida ação, ficando ciente de que poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados ao término do prazo fixado neste edital, responder por escrito ao pedido inicial, através de advogado constituído, ficando advertidos(as) que se não contestada a ação, presumir-se-á aceito como verdadeiros os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petição inicial.
Teor da Petição Inicial: PAMELA JESSICA REBONATO LUCIANO, brasileira, solteira, expedidora de mercadorias, portadora da Cédula de Identidade (RG) sob n. 13.646.950-9 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob n. 097.206.959-35, residente e domiciliada na Rua Anambé Branco, 160, Jardim Aeroporto, CEP.: 86702-2015, no Município de Arapongas, Estado do Paraná; GABRIEL REBONATO LUCIANO, brasileiro, solteiro, estofados de móveis, portador da Cédula de Identidade (RG) sob n. 13.648.474-5 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 104.807.399-86, residente e domiciliado na Rua Anambé Branco, 130, Jardim Aeroporto, CEP.: 86702-215, no Município de Arapongas, Estado do Paraná; AMANDA REBONATO LUCIANO, brasileira, solteira, desempregada, portadora da Cédula de Identidade (RG) sob n. 14.829.228-0 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob n. 118.931.139-90, residente e domiciliada na Rua Periquito da Campina, 70, Jardim Mônaco II, CEP.: 86712-006, no Município de Arapongas, Estado do Paraná e ENZO MATHEUS REBONATO LOPES, brasileiro, menor impúbere, nascido no dia 02/05/2014, portador da Cédula de Identidade (RG) sob n. 14.916.576-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 114.758.199-19, neste ato representado por seu guardião Sr. Laurindo Rebonato, portador da Cédula de Identidade (RG) sob n. 1.825.513-8 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 235.034.599-87, residentes e domiciliados na Rua Marreca Caneleira, 101, Conjunto Flamingos, CEP.: 86703-640, no Município de Arapongas, Estado do Paraná, por seu procurador e Advogado que esta subscreve, ut mandato incluso, com escritório profissional na Rua Perdizes, 569, Centro, CEP.: 86701-420, no Município de Arapongas, Estado do Paraná, onde recebe avisos e intimações, com fundamento no artigo 610 e seguintes do Código de Processo Civil, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, promover ABERTURA DE INVENTÁRIO dos bens deixados por ocasião do falecimento do Senhor JOSE CARLOS REBONATO, pelos motivos que passa a expor, já apresentando dentro do contesto as primeiras declarações: a) DO AUTOR DA HERANÇA. No dia 24/02/2024, faleceu nesta Comarca de Arapongas o Sr. JOSÉ CARLOS REBONATO, era de nacionalidade brasileira, viúvo, aposentado, portador da Cédula de Identidade (RG) n. 1.825.514-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 878.499.849-00, e residia na Rua Aura, 67, Vila Nova, nesta cidade de Arapongas/PR. b) INVENTARIANTE Requer seja nomeada a herdeira PAMELA JÉSSICA REBOANTO LUCIANO como Inventariante, nos termos do art. 617, II, do NCPC, devendo o mesmo ser advertido de suas obrigações e ainda da penalidade de remoção. Para tanto, pugna-se pela lavratura do respectivo termo. c) DOS HERDEIROS NETOS. Excelência, conforme consta na certidão de óbito, o falecido era viúvo de Aparecida de Lourdes Duque Rebonato, falecida no dia 03/05/2017, e seus filhos Ana, André e Ademir, também são todos falecidos. A filha Ana era solteira e faleceu no dia 23/09/2015. O filho André era solteiro e faleceu no dia 29/04/2005, e o filho Ademir era solteiro e faleceu no dia 11/05/2009. Os herdeiros netos são os seguintes: · PAMELA JESSICA REBONATO LUCIANO, brasileira, solteira, expedidora de mercadorias, portadora da Cédula de Identidade (RG) sob n. 13.646.950-9 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob n. 097.206.959-35, residente e domiciliada na Rua Anambé Branco, 160, Jardim Aeroporto, CEP.: 86702-2015, no Município de Arapongas, Estado do Paraná, filha de Ana Adélia Rebonato. d) GABRIEL REBONATO LUCIANO, brasileiro, solteiro, estofados de móveis, portador da Cédula de Identidade (RG) sob n. 13.648.474-5 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 104.807.399-86, residente e domiciliado na Rua Anambé Branco, 130, Jardim Aeroporto, CEP.: 86702-215, no Município de Arapongas, Estado do Paraná, filho de Ana Adélia Rebonato. e) AMANDA REBONATO LUCIANO, brasileira, solteira, desempregada, portadora da Cédula de Identidade (RG) sob n. 14.829.228-0 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob n. 118.931.139-90, residente e domiciliada na Rua Periquito da Campina, 70, Jardim Mônaco II, CEP.: 86712-006, no Município de Arapongas, Estado do Paraná, filha de Ana Adélia Rebonato. f)

ENZO MATHEUS REBONATO LOPES, brasileiro, menor impúbere, nascido no dia 02/05/2014, portador da Cédula de Identidade (RG) sob n. 14.916.576-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 114.758.199-19, neste ato representado por seu guardião Sr. LAURINDO REBONATO, portador da Cédula de Identidade (RG) sob n. 1.825.513-8 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 235.034.599- 87, residentes e domiciliados na Rua Marreca Caneleira, 101, Conjunto Flamingos, CEP.: 86703-640, no Município de Arapongas, Estado do Paraná; filho de Ana Adélia Rebonato. g) KAUAN FELIPE BARBOSA REBONATO, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da Cédula de Identidade (RG) sob n. 13.032.942-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 114.286.339-52, residente e domiciliado na Rua Aura, 105, Vila Nova, CEP.: 86707- 140, no Município de Arapongas, Estado do Paraná, filho de Ademir Aparecido Rebonato. O herdeiro André era solteiro, não deixou filhos e faleceu antes da mãe e do pai autor da herança. Deste modo, o imóvel objeto da partilha será dividido na medida das proporções que cabe aos herdeiros netos, por representação. h) RELAÇÃO DE BENS. O falecido deixou o seguinte imóvel: · 50% Da Data de Terras sob n. 8-A, da Quadra n. "A", com a área de 350,00 metros quadrados, situada na Vila Nova, nesta cidade e Comarca de Arapongas, contendo uma casa de madeira, com 37,50m2, com as seguintes divisas e confrontações: "Pela frente, com a aruá Aura, medindo 8,75 metros; pelo lado direito, com a data n. 8-A-1, medido 40,00 metros; pelo lado esquerdo, com a data n. 8, medindo 40 metros; e, finalmente, aos fundos, com a data n.10, medindo 8,75 metros, objeto da matrícula n. 14.544, do 2º registro de imóveis desta Comarca de Arapongas. § Valor estimado da parte inventariada: R$ 60.000,00. i) DA PARTILHA. Os 50% será dividido aos herdeiros netos da seguinte forma: · 25% ao herdeiro neto KAUAN FELIPE BARBOSA REBONATO, filhos de Ademir Rebonato, supra qualificado; · 6,25% para os herdeiros PAMELA JESSICA REBONATO LUCIANO, GABRIEL REBONATO LUCIANO, AMANDA REBONATO LUCIANO E ENZO MATHEUS REBONATO LOPES, supra qualificados, filhos de Ana Rebonato. j) REQUERIMENTOS: Ante o exposto, requer a Vossa Excelência: a) Seja a herdeira PAMELA JESSICA REBONATO LUCIANO, nomeada inventariante, nos termos do artigo 617, II, do CPC. b) A citação do herdeiro KAUAN FELIPE BARBOSA REBONATO, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da Cédula de Identidade (RG) sob n. 13.032.942-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n. 114.286.339-52, residente e domiciliado na Rua Aura, 105, Vila Nova, CEP.: 86707-140, no Município de Arapongas, Estado do Paraná, filho de Ademir Aparecibo Rebonato (falecido), para que, querendo, apresente manifestação nos presentes autos. c) Ao final, seja homologada a partilha e, por consequência, seja expedido o formal de partilha. k) VALOR DA CAUSA Dá-se ao presente o valor de R $ 60.000,00 (sessenta mil reais). Termos em que pede e espera DEFERIMENTO.
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, em 06/05/2025. Eu, Lincoln Wakiuchi, Técnico(a) Judiciário(a), digitei e subscrevi.
Alberto Moreira Côrtes Neto
Juiz de Direito

ASSIS CHATEAUBRIAND

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

O Doutor Fernando Porcino Gonçalves Pereira, MM. Juiz de Direito da **Vara Plenário do Tribunal do Júri de Assis Chateaubriand** ;
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foram SORTEADOS, nesta data, para servirem durante a sessão pautada para o dia 27 de maio de 2025, às 09h00**,** no auditório do Tribunal do Júri, sito à Rua Recife, Nº 216 - Centro - Assis Chateaubriand/PR - CEP: 85.935-000 - Fone: (44) 32597543 - E-mail: assischateaubriandvaracriminal@tjpr.jus.br, os seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber: **1. WALTER ROMANO SANCHES;2. SILVIA REGINA BORGES DA SILVA;3. JOÃO MARCOS DE ASSIS;4. IVAM ALVES DA SILVA;5. ZILDA APARECIDA RODRIGUES SARINHOS;6. RODRIGO YOSHIO KONDO;7. JENNIFER BRUNA PAULO BENTO;8. CLAUCE TAGLIARI DE OLIVEIRA VIEIRA;9. FERNANDO KATSUYOSHI RUIZ KONNO;10. SANDRA FOLLY DE MORAES SOUZA;11. KARLA DANIELLY RODRIGUES;12. JOSE VITOR SGARBOSA DA SILVA;13. JOÃO PAULO FERNANDES DIAS;14. RODRIGO SOBRAL LOURENCINI;15. ALESSANDRA DA SILVA DE AMARO;16. ANA PAULA RODRIGUES AVELLO;17. MARIA MIRIAN DA SILVA KAIZER;18. LUCINEIA MESTRINER;19. ROBERSON CRUVINEL LAZARINO;20. JULIANA LAZARINI ALVES;21. LIGIA PAULA MALAQUIAS;22. EDUARDA TOMIN CARMELO;23. RAUL HENRIQUE BRIANESE FILHO;24. JOSE DANTAS DE LIMA;25. MARIA ONDINA STEFANI DE CASTRO.** Ainda, visando assegurar o comparecimento do numero mínimo de Jurados, o MM. Juiz sorteou, como SUPLENTES, os Jurados: **1. LEONARDO JOSE CORNACINI;2. EVERTON COLONHEIS MARTINS;3. DÉBORA LUISA AMARAL FOLLY;4. ROBERTO FIORAVANTE FERREIRA DA COSTA;5. NAYARA LUISA HARTHCAPF WORCHINSKI;6. EDUARDO ANDRÉ MARTOS ANTUNES;7. DEVANIR MAQUEA;8. SILVANA BRASILINO;9. ANA DO CARMO BARBOSA;10. GILIARDI ROSSO; .** E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, aos 08 de maio de 2025. Eu CÍNTHIA DA SILVA PEREIRA, Supervisora de Secretaria, lavrei e subscrevo.
Fernando Porcino Gonçalves Pereira
Juiz de Direito

ASTORGA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ALISSON RAFAEL AGUIAR DE OLIVEIRA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Andréa de Oliveira Lima Zimath, da Vara Criminal de Astorga, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0001030-09.2017.8.16.0049, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALISSON RAFAEL AGUIAR DE OLIVEIRA, LUCAS DA COSTA PEREIRA NISA, DIENNES PINHEIRO PAITAHS, HUGO DANIEL PALLOTA, e vítima a coletividade, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ALISSON RAFAEL AGUIAR DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 103683165 SSP/PR e CPF 105.238.749-79, nascido(a) em 30/10/1993, natural de ASTORGA/PR, filho(a) de LUCINEIDE DE AGUIAR ANTONIO e ANTONIO DE OLIVEIRA FILHO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Núbia Tiemi Hirata Micheletti, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Núbia Tiemi Hirata Micheletti
Técnica Judiciária

CAMBARÁ

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O(A) Juiz(íza) de Direito RAFAEL DA SILVA MELO GLATZL, da Vara Cível de Cambará, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/ Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0001016-60.2024.8.16.0055, em que é(são) autor(es) DIONAS DARLAN DOS SANTOS NOGUEIRA e réu (s) PAULA DOS SANTOS NOGUEIRA REGO, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de PAULA DOS SANTOS NOGUEIRA REGO, por sentença publicada em 01/04/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios. A referida previdenciários sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) DIONAS DARLAN DOS SANTOS NOGUEIRA, portador(a) do portador do RG nº 13.520.179-0, inscrito no CPF nº 102.328.069-85, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da

curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Ante o exposto,JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para o fim de declarar a interdição de PAULA DOS SANTOS NOGUEIRA REGO e nomear DIONAS DARLAN DOS SANTOS NOGUEIRAcomo seu curador definitivo. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Daiany Tironi Lima, Auxiliar Juramentada, conferi e digitei.
RAFAEL DA SILVA MELO GLATZL
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE ROBERTO DE MATOS AMARAL PRAZO DE 20 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Cambé, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0008981-96.2018.8.16.0056, a qual tem por objeto Confissão de dívida 13271/2013, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 2607/2013 na data de 18/01/2014, no importe de R$ 63.281,90 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Cambé/PR, e executado(a)(s) JOSE ROBERTO DE MATOS AMARAL, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) JOSE ROBERTO DE MATOS AMARAL, portador(a) do RG 7565313 SSP/PR e CPF 280.448.949-34, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de R$ 207.488,17 (duzentos e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito Reais e dezessete centavos). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Hilário Aleixo, escrivão, conferi e digitei. Cambé, 07 de abril de 2025. Luciene Oliveira Vizzotto Zanetti Juíza de Direito.

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO ARMANDO PIO DOS SANTOS COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
A DOUTORA KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc...
FAZ SABER - a todos quantos o presente edital de citação virem ou que dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Cartório a Ação de Divórcio Litigioso nº 0007729-48.2024.8.16.0056, que por intermédio de sua procuradora, a Dra. Aline Valerio Bastos, OAB-MG 12.555, que D.S.S move em face de ARMANDO PIO DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 1X4.X36.7XX-0X, filho de M.A.A.S, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, o qual fica devidamente citadO dos termos da inicial, cujo teor, em resumo, é o seguinte: "Trata-se de ação de Divórcio Litigioso, o qual a autora e o Sr. Armando contraíram matrimônio em 19 de novembro de 1973, na cidade de Ibaiti/PR, por meio do regime de comunhão universal de bens. Ocorre que as partes se separaram de fato após 02 anos de casamento, ou seja, no ano de 1975. As partes não adquiriram bens ou dívidas, tampouco tiveram filhos. Sendo assim, requereu-se: benefícios da justiça gratuita, a concessão da tutela de evidência, para os fins de declarar o término da sociedade conjugal, que foi julgado por este juízo como indeferido em 30 de agosto de 2024, requereu-se também a procedência do pedido de decretação do divórcio, voltando a cônjuge virago a utilizar o nome de solteira", bem como, para contestar a ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil), e para que chegue ao conhecimento de todos os interessados para que não possam alegar ignorância de futuro, mandou expedir o presente que será afixado no lugar público de costume e publicado pela Imprensa Oficial na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos 22 de abril de 2025. Eu _____ (ALEXANDER HIROSI), Chefe de Secretaria, digitei e subscrevi.
Alexander Hirosi
Chefe de Secretaria
Por Ordem Judicial
Portaria 003/2012

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO WILIAM WELINTON DE LIMA, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.
A DOUTORA KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ANEXOS DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc...
FAZ SABER - a todos quantos o presente edital de citação virem ou que dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo os AUTOS DE EXECUÇÃO DE MEDIDA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE nº 0001940-19.2024.8.16.0137, que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ em face de WILIAM WELINTON DE LIMA e outra, brasileiro, nascido em 05/12/1984, CPF nº 053.XXX.499-XX., residente e domiciliado em local incerto e não sabido, o qual fica devidamente CITADO dos termos da Petição Inicial, cujo teor, em resumo, é o seguinte: "Foi instaurado o Procedimento Administrativo Nº MPPR0114.24.000297-1, no âmbito da 1ª Promotoria de Justiça de Porecatu, tendo por finalidade apurar situação de risco pessoal ou social ou de vulnerabilidade em relação a requerida J. S. S, ante o uso abusivo de substâncias entorpecentes e a condição de gestante, aliados à sua resistência de aderir aos exames de pré-Natal, pois já é genitora de dois outros menores os quais encontram-se sob a responsabilidade de familiares, a atual gravidez somente chegou ao conhecimento da rede de proteção municipal após o Conselho Tutelar de Florestópolis ter sido acionado por uma enfermeira da UBS Central sob a suspeita da situação e a peculiar condição de vida dela, a qual vive a perambular pelas ruas da cidade e a consumir drogas. Após muita insistência, foi a mesma submetida a consulta médica e constatada a gestação em estágio avançado - 18 semanas - que também estava em tratamento de DST (Doença Sexualmente Transmissível), tendo a requerida continuado a fazer uso de drogas e não realizando adequadamente os exames necessários no período gestacional, o que implica em sérios riscos à sua própria saúde e à saúde do bebê nascituro. No dia 31/07/2024, foi levada a consulta médica acompanhada de membros do Conselho Tutelar e do Serviço Social de Florestópolis, com a informação de que estaria "entrando em trabalho de parto", em idade gestacional de 36 semanas, a médica atestou que a requerida necessita de internação para acompanhamento até o final da gestação em razão do uso de drogas ilícitas, álcool e tabaco, bem como por não ter realizado o acompanhamento pré-Natal, De todo modo, é possível evidenciar que a requerida e o bebê que está gestando encontram-se em séria situação de risco, tendo em vista que ela é usuária de substâncias psicoativas e álcool, bem como não realiza corretamente o pré-Natal. o Conselho Tutelar de Florestópolis comunicou que no dia 11/08/2024, no Hospital Municipal de Florestópolis, a requerida deu à luz a um bebê do sexo masculino, que recebeu o nome de C.H. S de L, sendo concedida a sua guarda provisória para os seus tios-avôs, residentes no município de Cambé/PR. O processo foi declinado sua competência para este juízo de Cambé, que determinou a inclusão do genitor WILIAN WELINTON DE LIMA, no polo passivo do presente feito, bem como a sua citação." O Ministério Público requereu: 1) seja o presente procedimento recebido como Medida De Proteção C/C Pedido de Tutela de Urgência; 2) seja a presente autuada e processada em segredo de justiça nos termos do art. 189, inciso II, do Código de Processo Civil, assegurando a tramitação prioritária conforme art. 4º, parágrafo único, alínea "b", c/c art. 152, §1º, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente; 3) liminarmente, a concessão, inaudita altera pars, da tutela provisória de urgência antecipada, visando preservar a saúde do nascituro e da própria genitora, e considerando que não houve especificação médica se a internação é obstétrica (em razão do estágio da gravidez e seus riscos) ou psiquiátrica (devido à condição de usuária de substâncias psicoativas), seja determinado à Secretaria Municipal de Saúde, para, em conjunto com o Serviço Social do Município de Florestópolis; 4) seja intimado o Conselho Tutelar de Florestópolis para continuidade do acompanhamento do caso durante o período gestacional e após o nascimento do bebê; 5) a citação da requerida J. S. S. para, querendo, apresentar contestação no prazo legal e acompanhar todos os termos e atos do procedimento, garantindo-se, assim, o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 101, § 2º, da Lei nº 8.069/90 (ECA); 6) a produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente a juntada de documentos, oitiva de testemunhas, avaliação psicológica e outras que se mostrem necessárias e 7) seja, ao final, julgado procedente o pedido, aplicando se a medida protetiva mais adequada para o caso, dentre aquelas previstas nos arts. 101 e 129, ambos da Lei nº 8.069/90 (ECA), e que se afigurem mais convenientes ao recém-nascido (protegido) e responsável. Sendo determinado à citação do requerido, mediante edital, para querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta, através de advogado, apresentando desde logo as

provas que pretende produzir, arrolando testemunhas e juntando documentos. Tudo nos termos presente. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados para que não possam alegar ignorância no futuro, foi determinada a expedição deste edital, que será afixado no lugar público de costume e publicado pela Imprensa Oficial na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos 24 de abril de 2025. Eu (ALEXANDER HIROSI), Chefe de Secretaria, digitei e subscrevi.
ALEXANDER HIROSI
Chefe de Secretaria
Por ordem Judicial
Portaria nº 003/2012

Edital de Intimação

EDITAL DE CHAMAMENTO DO AUSENTE ZILDA NUNES MOREIRA, COM O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.
A DOUTORA KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo processam-se os autos de DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA nº 0004487- 23.2020.8.16.0056, requerida por L.A.N.M.S em face de ZILDA NUNES MOREIRA, e que por este edital COMUNICA que foi declarada a ausência de ZILDA NUNES MOREIRA, brasileira, nascida em 11/12/1970, inscrita no CPF sob nº 91X.XXX.XXX-04, filha de L.N.V. e de M.C.V., e arrecadados seus bens, tendo sido nomeado curador de seus bens a Srª. L.A.N.M.S., portador (a) do RG. nº 9.6XX.XXX-2 SSP/PR e CPF nº 01X. XXX.XXX-10, bem como, CONVOCA o ausente para entrar na posse de seus bens arrecadados, sendo o seguinte bem de propriedade do ausente: conforme consta em auto de arrecadação de bens do ausente, expedido em data de 22 de janeiro de 2024, não foram encontrados quaisquer bens que tenham sido deixados pela ausente, com exceção de eventuais direitos sucessórios/meação sobre o imóvel de matrícula Nº 8.947, do Serviço de Registro Civil de Cambé, que teria sido adquirido pelo falecido genitor da ausente, e que está sendo objeto de Ação de Adjudicação Compulsória, sob o Nº 0001210-67.2018.8.16.0056, junto à Vara Cível de Cambé. Tudo em conformidade com a Sentença judicial que segue parcialmente transcrita: "Posto isto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, PARA O FIM DE DECLARAR A AUSÊNCIA de ZILDA NUNES MOREIRA, nomeando-lhe curadora a L.A.N.M.S., nos termos do artigo 744 do Código de Processo Civil". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos do art. 745 do Código de Processo Civil. JUSTIÇA GRATUITA. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cambé, Estado do Paraná.?Eu, ALEXANDER HIROSI, Chefe de Secretaria, digitei e subscrevi.
Alexander Hirosi
Chefe de Secretaria
Por Ordem Judicial
Portaria 003/2012

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7014941

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): A. D. F. B. - (CNPF/MF SOB Nº 045.XXX.599-XX) - Autos sob o nº 0011102-97.2018.8.16.0056
FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, por meio do qual serão aceitos lances.
O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 12 de junho de 2025, a partir das 10h00min, no qual já serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 12 de junho de 2025, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverá se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº 0011102-97.2018.8.16.0056 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é exequente G. G. DA. S. B. - (CNPF/MF SOB Nº 1X4.X4X.179-XX) e executado A. D. F. B. - (CNPF/MF SOB Nº 045.XXX.599-XX).
BEM: "Um imóvel situado na Data n.º 28A da Quadra n.º 01, com 150 m2, do Jardim Olímpico Secção "A" desta Cidade, com divisas e confrontações constantes na Matrícula Nº 37.210 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Londrina/PR, constando como benfeitoria uma casa em alvenaria simples, com um quarto, uma sala, uma cozinha, um banheiro, área de serviço, com área construída de 38,27 m2, com teto de laje e telhado de eternit, piso frio, um portão para entrada e saída de veículo e morador"
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN).
DATA DA PENHORA: 06 de fevereiro de 2023, conforme Auto de Penhora do evento 247.1.
AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 133.779,02 (cento e trinta e três mil, setecentos e setenta e nove reais e dois centavos), conforme Auto de Penhora e Avaliação do evento 247.1,realizada em 06 de fevereiro de 2023, atualizada até a data de expedição deste edital.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Código de Processo Civil/2015, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Código de Processo Civil/2015: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC)
O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referidos bens se encontram depositados nas mãos do Depositário Púbico de Londrina/PR, como fiel depositário, até ulterior deliberação.
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L
COMISSÃO DO LEILOEIRO: Arbitro a comissão em caso de arrematação, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado; por outro lado, no caso de adjudicação ou remição, será de 02% (dois por cento) sobre o laudo da avaliação, e; finalmente, em caso de acordo ou pagamento da dívida realizado no prazo de 05 (cinco) dias antes da efetivação da praça/leilão, arbitro a comissão do leiloeiro em 2% sobre o valor da transação/pagamento para cobrir as despesas na preparação da praça e remunerar os serviços prestados pelo leiloeiro, sendo devida pelo executado.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja A. D. F. B. - (CNPF/MF SOB Nº 045.XXX.599-XX). e cônjuge caso haja, através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s); Eventual(is) Vendedores; Compradores, Credor(es) Hipotecário(s); coproprietário(s), usufrutuário(s), possuidor(es): ROSINEI DE FREITAS, do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao

conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos quinze e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco. (15/04/25). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi.
KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN
Juíza de Direito

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7014940

FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE LEILÃO O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro de Alcântara Soares Bicudo, da Vara da Fazenda Pública de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de
Carta Precatória Cível, assunto Causas Supervenientes à Sentença, sob nº 0002787-40.2018.8.16.0037, em que é(são) exequente(s) GOVERNO DO PARANA - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, e executado(s) SULFAPAR SULFATOS DO PARANA LTDA, e que será(ão) levado(s) à LEILÃO o(s) bem(ns) penhorado(s) do(a)(s) executado(a)(s) , de forma eletrônica, no endereço eletônico http://www.kronbergleiloes.com.br, observadas as seguintes disposições:1º Leilão: em 06/03/2025 09:05:00 horas, , ocasião em que será aceito lance igual ou superior ao da avaliação. Não havendo licitante, será realizado o 2º leilão; 2º Leilão: em 13/03/2025 09:05:00 horas, ocasião em que será aceito maior lance oferecido, considerando-se vil o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, parágrafo único, CPC). Caso não haja arrematação nos leilões supra referidos, ficarão as partes desde já intimadas das novas datas:OBSERVAÇÕES: O leilão será realizado na forma eletrônica, sendo que os lances eletrônicos poderão ser ofertados a partir da data da publicação do presente edital no endereço eletrônico http://www.kronbergleiloes.com.br , devendo o interessado realizar seu cadastro previamente. DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE DE TERRENO COM ÁREA DE 17.842,56 m², SITUADO NO LUGAR DENOMINADO BORDA DO CAMPO, NO MUNICÍPIO DE QUATRO/PR BARRAS COMARCA DE CAMPIUNA GRANDE DO SUL/PR, INSCRIÇÃO INCRA N° 701.122.000.418-DV-7, OBJETO DA MATRICULA N° 03.522 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINA GRANDE DO SUL. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 560.970,08, DEZEMBRO DE 2021, VALOR DA DIVIDA: R$ 129.352,07 outubro de 2024 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Será sempre considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo, independentemente da forma ou condição de pagamento que o arrematante venha a optar. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, desde que o lance se iguale à melhor oferta (art. 895, § 7º, CPC). Serão possível as seguintes formas de pagamento: a) À VISTA O arrematante, no ato da arrematação, deveráa) À VISTA efetuar o pagamento da integralidade do valor da sua oferta, diretamente ao leiloeiro ou mediante depósito judicial vinculado ao processo no qual consta a penhora do(s) bem(ns); b) PARCELADO: O arrematante poderá optar pelo pagamento parcelado, devendo no ato da arrematação efetuar à vista o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da arrematação, diretamente ao leiloeiro ou mediante depósito judicial vinculado ao processo no qual consta a penhora do(s) bem(ns), quitando o valor remanescente em, no máximo, 30 (trinta) parcelas (art. 895, § 1º, CPC) iguais, mensais e sucessivas. Na hipótese de atraso no pagamento de qualquer parcela, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas (art. 895, § 4º, CPC). O valor das parcelas deverá ser atualizado, mensalmente, desde a data da arrematação, pela média do INPC+IGP-DI (proporcional ao dia). Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o prazo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. A arrematação de bem imóvel mediante pagamento parcelado será garantida por hipoteca gravada sobre o próprio imóvel arrematado. Em caso de arrematação de bens móveis mediante pagamento parcelado, deverá ser apresentada garantia idônea, não servindo como garantia unicamente o bem arrematado, devendo a garantia ser apreciada e aceita para o caso específico; não sendo aceita pelo(a) Magistrado(a), a arrematação será mantida nos termos, porém, a ordem ou mandado de entrega será emitida apenas após a quitação integral do parcelamento. Na hipótese de inadimplemento, o(a) exequente poderá optar pela resolução da arrematação ou promover, em face do(a) arrematante, a execução do valor devido (art. 895, § 5º, CPC). Caso seja pleiteada a resolução da arrematação, o(a) arrematante, sem prejuízo das demais sanções previstas na lei e/ou neste edital, assim como sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos, perderá a caução apresentada (art. 897, CPC). Caso seja pleiteada a execução, todas as parcelas que estiverem prestes a vencer vencerão antecipadamente à data da parcela inadimplida, incidindo sobre o montante devido a multa prevista (art. 895, § 4º, CPC), além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o(a) arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. O(A) exequente poderá arrematar o bem utilizando-se de seus créditos gerados no próprio processo, devendo observar o enquadramento de seu crédito nas regras previstas no art. 892 do CPC, sendo que, nesta forma de arrematação, será devida a comissão integral do leiloeiro, aplicada sobre o valor total da arrematação. LEILOEIRO: HELCIO KRONBERG, JUCEPAR 653 COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação, a comissão devida será de05% (cinco por cento) sobre o valor da xxx. DEPOSITÁRIO(A): executado CONDIÇÕES GERAIS: O(s) bem(ns) será(ão) entregue(s) livre de ônus de natureza fiscal (art. 130, parágrafo único, CTN) e de natureza propter rem (art. 908, § 1º, CPC), exceto no caso de adjudicação ou de arrematação com o próprio crédito executado neste processo, condições estas sujeitas ao concurso de preferência, e caberá ao arrematante arcar com os custos para eventual regularização do bem arrematado. O(s) bem(s) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram, sendo responsabilidade do(s) interessado(s) realizar prévia vistoria com o(s) depositário(s) indicado(s), inexistindo qualquer espécie de garantia (art. 903, CPC). Em caso de arrematação de bens imóveis, a venda será sempre considerada , sendoad corpus que eventuais medidas constantes neste edital serão meramente enunciativas, assim como, caso esteja ocupado o bem, caberá ao arrematante tomar as providências e arcar com os custos da desocupação. Em caso de arrematação de bem móvel, fica ao encargo do arrematante a retirada e transporte do bem do local onde se encontre. Fica o arrematante ciente de seu dever de: a) arcar com os custos da arrematação, inclusive para a expedição da carta de arrematação e eventual imissão na posse; b) arcar com os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes; e c) recolher os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os interessados e o(a)(s) executado(a)(s) (art. 889, CPC) que não sejamencontrados para intimação pessoal da data de praça ou leilão, bem como de que, antes da arrematação e da adjudicação do (s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do CPC, pagando principal e acessórios. Ficam, ainda, CIENTES de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no art. 903, § 1º, do CPC será de 10 (dez) dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 886, 887 e 889 do Código de Processo Civil. Eu, Nayara Volpato Hugen, Técnico Judiciário, conferi e digitei Campina Grande do Sul, 28 de fevereiro de 2025. Pedro de Alcântara Soares Bicudo Juíza de Direito OBSERVAÇÃO : O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCIA MARIA DE OLIVEIRA BATISTAO
PRAZO DE 60 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila Scheraiber Polli, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Cheque, sob nº 0001033-29.2019.8.16.0037, em que é(são) autor(es) PEDRINHO BONCK, réu (s) MARCIA MARIA DE OLIVEIRA BATISTAO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MARCIA MARIA DE OLIVEIRA BATISTAO, portador(a) do CPF 784.666.109-44, nascido(a) em 24/08/1971, motivo pelo qual se procede à sua CITAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ 10.865,10 (dez mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e dez centavos) , o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) CIENTE(S) de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Camila Scheraiber Polli
Juíza de Direito Substituta
Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): TRANSPORTES SERRINHOS LTDA PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro de Alcântara Soares Bicudo, da Vara da Fazenda Pública de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que,perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0005421-67.2022.8.16.0037, a qual tem por objeto o pagamento da taxa de licenciamento de Estabelecimento, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 21269 na data de 2018.2019,2020,2021, no importe de R$ 1.912,59 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Campina Grande do Sul/PR, e executado(a)(s) TRANSPORTES SERRINHOS LTDA, e que não foi possivel localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) TRANSPORTES SERRINHOS LTDA , portador(a) do CNPJ 03.229.367/0001-70, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários, no total de R$ 1.912,59 (mil e novecentos e doze reais e cinquenta e nove centavos . No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV,CPC).OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi Campina Grande do Sul, 20 de fevereiro de 2025. Pedro de Alcântara Soares Bicudo Juiz de Direito Substituto

---

EDITAL DE CITAÇÃOM DESTINATÁRIO(A)(S): Laertes Correa Padilha e Cia Ltda PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro de Alcântara Soares Bicudo, da Vara da Fazenda Pública de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0005513-16.2020.8.16.0037, a qual tem por objeto o pagamento da divida ativa, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 717 referente aos anos de 2019, 2018, 2017, 2016 no importe de R$ 19.245,78 (dezenove mil e duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos) na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Quatro Barras / PR, e executado(a)(s) Laertes Correa Padilha e Cia Ltda, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) Laertes Correa Padilha e Cia Ltda, portador(a) do CNPJ 08.668.181/0001-30, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis efetuar o pagamento do débito , com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorário advocatícios, no total de R$ 19.245,78 (dezenove mil e duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos) No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). OBSERVAÇÃO: : O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi Campina Grande do Sul, 11 de fevereiro de 2025. Pedro de Alcântara Soares Bicudo Juiz de Direito Substituto

---

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LECI FERREIRA BORDA POLIA PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro de Alcântara Soares Bicudo, da Vara da Fazenda Pública de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que,perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0007289-22.2018.8.16.0037, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 7587, 45505, 39773 nos anos de 2016,2015 e 2014, no importe de R$ 10.378,74 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Quatro Barras/PR, e executado(a)(s) LECI FERREIRA BORDA POLIA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) LECI FERREIRA BORDA POLIA, portador(a) do CNPJ 08.741.804/0001-53, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis efetuar o pagamento do débito com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de 10.378,74 (dez mil e trezentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV,CPC).OBSERVAÇÃO: : O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi Campina Grande do Sul, 20 de fevereiro de 2025. Pedro de Alcântara Soares Bicudo Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VALMIR DE OLIVEIRA TECCHIO
PRAZO DE 15 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila Scheraiber Polli, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Classificação de créditos, sob nº 0005004-56.2018.8.16.0037, em que é(são) exequente(s) COOPERATIVA DE CREDITO SUL - SICOOB SUL, e executado(s) VALMIR DE OLIVEIRA TECCHIO, CGM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, GERVAL DE OLIVEIRA TECCHIO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido VALMIR DE OLIVEIRA TECCHIO, portador(a) do RG 3794066 SSP/PR e CPF 195.903.502-91. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R $ $19.529,45 (dezenove mil , quinhentos e vinte nove reais e quarenta e cinco centavos , acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 15 (qunize) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marcos Carvalho de Castro, Técnico Judiciário, conferi e digitei. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi. Campina Grande do Sul, 03 de abril de 2025.
Camila Scheraiber Polli
Juíza de Direito Substituta

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): GISELE RAMOS MACIEL - ME (empresária individual)
PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila Scheraiber Polli, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Cheque, sob nº 0002587-33.2018.8.16.0037, em que é(são) exequente(s) SOMA ATIVOS E COBRANÇA LTDA - EIRELI, e executado(s) GISELE RAMOS MACIEL - ME (empresária individual) e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido GISELE RAMOS MACIEL - ME (empresária individual)**, portador(a) do CNPJ 15.656.949/0001-11. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de 11.815,29 (onze mil, oitocentos e quinze reais e vinte e nove centavos) , acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que poderá(ão) opor **impugnação**, por meio de advogado(a), no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 20(vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Eu, Marcos Carvalho de Castro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https:// portal.tjpr.jus.br/projudi**
Campina Grande do Sul, 15 de abril de 2025.

Camila Scheraiber Polli
Juíza de Direito Substituta.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ELIZABETH DE ALVARENGA
PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila Scheraiber Polli, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Nota Promissória, sob nº 0000303-58.1995.8.16.0037, em que é(são) exequente(s) Britanite S.A. Indústrias Químicas, e executado(s) EDUARDO MUSSI SZABO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) INTIMAÇÃO da parte ELIZABETH DE ALVARENGA acima indicada para que tome conhecimento da penhora realizada sobre o bem imóvel de matrícula sob n. 26.563 do 6º CRI de Curitiba (mov 1.8) e avaliação (mov. 140.30). ADVERTÊNCIA de que: Poderá apresentar impugnação nos próprios autos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de ciência do ato, caso venha a alegar incorreção da penhora ou da avaliação, nos termos do art. 917, § 1º, do Código de Processo Civil; Poderá, ainda, opor embargos à execução, no prazo de 15 (dias) dias úteis, nos termos do art. 915 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi. Campina Grande do Sul, 03 de abril de 2025.
Camila Scheraiber Polli
Juíza de Direito Substituto

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O(A) Juiz(íza) de Direito Camila Scheraiber Polli, da Vara Cível de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0004445-26.2023.8.16.0037, em que é autor VIVIANE SETUBAL OLIVEIRA, e réu VITOR GUSTAVO PANAX, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de Vitor Gustavo Panax**, por sentença publicada, a qual reconheceu que o interditado *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos art. 487, I, e art 754 do Código de Processo Civil*, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de *natureza patrimonial, negocial*. A referida sentença ainda nomeou ao interditado a curadora Viviane Setubal Oliveira, portador(a) do RG 64386417 e CPF 025.894.969-40, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, e art. 754 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, confirmando a liminar concedida no mov. 13.1 , para o fim de submeter VITOR GUSTAVO PANAX à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por VIVIANE SETUBAL OLIVEIRA, a quem competirá prestar contas, anualmente, dos atos de sua gestão, ficando advertida de que necessitará de prévia autorização judicial para que contraia obrigações em nome do interditado. Consigno, desde já, que a interdição abrange a prática de atos de disposição patrimonial, bem como representação em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. **OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.
Campina Grande do Sul, 21 de março de 2025.
Camila Scheraiber Polli
Juíza de Direito Substituta

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JULIO CESAR MARTINS CORDEIRO
PRAZO DE 30 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Mayra dos Santos Zavattaro, da Vara de Família e Sucessões de Campina Grande do
Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo,
tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Levantamento de Valor, sob nº 0002537-
07.2018.8.16.0037, em que é(são) exequente(s) A. V. S. C., M. H. S. C., e executado(s) JULIO CESAR MARTINS
CORDEIRO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JULIO CESAR MARTINS
, portador(a) do RG 128178139 SSP/PR e CPF 088.128.699-04. Desta forma, procede-se por meioCORDEIRO
deste edital à sua para, no , efetuar o pagamento do débito aINTIMAÇÃO prazo de 15 (quinze) dias úteis
R$ 14.210,77 (quatorze mil duzentos e dez reais e setenta e sete centavos)que foi condenado, no valor total de
acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas,
processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por
cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito
atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do
Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa,
honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento
parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) de que poderá(ão) oporCIENTE(S)
, por meio de advogado(a), no contados a partir do término doimpugnação prazo de 15 (quinze) dias úteis
prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no
art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença
condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém
alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231,
inc. IV, CPC).
Eu, Alexandre Leal Cardoso Junior, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Campina Grande do Sul, 07 de abril de 2025.
Mayra dos Santos Zavattaro
Juíza de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereçoOBSERVAÇÃO
eletrônico .https://portal.tjpr.jus.br/projud

FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

1. RELATÓRIO
MÁRCIA CRISTINA FERREIRA ajuizou AÇÃO DE INTERDIÇÃO em favor de JOÃO PAULO DALZOTTO.
Fundamentou o pedido na impossibilidade de realizar atividades cotidianas como cuidar da higiene,
alimentação, e administração de contas e bens.
Relatou que "é genitora do réu, que não possui o necessário discernimento para a prática dos atos da vida
civil, sendo incapaz de reger sua pessoa, porquanto portador de quadro depressivo, transtorno obsessivo

compulsivo (CID 10 F42), transtorno de comportamento (CID 10 F90/F98), transtorno do humor bipolar (CID
10 F31), agitação psicomotora, atraso cognitivo global, transtorno do espectro autista (síndrome de
Asperger) e transtorno esquizoafetivo do tipo depressivo (CID 10 F25.1)",não estando apto a responder
pelos atos da vida civil.
Deferida a justiça gratuita no evento 16.1. Indeferido o pedido antecipatório no evento 33.1. Interposto
agravo de instrumento que reformou a decisão conforme evento 43.1.
Realizada a entrevista no evento 118.1. Juntado laudo no evento 248.1.
O representante do Ministério Público apresentou manifestação pela concessão no evento 253.1.
Vieram conclusos.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Pelo documento colacionado no evento 1.3, verifica-se a legitimidade para interposição do presente. Nos
moldes do artigo 747, do Código de Processo Civil em vigor, conforme segue:
Art. 747. A interdição pode ser promovida:
I - pelo cônjuge ou companheiro;
II - pelos parentes ou tutores;
III - pelo representante da entidade em que se encontra abrigado o interditando;
IV - pelo Ministério Público.
Parágrafo único. A legitimidade deverá ser comprovada por documentação que acompanhe a petição
inicial.
Para demonstrar a incapacidade da parte interditanda para administrar seus bens e para praticar atos da
vida civil, foi colacionado com a petição inicial atestado médico 1.8.Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5LM BEDUZ CWBDY SF3ED
PROJUDI - Processo: 0002038-85.2020.8.16.0026 - Ref. mov. 260.1 - Assinado digitalmente por Andre Doi Antunes
19/11/2024: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença
Ainda, o laudo pericial colacionado no evento 248.1 concluiu que "O paciente é portador de um transtorno do
desenvolvimento intelectual grave, sendo por isso incapacitado da maioria das atividades da vida comum.
Precisa de auxílio dos pais mesmo para as atividades mais básicas como alimentar-se e já não frequenta a
escola especial por conta de suas dificuldades. É capaz de socializar, sendo capaz de ser afável, apesar de
poder tornar-se agressivo por vezes. Não parece alguém capaz de elaborar planos para o futuro, ou pensar
nas consequências de suas atitudes ".. O quadro é crônico e não há perspectiva de melhora
No parecer de evento 253.1 o representante do Ministério Público ponderou pela possibilidade de ser
decretada a interdição, nos seguintes termos:
Assim sendo, pelos elementos probatórios expostos, resta demonstrado que o interditando, em face
de seu quadro, está à margem da vida cível e não pode, por si próprio, gerir seus direitos,
notadamente os direitos patrimoniais e negociais. De mais a mais, embora não tenha sido realizado
o Relatório de Estudo Social na residência das partes, não se vislumbra qualquer óbice à nomeação
da requerente como curadora do requerido, haja vista se tratar de sua genitora, agente legítima para
promover a interdição, a teor do disposto no inc. II, do art. 747, do CPC, inexistindo nos autos
qualquer indício de que não possua a aptidão necessária para o exercício do múnus. Nesse cenário,
conclui-se que a interdição é a medida que melhor atende aos interesses do curatelado. 3.
CONCLUSÃO À vista do exposto, o Ministério Publico manifesta-se pela procedência dos pedidos
formulados pela requerente Márcia Cristina Ferreira, a fim de que seja decretada a interdição de
João Paulo Dalzotto, com a consequente nomeação da autora como curadora definitiva, sem
prejuízo das demais providências legais dispostas no art. 755 do CPC.
Sendo assim, por todo exposto, necessária a confirmação designação de curador para acompanhar os atos
da parte curatelanda.
3. DISPOSITIVO
Com fulcro no artigo 487 do Código de Processo Civil em vigor, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para
o fim de CONFIRMAR A DECISÃO LIMINAR e de ,DECRETAR A INTERDIÇÃO João Paulo Dalzotto
observadas suas caraterísticas pessoais , e Márcia Cristina Ferreira, para os[2] nomear como curadora
seguintes atos da vida civil: "emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser
demandado, e/ou, praticar os atos de mera administração", observada a Lei 13.146/2015.
4. Lavre-se termo definitivo. Intime-se o curador.
Dispensada a prestação de contas.
5. Pela secretaria:
I. Expeça-se ofício ao(s) Cartório(s) de Registro Civil onde foi lavrada a certidão de nascimento da
parte requerida, para que proceda a averbação da sentença, devendo o cartório encaminhar cópia
atualizada da certidão, com a devida averbação, nos termos do artigo 755 do Código de Processo
Civil;
II. Publique-se em DJ e realize a afixação no átrio do fórum na forma do artigo 755, § 3º, do Código
de Processo Civil;
III. Intime-se o curador para assinar o respectivo termo de curatela, oportunidade em que deverá ser
advertido que deverá prestar contas anualmente de seu encargo dos valores devidos à requerida,
desde a sua nomeação, bem como esclarecido que somente poderá alienar eventuais bens móveis e
imóveis, e movimentar aplicações financeiras e contas bancárias da curatelada, com PRÉVIA
autorização deste juízo.
6. Após, vista ao Ministério Público.Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5LM BEDUZ CWBDY SF3ED
PROJUDI - Processo: 0002038-85.2020.8.16.0026 - Ref. mov. 260.1 - Assinado digitalmente por Andre Doi Antunes
19/11/2024: JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO. Arq: Sentença
7. Realizado o depósito dos honorários periciais, promova-se a expedição de alvará. Intimações e diligências necessárias.
Data da assinatura digital.
Andre Doi Antunes
Juiz de Direito

SENTENÇA
1. RELATÓRIO
Trata-se de ação de interdição ajuizada por HELLOIR FRANCISCA DE ALMEIDA, OLIVIA
DE ALMEIDA DA SILVA e ANA DE ALMEIDA FERREIRA em face de MARTA DE ALMEITA SUENAR, todos
qualificados na petição inicial.
A parte autora narrou na petição inicial que a requerida sofre de depressão, demência não especificada, (CID F 33.2), hipertensão arterial sistêmica (CID F. 009), Hipertrigliceridemia (CID:
E78.1), Hipovitaminosa (CID:E 55) e pré diabetes mellitus, razão pela qual possui dificuldade para
realizar sozinha as atividades diárias do cotidiano. Aduziu sobre a suspeita de que a requerida
estivesse sendo vítima de violência doméstica, uma vez que o contato com familiares fora
gradativamente cortado pelo cônjuge da requerida; a requerida apresentou alterações repentinas
em sua rotina após matrimônio, deixando de trabalhar e dirigir; perdeu a autonomia para gestão de
seus bens pessoais, como celular; demonstrou oscilações negativas emocionais, como
desorientação, crises de choros e medo; além de terem sido visualizados hematomas no corpo da
requerida. Diante disso, requereu a curatela definitiva da requerida, e em sede liminar a nomeação
para curatela provisória. Juntou documentos (seq. 1).
Determinado vista ao Ministério Público (mov. 13.1), o requereu i) aParquet
realização de estudo social na residência da requerida, para averiguação da realidade fática;
designação de entrevista; e perícia médica. Requisitado ainda o encaminhamento de cópia dos
autos à Promotoria de Justiça de competência Criminal, haja vista a suspeita de violência doméstica
(mov. 17.1).Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXCF 2F9QS 4TRAM N4VYK
PROJUDI - Processo: 0012611-17.2022.8.16.0026 - Ref. mov. 193.1 - Assinado digitalmente por Mayra dos Santos Zavattaro:14853
12/06/2024: JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO E PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO. Arq: Sentença
Apresentado relatório de visita domiciliar da interditanda (mov. 37.3).

Indeferido o pedido de tutela de urgência antecipada, para nomeação de curatela provisória (mov. 43.1).
Realizada audiência de entrevista (mov. 119.1).
A requerida apresentou contestação e requereu a nomeação de Izael Suenar, seu esposo, como curador definitivo (mov. 127.1).
Impugnação à contestação (mov. 142.1).
Apresentado laudo pericial médico (mov. 183.1).
Manifestação das partes sobre o laudo pericial (mov. 186.1 e 187.1).
Parecer final pelo Ministério Público, manifestando-se favorável à nomeação de Izael Suenar como curador definitivo (mov. 190.1).
Vieram conclusos os autos.
É o relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Cuida-se de ação que objetiva o reconhecimento e a declaração da incapacidade civil da requerida, para a prática dos atos de natureza patrimonial e negocial, conforme fundamenta o
artigo 85 da Lei 13.146/2015.
O decreto da incapacidade civil condiciona-se, assim, à demonstração da efetiva impossibilidade do interditando por enfermidade ou deficiência mental, em tal proporção que lhe
suprima a aptidão para realizar negócios administrativos e financeiros.
Na hipótese vertente, todas as provas convergiram para o reconhecimento da incapacidade da interditanda.
No laudo pericial (mov. 183.1), ficou constatado o seguinte:
"a) A interditanda é portadora de doença mental? R: Sim. b) Caso positivo. Qual é a doença? R: Demência. c) Essa doença pode diminuir a capacidade de trabalho e para demais atos da vida civil da interditanda? R: Sim. d) Essa incapacidade é temporária ou permanente? Total ou parcial? R: Total e permanente. e) Essa incapacidade é decorrente de progressão ou agravamento da doença indicada noDocumento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXCF 2F9QS 4TRAM N4VYK
PROJUDI - Processo: 0012611-17.2022.8.16.0026 - Ref. mov. 193.1 - Assinado digitalmente por Mayra dos Santos Zavattaro:14853
12/06/2024: JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO E PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO. Arq: Sentença
item "b"? R: Sim. (...) I. A interditanda é portadora de doença mental? R: Sim. II. Em caso positivo, qual é a doença? R: Demência não especificada CID F00.9. III. A doença impede a interditanda de praticar os atos da vida civil? R: Sim. IV. Em resposta positiva ao quesito III, favor exemplificar e delinear a extensão da limitação. R: Limitação para atos gerenciais e patrimoniais."
Tendo em vista que os fatos alegados pela requerente na inicial restaram devidamente comprovados, bem como o representante do Ministério Público ratifica a pretensão ora
exercida (mov. 190.1), verifica-se que a interditanda não tem condições mínimas de gerir seus
próprios atos administrativos e financeiros, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da
curatela tão somente aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos
termos do artigo 85 da Lei nº 13.146/2015.
Contudo, instaura-se nos presentes autos conflito de requerimento da curatela.
A autora Helloir, enquanto irmã da interditanda, postulou pela sua nomeação como curadora, sob o argumento de que a requerida estaria passando por suposta violência doméstica
praticada por seu esposo Izael.
Por outro lado, em contestação, houve pedido para nomeação de Izael como curador, tendo em vista que este vem exercendo os cuidados necessários diante da doença que acomete a
requerida.
Do relatório de visita realizado pela equipe do CREAS no domicílio da requerida (mov. 37.3), extrai-se que a interditanda está sendo atendida em suas demandas básicas e na
manutenção de vínculos afetivos, enquanto submetida à assistência exercida por Izael. Confira-se:
"Consideramos que pelas informações apresentadas e observações a partir da intervenção da visita domiciliar, Sra. Marta está sendo atendida em suas demandas básicas e na manutenção de vínculos afetivos. Embora apresente restrições de saúde, ao que lhe foi orientado e por ele apreendido, Sr. Izael mantém Marta envolvida nas atividades diárias, indicando preocupação com interação social aos espaços comunitários já frequentados por ela anteriormente ao diagnóstico de saúde, buscando a manutenção do pertencimento social e neste sentido não foram identificadas no momento situação de violação de direitos com referência a Sra. ".Marta e o espaço de convivência
Assim sendo, não consta nos autos elementos que conduzam à necessidade de nomeação da autora como curadora da requerida.
No que se refere à alegada suspeita de maus tratos e violência doméstica praticados pelo cônjuge da requerida, foi instaurada pela 2ª Promotoria de Justiça do Foro Regional de Campo
Largo a Notícia de Fato nº 0023.23.000658-9 (mov. 81.1), tendo-se concluído pela inexistência deDocumento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXCF 2F9QS 4TRAM N4VYK
PROJUDI - Processo: 0012611-17.2022.8.16.0026 - Ref. mov. 193.1 - Assinado digitalmente por Mayra dos Santos Zavattaro:14853
12/06/2024: JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO E PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO. Arq: Sentença
indícios de prova aptos a demonstrar a prática de violência doméstica contra a requerida (mov.
190.2).
Diante disso, concluo que Izael Suenar é quem reúne as melhores condições para exercer a curatela definitiva da interditanda Marta de Almeida Suenar.
3. DISPOSITIVO
Ante o exposto:
JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil;
JULGO PROCEDENTE o pedido reconvencional, para nomear IZAEL SUENAR como
curador definitivo de MARTA DE ALMEIDA SUENAR, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente
todos os atos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de
Processo Civil.
Custas pela ré, na forma da lei.
Expeça-se o termo de curador definitivo.
Na forma do artigo 84, § 4º da Lei n. 13.146/2015, deverá o curador prestar contas anualmente quanto ao beneficiário previdenciário do interditado.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. .Ciência ao Ministério Público
4. :DISPOSIÇÕES FINAIS
1.Havendo o decurso do prazo para interposição de recurso, ou havendo a renúncia ao prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado da sentença.
2. Promova-se a remessa online dos autos ao responsável pelo Registro de Pessoas Naturais desta comarca para registro, nos termos do artigo 755, § 3º do Código de Processo Civil.
3.Providencie-se a publicação da presente sentença no órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 755, § 3º do Código de Processo Civil.
4.Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJXCF 2F9QS 4TRAM N4VYK
PROJUDI - Processo: 0012611-17.2022.8.16.0026 - Ref. mov. 193.1 - Assinado digitalmente por Mayra dos Santos Zavattaro:14853
12/06/2024: JULGADO IMPROCEDENTE O PEDIDO E PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO. Arq: Sentença
5.Comprovado nos autos o registro da interdição, intime-se o curador pessoalmente para que se apresente em juízo, em 05 (cinco) dias, para assinar o termo de curatela definitiva.
6. Por fim, cumpram-se as determinações cabíveis do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e da Portaria n. 81/2023 deste Juízo, naquilo que for pertinente.
Após, arquivem-se os autos com as baixas necessárias.
Campo Largo, datado eletronicamente.
Mayra dos Santos Zavattaro
Juíza de Direito

CAPANEMA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(para conhecimento de terceiros)
O EXMO. SR. DOUTOR YURI ALVARENGA MARINGUES DE AQUINO, JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAPANEMA, ESTADO DO PARANÁ, ETC.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, pela sentença proferida na data de 09/09/2024, dos autos nº 0001009-84.2023.8.16.0061, de AÇÃO DE INTERDIÇÃO/CURATELA, em que é requerente NOELI LEVANDOSCKI e requerido CASIANO MAICON FRITZEN, foi decretada a interdição de CASIANO MAICON FRITZEN, tendo em vista que o requerido é portador de deficiência mental, tendo sido nomeada Curadora a Sra. requerente NOELI LEVANDOSCKI, sendo que referida representação é para todos

os atos da vida civil, e considerando a inexistência de bens, fica dispensado o termo especificado.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Capanema, Estado do Paraná, aos 14 de abril de 2025. Eu, , (ROSEMERI DE FREITAS), Empregada Juramentada da Vara Cível, o digitei e subscrevo.
YURI ALVARENGA MARINGUES DE AQUINO
Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

CARLÓPOLIS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): PATRICIO NUNES VIEIRA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Andrea Russar Rachel, da Vara Criminal de Carlópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Ameaça , sob nº 0000215-23.2024.8.16.0063, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PATRICIO NUNES VIEIRA, e vítima ROSENILDA APARECIDA BEZERRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **PATRICIO NUNES VIEIRA, portador(a) do RG 106861749 SSP/PR e CPF 084.473.899-95, nascido(a) em 17/08/1988, natural de OSASCO/SP, filho(a) de SOLAINE APARECIDA NUNES VIEIRA e JOSE WILSON VIEIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito em 10 de março de 2025 (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do artigo 147, caput, do Código Penal, à pena de 01 (um) mês e 26 (vinte e seis) dias de detenção em regime inicial semiaberto, conforme o conteúdo da sentença de mov. 156.1, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Wilson Juk Junior, Supervisor de Secretaria, conferi e digitei.
Carlópolis, 07 de maio de 2025.
Andrea Russar Rachel
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

CASCAVEL

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA TERCEIROS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
F/A/Z S/A/B/E/R, a todos quantos este edital de intimação, virem ou dele conhecimento tiverem, que se acha trâmite regular por este Juízo, com sede Av. Tancredo Neves, 2320 - Bairro Alto Alegre os Autos sob nº 0004604-46.2025.8.16.0021, a fim de divulgar a pretendida alteração de bens (art. 734, §1º, do CPC)tendo os requerentes contraído matrimônio em 10/12/2021 sob o regime de comunhão parcial de bens e pretendem alterar o regime de bens para o de separação total de bens.
E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado no átrio do Fórum, nesta cidade e Comarca. Cascavel-PR.
Fernanda Consoni
Juíza de Direito

3ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL/PARANÁ - EDITAL DE CITAÇÃO DA(O) RÉ(U) AVP ILUMINACAO LTDA, na pessoa de seu representante legal, com prazo de 60 (sessenta) DIAS.-
A DOUTORA THALITA REGINA FUNGHETTO, JUÍZA DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL, DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, etc
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a(o) ré(u) AVP ILUMINACAO LTDA, na pessoa de seu representante legal, que por este Juízo e cartório se processam aos termos dos autos de AÇÃO MONITÓRIA sob n.º 0033812-46.2023.8.16.0021 em que COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB CREDICAPITAL move contra AVP ILUMINACAO LTDA. É o presente edital para CITAÇÃO da(o) ré(u) AVP ILUMINACAO LTDA, do inteiro teor da presente ação, para em 15 (quinze) dias pagar a dívida, nos termos do artigo 701 do CPC. Ficando advertido, se efetuado o pagamento da dívida no prazo, o pagamento de honorários advocatícios serão apenas 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (Art. 701 CPC), ficará isenta do pagamento das custas processuais. No mesmo prazo, poderá a parte ré oferecer embargos à ação monitória com fundamento em qualquer matéria passível de alegação como defesa no procedimento comum, os quais serão oferecidos nos próprios autos, independentemente de prévia segurança do juízo (Art. 702, CPC). Ficando advertido que, se a alegação da parte ré for de que a parte autora pleiteia quantia superior à devida, deve, de imediato, declarar o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida, sob pena de os embargos serem liminarmente rejeitados (se esse for o seu único fundamento) ou, se houver outro fundamento, serem processados, mas sem exame da alegação de excesso (CPC, Art. 702, §§ 2º e 3º). Se não for efetuado o pagamento do principal + honorários advocatícios de 5%, ou não forem opostos embargos, **constituir-se-á, de pleno direito, título** convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (artigo **executivo judicial,** 701, § 2º, CPC), prosseguindo o processo na forma do Título II do Livro I da Parte Especial.
Advertência: será nomeado curador especial em caso de revelia.
Mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO em Cartório nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná. EU, LUCIANA TEIXEIRA FIDELIS, Funcionária Juramentada, que digitei e subscrevi.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço no web é **https://portal.tjpr.jus.br/projudi/**. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL/PARANÁ - EDITAL DE CITAÇÃO DA(O) RÉ(U) MARCELO SCHEIDT, com prazo de 60 (sessenta) DIAS.-
A DOUTORA THALITA REGINA FUNGHETTO, JUÍZA DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL, DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, etc
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a(o) ré(u) MARCELO SCHEIDT, que por este Juízo e cartório se processam aos termos dos autos de AÇÃO MONITÓRIA sob n.º 0006468-56.2024.8.16.0021 em que SINDICATO RURAL PATRONAL DE CASCAVEL move contra MARCELO SCHEIDT. É o presente edital para CITAÇÃO da(o) ré(u) MARCELO SCHEIDT, do inteiro teor da presente ação, para em 15 (quinze) dias pagar a dívida, nos termos do artigo 701 do CPC. Ficando advertido, se efetuado o pagamento da dívida no prazo, o pagamento de honorários advocatícios serão apenas 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (Art. 701 CPC), ficará isenta do pagamento das custas processuais. No mesmo prazo, poderá a parte ré oferecer embargos à ação monitória com fundamento em qualquer matéria passível de alegação como defesa no procedimento comum, os quais serão oferecidos nos próprios autos, independentemente de prévia segurança do juízo (Art. 702, CPC). Ficando advertido que, se a alegação da parte ré for de que a parte autora pleiteia quantia superior à devida, deve, de imediato, declarar o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida, sob pena de os embargos serem liminarmente rejeitados (se esse for o seu único fundamento) ou, se houver outro fundamento, serem processados, mas sem exame da alegação de excesso (CPC, Art. 702, §§ 2º e 3º). Se não for efetuado o pagamento do principal + honorários advocatícios de 5%, ou não forem opostos embargos, **constituir-se-á, de pleno direito, título** convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (artigo **executivo judicial,** 701, § 2º, CPC), prosseguindo o processo na forma do Título II do Livro I da Parte Especial.
Advertência: será nomeado curador especial em caso de revelia.
Mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO em Cartório nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná. EU, LUCIANA TEIXEIRA FIDELIS, Funcionária Juramentada, que digitei e subscrevi.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço no web é **https://portal.tjpr.jus.br/projudi/**. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).

CATANDUVAS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ADILSON RODRIGUES
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Carlos Eduardo de Oliveira Mendes , da Vara Criminal de Catanduvas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Constrangimento ilegal , sob nº 0001720-14.2022.8.16.0065, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ADILSON RODRIGUES, e vítima ANA KERLLE DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ADILSON RODRIGUES, portador(a) do RG 86741431 SSP/PR e CPF 009.572.949-64, nascido(a) em 17/04/1982, natural de TRES BARRAS DO PARANA/PR, filho(a) de NERCINDA RODRIGUES e GONÇALINO RODRIGUES,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147-B - Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação., Reclusão: 6 meses a 2 anos E Multa oferecida em 26/03/2024 e recebida em 04/04/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "**FATO 01**. Em data não precisada nos autos, mas certo que no ano de 2022, na residência localizada no município de Três Barras do Paraná nesta Comarca de Catanduvas/PR, o denunciado ADILSON RODRIGUES, agindo com consciência e vontade, prevalecendo-se das relações domésticas, com violência de gênero, causou dano emocional à Ana Kerlle de Oliveira, sua então companheira, na medida em que prejudicou e perturbou o pleno desenvolvimento dela, visando o controle de suas ações, comportamentos e decisões, mediante ameaça, chantagem e manipulação, na medida em que falava para suas filhas que, se caso a mãe delas o deixasse, ele cometeria suicídio, fato que impedia a noticiante de dar andamento no pretendido divórcio. **FATO 02**. Que em data e horário não precisados nos autos, mas certo que após o dia 01 de novembro de 2022, na residência localizada na Rua das Camelias, n°111, Centro, no município de Três Barras do Paraná/PR, nesta Comarca de Catanduvas/PR, o denunciado ADILSON RODRIGUES, agindo com consciência e vontade, prevalecendo-se das relações domésticas, com violência de gênero, causou dano emocional à Ana Kerlle de Oliveira, sua ex-companheira, na medida em que prejudicou e perturbou o pleno desenvolvimento dela, visando o controle de suas ações, comportamentos e decisões, mediante manipulação, na medida em que falava para suas filhas o perdoarem, caso contrário cometeria suicídio", e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, ROBSON ARAUJO, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Catanduvas, 07 de maio de 2025.
Carlos Eduardo de Oliveira Mendes
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital Geral - Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE Sem Prazo
O(A) Juiz(íza) de Direito Carlos Eduardo de Oliveira Mendes , da Vara Cível de Catanduvas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Tutela Antecipada Antecedente, assunto Capacidade, sob nº 0001070-30.2023.8.16.0065, em que é(são) autor(es) ROZELI APARECIDA SILVEIRA DE AVILA, e réu(s) DANIELA FERREIRA DA SILVA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de DANIELA FERREIRA DA SILVA, portador(a) do RG 132458*** SSP/PR e CPF 084.717.***-**, por sentença publicada em 29/04/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ROZELI APARECIDA SILVEIRA DE AVILA, portador da Cédula de Identidade RG sob nº 8.927.***-*, inscrita no CPF/MF sob n° 051.041.***-**, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Ante o exposto, e pelo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados pelo autor na inicial, nos termos do art. 84, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e extingo o feito com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, a fim de: (i) decretar a interdição de Daniela Ferreira da Silva, declarando-a incapaz de exercer, pessoalmente e por si só, os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial; (ii) nomear como sua curadora Rozeli Aparecida Silveira de Avila, nos termos do artigo 1.775, §3º, do Código Civil, que poderá representá-la nos atos necessários, inclusive, para fins de recebimento do BPC". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, Andrea Popadiuk Joly, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Catanduvas, 30 de abril de 2025.
Carlos Eduardo de Oliveira Mendes
Juiz de Direito

CENTENÁRIO DO SUL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 45 dias úteis O Juiz de Direito Dr. André Luís Palhares Montenegro de Moraes, da Vara Cível de Centenário do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0000015-75.2022.8.16.0066, em que são autores PAULIBIO RODRIGUES DA SILVA e ZENI NUNES DA SILVA, e réus ZILDA DA SILVA ANDRADE, ESPÓLIO DE APARECIDO RUI BARBOSA representado por TANIA MATIOLI BARBOSA, TANIA MATIOLI BARBOSA, APARECIDO PEREIRA DE ANDRADE, e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: Imóvel Urbano possuindo uma área de 600,00 m2 (seiscentos metros quadrados), sendo 80,00 m2 (oitenta metros quadrados) de área construída sendo casa residencial em madeira, situado na Rua Brasil, nº 1005, lote 9, quadra 147 município de Lupionópolis/PR, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: " Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto, assim como eventuais interessados (artigo 259, inciso I, do Novo Código de Processo Civil), após esgotada a busca para localização pessoal. Decorrido o prazo de resposta sem manifestação, desde logo, nos termos do disposto no artigo 72, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, nomeio curador especial aos citados por edital. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Centenário do Sul, 17 de fevereiro de 2025. André Luís Palhares Montenegro de Moraes Juiz de Direito

Edital de Citação - Criminal

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CENTENÁRIO DO SUL-PR
VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 02/2025
O DOUTOR ANDRÉ LUÍS PALHARES MONTENEGRO DE MORAES, MM. JUIZ DE DIREITO DESTA CIDADE E COMARCA,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS, ou dele conhecimento tiverem que, não tendo sido possível

citar pessoalmente **ADAIR DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG n. 12.368.521-0/PR, inscrito sob o CPF n. 601.817.610-68, nascido aos 27/08/1968, com 55 (cinquenta e cinco) anos de idade na data dos fatos, filho de Ilda Fernande e Edmundo Borges Dos Santos, residente e domiciliado na Linha Tapeto, nº 01, Zona Rural, na cidade de Flor da Serra do Sul/PR, **ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para tomar ciência que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, **e INTIMAÇÃO** para, nos termos do artigo 394, §1º, inciso II, do Código de Processo Penal, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS, responder à acusação por escrito e através de Advogado, nos autos de **PROCESSO CRIME Nº 0001245-84.2024.8.16.0066,** foi denunciado como incurso nas sanções do **artigo 129, § 13, (01° Fato) e artigo 147, caput, (02° Fato), ambos do Código Penal,** cujo extrato da denúncia vai adiante descrito: 01° Fato *"No dia 10 de julho de 2024, por volta dás 20h00, na residência localizada na Rua Mariele Franco, nº 83, Acampamento Fidel Castro, nesta cidade e Comarca de Centenário do Sul/PR, o denunciado ADAIR DOS SANTOS, com consciência e vontade, prevalecendo-se das relações domésticas, ofendeu a integridade corporal da vítima MARLENE ARNOLD TIS, sua companheira na época dos fatos, ao empurrá-la no chão deferindo-lhe socos e chutes, causando-lhe lesões, tais como hematoma subgaleal com cerca de 6 cm de diâmetro em região frontotemporal esquerdo, com sinais flogísticos e equimose."* (Cf. Boletim de Ocorrência de seq. 1.2, Fotos das Lesões de seq. 1.5, Laudo Médico de seq. 1.6 e Termo de Declaração de seq. 1.10). 02° Fato *"Nas mesmas circunstancias de tempo e local do fato anterior, o denunciado ADAIR DOS SANTOS, com consciência e vontade, prevalecendo-se das relações domésticas, ameaçou de causa mal injusto à vítima M.E.T.C, com 14 (quatorze) anos de idade na época dos fatos, consistente em afirmar que mataria*." (Cf. Boletim de Ocorrência de seq. 1.2 e Termo de Declaração de seq. 1.9). Fica advertido de que o NÃO COMPARECIMENTO, OU NÃO CONSTITUINDO ADVOGADO QUE O REPRESENTE NO PROCESSO, SERÁ DECLARADA A SUSPENSÃO DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL E PODERÁ SER SUSPENSO O CURSO DO PROCESSO. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado. Centenário do Sul - PR, 28 de março de 2025, eu, Flávia Franciele Gouvêa de Lima, Analista Judiciária, conferi e digitei.
ANDRÉ LUÍS PALHARES MONTENEGRO DE MORAES
JUIZ DE DIREITO

Edital Geral - Criminal

O(A) JUIZ(íza) DE DIREITO André Luís Palhares Montenegro de Moraes, da Vara de Família e Sucessões de Centenário do Sul, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Inventário e Partilha, sob nº **0001758-96.2017.8.16.0066**, em que é (são) polo ativo GENI AGUIAR DA SILVA, ROSA GONÇALVES DOS REIS , THAIELLI C CAVALCANTI DE AGUIAR , THIELLI CRISTINA CAVALCANTE DE AGUIAR, IRENE GONÇALVES SANTOS, e **DE CUJUS MARIA PEREIRA DE AGUIAR** , - para, querendo, por intermédio de advogado legalmente habilitado, manifestar-se sobre as primeiras declarações prestadas pela (o) inventariante ROSA GONÇALVES DOS REIS no inventário dos bens deixados por MARIA PEREIRA DE AGUIAR , assim como para acompanhar o processo em todos os seus termos, atos e incidentes, até final partilha e sua homologação, tudo sob as penas da lei, no prazo legal de 15 (quinze) dias, que correrá em Cartório, após o término do presente edital. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 259, inciso III e 626, § 1° do Código de Processo Civil, que será publicado. Eu, Adriel Rodrigues da Silva, Técnico Judiciário, autorizado pela Portaria n°. 01/2024 deste Juízo, conferi e digitei.
Centenário do Sul, 07 de maio de 2025.
Adriel Rodrigues da Silva
Técnico Judiciário
Por ordem do MM. Juiz (a) de Direito - Portaria n°. 01/2024

O(A) JUIZ(íza) DE DIREITO André Luís Palhares Montenegro de Moraes, da Vara de Família e Sucessões de Centenário do Sul, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Inventário, assunto Inventário e Partilha, sob nº **0000189-79.2025.8.16.0066**, em que é(são) polo ativo VANESSA REIS XAVIÉR DE OLIVEIRA, e **DE CUJUS OSNI CORDEIRO XAVIER,** - para, querendo, por intermédio de advogado legalmente habilitado, manifestar-se sobre as primeiras declarações prestadas pela (o) inventariante VANESSA REIS XAVIÉR DE OLIVEIRA no INVENTÁRIO /ARROLAMENTO dos bens deixados por OSNI CORDEIRO XAVIER, , assim como para acompanhar o processo em todos os seus termos, atos e incidentes, até final partilha e sua homologação, tudo sob as penas da lei, no prazo legal de 15 (quinze) dias, que correrá em Cartório, após o término do presente edital. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 259, inciso III e 626, § 1° do Código de Processo Civil, que será publicado. Eu, Adriel Rodrigues da Silva, Técnico Judiciário, autorizado pela Portaria n°. 01/2024 deste Juízo, conferi e digitei.
Centenário do Sul, 07 de maio de 2024.
Adriel Rodrigues da Silva
Técnico Judiciário
Por ordem do MM. Juiz (a) de Direito - Portaria n°. 01/2024

CERRO AZUL

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CERRO AZUL VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CERRO AZUL - PROJUDI Rua Marechal Floriano Peixoto, 257 - FORUM - centro - Cerro Azul/PR - CEP: 83.570-000 - Fone: (41) 3210-8926 - Celular: (41) 99620-0412 - E-mail: alad@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO de ÁUREA APAREICA DA ROSA SCUZZIATO - PRZO 30 DIAS Processo: 0001078-69.2021.8.16.0067 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal) Valor da Causa: R$3.570,20 Exequente(s): Executado(s): Município de Cerro Azul/PR AUREA APARECIDA DA ROSA SCUZZIATO A Doutora Gresieli Taise Ficanha, MM. Juíza de Direito de Cerro Azul, Paraná, na forma da Lei etc FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por meio deste CITA a parte executada ÁUREA APARECIDA DA ROSA SCUZZIATO, atualmente com endereço ignorado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, efetue o pagamento da importância de R$3.570,20(três mil, quinhentos e setenta reais e vinte centavos), que deverá ser atualizado a partir de dezembro de 2021 e demais cominações legais, ou nomeie bens à penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para quitação do débito, referentes às certidões de dívida ativa número 619, taxa lic localização dos anos de 2.016 a 2.020. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e Passado nesta comarca de Cerro Azul, Paraná, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Por determinação do MM. Dr. Juiz de Direito, Portaria 3/90, assino o presente. Eu, Alcides Antonio Adamante, escrivão, digitei e subscrevi. Cerro Azul, 08 de maio de 2025. assinado digitalmente Alcides Antonio Adamante Analista Judiciário

FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
AUTOS N° 0005152-50.2019.8.16.0193
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS
(...)
III - Dispositivo:
Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido
formulado na inicial, resolvendo o mérito e julgando extinta a demanda, para o fim de impor a curatela
de MATHEUS PEREIRA ANISIO e, por conseguinte, nomear como curadores as pessoas de GABRIEL
PEREIRA ANISIO e MARIA APARECIDA PEREIRA, apenas para o fim de gerenciar o valor recebido
pelo curatelado a título de pensão por morte, bem como assumir a responsabilidade sobre as intervenções
médicas.
Transitada em julgado esta sentença, expeça-se o respectivo termo de curatela definitiva.
Em obediência ao disposto no art. 775, §3º, do CPC, inscreva-se a presente no Registro Civil competente
e publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais
do CNJ, na imprensa local, 1 vez, e no órgão oficial, por 3 vezes, com intervalo de 10 (dez) dias.

Custas pela parte autora, observando-se, se for o caso, a incidência da Lei nº 1.060/50.
Considerando a ausência de Defensoria Pública neste Foro Regional, condeno o Estado do Paraná ao
pagamento de honorários advocatícios em favor do curador especial da parte interessada, fixados em R$
250,00 (duzentos e cinquenta reais), os quais se encontram em consonância com a Resolução Conjunta 15
/2019, já que houve apresentação de contestação por negativa geral, conforme item "2.8" da referida
tabela.
Ciência ao Ministério Público.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Transitada em julgado e, em nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe,
observando-se as Portarias em vigor nesta Serventia, bem como o CN, no que couber.
Colombo, 01/12/2024.
CLAUDIA HARUMI MATUMOTO
Juíza de Direito

CORBÉLIA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): $parteSelecionada.getParte().getNome() PRAZO DE 30 DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Érika Fiori Bonatto Müller, da Vara da Fazenda Pública de Corbélia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0001189-61.2023.8.16.0074, no importe de R$ 9.892,39 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Corbélia/PR, e executado(a)(s) GISLAINE BUENO DE CARVALHO, G B de Carvalho Comercio Varejista de Confeccoes e Calçados ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) , motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de 9.892,39 (nove mil, oitocentos noventa e dois reais e trinta e nove centavos). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, MAYRA FRANCIELE HOTZ, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Corbélia, 06 de maio de 2025. Érika Fiori Bonatto Müller Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital Geral

O(A) Juiz(íza) de Direito Fernanda Batista Dornelles, da Vara de Família e Sucessões de Corbélia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Declaração de Ausência, assunto Curadoria dos bens do ausente, sob nº 0002762-37.2023.8.16.0074, em que é(são) autor(es) M. B. D. S. S. e requerido(s) este juízo, e que por este edital COMUNICA que foi declarada a ausência de ANTONIO BARBOSA DOS SANTOS, e arrecadados os bens em nome de sua filha, tendo sido nomeado(a) curador(a) destes bens MARLI BARBOSA DOS SANTOS SANTIAGO, portador(a) do RG 6.655.671-9/SESP-PR e CPF 022.739.389-93, bem como, CONVOCA o(a) ausente para entrar na posse de seus bens. Foram arrecadados os seguintes bens de propriedade da cônjuge do ausente: Parte ideal do Imóvel matrícula nº 19.172, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, oriundo da disvisão do lote urbano n° 12-A, da quadra n° 112, da planta do loteamento denominado ¨Cidade de Corbélia¨, situado nesta cidade e comarca de Corbélia/PR, contendo área de 200,00 m2 . Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Ultimada a arrecadação, expeça-se edital, que será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 1 ano , ou, não havendo sítio, no órgão oficial e na imprensa da comarca, durante 1 (um) ano, reproduzida de 2 (dois) em 2 (dois) meses, anunciando a arrecadação e chamando o ausente a entrar na posse de seus bens.". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos do art. 745 do Código de Processo Civil.
Eu, Marlon Da Silva Gehlen, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Corbélia, 03 de julho de 2024.
Fernanda Batista
Dornelles Juíza de Direito

CORNÉLIO PROCÓPIO

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM O PRAZO DE (10) DEZ DIAS, DO(S) RÉU(S): **MARIANA CARDOSO DE SOUZA**
A Doutora Danielle Marie de Farias Serigati Varasquim, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que por este Juízo e Cartório tramitam os autos de Processo Criminal sob nº **0002797-28.2022.8.16.0075**, que a Justiça Pública move contra a(o) ré(u) **MARIANA CARDOSO DE SOUZA, nascido em 14/07/1997, RG nº 601790261 SSP/BA, CPF 083.223.345-59, filho de Maria Cardoso de Jesus e Gilvaldo Barbosa Souza,** e como conste o réu acima, estar atualmente em lugar incerto e não sabido, fica através deste INTIMADO acerca da inatividade de seu advogado atual, devendo constituir novo defensor no prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa prévia. Não havendo manifestação no referido prazo a contar da data de publicação deste edital, será nomeada a Defensoria Pública. E para que chegue ao conhecimento do(s) interessado(s) e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será afixado no Fórum, local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, aos 7 de maio de 2025. Eu, Fábio Camilo Demoner, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.
Fábio Camilo Demoner - Técnico Judiciário. Portaria nº 01/13.

JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DA(S) VÍTIMA(S) MARIA EDUARDA DOS SANTOS SOUZA, COM PRAZO DE CINCO (05) DIAS.
A Doutora Danielle Marie de Farias Serigati Varasquim - MM. Juiz de Direito Designada da Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele(a) conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Cartório, os autos de Processo Criminal sob nº **0005964-87.2021.8.16.0075**, onde figura como réu: **MARCOS ANTONIO DA SILVA, RG 131435495 SSP/PR**, e como vítima: **MARIA EDUARDA DOS SANTOS SOUZA, RG 146162304 SSP/PR.** Conforme consta nos presentes autos, na certidão de mov. 282.1, estar(em) a(s) vítima(s) acima atualmente em lugar incerto e não sabido, fica(m) a(s) mesma(s) através do presente edital INTIMADA(S) quanto à sentença proferida em 03/04/2025, que condenou o(a) réu MARCOS ANTONIO DA SILVA à pena privativa de liberdade de 14 anos, 01 mês e 03 dias de reclusão, no regime fechado, por infração ao art. 213, caput, do Código Penal e art. 21, caput, da LCP. E para que chegue ao conhecimento do(s) interessado(s) e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será afixado no Fórum, local de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, aos 29 de abril de 2025 Eu, Fábio Camilo Demoner, portaria nº 01/13, o subscrevi.
Fábio Camilo Demoner
Técnico Judiciário
Portaria nº 01/13

CRUZEIRO DO OESTE

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE
VARA CRIMINAL DE CRUZEIRO DO OESTE - PROJUDI
Avenida Brasil, 4156 - Praça Agenor Bortolon - Centro - Cruzeiro do Oeste/PR - CEP: 87.400-000 - Fone: (44) 3676-
8590 - E-mail: co-2vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCELIO GOMES DA SILVA
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Amanda Silveira de Medeiros, da Vara Criminal de Cruzeiro do Oeste, FAZ SABER a todos que virem
o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento
Ordinário, assunto Furto , sob nº 0003059-06.2021.8.16.0077, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO PARANÁ, réu(s) ALISON THIAGO DA SILVA LIMA, e vítima MARCELIO GOMES DA SILVA, e que não foi possível
localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima MARCELIO GOMES DA SILVA, portador(a) do RG 10871623 null/MG e CPF
048.093.086-42, nascido(a) em 10/09/1980, natural de ABATIA, filho(a) de MARIA GOMES DA SILVA e EZEQUIEL DA
SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), e
que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do
TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado
do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao
conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, ANA PAULA CAPPELLARI, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Cruzeiro do Oeste, 08 de maio de 2025.
Ana Paula Cappellari
Técnica Judiciária
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br
/projudi.

FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA CÍVEL DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): LUCIANO QUECADA RIBEIRO, LUCIANO QUEÇADA RIBEIRO,
PRAZO DE 15 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito **Louise Nascimento e Silva**, da Vara Cível de Fazenda Rio Grande, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Cédula de Crédito Bancário
Processo nº: 0006385-28.2020.8.16.0038
, em que é(são) autor(es) **BANCO BRADESCO S/A** e réu(s) **LUCIANO QUECADA RIBEIRO, LUCIANO QUEÇADA RIBEIRO,** e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LUCIANO QUECADA RIBEIRO**; **LUCIANO QUEÇADA RIBEIRO**, portador(a) do RG 90080997 SSP/PR e CPF 064.620.349-55, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 03 (três) dias**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, no valor de **R$ 248.298,57 (duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos),** acrescido de custas e honorários advocatícios. Fica(m) **CIENTE(S)** de que em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, fica **CIENTE** de que reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, a parte executada poderá requerer o parcelamento do restante da dívida em até 06 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês, sendo que o não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente em vencimento das prestações subsequentes, o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, os bens do(a) executado(a) estarão sujeitos a penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC[1])**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias.** Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Eliane R. B. Carstens - Bel. Escrivã, conferi e digitei.
Fazenda Rio Grande, 08 de maio de 2025.
Eliane R. B. CarstensBel. EscrivãPortaria 01/2024

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https:// portal.tjpr.jus.br/projudi**.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE - ESTADO DO PARANÁ
Rua Inglaterra, n.º 545, bairro Nações, fone 3405-3600, CEP: 83.820-000

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 15 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Louise Nascimento e Silva, da Vara Cível de Fazenda Rio Grande, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº **0001501-77.2025.8.16.0038**, em que é(são) autor(es) **TIAGO ALEXANDRE DOS SANTOS, Eliseu Martins do Nascimento , LUCAS ALEXANDRE DOS SANTOS** e requerido(s): **PLINIO ANTONIO PELLANDA, CLAUDIO JOSE PELLANDA;** e que por este procede a **CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias,** ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: **Lote urbano n° 13 da quadra n° 83, integrante do loteamento Jardim Imaculada Conceição, na Comarca de Fazenda Rio Grande, matrícula n° 1.388 do Livro 2, a qual é a matrícula mãe do referido loteamento;** nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "[...]. Expeça-se edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para ciência de eventuais interessados, que poderão se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias (artigo 259, I, do CPC c/c artigo 216-A, §4º, da Lei nº 6.015/1973, por analogia)." Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Eliane R. B. Cartens - Bel. Escrivã, conferi e digitei.
Fazenda Rio Grande, 08 de maio de 2025.
Eliane R. B. CartensBel. Escrivã
Portaria 01/2024
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https:// portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE QUATRO BARRAS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Criminal

O(A) Juiz(íza) de Direito Rita Borges de Area Leão Monteiro, da Vara Criminal de Quatro Barras, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0000964-18.2023.8.16.0211, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CRISTIAN LUIZ LOPES, e vítima M. D. J. S. C., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido CRISTIAN LUIZ LOPES, portador(a) do RG 89481694 SSP/PR e CPF 049.489.889- 52, nascido(a) em 01/12/1984, natural de GOIOERE/PR, filho(a) de MARLI ELIZABETE JACOM LOPES e VALTER LUIZ LOPES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do na data de 28/04/2025,sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença:, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA CÍVEL

Edital Geral

Autos nº. 0035050-39.2024.8.16.0030 EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA INTERDIÇÃO DE MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA PUBLICAR 03 VEZES NUM INTERVALO DE 10 DIAS O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO MM. JUIZ DE DIREITO, DA PRIMEIRA VARA CÍVEL, DESTA CIDADE E COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ. F A ZS A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, se processaram aos termos dos autos Projudi n.º 0035050-39.2024.8.16.0030, de INTERDIÇÃO, em que são requerentes: AGNALDO LUIZ FERREIRA, inscrito no CPF sob nº 005.423.109-45 e REGINALDO LUIZ FERREIRA, inscrito no CPF sob nº 031.793.179-22 e requerido: MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA, inscrita no CPF sob nº 008.004.479-48, e atendendo ao que lhe foi requerido, pela presente, torna pública a sentença proferida em evento 37.1. R. sentença de evento 37.1 " AGNALDO LUIZ FERREIRA e REGINALDO LUIZ FERREIRA ajuizaram a presente ação de Interdição, alegando, em síntese, que são filhos da requerida e que sua mãe, a interditanda, é acometida de CID 10 = F 03, que a impossibilitam de realizar os atos da vida civil. Foi certificado pelo Sr. Oficial de Justiça a ausência de condições da interditanda para sequer receber citação. A defesa nomeada contestou por negativa geral. As partes solicitaram o julgamento do feito, ante o laudo juntado em evento 1.10 nos autos serem suficientes para demonstrar a incapacidade. O ilustre representante do Ministério Público opinou pelo deferimento do presente pedido. Relatados, decido. No presente caso, o médico que assiste a interditanda atestou sua incapacidade. Também o representante do Ministério Público se manifestou favoravelmente à procedência do pedido. Com a alteração do Código Civil pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da pessoa com deficiência), considera-se que todas as pessoas com deficiência, em regra, são plenamente capazes. Com isso, somente são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos, conforme o artigo 3º do Código Civil. Assim sendo, o interditando pela nova redação do Código Civil é considerado relativamente incapaz, até mesmo porque o artigo 6º da Lei 13.146/2015 lhe possibilita: casar; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar, dentre outras possibilidades. O artigo 84 da Lei 13.146/2015 estabelece que "A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1o Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei. (...). § 3o A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.". Em que pese o disposto no §3º supra destacado - de que a curatela deverá durar o menor tempo possível -, é preciso observar as peculiaridades do caso concreto, pois pela análise da declaração médica juntada a limitação é permanente. Portanto, a enfermidade que acomete a interditanda é de caráter permanente, não sendo possível estabelecer um prazo de duração para a curatela. Deixo de impor a obrigação prevista no §4º do artigo 84 da Lei 13.146/2015, por se tratar os curadores de filhos da interditanda. Cabe observar, ainda, o disposto no artigo 85 da já citada Lei 13.146/2015, "A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. § 1o A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. § 2o A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado. (...)". Apesar do disposto no texto legal supra destacado, é preciso atentar ao fato de que a enfermidade que acomete o interditando atinge sua cognição, sua capacidade de decisão, a capacidade para cuidar de si própria, necessitando de supervisão constante, sendo, portanto, uma pessoa incapaz de cuidar de si, conforme atesta a declaração médica. Portanto, a curatela deve abranger todo e qualquer ato decisório que envolva o interditando, pois, demonstrada sua incapacidade de tomar decisões por si só. Diante de todo o exposto, julgo procedente o pedido inicial declarando a interdição de MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA, pois relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil (artigo 4º, III, do Código Civil) nomeando como curadores AGNALDO LUIZ FERREIRA e REGINALDO LUIZ FERREIRA. A curatela deve abranger todo e qualquer ato decisório que envolva o interditando, pois, demonstrada sua incapacidade de tomar decisões por si só. A alienação de bem de raiz depende de autorização judicial. Promova-se a inscrição da presente sentença no registro de pessoas naturais e publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, se houver, onde permanecerá por 6 (seis) meses, bem como na imprensa local, 1 (uma) vez, e no DJe, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela, conforme dispõe o artigo 755, §3º do novo Código de Processo Civil e demais disposições legais aplicáveis. Oportunamente, intime-se o curador nomeada para assinar o devido termo (Código de Normas, 15.9.5). Dispenso a especialização da hipoteca legal, em razão do vínculo de parentesco. Por fim, nos termos do art. 22, parágrafo primeiro, do EOAB, condeno o Estado do Paraná a pagar ao profissional da advocacia nomeado como curadora especial neste feito, Dra. ADRIANA MORAES CAMARGO OAB/PR 92436 e Dra. ANDRESSA LUIZA PIRES OAB/PR 99315 o valor de R$800 (oitocentos reais), a título de honorários advocatícios. A presente ata de audiência servirá como certidão de honorários. Atenda-se, no que pertinente, às disposições do Código de Normas da CorregedoriaGeral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Do que, para constar, foi lavrado o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO" E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. FOZ DO IGUAÇU, em 07 de maio de 2025. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

Autos nº. 0012574-70.2025.8.16.0030 EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA INTERDIÇÃO DE SIDNEI ANTONIO CAPELETTO REMANOSKI PUBLICAR 03 VEZES NUM INTERVALO DE 10 DIAS O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO MM. JUIZ DE DIREITO, DA PRIMEIRA VARA CÍVEL, DESTA CIDADE E COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ. F A ZS A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, se processaram aos termos dos autos Projudi n.º 0012574-70.2025.8.16.0030, de INTERDIÇÃO, em que é requerente: Ministerio Publico do Estado do Paraná, e requerido: SIDNEI ANTONIO CAPELETTO REMANOSKI, inscrita no CPF sob nº 014.268.079-61, e atendendo ao que lhe foi requerido, pela presente, torna pública a sentença proferida em evento 27.1. R. sentença de evento 27.1" O MINISTÉRIO PÚBLICO ajuizou a presente ação de Interdição, alegando, em síntese, que o requerida, o interditando, é acometido de CID 10: F79, que o impossibilitam de realizar os atos da vida civil. Foi realizado o interrogatório da interditando. A defesa nomeada contestou por negativa geral. As partes solicitaram o julgamento do feito, ante os laudos juntados em eventos 1.6/1.7 nos autos serem suficientes para demonstrar a incapacidade. O ilustre representante do Ministério Público opinou pelo deferimento do presente pedido. Relatados, decido. No presente caso, o médico que assiste o interditando atestou sua incapacidade. Também o representante do Ministério Público se manifestou favoravelmente à procedência do pedido. Com a alteração do Código Civil pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da pessoa com deficiência), considera-se que todas as pessoas com deficiência, em regra, são plenamente capazes. Com isso, somente são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos, conforme o artigo 3º do Código Civil. Assim sendo, o interditando pela nova redação do Código Civil é considerado relativamente incapaz, até mesmo porque o artigo 6º da Lei 13.146/2015 lhe possibilita: casar; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar, dentre outras possibilidades. O artigo 84 da Lei 13.146/2015 estabelece

que "A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1o Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei. (...). § 3o A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.". Em que pese o disposto no §3º supra destacado - de que a curatela deverá durar o menor tempo possível -, é preciso observar as peculiaridades do caso concreto, pois pela análise da declaração médica juntada a limitação é permanente. Portanto, a enfermidade que acomete o interditando é de caráter permanente, não sendo possível estabelecer um prazo de duração para a curatela. Deixo de impor a obrigação prevista no §4º do artigo 84 da Lei 13.146/2015, por se tratar a curadora de marido do interditando. Cabe observar, ainda, o disposto no artigo 85 da já citada Lei 13.146/2015, "A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. § 1o A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. § 2o A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado. (...)". Apesar do disposto no texto legal supra destacado, é preciso atentar ao fato de que a enfermidade que acomete o interditando atinge sua cognição, sua capacidade de decisão, a capacidade para cuidar de si própria, necessitando de supervisão constante, sendo, portanto, uma pessoa incapaz de cuidar de si, conforme atesta a declaração médica. Portanto, a curatela deve abranger todo e qualquer ato decisório que envolva o interditando, pois, demonstrada sua incapacidade de tomar decisões por si só. Diante de todo o exposto, julgo procedente o pedido inicial declarando a interdição de SIDNEI ANTONIO CAPELETTO REMANOSKI, pois relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil (artigo 4º, III, do Código Civil) nomeando como curador ROSELI GOMES DA SILVA. A curatela deve abranger todo e qualquer ato decisório que envolva o interditando, pois, demonstrada sua incapacidade de tomar decisões por si só. A alienação de bem de raiz depende de autorização judicial. Promova-se a inscrição da presente sentença no registro de pessoas naturais e publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, se houver, onde permanecerá por 6 (seis) meses, bem como na imprensa local, 1 (uma) vez, e no DJe, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela, conforme dispõe o artigo 755, §3º do novo Código de Processo Civil e demais disposições legais aplicáveis. Oportunamente, intime-se o curador nomeada para assinar o devido termo (Código de Normas, 15.9.5). Dispenso a especialização da hipoteca legal, em razão do vínculo de parentesco. Por fim, nos termos do art. 22, parágrafo primeiro, do EOAB, condeno o Estado do Paraná a pagar ao profissional da advocacia nomeado como curador especial neste feito, Dra. MARIA JÚLIA GOBO JORGE OAB/PR 105.924, o valor de R$800 (oitocentos reais), a título de honorários advocatícios. A presente ata de audiência servirá como certidão de honorários. Atenda-se, no que pertinente, às disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Do que, para constar, foi lavrado o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO" E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. FOZ DO IGUAÇU, em 07 de maio de 2025. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 (quinze) DIAS
O Doutor **Gláucio Marcos Simões,** MMª. Juiz de Direito da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Foz do Iguaçu - Anexa à 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, etc... FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o executado abaixo nominado e qualificado, que se encontra atualmente em lugar incerto, que efetue o pagamento da multa a que fora condenado ou nomeie bens à penhora, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do art. 8º, III e IV da Lei 6.830/80.
Processo Crime: **0026146-64.2023.8.16.0030**
Executado: **EDGAR CONCEPCION CHAMORRO,** nascido em 07/09/1971, portador do RG nº 40927220 SSP/PR, filho de DIGNA TORRES e LORENZO CHAMORRO, **atualmente em lugar incerto e não sabido**.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 8 de maio de 2025.
ANA PAULA G. M. CALGARO
Chefe de Secretaria
(Subscrição autorizada pelo MM Juiz)

4ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS EXECUTADO: MARCIA RODRIGUES AUGUSTO (RG: 90843958 SSP/PR e CPF /CNPJ: 061.729.819-00) A EXMA. DRA. TRÍCIA CRISTINA SANTOS TROIAN, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível, se processam os autos de 12154 - Execução de Título Extrajudicial 100000016896377. nº 0004141-14.2024.8.16.0030, em que é Requerente RESIDENCIAL ANGATUBA 1, e Requerido MARCIA RODRIGUES AUGUSTO, sendo o presente para CITAÇÃO do Requerido MARCIA RODRIGUES AUGUSTO, atualmente em lugar incerto e não sabido, no prazo de três (03) dias, efetue o pagamento da dívida, acrescida das cominações legais e custas processuais. Os honorários advocatícios foram fixados, provisoriamente (art. 827, §1º), em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. No caso de pronto pagamento, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, sob pena de penhora em seus bens, tantos quantos bastem à total garantia da execução, bem como, independente de penhora, depósito ou caução, para opor embargos do devedor (art. 915, CPC), contados na forma do art. 231 do CPC, conforme o caso, bem como, da possibilidade dos benefícios do parcelamento legal previstos no art. 916 do CPC, com o requerimento devidamente acompanhado do depósito de 30% (trinta por cento) do valor executado, inclusive as custas e os honorários advocatícios, sob pena de não conhecimento. Fica ciente de que em caso de revelia será nomeado curador (art. 257, CPC). E para que ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. DADO E PASSADO em Cartório nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, Foz do Iguaçu, 06 de maio de 2025.. Eu, (Thiago Chinarelli Miras), Aux. Juramentado, subscrevi. TRICIA CRISTINA SANTOS TROIAN JUÍZA DE DIREITO (Assinado Digitalmente)

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS, INTERESSADOS, AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS PRAZO DE TRINTA (30) DIAS A EXCELENTÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, ETC... F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e cartório se processam aos termos dos autos de 49 - Usucapião 100000017867098. nº 0035580-43.2024.8.16.0030, em que é Requerente ROZICLEIA TONINI, CLEVERSON TONINI, e Requerido INCORPORADORA ITATI LTDA, cujo teor da inicial segue resumida: "DOS FATOS Os Usucapientes são irmãos adquiriram o imóvel em 06 de junho de 2000, onde deste então ambos mantêm a posse mansa, pacífica e ininterrupta do imóvel localizado Rua Estância Velha, nº 374, Jardim Lindóia, na cidade de Foz do Iguaçu Estado do Paraná Desde a referida data o imóvel é utilizado pelos Usucapientes para própria residência e da família, sendo conhecidos na região como os legítimos proprietários do imóvel o qual buscam regularização. O imóvel objeto da presente lide encontra-se registrado em nome da INCORPORADORA ITATI LTDA, conforme documentos anexados. Desde o ingresso na posse do referido imóvel, os Usucapientes não tiveram mais notícia da pessoa jurídica, proprietária do imóvel e desconhece seus representantes legais. Sabe-se apenas que o imóvel objeto da presente lide, encontra registrado em nome da INCORPORADORA ITATI LTDA., pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.181.033/0001-48, tem sede no endereço da Rua Gustavo Dobradinho da Silva, nº 80, Jardim Itamaraty- Foz Do Iguaçu/Pr - Cep: 85.863-370, segundo informações obtidas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, que segue em anexo. DOS PEDIDOS a) Requer seja deferido os benefícios da Justiça Gratuita aos autores, com fundamento no artigo 98 do Código de Processo Civil e na declaração de hipossuficiência juntado aos autos; b) Requer a citação da Requerida INCORPORADORA ITATI LTDA, nos moldes estabelecidos no artigo 247 caput do Código de Processo Civil, para que se manifeste a respeito da ação de usucapião proposta; c) Requer a citação dos confinantes nos endereços indicados, conforme previsão do § 2º do artigo 246 do Código de Processo Civil; d) Requer a intimação dos representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município para que manifestem eventual interesse na causa; e) Requer a intimação por edital de eventuais interessados (cf. art. 259, inciso I, CPC); f) Contestada ou não a presente ação, requer seja julgada procedente a pretensão dos Usucapientes para o fim especial de lhes ser outorgado o domínio e propriedade do imóvel urbano situado na Rua Estância Velha, nº 374, Jardim Lindóia, na cidade de Foz do Iguaçu Estado do Paraná, com área superficial de 300,00 m², composto pelo lote n°0140, da quadra n° 48, situado no Município de Foz do Iguaçu/PR, devidamente matriculado sob nº 9.229, setor 34, conforme Registro de Imobiliário do 2º oficio de registro de Imóveis desta Comarca, atualizado anexo, com inscrição imobiliária nº 10.2.34.48.0140.001 e 10.2.34.48.0140.002; g) A condenação da Requerida ao pagamento de honorários advocatícios nos parâmetros previstos no art. 85, §2º do CPC. h) Seja acolhida a manifestação do desinteresse na audiência conciliatória, nos termos do Art. 334, § 5º do CPC. j) Pretende os Usucapientes provar as alegações trazidas por todos os meios de prova admitido em direito, especialmente, depoimento da Requerida, prova documental e testemunhal. Dar-se-á causa o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)." É o presente edital, para CITAÇÃO TERCEIROS, INTERESSADOS,

AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para todos os termos do processo, bem como para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (art. 335 e 344 do CPC), "Se o réu não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor." E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não aleguem ignorância ou desconhecimento, mandou expedir o presente edital que será fixado no local de costume e publicado na forma da lei.-DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aos Foz do Iguaçu, 06 de maio de 2025.. . - Eu,(Thiago Chinarelli Miras), Aux. Juramentado, subscrevi. TRICIA CRISTINA SANTOS TROIAN JUÍZA DE DIREITO (Assinado Digitalmente)

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS EXECUTADO: ROGEANA KEILA PEREIRA BELOTTO (CPF/CNPJ: 743.776.981-68) A EXMA. DRA. TRÍCIA CRISTINA SANTOS TROIAN, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - PR, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório da 4ª Vara Cível, se processam os autos de 7 - Procedimento Comum Cível 100000015468145. nº 0033609-91.2022.8.16.0030, em que é Requerente FUNDACAO DE SAUDE ITAIGUAPY, e Requerido ROGEANA KEILA PEREIRA BELOTTO, sendo o presente para CITAÇÃO do Requerido ROGEANA KEILA PEREIRA BELOTTO, atualmente em lugar incerto e não sabido, "DOS FATOS: A requerente é pessoa jurídica fundacional de direito privado, que administra e mantém o Hospital Ministro Costa Cavalcante - HMCC e o Plano de Saúde ITAMED, que desde sua gênese, e dada a intenção de seus fundadores, a requerente está prestando numerosos e relevantes serviços públicos, alguns com a nítida marca da filantropia, e colocados à disposição e em benefício de toda população de Foz do Iguaçu e seu entorno. Em 27.03.2021 o paciente Nilton Nascimento Pereira, deu entrada no Pronto Atendimento Respiratório (unidade criada na pandemia de COVID19), em caráter particular sendo avaliado pelo médico plantonista Dr. Mario de Souza Bastos Junior, qual após avaliação indicou a internação do paciente. Assim, no dia seguinte, qual seja 28.03.2021 a requerida se responsabilizou por efetivar a internação PARTICULAR do paciente Nilton Nascimento Pereira, assinando o Termo de Autorização de Internação em anexo, tendo no ato da internação efetuado o pagamento de R$ 1.688,26 (...) cujo recibo segue em anexo referente à consulta, exames e medicamentos efetuados no pronto atendimento antes da internação. O paciente Nilton Nascimento Pereira foi internado no dia 28.03.2021 em caráter particular sendo acomodado no alojamento para tratamento COVID, onde permaneceu até o dia 05.04.2021 quando recebeu alta hospitalar. Toda a internação e procedimentos do paciente Nilton Nascimento Pereira foi efetuada de forma particular, sendo que o valor final da conta foi de R$ 74.824,60(...), isto em data de 05.04.2021, momento em cessou o atendimento em virtude da alta médica. A requerida efetuou pagamento de parte do valor acima totalizado em parcelas, da seguinte forma: 1- Recibo nº 120028 - pagamento realizado em 29/03/2021 no valor de R$ 9.000,00 (...); 2- Recibo nº 120027 - pagamento realizado em 29/03/2021 no valor de R$ 11.000,00 (...). 3- Recibo nº 120099 - pagamento realizado em 31/03/2021 no valor de R$ 10.000,00 (...). 4- Recibo nº 120157 - pagamento realizado em 01/04/2021 no valor de R$ 20.000,00 (...). 5- Recibo nº 120216 - pagamento realizado em 05/04/2021 no valor de R$ 7.600,00 (...). O total pago pela requerida foi de R$ 57.600,00 (...). Em 14.05.2021 foi emitida nota fiscal nº 20275595 no valor de R$ 74.824,60 (...) referente às despesas médico/hospitalares do paciente Nilton Nascimento Pereira (documento anexo). Assim, tendo em vista o pagamento realizado no valor de R$ 57.600,00 (...) restou pendente o valor de R$ 17.224,60 (...). Ressalte-se que eventuais honorários dos médicos particulares responsáveis pela internação do paciente não estão inclusos na presente cobrança, pois estes são convencionados exclusivamente com os profissionais e devem ser pagos diretamente ao médico ou com as secretárias do Corpo Clínico, sendo que a requerente não tem nem mesmo conhecimento dos valores ajustados entre os profissionais e familiares e nem se houve ou não o pagamento. Devido ao inadimplemento por parte da requerida, a requerente enviou no dia 08.06.2021 a notificação extrajudicial (CE/FSI/11658/2021 anexo) a fim de notificar a requerida para o pagamento do débito de R$ 17.224,60 (dezessete mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos) sob pena de serem tomadas as providências cabíveis, sendo que a correspondência retornou com a anotação de número inexistente. A requerente ainda efetuou diversas tentativas de contato com a requerida, as quais até o presente momento não houve retorno, tendo em vista que esta não quitou os valores devidos, mesmo tendo pleno conhecimento do saldo em aberto e de sua obrigação em efetuar o pagamento do débito para com a requerente. Dessa forma, é evidente que a requerente está sendo lesada em seu patrimônio, pois não recebeu os valores devidos pela requerida, assim, sem outra alternativa busco o amparo do judiciário a fim de propor ação de cobrança que, em última análise, tem o escopo de impedir o enriquecimento sem causa. DOS PEDIDOS: AEx positis, requer: a) a citação da requerida para apresentar contestação (art. 335 do CPC), sob pena de revelia; b) ao final, seja julgado procedente o pedido, condenando a requerida ao pagamento da quantia de R$ 23.214,80 (...), já acrescido de correção monetária desde a emissão da nota fiscal, qual seja em 28.07.2021, até a presente data; c) a condenação da requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, os quais deverão ser fixados em 20% (vinte por cento) do valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do NCPC. Protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal da requerida, sob pena de confissão, prova pericial se necessário for, juntada de novos documentos e oitiva de testemunhas. Em consonância com o disposto no artigo 319, VII, do CPC, cumpre informar que a requerente possui interesse na realização de audiência de conciliação. Atribui-se à causa o valor de R$ 23.214,80 (...)." Para todos os termos do processo, bem como para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (art. 335 e 344 do CPC), "Se o réu não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor." E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não aleguem ignorância ou desconhecimento, mandou expedir o presente edital que será fixado no local de costume e publicado na forma da lei. - DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, 06 de maio de 2025.. - Eu, (Thiago Chinarelli Miras), Aux. Juramentado, subscrevi. TRICIA CRISTINA SANTOS TROIAN JUÍZA DE DIREITO (Assinado Digitalmente)

FRANCISCO BELTRÃO

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS
COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU LUCAS ANDRADE DE PAULA, COM O PRAZO 15 (TRINTA) DIAS.
F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal e anexos, move os termos do Processo Crime nº 0005632-96.2021.8.16.0083, em que é réu LUCAS ANDRADE DE PAULA, portador do Rg. nº 108441054 SSP/PR, filho de NATALIA SALETE DE PAULA e ARIVAL DIAS DE PAULA, nascido aos 07/01/1992 e, como consta dos autos que o(a) ré(u) se encontra em lugar incerto, pelo presente fica INTIMADO para participar da Sessão de Julgamento designada para o dia 26 de junho de 2025, às 9h00min, no Plenário do Júri da Comarca de Francisco Beltrão, PR, sito à Rua Tenente Camargo, 2112, Centro. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, aos 08 (oito) dias do mês 05 (maio) do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Eu _____ (Rodrigo Nava), Técnico Judiciário, o subscrevi.
JANAINA MONIQUE ZANELLATO ALBINO SINHORINI
Juíza de Direito

GOIOERÊ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EBERSON COSTA EVANGELISTA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0004718-92.2022.8.16.0084, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EBERSON COSTA EVANGELISTA, e vítima Everton Duarte de Assis, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido EBERSON COSTA EVANGELISTA, portador(a) do RG 87081125 SSP/PR e CPF 054.423.879-67, nascido(a) em 25/09/1985, natural de BOA ESPERANCA/PR, filho(a) de EDNA CASTORINA DA SILVA EVANGELISTA e DURVAL CARLOS EVANGELISTA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para

encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Goioerê, 08 de maio de 2025.
Christian Palharini Martins
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): MATEUS CASTRO
PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº **0004161-13.2019.8.16.0084**, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) V. de S. L. e vítima **MATEUS CASTRO**, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima **MATEUS CASTRO, portador(a) do RG 640606696 null/SP e Não Cadastrado, nascido(a) em 26/06/2001, natural de GOIOERE, filho(a) de MARIA APARECIDA CASTRO e CARLOS ROBERTO CASTRO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do na data de 31/03/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** , a pretensão punitiva do Estado, para **CONDENAR** o réu V.de S.L. V- **DA FIXAÇÃO DE VALOR MINIMO DE REPARAÇÃO DE DANOS-**O art. 387 inciso IV do CPP determina que na sentença o magistrado deve fixar valor mínimo à título de reparação de danos causados pelo réu, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida. Assim, deixo de fixar indenização mínima em favor da ofendida, vez que inexiste pedido neste sentido nos autos. ,em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Goioerê, 07 de maio de 2025.Christian Palharini Martins
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ELIZABETH ROSÁRIO PEREZ DELGADO
PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Christian Palharini Martins, da Vara Criminal de Goioerê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Carta Precatória Criminal, assunto Estelionato, sob nº 0003996-05.2015.8.16.0084, em que é(são) autor(es) Delegado da 7ª Subdivisão Policial de Umuarama/PR, réu(s) G.R. DE S., e vítima ELIZABETH ROSÁRIO PEREZ DELGADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima ELIZABETH ROSÁRIO PEREZ DELGADO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para efetuar o levantamento do valor pago à título de fiança no **prazo de 10 (dez) dias**, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Goioerê, 08 de maio de 2025.Christian Palharini Martins
Juiz de Direito

GUAÍRA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS,DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): VANDA TEREZINHA TOLDO - (CNPF/MF SOB Nº 703.360.679-68).
FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, por meio do qual já serão aceitos lances.
O **PRIMEIRO LEILÃO** será **encerrado no dia 08 de JULHO de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 08 de JULHO de 2025, a partir das 14h00min,** no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº **0003410-83.2020.8.16.0086** de **EXECUÇÃO FISCAL**, em que é exequente **MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR** - (CNPJ/MF SOB Nº 77.857.183/0001-90) e executado **VANDA TEREZINHA TOLDO** - (CNPF/MF SOB Nº 703.360.679-68).
BEM(NS): "Lote urbano nº10, da quadra nº07, situado no "Loteamento Toldo", nesta cidade, com área de 420,00m², com as seguintes confrontações constante na ***Matrícula nº20.450*** do CRI local. Trata-se de imóvel urbano vazio, sem construções, localizado a uma distância de 2,66km do centro desta Cidade de Guaíra/Pr, servido por serviço de iluminação pública, água e rede esgoto. Localiza-se nas proximidades do Bairro Vila dos Técnicos (Eletrossul) e a área de invasão Indígena denominada "Aldeamento Tekohá Y'Hovy". Distancia em relação ao centro da cidade de Guaíra 2,66km." Tudo conforme Auto de Avaliação de evento 114.1.
ÔNUS: Av.02/20.450 - Indisponibilidade de Bens referente aos presentes autos; Av.4/20.450 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº0000173-41.2020.8.16.0086 em tramite perante este juízo; Av.06/20.450 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº0003409-98.2020.8.16.0086 em tramite perante este juízo, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 143.1. Eventuais constantes das matrículas imobiliárias após a expedição do edital. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - *(Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).*
DATA DA PENHORA: 20 de novembro de 2023, conforme Termo de Penhora do evento 76.1.
AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme Auto de Avaliação do evento 114.1, realizado em data de 28 de Novembro de 2024.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - *(Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).*O arrematante de veículo(s) não estará sujeito ao pagamento de débitos anteriores à data da alienação judicial, tendo em vista que o licitante não preenche a descrição de adquirente estabelecida no inciso I do art. 6º da Lei nº. 14.260/03, fato que o

excluí da sujeição passiva dos débitos referidos. No caso de arrematação de veículo, tanto no leilão como na venda direta ou na venda antecipada, deverão ser expedidos ofícios às repartições competentes para a respectiva baixa e desvinculação do RENAVAM do veículo alienado de eventuais tributos e/ou multas de trânsito porventura existentes até a data da realização da venda. Quanto aos débitos baixados, deverá a Procuradoria Estadual manejar o instrumento que entender adequado para recebimento do débito do antigo proprietário causador da infração e/ou sujeito passivo da obrigação tributária. O arrematante de bem imóvel receberá a coisa livre de tributos de âmbito municipal (IPTU e contribuições de melhoria), cujo fato imponível tenha ocorrido em data anterior à alienação judicial. Os tributos de que trata o parágrafo anterior serão sub-rogados no preço ofertado pelo licitante, nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional. Para cumprimento do disposto acima, arrematado bem imóvel, deverá a Secretaria expedir ofício ao Município titular do crédito tributário comunicando acerca da venda ocorrida, assim como para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, o valor atualizado dos débitos relativos ao IPTU incidente sobre o imóvel arrematado, para fins de posterior e eventual concurso de preferência. Constará do ofício que os tributos não poderão ser cobrados do arrematante, devendo a Fazenda Pública Municipal manejar o instrumento que entender adequado para recebimento do crédito tributário do antigo proprietário do imóvel, sujeito passivo da obrigação tributária, caso não haja êxito na sub-rogação do preço da arrematação.

OBSERVAÇÃO 1: o parcelamento do valor ofertado será limitado ao montante do débito executado devidamente atualizado, devendo o saldo referente à diferença entre o lance e o limite do parcelamento ser quitado à vista, no ato da arrematação. Caso o Exequente silencie quanto a possível discordância na arrematação parcelada do bem a ser alienado, ficam estabelecidos os seguintes parâmetros para sua efetivação: a) o pagamento parcelado da arrematação, limitado ao valor atualizado da dívida, poderá ocorrer em até 60 (sessenta) vezes, respeitando-se a parcela mínima de R$ 500,00 (quinhentos reais); b) o parcelamento não abrangerá as execuções trabalhistas ou outras de caráter alimentar; c) no ato do leilão, deverá ser recolhido, obrigatoriamente, sinal de 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor total ofertado pelo bem. Caso haja valor a maior que o montante da dívida a ser quitado à vista, e em sendo este maior que o percentual acima, ficará dispensado de apresentação de sinal. Sendo o valor da diferença entre a dívida e o lance ofertado menor que o sinal determinado, o arrematante deverá complementar o depósito à vista, até o total de 30% (trinta por cento) sobre o valor ofertado, recaindo o parcelamento sobre a diferença remanescente; as prestações serão depositadas em Juízo, por meio de d) conta vinculada à respectiva execução, resguardando assim inclusive os créditos de eventuais credores que venham a ser habilitar perante os autos; e) a parte Exequente será credora do arrematante, fazendo-se constar junto à carta de arrematação para fins de registro junto ao órgão competente a garantia instituídasobre o bem, constituída de hipoteca em caso de imóveis ou alienação fiduciária, no caso de veículos; f) o início do recebimento das prestações assumidas ocorrerá no dia 20 (vinte) do mês seguinte à expedição da carta de arrematação pelo adquirente, e serão devidamente acrescidas das correções do período, conforme cálculo de atualização do TJ/PR, vencendo-se sempre as demais prestações no dia 20 de cada mês subsequente; g) o não pagamento de qualquer das prestações assumidas acarretará o vencimento antecipado do total do débito assumido, o que será acrescido da multa rescisória de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no § 6º do artigo 98 da Lei 8.212/91, referente a arrematações em execuções previdenciárias e aqui utilizada por analogia.

OBSERVAÇÃO 2: Para bens imóveis e automóveis será expedido a Carta de Arrematação e sobre ela recairá custas a serem pagas pelo arrematante (tabela de custas da Corregedoria do TJ/PR presente no CNFJ). Para bens móveis cujo valor seja inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) será expedido mandado de entrega. Apenas acima desse valor será expedida Carta de Arrematação. Em caso de arrematação de bem imóvel, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bem Imóvel - ITBI, a teor do inciso II do artigo 703 do Código de Processo Civil.

OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC)O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos da executada Sra. VANDA TEREZINHA TOLDO, podendo ser encontrada na Rua Rodolfo Bernardelli, nº438, ap. 1305 - Uberaba - CURITIBA/PR - CEP: 81.580-010, como fiel depositária, até ulterior deliberação.

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - LEILOEIRO - MATRÍCULA 13/246-L.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão do leiloeiro será de 6% (seis por cento) sobre o valor de eventual arrematação realizada sobre bens imóveis e 10% (dez por cento) sobre a arrematação de bens móveis. Em caso de remição, adjudicação, pagamento, acordo ou parcelamento do débito no período de dez dias úteis que antecedem ao leilão, a Parte Executada deverá pagar 2% (dois por cento) sobre o valor atribuído ao(s) bem(ns) na reavaliação, a título de ressarcimento das despesas do leiloeiro. Idêntica solução se aplica aos casos em que as partes, ao iniciarem tratativas para formulação de acordo, requererem, em conjunto ou separadamente, a suspensão da hasta ou qualquer dilação que impeça sua realização. Nos casos do parágrafo anterior, o(s) bem(ns) só será(ao) retirado(s) da hasta pública na hipótese da Parte Executada depositar em Juízo o valor correspondente às respectivas despesas do Leiloeiro, porquanto estas seriam quitadas com o produto de eventual arrematação, ou quando houver acordo expresso com o leiloeiro, devidamente comprovado nos autos. Fica o Leiloeiro desobrigado de depositar em Juízo os valores relativos aos seus honorários, desde que se comprometa a entregá-los ao Juízo imediatamente caso o negócio seja posteriormente desfeito.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: **VANDA TEREZINHA TOLDO** - (CNPF/MF SOB Nº 703.360.679-68)**,** através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Guaíra, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco. (07/05/2025). Eu,_____,/// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi.
CHRISTIAN LEANDRO PIRES DE CAMARGO OLIVEIRA Juiz de Direito

GUARANIAÇU

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo de 10 (dez) dias
O(a) Doutor(a) Regiane Tonet dos Santos , MM. Juiz(a) de Direito do(a) Vara de Execução em Meio Aberto de Guaraniaçu, na forma da lei,
FAZ SABER, a todos quanto este edital virem, com o prazo de 10 (dez) dias, de que o apenado **OTINIEL DE OLIVEIRA BORGES**, filho de Ivonete de Aparecida Alves de Oliveira e Nilton de Lima Borges, RG n° 138377440 SSP/PR, nascido aos 24/07/1995, natural de Honório Serpa/PR, atualmente em local incerto e não sabido, fica, pelo presente, **INTIMADO**, para comparecer ao Fórum da Comarca de Guaraniaçu, situado na Rua Guido Lorençatto, 584, Centro, Guaraniaçu/PR, para participar de Audiência Admonitória em 29 de maio de 2025, às 13:00 horas, referente aos autos de Execução de Pena n° **4000021-43.2025.8.16.0087**.

Guaraniaçu, 08 de maio de 2025.
(assinado digitalmente)
OSVALDO LUIZ SCHEFFER LECK
Técnico Judiciário

GUARAPUAVA

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0022224-75.2024.8.16.0031
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
A Doutora Paola Gonçalves Mancini de Lima, MM. Juiz(a) de Direito do(a) 2ª Vara Criminal de Guarapuava , na forma da lei:
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente, da sentença, o réu **CARLOS DANIEL ROCHA DA SILVA** , brasileiro(a), portador(a) do RG 148965854, CPF 110.656.979-29, nascido(a) em 22/05/2002, natural de GUARAPUAVA/PR, filho(a) de ROSE MARI ROCHA GUIMARÃES e SALMO ERNESTO DA SILVA, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente intima-o, para que fique ciente de que **nos autos nº 0022224-75.2024.8.16.0031**, por sentença datada de 20/03/2025 (mov.103), o réu foi CONDENADO, ao cumprimento de 02 (dois) meses e 6 (seis) dias de detenção, em regime aberto, em razão da prática dos delitos definidos no artigo 330 do Código Penal e da contravenção penal definida no artigo 21 do Decreto-Lei n.º 3.688/1941. Pelo presente alerta-o do prazo de 05 (cinco) dias para recorrer.

E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) agressor(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Lucas Emanuel do Prado Gonzalez, Estagiário, conferi e digitei.
Guarapuava, 08 de maio de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima

Autos nº. 0000640-49.2024.8.16.0031
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
A Doutora Paola Gonçalves Mancini de Lima, MM. Juiz(a) de Direito do(a) 2ª Vara Criminal de Guarapuava , na forma da lei:
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de sessenta (60) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente, da sentença, o réu C**leversson Tonety** , brasileiro(a), portador(a) do RG 24020711, CPF 020.103.659-25, nascido(a) em 10/10/1977, natural de PITANGA/PR, filho(a) de ARACI DE OLIVEIRA TONETY e JOÃO MARIA TONETY, **atualmente lugar incerto e não sabido,** pelo presente intima-o, para que fique ciente de que **nos autos nº 0000640-49.2024.8.16.0031**, por sentença datada de 13/09/2025 (mov.93), o réu foi CONDENADO, ao cumprimento de 01 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção, em regime inicialmente aberto, em razão da prática do delito definido no artigo 147 do Código Penal. Pelo presente alerta-o do prazo de 05 (cinco) dias para recorrer.
E para que chegue ao conhecimento de todos, especialmente do(s) agressor(s), expediu-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, ficando o mesmo intimado, para que futuramente não se alegue ignorância.
Eu, Lucas Emanuel do Prado Gonzalez, Estagiário, conferi e digitei.
Guarapuava, 08 de maio de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito

3ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE Sem Prazo O(A) Juiz(íza) de Direito Bernardo Fazolo Ferreira, da 3ª Vara Cível de Guarapuava, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0019406-53.2024.8.16.0031, em que é(são) autor(es) Jaciel Ribeiro da Rosa, Solange Aparecida Maboni, e réu(s) Espólio de Jair Ribeiro da Roza e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: "imóvel urbano localizado na Rua Borges de Medeiros n.º 200, bairro Vila Bela em Guarapuava/PR, constituído por parte do lote 09, quadra 07, formada pelas ruas: Borges de Medeiros, Rua Benjamim Teixeira, Rua Aleixo Thomaz e Avenida Turíbio Gomes, sito Loteamento "Jardim Veneza", representado por um retângulo regular, comárea de 350,00 metros quadrados, a uma distância de 24,00 metros da esquina as Rua Benjamim Teixeira (conforme documento), descrito em sentido horário (de quem olha da propriedade para a via pública), como segue: Iniciase a descrição deste perímetro medindo frente com a via pública: 10,00 metros, deste segue confrontando com Adão Lachouski e Josiane de Lara Lachouski, medindo na lateral direita 34,00 metros, deste segue confrontando com Valdevino josé de Cravalho e Candida M. De França, medindo nos fundos : 10,00 metros, deste segue confrontando com Ana Cláudia de Oliveira Ternopinski dos Santos e Adilson dos Santos, mewdindo na lateral esquerda: 35,00 metros, fechando a descrição do perímetro", nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "4. Dessa forma, considerando que a inicial preenche os requisitos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil, determino a citação pessoal do requerido e dos confinantes para, querendo, contestarem a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, desde logo devendo especificarem as provas que pretendem produzir (CPC, art. 336), sob pena de serem reputados revéis, autorizando a incidência da regra de presunção de veracidade das alegações dos fatos contidos na inicial (CPC, art. 344). 5. Ainda, citem-se por edital os eventuais interessados (CPC, art. 259, inc. I), com prazo de 30 (trinta) dias. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marcos Abreu Silvestri, Analista Judiciário, conferi e digitei. Guarapuava, 23 de abril de 2025. Bernardo Fazolo Ferreira Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO DE EVA CABRAL DE LARA O Juiz de Direito Bernardo Fazolo Ferreira, da 3ª Vara Cível de Guarapuava/PR, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela sob nº 0009231-97.2024.8.16.0031, em que é autora ANGELA MARIA DE LARA MARIANO, e interditada EVA CABRAL DE LARA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de EVA CABRAL DE LARA (CPF sob 078.129.249-20), cuja Sentença nomeou à interditada a curadora ANGELA MARIA DE LARA MARIANO (CPF sob o no 034.175.519- 27), cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger a interdita conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a Sentença judicial que segue parcialmente transcrita:"[...]. Ante o exposto, com suporte no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e artigos 1.767 e 1.775, caput, do Código Civil e artigo 84, §1°, da Lei nº 13.146/15, JULGO PROCEDENTES os pedidos para o fim de submeter a requerida à curatela, tomando como necessário que seja assistido pela curadora quando da prática de atos de natureza patrimonial e negocial, sob pena de invalidade do ato; restringindo, assim, que sem acompanhamento de seu curador possa emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada. Nomeio como curadora da interditanda o Sra. ANGELA MARIA DE LARA MARIANO, que deverá prestar compromisso competindo-lhe a assistência exclusivamente quanto aos atos que possam comprometer o patrimônio do incapaz (artigo 1.782, do Código Civil), nos termos do artigo 759 do Código de Processo Civil, destacando-se os deveres constantes dos artigos 1.740 a 1.752 do Código Civil e artigo 92 da Lei dos Registros Públicos, no que couber. [...].". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Priscila Martini, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Guarapuava, 07 de maio de 2025. Bernardo Fazolo Ferreira Juiz de Direito (assinado digitalmente)

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Processo: 0000499-93.2025.8.16.0031
Classe Processual: Medidas Protetivas de Urgência
Assunto Principal: Decorrente de Violência Doméstica
Noticiado(s): MARILDO DE GOES CORREIA
Vítima: CLARAÍDE PENTEADO DE GOES

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 60 (sessenta) DIAS
MARILDO DE GOES CORREIA
A Dra. SUSAN NATALY PEREZ DA SILVA, MMa. Juíza de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o **prazo de 60 (sessenta) dias,** ou dele conhecimento tiverem, que, não tendo sido possível **intimar** pessoalmente o noticiado, MARILDO DE GOES CORREIA, brasileiro, nascido aos 08/05/1983, natural de Guarapuava/PR, RG nº 9331066-7 SSP/PR, filho de CLARAIDE PENTEADO DE GOES e o pai ÂNGELO DE BASTOS CORREIA, e também a Vítima CLARAÍDE PENTEADO DE GOES, brasileira, nascida aos 26/07/1959, natural de Guarapuava/PR, RG nº CPF 8159474-0, filha de SILVIA PENTEADO DE GÓES e pai OZIRES PENTEADO GÓES, pelo presente **INTIMA-OS**, para tomar ciência das seguintes medidas protetivas aplicadas em favor da vítima CLARAIDE PENTEADO DE GÓES, com fulcro nos incisos II e III do art. 22 da Lei nº 11.340/2006, nos autos de Medida Protetiva nº **0000499-93.2025.8.16.0031**: a) afastamento do ofensor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; b) proibição do ofensor aproximar-se, em distância inferior a 02 (dois) quarteirões da residência da ofendida e de 100 (cem) metros em locais públicos; c) proibição do ofensor manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; d) proibição de frequentação de determinados lugares, sendo esse a residência da vitima ; bem como INTIMA-O, para que observe fielmente as medidas, sob pena de caracterização do delito de desobediência à ordem judicial, sem prejuízo de eventual decretação de sua prisão preventiva, com base no art. 313, inciso IV, do Código de Processo Penal, consoante a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 11.340/2006. INTIMA-O, ainda, para indicar o local onde poderá ser encontrado para outras intimações que eventualmente se fizerem necessárias. E, para que chegue ao conhecimento do requerido, mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná (06/05/2025). Eu, _____ (Itacir Philipiak) Auxiliar Judiciário II - Mat. 6975, digitei e subscrevi.
SUSAN NATALY DAYSE PEREZ MORAES Juiza de Direito

3ª VARA CRIMINAL
Av. Manoel Ribas, 500 - Santana
Telefone: (**42) 3308-7470
e-mail: gua-11vj-s@tjpr.jus.br
Guarapuava/PR

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

Edital com prazo de 20 (vinte) dias para intimação de eventuais interessados incertos e desconhecidos acerca da síntese da decisão judicial de item 92.1 e das primeiras declarações,relativa ao processo sob nº 0000707-48.2023.8.16.0031 **de Inventário - Inventário e Partilha em que foi nomeada como inventariante Adriana Terezinha de Lima, sendo herdeiros: Eliane Fatima de Lima, Luciano Jesus de Lima e Adriana Terezinha de Lima. Declarado como bens: saldo em conta corrente no Banco Itaú e um imóvel localizado em Guarapuava/PR, matrícula n° 2708. Os falecidos não deixaram dívidas, nos termos dos artigos 626, §1º e 259, inciso iii, do código de processo civil.**
O doutor Glauco Alessandro de Oliveira, juiz de direito da vara de família e sucessões e anexos da comarca de Guarapuava, *na forma da lei, etc*.
FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Cartório foi distribuído ação de Inventário - Inventário e Partilha em data de 16 de janeiro de 2023, dos bens deixados por falecimento de **Jose Valmir de Lima e Alair de Jesus de Lima** e foi Proferida Decisão Judicial, datada de 30 de abril de 2025, por Glauco Alessandro de Oliveira, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões e Anexos desta Comarca, nos autos supra mencionados, cujos termos, em síntese, encontram-se abaixo descritos:
(...) Conforme artigos 259, III, e 626, §1º, do Código de Processo Civil, citem-se eventuais interessados do inventário dos bens de Jose Valmir de Lima Alair de Jesus de Lima incertos ou desconhecidos por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. (...)
E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópia de igual teor e forma será publicada conforme a lei, acerca dos termos da decisão judicial de item 92.1, da presente Ação de Inventário - Inventário e Partilha, em trâmite neste juízo**.**
Guarapuava, 07 de maio de 2025. . Eu, Adiles da Silva Vargas Siebeneichler, Técnica Judiciária, digitei.
Letícia do Nascimento e SilvaChefe de Secretaria (aut. port. 03/2012)

Edital com prazo de 20 (vinte) dias para intimação de eventuais interessados incertos e desconhecidos acerca da síntese da decisão judicial de item 424.1 e das primeiras declarações,relativa ao processo sob nº 0025529-82.2015.8.16.0031 **de Inventário - Inventário e Partilha em que foi nomeado como inventariante Diego Oliveira da Silva, sendo herdeiros: Letícia Cristina da Silva e Juarez Jose de Almeida. Declarado como bens: um automóvel VW/Fusca, placa LZF-584; um automóvel VW/Fusca, placa LZF-584; um automóvel VW/Fusca; placa AEQ-3076; um automóvel caminhão MB/Mercedes, placa ABZ-1302; um automóvel GM/Corsa HATCH JOY, placa ANP-6511; um automóvel caminhão VW/11.140, placa AEG-4459; um automóvel FORD/Ka, placa BJQ-9079 e um imível localizado em Guarapuava/PR, matricula nº 25.195. A falecida deixou dívidas, nos termos dos artigos 626, §1º e 259, inciso iii, do código de processo civil.**
O doutor Glauco Alessandro de Oliveira, juiz de direito da vara de família e sucessões e anexos da comarca de Guarapuava, *na forma da lei, etc*.
FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, que por este Juízo e Cartório foi distribuído ação de Inventário **PARCIAL** em data de 11 de novembro de 2015, dos bens deixados por falecimento de **Paula Lucia da Silva** e foi Proferida Decisão Judicial, datada de 28 de abril de 2025, por Glauco Alessandro de Oliveira, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões e Anexos desta Comarca, nos autos supra mencionados, cujos termos, em síntese, encontram-se abaixo descritos:
*(...) Conforme artigos 259, III, e 626, §1º, do Código de Processo Civil, citem-se eventuais interessados no **inventário parcial** dos bens de Paula Lucia da Silva incertos ou desconhecidos por edital, com prazo de 20 (vinte) dias. (...)*
E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópia de igual teor e forma será publicada conforme a lei, acerca dos termos da decisão judicial de item 424.1, da presente Ação de Inventário - Inventário e Partilha, em trâmite neste juízo**.**
Guarapuava, 07 de maio de 2025. . Eu, Adiles da Silva Vargas Siebeneichler, Técnica Judiciária, digitei.
Letícia do Nascimento e SilvaChefe de Secretaria (aut. port. 03/2012)

IMBITUVA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO GONÇALVES DE ARAUJO PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ana Paula Menon Loureiro Pianaro Angelo, da Vara Criminal de Imbituva, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0000244- 88.2021.8.16.0092, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) PAULO GONÇALVES DE ARAUJO, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 14 - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO, ACESSORIO OU MUNICAO - USO PERMITIDO, Reclusão: 2 a 4 anos E Multa, caput, da Lei nº 10.826/2003, c/c artigo 61, II, "j", do Código Penal oferecida em 09/08/2021 e recebida em 30/08/2021, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim, violou o denunciado PAULO GONÇALVES DE ARAÚJO, a norma do artigo 14, caput, da Lei nº 10.826/2003, c/c artigo 61, II, "j", do Código Penal, razão pela qual o Ministério Público oferece a presente denúncia, pugnando seja recebida, registrada e autuada, citando-se o denunciado para integrar o polo passivo da relação jurídicoprocessual, nos termos do artigo 394, §1º, I, do Código de Processo Penal (rito comum ordinário), até final julgamento. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO MATHEUS DIDUR PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Ana Paula Menon Loureiro Pianaro Angelo, da Vara Criminal de Imbituva, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0001531-18.2023.8.16.0092, em que é (são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) PAULO MATHEUS DIDUR, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa oferecida em 22/06/2023 e recebida em 10/08/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, incidiu o denunciado PAULO MATHEUS DIDUR, nas sanções do artigo 155, §1 e §4º, incisos I e IV, do Código Penal, razão pela qual se oferece a presente denúncia, requerendo-se seja recebida, e após determinada a citação do denunciado, prosseguindo-se nos demais termos e atos processuais, observando-se o rito ordinário, preconizado pelos artigos 394 e seguintes do Código de Processo Penal. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.

IVAIPORÃ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES E INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): CLAUDINEI LIBRALÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.O(A) Magistrado César Augusto Consalter, da Vara Criminal de Ivaiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0002775-30.2024.8.16.0097, em que é(são) autor(es) réu(s) CLAUDINEI LIBRALÃO, e vítima MARCIA CRISTINA PESSOA MARIM, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CLAUDINEI LIBRALÃO, portador(a) do RG 101103366 SSP/PR e CPF 065.535.729-76, nascido(a) em 16/08/1985, natural de JARDIM ALEGRE, filho(a) de IRENE DE LIMA LIBRALÃO e ATILIO LIBRALÃO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses, com as disposições da Lei n° 11.340/06. oferecida em 10/10/2024 e recebida em 10/10/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: No dia 31 de março de 2024, por volta das 19h52min, em residência localizada na Rua Esperança, n° 99, Centro, na cidade de Jardim Alegre e comarca de Ivaiporã/PR, o denunciado CLAUDINEI LIBRALÃO, dolosamente e ciente da ilicitude de sua conduta, em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, ameaçou causar mal injusto e grave à vítima MCPM , sua ex-convivente, dizendo que iria atear fogo na residência da vítima, e que iria voltar com amigos para agredir a vítima, dando a entender que causaria mal injusto e grave à M. (cf. boletim de ocorrência de mov. 1.2, boletim de ocorrência da polícia militar de mov. 1.3, termo de declaração de mov. 1.4, interrogatório de mov. 1.5, termo de declaração complementar de mov. 18.1, termos de depoimento de movs. 18.3 e 18.5). Segundo restou apurado, após o término, o denunciado foi até a residência da vítima ameaçando-a, dizendo "eu vou colocar fogo nessa casa, vagabunda, cadela". Após a ameaça, o denunciado se evadiu e a vítima acionou a equipe policial, que logrou êxito em abordar o denunciado com um pedaço de madeira na mão, que seria usado para agredir a vítima. e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Joelma Silvana de Oliveira Gonçalves , Analista Judiciário, conferi e digitei.**Ivaiporã, 07 de maio de 2025.**
César Augusto Consalter
MagistradoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IVAIPORÃ
VARA CRIMINAL DE IVAIPORÃ - PROJUDI
Avenida Itália, 20 - Jardim Europa - Ivaiporã/PR - CEP: 86.870-000 - Fone: (43) 3572-9989 - E-mail: IVA-2VJ-S@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): FRANCISCO DE CAMPOS
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adriana Marques dos Santos, da Vara Criminal de Ivaiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0004511-20.2023.8.16.0097, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FRANCISCO DE CAMPOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido FRANCISCO DE CAMPOS, portador(a) do RG 124410509 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 08/12/1971, natural de GRANDES RIOS/PR, filho(a) de MARIA NAZARE CAMPOS e JOSE BERNARDINO CAMPOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 217-A - ESTUPRO DE VULNERAVEL, Reclusão: 8 a 15 anos oferecida em 17/06/2024 e recebida em 24/06/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "*Em data e horários não precisados nos autos, mas certo que entre os anos de 2022 e 2023, em via pública localizada no Distrito Santa Bárbara, em Zona Rural, nesta cidade e Comarca de Ivaiporã/PR, o denunciado FRANCISCO DE CAMPOS, com consciência e vontades dirigidas ao fim ilícito, com a finalidade de satisfazer sua lascívia, praticou atos libidinosos diversos de conjunção carnal, consistente em praticar coito anal com a vítima, que possuía entre 12(doze) a 13(treze) anos de idade à época dos fatos 1 , então vulnerável (cf. Boletim de ocorrência de mov. 1.2, laudo pericial de mov. 1.4, escuta especializada de mov 5.2, termos de declarações de movs. 12.1 a 12.6, depoimento especial da vítima nos autos n° 0000138-09.2024.8.16.0097 e Relatório da Autoridade Policial de mov. 20.1). Segundo apurado, o denunciado era vizinho da vítima, oportunidade em que, enquanto esta trafegava de bicicleta na referida Zona Rural, o denunciado a abordou, questionando-lhe sobre questões sexuais. Ato contínuo, solicitou que a vítima lhe acompanhasse até local ermo para visualizar um cavalo de sua propriedade, o que foi negado pela mesma. Sucessivamente, a vítima se evadiu e, ao retornar a passar pelo local, próximo a um campo de futebol, o denunciado parou-a novamente, segurando os freios de sua bicicleta e levou-a a local de mata fechada, oportunidade em que praticou o narrado coito, mantendo-a em pé, escorada em uma árvore*"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Eduarda Follmann Goedert, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ivaiporã, 07 de maio de 2025.**
Adriana Marques dos Santos
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IVAIPORÃ
VARA CRIMINAL DE IVAIPORÃ - PROJUDI
Avenida Itália, 20 - Jardim Europa - Ivaiporã/PR - CEP: 86.870-000 - Fone: (43) 3572-9989 - E-mail: IVA-2VJ-S@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): EVERSON DOS SANTOS DEMES
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adriana Marques dos Santos, da Vara Criminal de Ivaiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0001435-85.2023.8.16.0097, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EVERSON DOS SANTOS DEMES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **EVERSON DOS SANTOS DEMES, portador(a) do RG 24880400 SSP/PR e CPF 011.998.869-04, nascido(a) em 06/10/1987, natural de IVAIPORA/PR, filho(a) de SONIA DOS SANTOS DE MELO e ALDAIR DE SOUZA DEMES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155, §4º do Código Penal - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 anos e 10 dias multa na data de 17/12/2024, em regime inicial semiaberto, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "*POSTO ISTO e o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia de seq. 12.1 para condenar o réu EVERSON DOS SANTOS DEMES, qualificado no preâmbulo, como incurso nas sanções do artigo 155, § 4°, inciso I, do Código Penal*" , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Eduarda Follmann Goedert, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ivaiporã, 07 de maio de 2025.
Adriana Marques dos Santos
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

JACAREZINHO

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Terceiros incertos e desconhecidos
O(A) Juiz(íza) de Direito Roberto Arthur David, da Vara Cível de Jacarezinho, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0002068-25.2025.8.16.0098, em que é autor JOÃO THIAGO CARDOSO LOPES, e réu ESPÓLIO DE IRINEU LOPES**. Por** por meio deste edital procede a citação de eventuais t**erceiros, incertos e desconhecidos**, para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil da ação de **Usucapião Extraordinário** do seguinte imóvel **"** transcrito sob o nº 14.278 perante o Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, situado na Rua Coronel Alcântara, nº 43, Centro, neste município, com área total de 310,86 m² e área construída de 149,00 m², ***LIMITES***

e CONFRONTANTES: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P01 confrontando pela esquerda com a casa N° 732 propriedade da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE JACAREZINHO - ACIJA de coordenadas N 7.438.638,01m e E 604.775,03m; deste segue, com azimute de 68°33'36" por uma distância de 22,83m, até o ponto P02, de coordenadas N 7.438.646,35m e E 604.796,28m; deste segue confrontando com a casa N° 755 propriedade de ROSILEY PINTO E ANGELA CÂNDIDO PINTO com azimute de 160°53'54" por uma distância de 13,58m, até o ponto P03, de coordenadas N 7.438.633,52m e E 604.800,72m; deste segue confrontando com a casa N° 741, propriedade de FARIT JORGE E FLORINDA JORGE com azimute de 247°54'15" por uma distância de 22,57m, até o ponto P04, de coordenadas N 7.438.625,03m e E 604.779,81m; deste segue com azimute de 339°45'57" por uma distância de 13,83m, até o ponto P01 confrontando pela frente com a RUA CEL. ALCANTRA, onde teve início essa descrição.", tudo em conformidade com a petição inicial e com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: ***"Citem-se, ainda, por edital os terceiros incertos e desconhecidos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para, querendo, apresentem resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 259, inciso I, do CPC/15).. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC)."*** O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de **60 (sessenta) dias** da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Maria Eduarda Akemi Hisamura, Estagiário, conferi e digitei.
Jacarezinho, 08 de maio de 2025.
Tiago Manfré
Técnico Judiciário -
Por ordem do MM Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO DE **MAESTRO ATACADO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRE**, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para fins desta ação, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS
O Doutor **ROBERTO ARTHUR DAVID**, MM. Juiz de Direito desta Comarca Jacarezinho, Estado do Paraná, na forma da lei.
FAZ SABER a todos que o presente edital vier, ou dele conhecimento tiverem, principalmente **MAESTRO ATACADO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRE,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 22.895.723/0001-39, de que neste juízo tramitam os autos de **AÇÃO CIVIL PÚBLICA** autuados sob nº **0003447-35.2024.8.16.0098**, em que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ move em face de MAESTRO ATACADO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRE E OUTROS, **CITANDO-A,** por todos os termos da ação, para, querendo, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, que passará a fluir a partir do vencimento do presente edital, **CONTESTÁ-LA**, nos termos do art. 335 e seguintes do CPC.
ENCERRAMENTO: E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por uma vez no Diário da Justiça do Estado, e afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Jacarezinho, aos 15 de abril de 2025. Eu,_____ (Mário André de Oliveira), Técnico Judiciário, Matrícula nº. 51.222, conferi e subscrevi.
Roberto Arthur David
Juiz de Direito

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): LUCIA DE ANDRADE PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Renato Garcia, da Vara Criminal de Jacarezinho, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0006232-67.2024.8.16.0098, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDRÉ HUGO DA COSTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima **LUCIA DE ANDRADE, portador(a) do RG 98075380 SSP/PR e CPF 029.150.019-60, nascido(a) em 31/10/1979, natural de CAMBARA/PR, filho(a) de WILMA MIRANDA DE ANDRADE e ADEMIR ANDRADE**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 201, CPP), qual restou condenado ANDRE HUGO DA COSTA nas sanções do dos artigos 150, §1º, do Código Penal (FATO 01) e artigo 217-A, §1º, do Código Penal (FATO 02), pena final aplicada: SEIS ANOS E OITO MESES DE RECLUSÃO E UM ANO E QUINZE DIAS DE DETENÇÃO,no regime FECHADO para o delito punido com reclusão e regime SEMIABERTO para o crime punido com detenção, em conformidade com o art. 597 do CNFJ, e de que possui o **prazo de 05 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro Eu, EDSON CLEMENTINO SOARES, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Jacarezinho, 30 de abril de 2025.
Renato Garcia Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

JOAQUIM TÁVORA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Wilson Acosta
O(A) Juiz(íza) de Direito Marco Antonio Venancio de Melo, da Vara Cível de Joaquim Távora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Pagamento, sob nº 0000266-48.2023.8.16.0102, em que é(são) autor(es) ECONORTE - Empresa Concessionaria de Rodovias do Norte S.A., e réu(s) Wilson Acosta, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Wilson Acosta**, portador(a) do CPF 588.400.799-04. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a inicial. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Sueli Ap. Araújo de Almeida, Escrivã, conferi e digitei.**Joaquim Távora, 08 de maio de 2025.**
Marco Antonio Venancio de Melo
Juiz de Direito

LOANDA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LOANDA
Juiz de Direito**: Dr. Cristiano Diniz da Silva**
Chefe de Secretaria: **B.el Jesuína de Oliveira Primo**
PROCESSO PENAL Nº 0002117-84.2021.8.16.0105 - EDITAL DE CITAÇÃO DA RÉ *VIVIANE CRISTINA TOMAZ DOS SANTOS*, COM PRAZO DE 15 DIAS. O Doutor Cristiano Diniz da Silva, MMº. Juiz de Direito desta Comarca de Loanda, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o **prazo de (15) quinze dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a ré ***VIVIANE CRISTINA TOMAZ DOS SANTOS*,** brasileira, portadora do RG nº 99842474-SS/PR, inscrita no CPF nº 061.004.719-14, filha de Cleonice Tomaz e Dijalma Lopes dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITA-A**, dos termos da DENÚNCIA oferecida ao movimento 108.1, nos autos acima epigrafados, para que no prazo de **10 (dez) dias** apresente **resposta à acusação**, por escrito através de advogado, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, conforme arts. 361 e 363, § 1°, ambos do CPP.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Loanda, aos 07 de maio de 2025. Eu, Jesuina de Oliveira Primo, Chefe de Secretaria, que o digitei e conferi.
Jesuina de Oliveira Primo

Chefe de Secretaria

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE LONDRINA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO - REVOGAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS
A DOUTORA **PAULA ANDREA SAMUEL DE OLIVEIRA MONTEIRO**, M.M. JUÍZA DE DIREITO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, pelo prazo de 15 (QUINZE) dias, que as requerentes e representados abaixo identificados tiveram os autos arquivados em razão da prolação de **decisão que REVOGOU as medidas protetivas de urgência anteriormente deferidas**, ficando neste ato intimados.
AUTOS: 0005353-21.2024.8.16.0014 - **REQUERENTE:** M.F.M. - RG: 130566979 SSP/PR - FILIAÇÃO: MARIA CLEUSA MARTINS - **REPRESENTADO:** JOAO MARIA APARECIDO FERNANDES DE FREITAS, portadora do RG 152542127 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: NADIR ALVES FERNANDES Nome do Pai: ANTENOR DE FREITAS, nascido(a) em 23/07/1979, natural de MARILANDIA DO SUL/PR
AUTOS: 0004371-07.2024.8.16.0014 - **REQUERENTE:** S.C.D.P.G. - RG: 136602411 SSP/PR - FILIAÇÃO: CRISTIANE VENANCE DO PRADO - **REPRESENTADO:** CRISTIANE VENANCE DO PRADO, portador(a) do RG 96449631 SSP/PR, filho(a) de MARCIA VENANCE DO PRADO (Nome Mãe) e GESO DO PRADO (Nome Pai), nascido(a) em 21/11/1977, natural de CURITIBA/PR
AUTOS: 0002726-44.2024.8.16.0014 - **REQUERENTE:** G.C.D.S. - RG: 77180800 SSP/PR - FILIAÇÃO: MARIA ANTONIA CRISPIN - **REPRESENTADO:** VALDEMAR FERREIRA DOS SANTOS, portadora do RG 62845791 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: MARIA ANTONIA CRISPIM Nome do Pai: ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, nascido(a) em 23/03/1977, natural de LONDRINA/PR
AUTOS: 0004407-49.2024.8.16.0014 - **REQUERENTE:** R.S.D.L. - RG: 100515628 SSP/PR - FILIAÇÃO: ROSA MARIA SOLERA - **REPRESENTADO:** LEANDRO DE LIMA SILVA, portadora do RG 92349217 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: ELZA SILVEIRA LIMA SILVA Nome do Pai: SEBASTIÃO DE LIMA SILVA, nascido(a) em 22/05/1985, natural de LONDRINA/PR
AUTOS: 0004263-41.2025.8.16.0014 - **REQUERENTE:** R.D.F.D.S - RG: 70578069 SSP/PR - FILIAÇÃO: FATIMA FERREIRA DANIEL - **REPRESENTADO:** PAULO BERNARDES DE SOUZA, portadora do RG 100126567 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: ADILIA DA SILVA SOUZA Nome do Pai: JOSÉ BERNARDES DE SOUZA, nascido(a) em 29/07/1974, natural de LONDRINA/PR
AUTOS: 0084262-14.2023.8.16.0014 - **REQUERENTE:** A.B.S. - RG: 152873913 SSP/PR - FILIAÇÃO: MARCIA SOARES - **REPRESENTADO:** THAYNARA CAUANA DE SOUZA VIEIRA, portadora do RG 103608970 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: MARIA LUCIA DE SOUZA VIEIRA Nome do Pai: EZELQUIEL DA CRUZ VIEIRA, nascido(a) em 08/11/1997, natural de LONDRINA/PR
AUTOS: 0008959-57.2024.8.16.0014 - **REQUERENTE:** F.C.D.S. - RG: 73743567 SSP/PR - FILIAÇÃO: DALVA REGINA RODRIGUES - **REPRESENTADO:** EDUARDO FERNANDO DE LIMA DE CAMARGO, portadora do RG 136414763 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: LUCINEIA DE LIMA Nome do Pai: CELSO MACHADO DE CAMARGO, nascido(a) em 28/09/1999, natural de ARAPONGAS
AUTOS: 0007876-06.2024.8.16.0014 - **REQUERENTE:** A.A.B.D.S. - RG: 135802590 SSP/PR - FILIAÇÃO: ELIANE ALVES MATOS - **REPRESENTADO:** WLADIMIR DE ALMEIDA, portadora do RG 88100450 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: MARIA APARECIDA ZAVAN DE ALMEIDA Nome do Pai: ALEXANDRE AURELIANO DE ALMEIDA, nascido(a) em 24/04/1981, natural de SAO PAULO
AUTOS: 0004910-70.2024.8.16.0014 - **REQUERENTE:** L.M.A.C. - RG: 59268074 SSP/PR - FILIAÇÃO: MARIA DE LOURDES ALVARENGA - **REPRESENTADO:** ROGERIO DA SILVA CABRAL, portadora do RG 39441918 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: HILDA MARIA DA SILVA CABRAL Nome do Pai: ADEVALDO CABRAL, nascido(a) em 31/05/1969, natural de LONDRINA
AUTOS: 0049452-76.2024.8.16.0014 - **REQUERENTE:** I.F.C.D.S. - RG: 147010869 SSP/PR - FILIAÇÃO: MICHELLE APARECIDA COSTA - **REPRESENTADO:** ADILSON PEREIRA JÚNIOR, portadora do RG 155543000 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: REGINA APARECIDA VITALINO PEREIRA Nome do Pai: ADILSON PEREIRA, nascido(a) em 09/05/2004, natural de LONDRINA/PR
AUTOS: 0021033-46.2024.8.16.0014 - **REQUERENTE:** A.T.N. - RG: 51965167 SSP/PR - FILIAÇÃO: SUEKO NAKAHARA NAKAMURA - **REPRESENTADO:** ADRIANO ROMANO DA SILVA, portadora do RG 78907894 SSP/PR, filho(a) de Nome da Mãe: HELENA PEREIRA DA SILVA Nome do Pai: JOSE ROMANO DA SILVA, nascido(a) em 17/11/1975, natural de LONDRINA
Dado e passado, nesta cidade e comarca de Londrina-PR, em 28/10/2024, eu, Viviani dos Santos Castro, que subscrevi.
Paula Andrea Samuel de Oliveira Monteiro
Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA
FORO CENTRAL - 2ª VARA CÍVEL
Av. Duque de Caxias nº 689 - FORUM - Centro Administrativo
C.E.P.: 8 6 0 1 5 - 9 0 2 Londrina - PR.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO PARCIAL
O DR. LUIZ GONZAGA TUCUNDUVA DE MOURA, MM. JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC....
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de **AÇÃO DE INTERDIÇÃO nº 0044711-27.2023.8.16.0014**, em que é Requerente **SILVANA MARQUES DE OLIVEIRA** (CPF/MF nº. 654.383.969-49) e Requerido(a) **ZÉLIA MARQUES DE OLIVEIRA** (CPF/MF nº. 016.456.409-81), no qual, através de sentença proferida em data de 03 de dezembro de 2024, foi por este Juízo decretada a interdição da requerida **ZÉLIA MARQUES DE OLIVEIRA,** brasileira, portadora do RG nº. 1.657.914, inscrita no CPF/MF nº. 016.456.409-81, nascida em 26/09/1948, na cidade de Bandeirantes - PR, filha de MIGUEL CARLOS MARQUES e LIBERALINA BUENO MARQUES, face a mesma ser portadora de Alzheimer - CID 10-G30.1, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente apenas os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos dos arts. 4º, inc. III e art. 1.767, inc. I ambos do CC, c/c art. 84, § 1º, e art. 85, caput e § 1º da Lei nº 13.146/2015, sendo-lhe nomeada como curadora, sua filha - Sr(a). **SILVANA MARQUES DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, portadora do RG nº. 4.604.755-9/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 654.383.969-49, mediante compromisso legal a ser prestado nos autos. Do que, para constar lavrei este, que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Dado e passado nesta Comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos 07 de abril de 2025. **Eu, _____ (DANILE C. T. PEREIRA), Funcionária Juramentada, o digitei e subscrevi.**
(Assinado Digitalmente)
LUIZ GONZAGA TUCUNDUVA DE MOURA*Juiz de Direito*

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ACIDENTES DO TRABALHO

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
2ª VARA DE FAMÍLIA DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I 3º Andar - Bairro Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3572-3293 - E-mail: lon-18vj-e@tjpr.jus.br
Edital de Citação para JAIR ANTONIO

Processo:	0028263-42.2024.8.16.0014
Classe Processual:	Divórcio Litigioso
Assunto Principal:	Dissolução
Valor da Causa:	R$1.000,00
Requerente(s):	• GLORIA APARECIDA ANTONIO (CPF/CNPJ: 027.223.249-11) RUA RUI BARBOSA, 484 - DISTRITO DE PAIQUERÊ - LONDRINA/PR - E-mail: eneiascesar@gmail.com - Telefone(s): (43) 99181-1838

Requerido(s):
- **JAIR ANTONIO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)**

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E ACIDENTE DO TRABALHO DA COMARCA DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁEDITAL DE CITAÇÃO DE JAIR ANTONIO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.A DOUTORA ISABELE PAPAFANURAKIS FERREIRA NORONHA, MM. Juiza de Direito da Segunda Vara de Família e Acidente do Trabalho da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...FAZ SABER, a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a JAIR ANTONIO, residente e domiciliado(a) em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos acima mencionados, movidos por GLORIA APARECIDA ANTONIO, pelos fatos: " 1. A autora contraiu matrimônio com o requerido JAIR ANTONIO em data de 01 de Julho de 1967 sob o regime de Comunhão Universal de Bens (Certidão anexa). O casal teve duas filhas, Ana Cristina e Joaquina, ambas maiores. 2. Entretanto, o requerido abandonou o lar e a família há mais de 30 anos, saindo da cidade pelo que nunca mais voltou ou de si deu notícias. 3. A autora desde então não sabe o paradeiro do requerido e nem mesmo se ele ainda se encontra vivo. 4. Não deixou o requerido quaisquer documentos que possam qualificá-lo para esta demanda. 5. Quando do casamento, autora e requerido não possuíam quaisquer bens de valor e nem amealharam outros na constância do casamento. 6. A autora já se encontra em União Estável com outro companheiro há mais de 20 anos. 7. Suas filhas, parentes próximos, vizinhos e outros conhecidos podem atestar o acima alegado. 8. Assim, na intenção de regularizar sua situação matrimonial é a presente para requerer seu divórcio para todos os fins de direito. 9. A autora é analfabeta, aposentada pelo INSS, com proventos de 01 (um) salário mínimo nacional e não possui quaisquer outra fonte de renda ou ganho. 10. Assim, necessita da concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça nos termos do que dispõe a Lei 1.060/50 c/c CPC." Portanto, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, especialmente de JAIR ANTONIO, foi expedido o presente edital, ficando o mesmo devidamente CITADO, querendo no prazo legal de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação sob pena de revelia. Escoado o prazo para manifestação, e não tendo sido apresentada a mesma, com fulcro no artigo 72º, inciso II do Código de Processo Civil, nomeio curador (a) especial em favor do réu, a DEFENSORIA DO ESTADO DO PARANÁ, sob a fé de seu grau, o (a) qual deverá ser intimado (a) para os devidos fins. Assino por determinação judicial, portaria 01/2004. **Londrina, 08 de maio de 2025.**LUCIO DIAS
ESCRIVÃOASSINADO DIGITALMENTE

4ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **ROBSON WILIAM FERREIRA DE AMORIM,** com o prazo de quinze (15) dias.
O DOUTOR LUIZ VALERIO DOS SANTOS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a **ROBSON WILIAM FERREIRA DE AMORIM**, brasileiro, natural de Londrina/PR nascido aos 18/02/2002, portador da cédula de identidade RG nº. 149384812SSP/PR, inscrito no CPF sob nº. 131.513.939-18. CITA-O pelo presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, e INTIMA-O PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que, por intermédio de advogado, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Advirto-o que caso não apresente defesa prévia, no prazo legal, com fulcro no § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresenta-la bem como para acompanhar a todos os demais termos da Ação Penal, sob nº **0036044-18.2024.8.16.0014** no qual **ROBSON WILIAM FERREIRA DE AMORIM** foi denunciado pela prática do artigo 28, da Lei 11.343/06. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr. Nessa data de 07 maio de 2025. Eu, (Luciana Marques da Silva), Técnica Judiciaria, que digitei e subscrevi. LUIZ VALERIO DOS SANTOS Juiz de Direito - original assinado

---

PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **ANTONIO LUCIANO FONSECA NETTO,** com o prazo de quinze (15) dias.
O DOUTOR LUIZ VALERIO DOS SANTOS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a **ANTONIO LUCIANO FONSECA NETTO** (mov. 1.18 e 1.19 - arquivo remoto), brasileiro, vendedor, portador do RG no 16.811.588-1/PR, inscrito sob CPF no 270.014.198-93, natural de São Paulo/SP, nascido em 25/01/1979, com 44 (quarenta e quatro) anos de idade na data do fato, filho de Lenita Regina Fonseca e José Augusto Fonseca Netto**.** CITA-O pelo presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, e INTIMA-O PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que, por intermédio de advogado, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Advirto-o que caso não apresente defesa prévia, no prazo legal, com fulcro no § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresenta-la bem como para acompanhar a todos os demais termos da Ação Penal, sob nº **0002520-30.2024.8.16.0014** no qual **ANTONIO LUCIANO FONSECA NETTO** foi denunciado pela prática dos artigos 303, §1º, c/c o artigo 302, §1º, III, ambos da Lei n. 9.503/97, (FATO 01), e artigo 305 da Lei n. 9.503/97 (FATO 02), na forma do artigo 69 do Código Penal. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr. Nessa data de 07 maio de 2025. Eu, (Luciana Marques da Silva), Técnica Judiciaria, que digitei e subscrevi. LUIZ VALERIO DOS SANTOS Juiz de Direito - original assinado

---

PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **PAULO CÉSAR BRAÚNA DO NASCIMENTO,** com o prazo de quinze (15) dias.
O DOUTOR LUIZ VALERIO DOS SANTOS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a **PAULO CÉSAR BRAÚNA DO NASCIMENTO**, brasileiro, desempregado, natural de Londrina/PR, portador do RG n.º 12.789.954-1-PR, inscrito no CPF sob o n.º 100.070.999-08, nascido em 09/02/1991 (com 33 anos na época dos fatos), filho de Edna Aparecida Pereira e Rafael do Nascimento. CITA-O pelo presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, e INTIMA-O PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que, por intermédio de advogado, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Advirto-o que caso não apresente defesa prévia, no prazo legal, com fulcro no § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresenta-la bem como para acompanhar a todos os demais termos da Ação Penal, sob nº **0064511-07.2024.8.16.0014** no qual **PAULO CÉSAR BRAÚNA DO NASCIMENTO** foi denunciado pela prática do artigo 155, §§1º e 4º, inciso II, do Código Penal. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr. Nessa data de 07 maio de 2025. Eu, (Luciana Marques da Silva), Técnica Judiciaria, que digitei e subscrevi. LUIZ VALERIO DOS SANTOS Juiz de Direito - original assinado

---

PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **EANDRO RODRIGUES CORDEIRO,** com o prazo de quinze (15) dias.
O DOUTOR LUIZ VALERIO DOS SANTOS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a L**EANDRO RODRIGUES CORDEIRO**, brasileiro, estado civil não identificado nos autos, auxiliar de produção, nascido em 07/11/1982, filho de Eurides Maria Rodrigues Cordeiro e de Elpidio Rodrigues Cordeiro, portador do RG n° 8.299.971-0 SSP/PR e inscrito no CPF n° 049.966.299-75. CITA-O pelo presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, e INTIMA-O PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que, por intermédio de advogado, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Advirto-o que caso não apresente defesa prévia, no prazo legal, com fulcro no § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresenta-la bem como para acompanhar a todos os demais termos da Ação Penal, sob nº **0062358-35.2023.8.16.0014** no qual **EANDRO RODRIGUES CORDEIRO** foi denunciado pela prática do artigo 307 Código Penal. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr. Nessa data de 07 maio de 2025. Eu, (Luciana Marques da Silva), Técnica Judiciaria, que digitei e subscrevi. LUIZ VALERIO DOS SANTOS Juiz de Direito - original assinado

PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **ANDRÉ APARECIDO BRATFICHE,** com o prazo de quinze (15) dias.
O DOUTOR LUIZ VALERIO DOS SANTOS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a **ANDRÉ APARECIDO BRATFICHE**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 226.903.438-43, nascido em 06.09.1985, com 35 (trinta e cinco) anos à época dos fatos, filho de Apparecido Bratfiche e de Lourdes Fatima Caporicci Bratfiche. . CITA-O pelo presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, e INTIMA-O PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que, por intermédio de advogado, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Advirto-o que caso não apresente defesa prévia, no prazo legal, com fulcro no § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresenta-la bem como para acompanhar a todos os demais termos da Ação Penal, sob nº **0063206-90.2021.8.16.0014** no qual **ANDRÉ APARECIDO BRATFICHE** foi denunciado pela prática do artigo 155, § 4º, incisos II e IV, do Código Penal. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr. Nessa data de 07 maio de 2025. Eu, (Luciana Marques da Silva), Técnica Judiciaria, que digitei e subscrevi. LUIZ VALERIO DOS SANTOS Juiz de Direito - original assinado

---

PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **DIRCEU MANOEL MOREIRA,** com o prazo de quinze (15) dias.
O DOUTOR LUIZ VALERIO DOS SANTOS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a **DIRCEU MANOEL MOREIRA,** brasileiro, solteiro, desempregado, natural de Londrina/PR, portador da Cédula de Identidade RG de n.º 6.590.659-7 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o n.º 024.618.309-83, nascido em 05.05.1973, com 50 (cinquenta) anos à época dos fatos, filho de Terezinha da Silva Moreira**.** CITA-O pelo presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, e INTIMA-O PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que, por intermédio de advogado, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Advirto-o que caso não apresente defesa prévia, no prazo legal, com fulcro no § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresenta-la bem como para acompanhar a todos os demais termos da Ação Penal, sob nº **0019660-77 .2024.8.16.0014** no qual **DIRCEU MANOEL MOREIRA** foi denunciado pela prática do artigo 155, §1º e §4º, inciso I, do Código Penal. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr. Nessa data de 07 maio de 2025. Eu, (Luciana Marques da Silva), Técnica Judiciaria, que digitei e subscrevi. LUIZ VALERIO DOS SANTOS Juiz de Direito - original assinado

---

PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **FABIANO ARENDT,** com o prazo de quinze (15) dias.
O DOUTOR LUIZ VALERIO DOS SANTOS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a **FABIANO ARENDT**, brasileiro, solteiro, natural de Londrina/PR, nascido aos 23/02/1991, filho de Maria de Fátima Marqueti Arendt e Floriano Arendt, portador da cédula de identidade RG nº. 12.645.455 SSP/PR**.** CITA-O pelo presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, e INTIMA-O PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que, por intermédio de advogado, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Advirto-o que caso não apresente defesa prévia, no prazo legal, com fulcro no § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresenta-la bem como para acompanhar a todos os demais termos da Ação Penal, sob nº **0001441-84.2022.8.16.0014** no qual **FABIANO ARENDT** foi denunciado pela prática do artigo 329 do Código Penal. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr. Nessa data de 07 maio de 2025. Eu, (Luciana Marques da Silva), Técnica Judiciaria, que digitei e subscrevi. LUIZ VALERIO DOS SANTOS Juiz de Direito - original assinado

---

PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
ESCRIVÃO
EDITAL DE CITAÇÃO DO DENUNCIADO **CARLOS ROBERTO DE SOUZA GOMES,** com o prazo de quinze (15) dias.
O DOUTOR LUIZ VALERIO DOS SANTOS, MM. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a **CARLOS ROBERTO DE SOUZA GOMES,** brasileiro, estado civil não identificado nos autos, desempregado, nascido em 14/07/1986, filho de Neuza de Souza Gomes e Benedito Gomes, portador do RG nº 12.579.654-0 SSP/PR, inscrito no CPF n° 076.847.929-03. CITA-O pelo presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, e INTIMA-O PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, oportunidade em que, por intermédio de advogado, poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Advirto-o que caso não apresente defesa prévia, no prazo legal, com fulcro no § 2º do artigo 396-A do Código de Processo Penal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresenta-la bem como para acompanhar a todos os demais termos da Ação Penal, sob nº **0081353-96.2023.8.16.0014** no qual **CARLOS ROBERTO DE SOUZA GOMES** foi denunciado pela prática do artigo 28, da Lei 11.343/06. Dado e passado nesta cidade e 4ª Vara Criminal da Comarca de Londrina-Pr. Nessa data de 07 maio de 2025. Eu, (Luciana Marques da Silva), Técnica Judiciaria, que digitei e subscrevi. LUIZ VALERIO DOS SANTOS Juiz de Direito - original assinado

---

5ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 5ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 5º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - E-mail: lon-5VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA CACILDA ZANCHO GONÇALVES DE SOUZA (CPF /CNPJ: 808.315.599-34) Processo: 0008590-40.1999.8.16.0014 Classe Processual: Cumprimento de sentença Assunto Principal: Cheque Valor da Causa: R$280.706,16 Exequente(s): FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS PCGBRASIL MULTICARTEIRA (CPF/CNPJ: 07.727.002/0001-26) CIDADE DE DEUS , S/N - OSASCO/SP Executado(s): Cacilda Zancho Gonçalves de Souza (CPF/CNPJ: 808.315.599-34), ora em lugar incerto e não sabido. Farmácia 24 horas Ltda (CPF/CNPJ: 75.829.358/0001-20) Avenida Maringá, 445-A - Vitória - LONDRINA/PR - CEP: 86.060-000 SILVIO LUIZ ITO (CPF/CNPJ: 474.789.859-04) Rua General Tasso Fragoso, 261 - Bancários - LONDRINA/PR - CEP: 86.062-050 Veridiano Gonçalves de Souza Filho (CPF/CNPJ: 024.083.419-49) Avenida Maringá, 445 - Vitória - LONDRINA/PR - CEP: 86.060-000 INTIMANDA: Cacilda Zancho Gonçalves de Souza (CPF/CNPJ: 808.315.599-34), ora em lugar incerto e não sabido. OBJETIVO: Para no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação, ciente da penhora realizada por termo nos autos, manifestar querendo, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 841 do CPC), sob pena de prosseguimento do feito, na forma da lei. BENS PENHORADOS: "a) Apartamento nº. 303, situado no 3º andar do Edifício Rebouças, desta cidade, com as demais características, divisas e confrontações constantes da matrícula nº. 17.402 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício desta Comarca;" "b) Chácara de terras sob nº. 12, com a área de 10.692,97 metros quadrados, da subdivisão do lote nº. 1-A, situado na Gleba Frazer, neste Município e Comarca, com as demais características, divisas e confrontações constantes da matrícula 8.342 do Cartório de Registro de Imóveis do 3º Ofício da Comarca de Londrina, Estado do Paraná". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná. Eu (a) Carlos Roberto Silveira, Analista Judiciário, subscrevi. Londrina, 06 de maio de 2025. Alberto Junior Veloso Juiz de Direito

---

5ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0037956-50.2024.8.16.0014
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 15 dias

A Dra. EVELINE ZANONI DE ANDRADE, MMª. Juíza de Direito da 5ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(a) ofendido(a) **DIRCEU VIEIRA DA SILVA (RG 40560530 SSP/PR, CPF 009.965.779-12, Nome do Pai: SEBASTIÃO VIEIRA DA SILVA, Nome da Mãe: BENEDITA DE ANDRADE SILVA, nascido em 02/04/1965, natural de SAPOPEMA),** atualmente em lugar incerto e não sabido, através do presente INTIMA-O(A) que por sentença prolatada em 09/12/2024, o réu **LEANDRO HENRIQUE SOUZA VIEIRA (RG: 89825059 SSP/PR e CPF/CNPJ: 042.355.569-32)** foi condenado por este Juízo à pena de 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 81 (oitenta e um) dias-multa, em regime fechado, como incurso nas sanções do art. 158, §1º do Código Penal, bem como, ao pagamento das custas processuais, e o réu **SIDMAR GARCIA (RG: 126893310 SSP/PR e CPF/CNPJ: 086.295.229-84)**, foi condenado por este Juízo à pena de 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 81 (oitenta e um) dias-multa, em regime fechado, como incurso nas sanções do art. 158, §1º do Código Penal, bem como, ao pagamento das custas processuais. Ainda, fica intimado que em mesma sentença foi fixado o valor de R$97,75 (noventa e sete reais e setenta e cinco centavos) como valor mínimo de indenização civil ao ofendido. Ficando ainda ciente o(a) ofendido(a) de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer, em já havendo assistente de acusação habilitado nos autos ou, em 15 (quinze) dias, caso contrário, contados, esse último, do término do prazo do Ministério Público (Código de Processo Penal, art. 598). E, para que ninguém alegue ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado no átrio do Fórum, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, 08 de maio de 2025. EU, RENATA SCARDAZZI BRUNIERE, Técnico Judiciário, digitei este, que vai assinado digitalmente pelo(a) Magistrado(a).

(datado e assinado digitalmente)
/EVELINE ZANONI DE ANDRADE
Juíza de Direito Substituta

Autos nº. 0076550-36.2024.8.16.0014
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
MONICA APARECIDA DE OLIVEIRA BRASIL
Prazo: 90 dias

O Dr. JOÃO HENRIQUE COELHO ORTOLANO, MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a sentenciada **MONICA APARECIDA DE OLIVEIRA BRASIL, RG 102635574 SSP/PR, CPF 070.471.129-01, Nome do Pai: JOSE DA COSTA BRASIL, Nome da Mãe: ROSELI DE OLIVEIRA, nascido em 31/10/1992, natural de CORNELIO PROCOPIO,** atualmente em lugar incerto e não sabido, através do presente INTIMA-A que por sentença prolatada em 10/04/2025, foi condenada por este Juízo nas sanções do(s) artigo(s) 155, § 4º, incisos II e IV, do Código Penal, à pena de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 09 (nove) dias-multa, em regime inicialmente aberto, SUBSTITUÍDA por duas restritivas de direito, quais sejam: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, a ser realizada na forma do art. 46, do Código Penal - durante quatro horas semanais, sem prejuízo à normal jornada de trabalho do réu, e PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA no valor de 01 (um) salário mínimo vigente, ADVERTINDO que o descumprimento injustificado das penas restritivas de direito ora impostas ensejará a conversão da mesma em pena privativa de liberdade (art. 44, §4º, do CP), além de 10 (dez) dias-multa, no valor unitário correspondente à 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, corrigido monetariamente, bem como no pagamento das custas processuais. Ainda, fica intimada que em mesma sentença, nos termos do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, c/c artigo 91, inciso I, do Código Penal, foi fixado em R$ 510,00 (quinhentos e dez reais) o valor mínimo reparatório à vítima, a ser solidariamente adimplido pelos réus. O montante fixado deverá ser corrigido monetariamente, pelos índices oficiais, a partir da data do efetivo prejuízo, conforme Súmula 43/STJ, e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ), ficando a critério da vítima a execução ou liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido no Juízo Cível competente, ficando ainda ciente de que caso tenha interesse em recorrer, terá o prazo de 05 (cinco) dias para a interposição do recurso. E, para que ninguém alegue ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado no átrio do Fórum, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, 08 de maio de 2025. EU, RENATA SCARDAZZI BRUNIERE, Técnico Judiciário, digitei este, que vai assinado digitalmente pelo(a) Magistrado(a).

João Henrique Coelho Ortolano
Juiz de Direito

8ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Autos nº. 0082007-59.2018.8.16.0014 Processo: 0082007-59.2018.8.16.0014 Classe Processual: Cumprimento de sentença Assunto Principal: Pagamento Valor da Causa: R$406.566,81 Exequente(s): Ana Paula Aparecida Lopes BENEDITA APARECIDA DE ASSIS EDSON LUCIANO LOPES Executado(s): DECIO BUENO DE CAMARGO EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): DECIO BUENO DE CAMARGO - (CNPF/MF SOB Nº 450.052.069-49). FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem (ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, por meio do qual já serão aceitos lances. O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 07 de maio de 2025, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 07 de maio de 2025, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação, artigo 891, parágrafo único, do NCPC) e nos termos do artigo 1339, parágrafo 2º do Código Civil "...É permitido ao condômino alienar parte acessória de sua unidade imobiliária a outro condômino, só podendo fazê-lo a terceiro se essa faculdade constar do ato constitutivo do condomínio, e se a ela não se opuser a respectiva assembleia geral e também pelo Artigo 1.331, parágrafo 1º do Código Civil "...§ 1º. As partes suscetíveis de utilização independente, tais como apartamentos, escritórios, salas, lojas e sobrelojas, com as respectivas frações ideais no solo e nas outras partes comuns, sujeitam-se a propriedade exclusiva, podendo ser alienadas e gravadas livremente por seus proprietários, exceto os abrigos para veículos, que não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, salvo autorização expressa na convenção de condomínio. Em caso de copropriedade, a verificação do preço vil se dará somente sobre a cota parte do devedor (50%), pois o coproprietário tem direito ao recebimento da integralidade da parte que lhe couber, conforme artigo 843, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances. PROCESSO: Autos sob o nº 0082007-59.2018.8.16.0014 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que são exequentes ANA PAULA APARECIDA LOPES; BENEDITA APARECIDA DE ASSIS E EDSON LUCIANO LOPES e executado DECIO BUENO DE CAMARGO - (CNPF/MF SOB Nº 450.052.069-49). BEM(NS): "BEM01: 01 (uma) Vaga de Garagem média, sob nº 19, localizada no 2º subsolo do Condomínio Edifício Arejo Santana, situado na Rua Doutor João Batista Soares Faria, nº 89, no 8º Subdistrito - Santana, conas demais metragens, divisas e confrontações constantes da matrícula imobiliária nº 127.076 do CRI - 3º Ofício de São Paulo - SP; BEM02: 01 (uma) Vaga de Garagem média, sob nº 99, localizada no 1º subsolo do Condomínio Edifício Arejo Santana, situado na Rua Doutor João Batista Soares Faria, nº 89, no 8º Subdistrito - Santana, conas demais metragens, divisas e confrontações constantes da matrícula imobiliária nº 127.082 do CRI - 3º Ofício de São Paulo - SP, avaliadas em R$ 138.666,66, cada, conforme Laudo de Avaliação do evento 405.1, datado de 20 de janeiro de 2023". ÔNUS: Av.7 - Penhora em favor dos credores referente aos presentes autos, conforme matrículas imobiliárias juntadas no evento 457. Eventuais outros constantes das matrículas imobiliárias, após a expedição do respectivo edital. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação. OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN). VALOR ATUALIZADO DAS AVALIAÇÕES: BEM01:

R$ 148.654,83 (cento e quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos); BEM02: R$ 148.654,83 (cento e quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos), conforme atualização da avaliação até a presente data. OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. OBSERVAÇÃO 2: Consoante o disposto no artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, : "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, ou seja, igual a inferior a 50% do valor da avaliação, da seguinte forma: Em qualquer dos casos, deverá haver o pagamento de 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses), em se tratando de bem imóvel e 12 (doze) meses, em se tratando de bem móvel. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética do INPC /IGP-DI, a partir da data da arrematação. Será lavrada hipoteca sobre o bem como garantia do pagamento das prestações, o que constará da carta de arrematação, para fins de averbação junto ao Registro de Imóveis, e, em se tratando de bem móvel, por caução idônea, ou seja: a)caução real, ou seja, oferta de bem imóvel livre e desembaraçado, cuja avaliação seja superior a avaliação do bem arrematado; (b)caução fidejussória (fiança) - devendo demonstrar que em face do fiador (e sua esposa e ou companheira) não pendem ações executivas ou anotações negativas e cadastros de inadimplentes, além de comprovar que o fiador e eventual cônjuge ou companheiro possui um patrimônio mínimo para fazer frente à dívida; (c)seguro bancário. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal. DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado, podendo ser encontrado Rua Doutor João Batista Soares de Faria, 89 apto 121 - Santana - SÃO PAULO/SP - CEP: 02.403-050, como fiel depositário, até ulterior deliberação por este juízo. Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital. LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L COMISSÃO DO LEILOEIRO: os honorários do leiloeiro deverão ser depositados no ato da arrematação - tal como o preço - e corresponderão a 5% (cinco por cento) sobre o valor do lanço, não se incluindo no valor deste e sob responsabilidade do arrematante. ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização. INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o executado, qual seja: DECIO BUENO DE CAMARGO - (CNPF/MF SOB Nº 450.052.069-49), através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrado para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). A executada poderá remi-lo até a assinatura do auto de arrematação, oferecendo preço igual ao do maior lance oferecido (art. 902, CPC) Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s) Sra. MARCIA APARECIDA DA SILVA BUENO DE CAMARGO. Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciário, coproprietário(s), e proprietários registrais e sócios da executada), Usufrutuária na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Londrina, aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Jorge V. Espolador ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi. KLÉIA BORTOLOTTI Juíza de Direito Substituta

10ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
10ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3029-3384 - E-mail: londrina10vc@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO DE MOVE MADEIRAS E TERRAPLANAGENS LTDA PRAZO DE VINTE DIAS.

Edital de citação da ré **MOVE MADEIRAS E TERRAPLANAGENS LTDA, portador(a) do CNPJ 02.812.289/0001-79**, atualmente em lugar ignorado, para que tomem ciência dos autos nº **0034933-33.2023.8.16.0014** de **Monitória** movida por **JOSÉ MARCUS RIUTO,** em face de **MOVE MADEIRAS E TERRAPLANAGENS LTDA,** e, bem assim, para que dentro do prazo de quinze dias, efetue o pagamento da importância reclamada na inicial, no valor de **R$ 2.306,22**. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 30 supra, pague o valor supra devidamente corrigido e acrescido de honorários advocatícios de 5%, que a tornará isenta das custas processuais ou, no mesmo prazo, apresente embargos, sob pena de constituir título executivo judicial, ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. **ADVERTÊNCIA**: Decorrido o prazo supra citado, sem a apresentação de embargos, ou se esse for rejeitado, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se a medida em ação de execução. Londrina, 08 de maio de 2025 às 14:49:23. Eu,Robson Fernando Regioli, Analista Judicial, que o digitei e subscrevi.
João Marcos Anacleto Rosa
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
10ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3029-3384 - E-mail: londrina10vc@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO DE ROSIMEIRE NEVES CUSTODIO COM PRAZO DE 20 DIAS.

Edital de citação do(a) executado(a) **ROSIMEIRE NEVES CUSTODIO, portador(a) do RG 91769727 SSP/PR e CPF 041.345.079-10** atualmente em lugar ignorado, para que no **PRAZO DE TRÊS DIAS**, promova ao pagamento da dívida apontada nos autos sob nº **0068460-73.2023.8.16.0014** de **Execução de Título Extrajudicial** movida por **COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DEXIS SICREDI DEXIS,** em face de **ROSIMEIRE NEVES CUSTODIO,** em trâmite perante este Juízo, que atinge a cifra de **R$ 128.867,95** em **18/10/2023 16:35:20,** mais acessórios e custas processuais, bem como da verba honorária, fixada em 10% sobre o valor do débito, que para o caso de pagamento integral do débito no prazo legal, será reduzida pela metade, ou oferecer embargos à execução no **PRAZO DE QUINZE DIAS**. Londrina, 08 de maio de 2025 às 14:54:45. Eu, Robson Fernando Regioli, Analista Judicial, que o digitei e subscrevi.
João Marcos Anacleto Rosa Juiz de Direito

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE DIAS

A DOUTORA **CAMILA TEREZA GUTZLAFF CARDOSO**, MM. JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos que este **EDITAL** virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em tramite regular por este Juízo, **os autos Processo Virtual 04171-63.2025.8.16.0014 de Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente**, e como consta nos referidos autos que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para realizar a **CITAÇÃO** de **ELI SANDRA DA SILVA** ,

para querendo, apresentar resposta, **no prazo de 10 (dez) dias,** através de advogado, apresentando desde logo as provas que pretende produzir, arrolando

testemunhas e juntando documentos, em conformidade com o artigo 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
E, para que chegue a seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente **EDITAL DE CITAÇÃO**, que será publicado uma vez no Diário Oficial da Justiça e afixado em lugar próprio deste Juízo.
ADVERTÊNCIA: Em caso de REVELIA será nomeado curador especial, nos termos do art. 257, IV do Código de Processo Civil- Lei 13105/2015.
CUMPRA-SE. Londrina, Estado do Paraná, aos Londrina, 07 de maio de 2025. Eu, **Maria Fernanda Zarpellon, Analista Judiciário** o digitei e subscrevi.
CAMILA TEREZA GUTZLAFF CARDOSO
JUIZA DE DIREITO

FORO REGIONAL DE MANDAGUARI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO ***MARIA HELENA ALVIM LEMES,*** nos autos de Processo Crime Nº 0002001-32.2022.8.16.0109, com o prazo de 15 (quinze) dias.
A Doutora **ANGELA KARINA CHIRNEV PEDOTTI AUDI**, MMª Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal da Comarca de Mandaguari, Estado do Paraná,
FAZ SABER a acusada ***MARIA HELENA ALVIM LEMES***, brasileira, portador do RG nº 13.118.752-1/PR, cadastrada sob o CPF n° 076.586.799-09, nascido em 25/05/1991, filha de MARIA MADALENA ALVIM LEMES e de VALDIR RIBEIRO LEMES, para que o mesmo proceda o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias.
E como o referido acusado encontra-se em lugar incerto e não sabido, expede-se este edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, intimando-o para o pagamento das custas.
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/ SERASA).
OBSERVAÇÃO: A(s) guia(s) a ser(em) paga(s) pode(m) ser encontrada(s) dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".
Para que chegue ao conhecimento de todos, determinou a MMª Juíza de Direito que o presente edital fosse publicado no Diário da Justiça e afixada cópia do mesmo no átrio deste Fórum, na forma da lei.
Mandaguari, Estado do Paraná, aos 08 de Maio de 2025, Eu, _____(YVES RITONDIM TOREGEANI), Técnico Judiciário, que digitei.
ANGELA KARINA CHIRNEV PEDOTTI AUDI
Juíza de Direito

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
VARA CRIMINAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ELIR PEDROSO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O Juiz de Direito Clairton Mário Spinassi, da Vara Criminal de Marechal Cândido Rondon, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 11793 - Produção Antecipada de Provas Criminal, sob nº 0000308-33.2024.8.16.0112, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) ré(s) ELIR PEDROSO ,** brasileiro(a), portador(a) do RG 88270975 SSP/PR e CPF 034.713.109-32, nascido(a) aos 12/02/1977, natural de ENEAS MARQUES/PR, filho(a) de Nome da Mãe: MARIA DE LURDES GARCIA DE LIMA PEDROSO Nome do Pai: ANGELINO BATISTA PEDROSO, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **NOTIFICAÇÃO** para tomar ciência está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite na Vara Criminal de Marechal Cândido Rondon, devendo ele acompanhar todos os atos processuais em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 217-A do Código Penal , e sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, constitua defensor, com a advertência de que o decurso do prazo sem manifestação ensejará a nomeação de defensor por este Juízo, com os seus consectários legais ficando ciente, desde logo, que, não constituindo patrono, lhe será nomeado um para representá-lo . Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos art. 365 do Código de Processo Penal, que será publicado. Eu, Marcia Yabe Nabeshima, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Marechal Cândido Rondon, 07 de maio de 2025.
Clairton Mario Spinassi
Juiz de Direito

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Adicionar um(a) Conteúdo
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCOS AURELIO VITOR
PRAZO DE 30 dias corridos
Processo **0027633-74.2024.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0027633-74.2024.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCOS AURELIO VITOR, e vítima RAFAEL FORTUNATO DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARCOS AURELIO VITOR, portador(a) do RG 76505853 SSP/PR e CPF 966.804.076-72, nascido(a) em 07/01/1977, natural de CASCAVEL, filho(a) de APARECIDA BERNARDETE REGINATO VITOR e JOEL JOSE VITOR,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, §4º, inciso III oferecida em 10/02/2025 e recebida em 18/02/2025, ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 08 de maio de 2025.**
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de citação
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou
dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto
Posse de Drogas para Consumo Pessoal, sob nº 0007801-86.2023.8.16.0018, em que é(são) autor(es) réu(s) WESLEY
GOMES DOS SANTOS, e vítima ESTADO DO PARANA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
, portador(a) do RG 88893751 SSP/PR e CPF 075.141.139-67, nascido(a) em 23WESLEY GOMES DOS SANTOSPromovido
/01/1989, natural de QUERÊNCIA DO NORTE, filho(a) de ELIA GOMES DA SILVA SANTOS e GENARO GONÇALO DOS
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência de que houveSANTOS, CITAÇÃO oferecimento de
em seu desfavor, ART 28 - DROGAS PARA O CONSUMO PESSOAL, Advertência sobre os efeitos das drogasdenúncia

oferecida em 03/09/2024 e recebida em 06/12/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim procedendo
incorreu o denunciado WESLEY GOMES DOS SANTOS nas sanções administrativas do artigo 28 da Lei 11.343/06 c/c Portaria n.º 344/98
do SVS/MS e suas atualizações, razão pela qual é oferecida a presente denúncia e requer seja instaurada a devida ação penal, citando-se
o denunciado dos termos da acusação, para interrogatório e, enfim, para se ver processar até final julgamento e condenação, nos termos
dos artigos 66 e 68 da Lei 9.099/95, cientificando-a da data da audiência de instrução e julgamento, devendo a ela trazer suas
testemunhas ou apresentar requerimento para intimação, no mínimo cinco dias antes de sua realização, intimando-se a testemunha
abaixo arrolada para vir depor em Juízo, em dia e hora a serem designados, sob as cominações legais (CPP., artigos 218 e 219),
seguindo-se o rito previsto no artigo 77 e seguintes da Lei 9.099/95, de tudo cientificando-se o Ministério Público que protesta pela
produção de todo gênero de prova em Direito admitido. "; e à sua para, no , oferecer respostaINTIMAÇÃO prazo de 10 (dez) dias
escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do
Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e
ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, AMANDA GABRIELE DE SOUZA, Estagiário, conferi e digitei.
Maringá, 29 de janeiro de 2025.
Mônica Fleith
Juíza de Direito

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ALDAIR OVELAR
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
Processo **0022535-89.2016.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0022535-89.2016.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALDAIR OVELAR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido ALDAIR OVELAR, portador(a) do RG 148449880 SSP/PR e CPF 043.505.641-79, nascido(a) em 22/05/1991, natural de CORONEL SAPUCAIA, filho(a) de FELIPA OVELAR**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Maringá, 08 de maio de 2025.
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Adicionar um(a) Conteúdo
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): GESIANE GILES DE SOUZA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Falsificação do selo ou sinal público , sob nº 0023686-46.2023.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GESIANE GILES DE SOUZA, e vítima ALBERTO FROENING NETO e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido GESIANE GILES DE SOUZA, portador(a) do RG 129988843 SSP/PR e CPF 091.097.799-22, nascido(a) em 22/06/1989, natural de ENGENHEIRO BELTRAO, filho(a) de MARIA APARECIDA DE SOUZA e GERSON GILES DE SOUZA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da decisão proferida em 07/11/2024, onde o Juízo Rejeitou a denúncia ofertada e o absolveu sumariamente. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 08 de maio de 2025.**
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Adicionar um(a) Conteúdo
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANTONIO MARCOS DA SILVA, e RODRIGO ELEUTERIO DA LUZ
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
Processo **0014132-92.2020.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0014132-92.2020.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANTONIO MARCOS DA SILVA, RODRIGO ELEUTERIO DA LUZ, e vítima DIEGO PAVAN, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) ANTONIO MARCOS DA SILVA, portador(a) do RG 154070052 SSP/PR e CPF 017.221.336-35, nascido(a) em 25/06/1990, natural de SAO PAULO/SP, filho(a) de IVALNEIDE NUNES PINHEIRO e ANTONIO PEDRO DA SILVA FILHO; RODRIGO ELEUTERIO DA LUZ, portador(a) do RG 82616608 SSP/PR e CPF 011.443.419-06, nascido(a) em 08/01/1981, natural de FRANCISCO BELTRAO/PR, filho(a) de NAIR NEVES DA SILVA e JOAQUIM ELEUTERIO DA LUZ**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Maringá, 08 de maio de 2025.
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Adicionar um(a) Conteúdo**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**
DESTINATÁRIO(A)(S): EVERTON RODRIGUES DE SOUZA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
Processo **0028282-49.2018.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0028282-49.2018.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MILTON BERDUSCO, EVERTON RODRIGUES DE SOUZA, e vítima GUSTAVO MENEZES ALVES,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido EVERTON RODRIGUES DE SOUZA, portador(a) do RG 96894848 SSP/PR e CPF 052.368.469-00, nascido(a) em 27/02/1986, natural de MARINGA, filho(a) de ROSINEIDE PEREIRA DE SOUZA e EDSON RODRIGUES DE SOUZA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos termos do art. 386, VII do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 08 de maio de 2025.**
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Adicionar um(a) Conteúdo
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): SERGIO HENRIQUE CANDIDO
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
Processo **0022355-97.2021.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0022355-97.2021.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) SERGIO HENRIQUE CANDIDO, e vítima José Antonio Bertelli, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **SERGIO HENRIQUE CANDIDO, portador(a) do RG 77945016 SSP/PR e CPF 043.450.899-30, nascido(a) em 22/12/1982, natural de MARINGA/PR, filho(a) de DORALICE CANDIDO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 anos, Art. 155, §4º, I, do CP na data de 03/10/2024, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 08 de maio de 2025.**
Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANDRE DOS SANTOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Jaime Souza Pinto Sampaio, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, sob nº 0018807-59.2024.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDRE DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANDRE DOS SANTOS, portador(a) do RG 124934443 SSP/PR e CPF 081.557.189-56, nascido(a) em 16/12/1990, natural de MARINGA/PR, filho(a) de ROSELI APARECIDA DOS SANTOS e APARECIDO SIBURTINO DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Maringá, 08 de maio de 2025.
Luciana L koyama - Técnica Judiciária
Autorizada pela Portaria 02/2020
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Maiara Greter
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Jaime Souza Pinto Sampaio, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0003558-49.2015.8.16.0190, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Maiara Greter, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Maiara Greter, portador(a) do RG 133422161 SSP/PR e CPF 098.795.999-93, nascido(a) em 08/06/1993, natural de DIAMANTE DO NORTE/PR, filho(a) de CRISTIANE GRETER**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria

a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Maringá, 08 de maio de 2025.
Luciana L Koyama - Técnica Judiciária
Autorizada pela Portaria 02/2020
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Réu(S): **LEANDRO DA SILVA FERNANDES**
Execução de Pena nº **4000987-90.2022.8.16.0190**
Prazo: ***20 dias***
O DOUTOR FÁBIO BERGAMIN CAPELA, MM. JUIZ DE DIREITO DA secretaria DE EXECUÇÃO pena, MEDIDAS ALTERNATIVAS e corregedoria dos presídios DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 20 (vinte) dias, que não tendo sido possível **intimar** pessoalmente a pessoa de **LEANDRO DA SILVA FERNANDES,** brasileiro(a), filho(a) de MARACI DA SILVA *(Nome Mãe)* e NELSON FERNANDES *(Nome Pai)*, atualmente em local incerto, pelo presente ***INTIMA-O(A)***, para no prazo de 10 (dez) dias retomar o cumprimento de sua pena, devendo comparecer no balcão desta VEPMA (localizada no 3º andar do Fórum Estadual de Maringá, na Av. Tiradentes, 380 - Centro, Maringá - PR) ou entre em contato via telefone com a Secretaria desta VEPMA (através dos celulares 44 98813-1919 e 44 99982-2383 no período das 12:00 às 18:00) para informar precisamente seu endereço (rua, bairro, cidade) e telefone para contato, no prazo estabelecido em edital. Conste da intimação advertência que seu não comparecimento poderá ensejar a conversão definitiva das penas restritivas de direitos em pena privativa de liberdade.
ATENÇÃO: O contato com esta secretaria pode ser realizado através do fone (44) 3472-2398 (inclusive por Whatsapp) e/ou do Balcão Virtual através do link https://balcaovirtual.tjpr.jus.br/meeting/MAR-18VJ-E. Horário de atendimento das 12h às 18h.DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 08 de maio de 2025 às 14:35:09. Eu Paulo Sergio Alves de Sa, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.
FÁBIO BERGAMIN CAPELA
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Réu(S): **WESLEY SANO**
Execução de Pena nº **4000119-78.2023.8.16.0190**
Prazo: ***20 dias***
O DOUTOR FÁBIO BERGAMIN CAPELA, MM. JUIZ DE DIREITO DA secretaria DE EXECUÇÃO pena, MEDIDAS ALTERNATIVAS e corregedoria dos presídios DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 20 (vinte) dias, para iniciar o cumprimento de sua pena, devendo comparecer no balcão desta VEPMA (localizada no 3º andar do Fórum Estadual de Maringá, na Av. Tiradentes, 380 - Centro, Maringá - PR) ou entre em contato via telefone com a Secretaria desta VEPMA (44) 3472-2398 e WhatsApp (44) 3472-2398, para informar precisamente seu endereço (rua, bairro, cidade) e telefone para contato, no prazo estabelecido em edital. Conste da intimação advertência que seu não comparecimento poderá ensejar na regressão de regime, com expedição de mandado de prisão.
ATENÇÃO: O contato com esta secretaria pode ser realizado através do fone (44) 3472-2398 (inclusive por Whatsapp) e/ou do Balcão Virtual através do link https://balcaovirtual.tjpr.jus.br/meeting/MAR-18VJ-E. Horário de atendimento das 12h às 18h.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 08 de maio de 2025 às 14:03:48. Eu Paulo Sergio Alves de Sa, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.
FÁBIO BERGAMIN CAPELA
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Réu(S): **RODRIGO DOS SANTOS REGINATO**
Execução de Pena nº **4000170-60.2021.8.16.0190**
Prazo: ***20 dias***
O DOUTOR FÁBIO BERGAMIN CAPELA, MM. JUIZ DE DIREITO DA secretaria DE EXECUÇÃO pena, MEDIDAS ALTERNATIVAS e corregedoria dos presídios DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.**FAZ SABER,** a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 20 (vinte) dias, que não tendo sido possível **intimar** pessoalmente a pessoa de **RODRIGO DOS SANTOS REGINATO,** brasileiro(a), filho(a) de MARCIA ELIANE DOS SANTOS *(Nome Mãe)* e VALDIR JOSE REGINATO *(Nome Pai)*, atualmente em local incerto, pelo presente ***INTIMA-O(A)*** para, acerca das condições do cumprimento de sua pena em ev. 25.1, devendo comparecer no balcão desta VEPMA (localizada no 3º andar do Fórum Estadual de Maringá, na Av. Tiradentes, 380 - Centro, Maringá - PR) ou entre em contato via telefone com a Secretaria desta VEPMA (através dos celulares 44 98813-1919 e 44 99982-2383 no período das 12:00 às 18:00) para informar precisamente seu endereço (rua, bairro, cidade), telefone para contato e justificar sua desídia, no prazo estabelecido em edital. Conste da intimação advertência que seu não comparecimento poderá ensejar a conversão definitiva das penas restritivas de direitos em pena privativa de liberdade.
ATENÇÃO: O contato com esta secretaria pode ser realizado através do fone (44) 3472-2398 (inclusive por Whatsapp) e/ou do Balcão Virtual através do link https://balcaovirtual.tjpr.jus.br/meeting/MAR-18VJ-E. Horário de atendimento das 12h às 18h.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 08 de maio de 2025 às 14:47:57. Eu Paulo Sergio Alves de Sa, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.
FÁBIO BERGAMIN CAPELA
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Réu(S): **LUCIANO APARECIDO DOMINGUES**
Execução de Pena nº **4000630-76.2023.8.16.0190** *Prazo:* ***20 dias***
O DOUTOR FÁBIO BERGAMIN CAPELA, MM. JUIZ DE DIREITO DA secretaria DE EXECUÇÃO pena, MEDIDAS ALTERNATIVAS e corregedoria dos presídios DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 20 (vinte) dias, que não tendo sido possível **intimar** pessoalmente a pessoa de **LUCIANO APARECIDO DOMINGUES,** brasileiro(a), filho(a) de IZAURA EREDIA DOMINGUES *(Nome Mãe)* e JOSÉ APARECIDO DOMINGUES *(Nome Pai)*, atualmente em local incerto, pelo presente ***INTIMA-O(A)*** para, no prazo de 20 (vinte) dias, para retomar o cumprimento de sua pena, devendo comparecer no balcão desta VEPMA (localizada no 3º andar do Fórum Estadual de Maringá, na Av. Tiradentes, 380 - Centro, Maringá - PR) ou entre em contato via telefone com a Secretaria desta VEPMA (através dos celulares 44 98813-1919 e 44 99982-2383 no período das 12:00 às 18:00) para informar precisamente seu endereço (rua, bairro, cidade) e telefone para contato, no prazo estabelecido em edital. Conste da intimação advertência que seu não comparecimento poderá ensejar a conversão definitiva das penas restritivas de direitos em pena privativa de liberdade.
ATENÇÃO: O contato com esta secretaria pode ser realizado através do fone (44) 3472-2398 (inclusive por Whatsapp) e/ou do Balcão Virtual através do link https://balcaovirtual.tjpr.jus.br/meeting/MAR-18VJ-E. Horário de atendimento das 12h às 18h.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 08 de maio de 2025 às 14:17:59. Eu Paulo Sergio Alves de Sa, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.
FÁBIO BERGAMIN CAPELA
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Réu(S): **JOSE LUIZ DA SILVA DOMINGUES**
Execução de Pena nº **4000048-42.2024.8.16.0190**
Prazo: ***20 dias***
O DOUTOR FÁBIO BERGAMIN CAPELA, MM. JUIZ DE DIREITO DA secretaria DE EXECUÇÃO pena, MEDIDAS ALTERNATIVAS e corregedoria dos presídios DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 20 (vinte) dias, que não tendo sido possível **intimar** pessoalmente a pessoa de **JOSE LUIZ DA SILVA DOMINGUES,** brasileiro(a), filho(a) de ELEUSA PEREIRA DA SILVA *(Nome Mãe)* e CLAUDECIR DOMINGUES *(Nome Pai)* , atualmente em local incerto, pelo presente ***INTIMA-O(A)*** para, no prazo de 10 (dez) dias, iniciar o cumprimento de sua pena, devendo comparecer no balcão desta VEPMA (localizada no 3º andar do Fórum Estadual de Maringá, na Av. Tiradentes, 380 - Centro, Maringá - PR) ou entre em contato via telefone com a Secretaria desta VEPMA (44) 3472-2424 e WhatsApp (44) 3472-2398, para informar precisamente seu endereço (rua, bairro, cidade) e telefone para contato, no prazo estabelecido em

edital. Conste da intimação advertência que seu não comparecimento poderá ensejar na regressão de regime, com expedição de mandado de prisão.
ATENÇÃO: O contato com esta secretaria pode ser realizado através do fone (44) 3472-2398 (inclusive por Whatsapp) e/ou do Balcão Virtual através do link https://balcaovirtual.tjpr.jus.br/meeting/MAR-18VJ-E. Horário de atendimento das 12h às 18h.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 08 de maio de 2025 às 14:42:41. Eu Paulo Sergio Alves de Sa, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.
FÁBIO BERGAMIN CAPELA
JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Réu(S): **THIAGO RIBEIRO PINTO**
Execução de Pena nº **6000031-23.2020.8.12.0028**
Prazo: ***20 dias***
O DOUTOR FÁBIO BERGAMIN CAPELA, MM. JUIZ DE DIREITO DA secretaria DE EXECUÇÃO pena, MEDIDAS ALTERNATIVAS e corregedoria dos presídios DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.
FAZ SABER,a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 20 (vinte) dias, intime o apenado acerca das condições do cumprimento de sua pena em ev. 25.1, devendo comparecer no balcão desta VEPMA (localizada no 3º andar do Fórum Estadual de Maringá, na Av. Tiradentes, 380 - Centro, Maringá - PR) ou entre em contato via telefone com a Secretaria desta VEPMA (através dos celulares 44 98813-1919 e 44 99982-2383 no período das 12:00 às 18:00) para informar precisamente seu endereço (rua, bairro, cidade), telefone para contato e justificar sua desídia, no prazo estabelecido em edital. Conste da intimação advertência que seu não comparecimento poderá ensejar a conversão definitiva das penas restritivas de direitos em pena privativa de liberdade.
ATENÇÃO: O contato com esta secretaria pode ser realizado através do fone (44) 3472-2398 (inclusive por Whatsapp) e/ou do Balcão Virtual através do link https://balcaovirtual.tjpr.jus.br/meeting/MAR-18VJ-E. Horário de atendimento das 12h às 18h.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 08 de maio de 2025 às 14:27:53. Eu Paulo Sergio Alves de Sa, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.
FÁBIO BERGAMIN CAPELA
JUIZ DE DIREITO

MORRETES

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE MORRETES VARA CÍVEL DE MORRETES - PROJUDI Rua Visconde do Rio Branco, 197 - Fórum da Comarca - Centro - Morretes/PR - CEP: 83.350-000 - Celular: (41) 99657- 1396 - E-mail: morretesvaracivel@gmail.com EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Andriolli Pereira, da Vara Cível de Morretes, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0001561- 72.2023.8.16.0118, em que é(são) autor(es) MARCO ANTONIO FONSECA, BEATRIZ MAESTRI, e réu(s) AROLDO PAULA DA SILVA, ESPÓLIO DE ISMAEL NUNES, KAIRUZAN MARIA DAS NEVES LARSON CARSTENS GOMES, CAROLINA SANTOS DA SILVA, ANA MARIA GROSSL, BEATRIZ MAESTRI, José Francisco Malicelli Klass, ROSELI RODRIGUES DO ROSÁRIO, e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis , ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: Imóvel rural situado na localidade de Rio Sagrado, com área de 112.103,33m², Lote rural de forma irregular situado em um lugar denominado de Rio Sagrado cuja descrição inicia se no vértice denominado '0=PP' , georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 719.617,09 m e N= 7.168.369,71 m ; Deste segue confrontando com Silvano Ferreira de Lima com o azimute de 179°23'43" e a distância de 114,11 m até o vértice '01' (E=719.618,29 m e N=7.168.255,61 m); Deste segue confrontando com Silvano Ferreira de Lima e Gilmar dos Santos com o azimute de 164°40'28" e a distância de 108,86 m até o vértice '02' (E=719.647,06 m e N=7.168.150,62 m); Deste segue confrontando com o Lote 46 e o Lote 48 com o azimute de 269°22'44" e a distância de 14,00 m até o vértice '03' (E=719.633,06 m e N=7.168.150,47 m); Deste segue confrontando com o Lote 48 com o azimute de 255°17'44" e a distância de 69,60 m até o vértice '04' (E=719.565,74 m e N=7.168.132,80 m); Deste segue confrontando com o Lote 48, o Lote 52 e o Lote 54 com o azimute de 264°04'44" e a distância de 95,40 m até o vértice '05' (E=719.470,85 m e N=7.168.122,96 m); Deste segue confrontando com o Lote 54, o Lote 56 e o Lote 58 com o azimute de 240°21'44" e a distância de 80,40 m até o vértice '06' (E=719.400,97 m e N=7.168.083,20 m); Deste segue confrontando com o Lote 58 com o azimute de 239°34'44" e a distância de 0,20 m até o vértice '07' (E=719.400,80 m e N=7.168.083,10 m); Deste segue confrontando com o azimute de 311°31'44" e a distância de 476,60 m até o vértice '08' (E=719.044,00 m e N=7.168.399,09 m); Deste segue confrontando com Aroldo Paula da Silva Filho com o azimute de 97°46'44" e a distância de 13,20 m até o vértice '09' (E=719.057,08 m e N=7.168.397,30 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 84°29'44" e a distância de 49,00 m até o vértice '10' (E=719.105,86 m e N=7.168.402,00 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 102°52'44" e a distância de 68,00 m até o vértice '11' (E=719.172,15 m e N=7.168.386,84 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 89°02'44" e a distância de 26,40 m até o vértice '12' (E=719.198,54 m e N=7.168.387,28 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 67°02'44" e a distância de 32,80 m até o vértice '13' (E=719.228,74 m e N=7.168.400,07 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 50°52'44" e a distância de 62,00 m até o vértice '14' (E=719.276,84 m e N=7.168.439,19 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 114°42'44" e a distância de 74,00 m até o vértice '15' (E=719.344,07 m e N=7.168.408,26 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 117°46'44" e a distância de 20,90 m até o vértice '16' (E=719.362,56 m e N=7.168.398,52 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 100°48'44" e a distância de 52,20 m até o vértice '17' (E=719.413,83 m e N=7.168.388,72 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 84°27'44" e a distância de 45,60 m até o vértice '18' (E=719.459,22 m e N=7.168.393,13 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 147°23'44" e a distância de 56,00 m até o vértice '19' (E=719.489,39 m e N=7.168.345,95 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 88°46'44" e a distância de 87,60 m até o vértice '20' (E=719.576,97 m e N=7.168.347,82 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 66°24'44" e a distância de 14,40 m até o vértice '21' (E=719.590,17 m e N=7.168.353,58 m); Deste segue pela margem direita confrontando com Rio Cupim com o azimute de 59°04'14" e a distância de 31,38 m até o vértice '0=PP' (E=719.617,09 m e N=7.168.369,71 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 112.103,33m²", nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Marcia Maria de Oliveira Gonçalves, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Morretes, 06 de maio de 2025. assinado digitalmente Fernando Andriolli Pereira Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Brum Lopes, da Vara Cível de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0004024-81.2023.8.16.0119, em que é(são) autor(es) MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO SILVA NUNES, e réu(s) TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA, portador(a) do RG 96421214 SSP/PR e CPF 052.744.389-11**, por sentença publicada em 05/03/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e

1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO SILVA NUNES, portadora do RG n. 73195721 SSP/PR e do CPF n. 023.966.909- 65, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Assim, ante exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim, confirmar a liminar concedida na inicial, e submeter a requerida TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA, a curatela definitiva a ser exercida por sua filha, Sra. MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO SILVA NUNES, ambos qualificadas na inicial.".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Ana Paula Fumagalli, Técnica Judiciária, conferi e digitei.**Nova Esperança, datado pelo sistema.**

Rodrigo Brum Lopes

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

ORTIGUEIRA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): GLAUCIMARA RODRIGUES TOME

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Juiz Substituto Dr. Leonardo Felipe Marques Tiradente, da Vara Criminal de Ortigueira,

FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Quadrilha ou Bando, sob nº 0001382-05.2018.8.16.0122, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GEORGINA TOMÉ DA SILVA, FRANÇOISE KERNESKI VIEIRA, ELTON VIDAL RIBEIRO, GLAUCIMARA RODRIGUES TOME, e vítima MARCIA TEREZINHA ARCATEN DAMASCENO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido GLAUCIMARA RODRIGUES TOME, portador(a) do RG 139041895 SSP/PR e CPF 013.292.469-26, nascido(a) em 14/12/1993, natural de LONDRINA/PR, filho(a) de DENISE RODRIGUES DE SOUZA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para: 1) **PAGAR as custas processuais (valor R$ 493,16) e a multa (valor R$ 639,89) a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa, e 2) **PARA QUE,** no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar interesse na restituição do bem/objeto no processo. Bem/objeto apreendido: Aproximadamente 193 (cento e noventa e três) peças de roupas diversas entre masculinos e femininos, adulto e criança e calçados diversos entre masculinos e femininos e adulto e criança, ficando cientificada de que a falta de interesse importará na DOAÇÃO ou DESTRUIÇÃO do bem/objeto apreendido. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Maria Julia de Oliveira Loyola, Analista Judiciária, conferi e digitei.

Ortigueira, 07 de maio de 2025.

Leonardo Felipe Marques Tiradentes

Juiz Substituto

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE PAIÇANDU DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 30 DIAS

O MM. Juiz de Direito da Vara Cível de Paiçandu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº **0000567-88.2025.8.16.0210**, em que é(são) autor(es) **IVANI VIEIRA DOS SANTOS, ,** e réu(s) **ODILIA FIGUEIRA DOS SANTOS, Hyzo Gondeberto dos Santos,** e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: DATA DE TERRAS nº 11 (onze), QUADRA nº 30 (trinta), com a área de 427,00 metros quadrados, situada na VILA BOA ESPERANÇA, nesta cidade de Floresta, Comarca de Maringá, neste Estado, matricula 96.471 - Rua Marechal Deodoro, n.º 50, Vila Boa Esperança, Floresta nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: " 2. Cite(m)-se por edital o(s) réu(s) incerto(s), ausente(s), desconhecido(s), os eventuais interessados, com prazo de 30 (trinta) dias (art. 257, III, do CPC), para, querendo, apresentarem defesa. ".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Paiçandu, 08 de maio de 2025.

Christian Reny Gonçalves

Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PALMAS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

PROCESSO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS
Edital nº 001/2025

A **Dra.TATIANE BUENO GOMES**, Juíza da Vara Criminal e Anexos da Comarca de Palmas/PR, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 44 e seguintes da Instrução Normativa Conjunta nº 2/2014 - CGJ-PR e MP-PR, torna pública a abertura de habilitações para o Processo de Disponibilização de Recursos para entidades públicas ou privadas com finalidade social, bem como para o Conselho da Comunidade desta Comarca, decorrentes de penas ou medidas alternativas de prestação pecuniária, atendidas as condições e termos seguintes:

1. DA IMPORTÂNCIA A SER LIBERADA

1.1. É oferecido o montante de R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais).

1.2. A importância oferecida pode ser:

I - repartida entre os habilitados que tiverem seus projetos aceitos pelo Juízo;

II - liberada em parcela única ou em cotas, a critério do Juízo e de acordo com os projetos apresentados.

1.3. Não havendo entidades habilitadas ou, caso os projetos aceitos pelo Juízo não consumam integralmente a importância acima referida, o saldo remanescente permanecerá depositado na conta judicial única vinculada ao Juízo.

2. DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO**2.1.** Podem se habilitar a receber a quantia mencionada:

I - as entidades públicas ou privadas com finalidade social, que constarem do "cadastro de entidades" desta Comarca;

II - o Conselho da Comunidade desta Comarca, desde que devidamente constituído e em situação regular.

3. DO PRAZO PARA HABILITAÇÃO**3.1.** As entidades interessadas em receber a importância deverão apresentar pedido de habilitação no período de **12.05.2025 a 30.05.2025.**

4. DO PEDIDO DE HABILITAÇÃO

4.1. O pedido de habilitação deverá ser protocolado diretamente no Cartório da Vara Criminal desta Comarca, no período mencionado no item 3.1, durante o horário de expediente forense (das 12h00min às 18h00min).

4.2. O pedido de habilitação deve obedecer os requisitos do artigo 47 da Instrução Normativa Conjunta nº 2/2014 - CGJ-PR e MP-PR, contendo as seguintes informações:

I - a identificação e qualificação completa dos dirigentes atuais da entidade ou do Conselho da Comunidade, especificando seu representante legal e eventual mandato;

II - o número de prestadores de serviço que a entidade ou o Conselho da Comunidade eventualmente tiver recebido nos 06 (seis) meses anteriores à expedição do edital;

4.3. O pedido de habilitação deve estar acompanhado:

I - dos seguintes documentos da entidade ou do Conselho da Comunidade:

a) comprovante do registro de seu ato constitutivo atualizado, no qual sejam identificadas sua finalidade social, a colaboração com a área de execução penal entre suas atividades, bem como sua finalidade não lucrativa;

b) comprovante de inscrição e situação cadastral regular no CNPJ;

c) comprovante dos poderes de representação daqueles que firmarão o Termo de Responsabilidade;

II - das certidões:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Previdenciários;

b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

c) Certidão de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;

e) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, referente aos Municípios em que atua a entidade ou o Conselho da Comunidade.

III - declaração firmada pelo representante legal da entidade ou do Conselho da Comunidade, de ciência da necessidade da existência de conta bancária exclusiva para o recebimento dos valores eventualmente liberados;

IV - o(s) respectivo(s) projeto(s), do(s) qual(is) deverá(ão) constar:

I - o valor total, que não pode ultrapassar o previsto;

II - a destinação da verba;

III - justificativa para implementação do projeto apresentado;

IV - prazo inicial e final da execução do projeto;

V - o cronograma de execução do projeto;

VI - a descrição dos recursos materiais e humanos eventualmente necessários à execução do projeto;

VII - os valores necessários para consecução das etapas do projeto;

VIII - a fim de atender os princípios da moralidade, da impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia, os preços válidos cotados por no mínimo 03 (três) fornecedores, apresentados em orçamentos com a indicação do valor unitário dos serviços ou produtos, sendo que, nos casos de ofertas de encartes, tabloides, anúncios de internet, ou outras formas de anúncio, estes deverão estar impressos e corresponderão a uma proposta válida para o item pesquisado.

4.3.1. Caso o(s) projeto(s) compreenda(m) a construção, reforma ou ampliação de obra, deverá ser comprovada, ainda, a prévia aferição de sua viabilidade, mediante os seguintes documentos:

I - o projeto básico e a respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART), instituída pela Lei Federal nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977;

II - orçamento detalhado;

III - certidão atualizada do registro imobiliário, comprovando a titularidade do imóvel;

IV - comprovação pela entidade de que ela dispõe de recursos para complementar a execução da obra, na hipótese do valor total constante do projeto ser insuficiente para custeá-la;

V - se a obra for realizada em imóveis pertencentes à Administração Pública, a autorização do respectivo ente.

4.4. Permite-se que o pedido de habilitação verse sobre complementação financeira para a execução de projeto realizado com recursos próprios e/ou de terceiros, desde que seja possível a aplicação imediata do valor a ser liberado.

4.5. São vedados pedidos de habilitação condicionais e pedidos que visem captação de recursos para utilização futura.

5. DA SELEÇÃO DO(S) PROJETO(S)**5.1.** O(s) projeto(s) apresentado(s) será(ão) submetido(s) à avaliação:

I - da equipe técnica da Secretaria/Escrivania, onde houver;

II - do Ministério Público;

III - do Juiz, que deliberará sobre a(s) entidade(s) e/ou Conselho da Comunidade para a(s) qual(is) será(ão) liberado(s) o(s) recurso(s).

5.2. A seleção do(s) projeto(s), que adotará o juízo de relevância social quanto ao(s) serviço(s) a ser(em) prestado(s), bem como considerará a expectativa de resultados com a implementação do(s) projeto(s) e seu(s) impacto(s) social(is), segundo critérios de utilidade e necessidade, levará em consideração, ainda, aquele(s) que apresentam maior relevância:

I - na área de execução penal, em especial na execução das penas restritivas ou medidas alternativas;

II - na assistência às vítimas de infrações penais;

III - na prevenção à criminalidade, em especial ao enfrentamento às drogas, à violência doméstica e familiar, à violência de trânsito, bem como de projetos educacionais voltados para a prevenção de infrações ambientais.

5.3. Como critério de desempate, terá preferência da destinação de valores:

I - o Conselho da Comunidade, quando concorrer no processo;

III - a entidade que tiver recebido maior número de prestadores de serviço nos 06 (seis) meses anteriores à expedição do edital.

5.4. A decisão que deliberar sobre a(s) entidade(s) e/ou Conselho da Comunidade para a(s) qual(is) será(ão) liberado(s) o(s) recurso(s), também indicará o(s) valor(es) liberado(s) para cada contemplado.

5.4.1. Da decisão referida no item 5.4 não cabe recurso.

5.4.2. Da decisão referida no item 5.4, serão comunicadas as entidades e/ou Conselho da Comunidade habilitados e concorrentes por e-mail.

6. DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**6.1.** Antes do repasse de valores, cada contemplado deverá assinar, perante o Juízo, Termo de Responsabilidade, nos termos do artigo 54 da Instrução Normativa Conjunta nº 2/2014 - CGJ-PR e MP-PR, no qual constarão:

I - as obrigações:

a) de utilização e gestão do(s) valor(es) liberado(s), de acordo com o(s) projeto(s) aprovado(s);

b) de apresentação da respectiva prestação de contas;

c) de colaborar com o Juízo da Execução Penal;

d) de devolução do saldo residual não aplicado no projeto aprovado.

e) de garantir o livre acesso às suas instalações para fiscalização, a qualquer tempo, bem como de exibir, quando solicitado, qualquer documento relacionado com o procedimento de liberação de valor;

f) de atender as recomendações, exigências e determinações do Juízo responsável pela liberação do valor;

g) de utilizar os valores liberados para execução do projeto, preferencialmente através de cheque, transferência bancárias, TED ou DOC, não recomendado o pagamento em espécie a fornecedores;

h) de organizar e manter a documentação conforme artigo 66 da Instrução Normativa Conjunta nº 2/2014 - CGJ-PR e MP-PR;

II - os dados bancários (banco, agência, conta, espécie de conta, operação) da conta destinada exclusivamente ao recebimento de valores de prestação pecuniária, de titularidade da entidade ou do Conselho da Comunidade, em que será(ão) depositado(s) o(s) valor(es) eventualmente liberado(s).

6.1.1. O Conselho da Comunidade deverá indicar os dados da conta bancária destinada exclusivamente ao recebimento de valores para o custeio de despesas projetos.

6.2. Após a subscrição do Termo de Compromisso, o(s) valor(es) liberado(s) será(ão) transferidos pela Escrivania/Secretaria à(s) conta(s) bancária(s) informada(s) pela(s) entidade(s) e/ou pelo Conselho da Comunidade.

7. DA EXECUÇÃO DO(S) PROJETO(S)**7.1.** A entidade e/ou o Conselho da Comunidade contemplado(a) devem cumprir o cronograma previsto e a forma de acompanhamento da execução do projeto estabelecida pelo Juiz.

7.2. O prazo para conclusão do projeto poderá ser prorrogado, desde que, em até 05 (cinco) dias do término inicialmente estabelecido, a entidade ou o Conselho da Comunidade contemplado apresente requerimento justificado ao Juiz.

7.3. O não cumprimento injustificado do cronograma previsto poderá ensejar a interrupção da execução do projeto, com a devolução dos valores repassados e a suspensão dos demais repasses.

7.3.1. O não cumprimento injustificado do cronograma previsto poderá ocasionar:

I - a suspensão do Conselho da Comunidade;

II - a exclusão da entidade do cadastro.

8. DA(S) PRESTAÇÃO(ÕES) DE CONTAS**8.1.** A entidade e/ou o Conselho da Comunidade contemplado(a) devem prestar contas em até 30 (trinta) dias após o prazo final de execução do projeto.

8.2. A prestação de contas deve ser apresentada ao Cartório acompanhada:

I - dos comprovantes das despesas (notas fiscais, recibos de pagamento a autônomo, folhas de pagamento, Guia da Previdência Social ± GPS, Guia de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social, Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social ± SEFIP, holerites);

II - de extrato bancário da conta para a qual foi(ram) transferido(s) o(s) valor(es) liberado(s), compreendendo o período entre o pedido de habilitação e a apresentação da prestação de contas.
III - dos comprovantes de devolução de saldos, caso não utilizado todo o recurso repassado;
IV - das certidões abaixo, se expirados os respectivos prazos de validade desde sua apresentação junto do pedido de habilitação:
a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Previdenciários;
b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
c) Certidão de Regularidade do FGTS;
d) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;
e) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, referente aos Municípios em que atua a entidade ou o Conselho da Comunidade.
9. DISPOSIÇÕES FINAIS**9.1.** As comunicações de todos os atos do processo de liberação serão feitas através do e-mail cadastrado pela entidade em Juízo, sendo que eventual mudança deverá ser previamente comunicada pela entidade, por escrito e mediante protocolo junto ao Cartório da Vara Criminal desta Comarca, sob pena de se reputar válida a intimação feita através do e-mail anteriormente informado. **9.2.** As ocorrências não previstas neste Edital, bem como os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pelo Juízo.
Palmas/PR, 07 de maio de 2025.
TATIANE BUENO GOMES
Juíza de Direito

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Vagner de Andrade
PRAZO DE 15 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Larissa Ferraz Koteski, da Vara de Família e Sucessões de Palmas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Judicial, assunto Fixação, sob nº 0000131-02.2025.8.16.0123, em que é(são) exequente(s) K. V. S. A., e executado(s) Vagner de Andrade, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Vagner de Andrade, portador(a) do RG 108788291 SSP/PR e CPF 092.112.719-75. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença elaborada pelo(a) Juiz(a) nos autos acima indicados. Ainda, intime-se que poderá recorrer da sentença no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da intimação. Fica a parte advertida de que a sentença não poderá ser alterada após decorrido o prazo de recurso. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, Thais Leticia Borazo Ziliotto, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Palmas, 06 de maio de 2025.
Larissa Ferraz Koteski
Juíza de Direito

PALMITAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL E INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDIO RIBEIRO DE MATOS MONEGATE
PRAZO DE 15 (quinze) dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Eduardo Schmidt Ortiz, da Vara Criminal de Palmital, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Pena, sob nº 40000631220248160125, em que é(são) autor(es) **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, apenado EDIO RIBEIRO DE MATOS MONEGATE,** e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)**, EDIO RIBEIRO DE MATOS MONEGATE, portador(a) do RG 128275681 SSP/PR e CPF 087.365.719-54, nascido(a) em 09/09/1996 filho(a) de ODETE RIBEIRO DE MATOS MONEGATE e ARVELINO MONEGATE,** motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que inicie o cumprimento da pena imposta na Sentença ou Decisão anexa, na forma da portaria **16/2024 deste Juízo e artigo 1110, do Código de Normas do Foro Judicial da E. Corregedoria Geral de Justiça, devendo o cientificar: I das condições impostas; II do prazo de 10 (dez) dias ou outro fixado pelo juízo, para dar início ao cumprimento; III da forma de cumprimento das condições e as informações relevantes que possam auxiliá-lo; IV do(s) endereço(s), os horários e dias de funcionamento do local (ou locais) onde deva se apresentar: comparecer ao Conselho da Comunidade, Fórum da Comarca de Palmital, situado na Rua Interventor Manoel Ribas, 810, Centro, Palmital/PR; telefone: (42) 3309-3911, horário de atendimento: das 12h00 às 18h00 de segunda-feira à sexta-feira. V dos meios de contato com a secretaria para atendimento presencial ou através do balcão virtual: comparecer na Vara Criminal de Palmital ou ao Conselho da Comunidade, Fórum da Comarca de Palmital, situado na Rua Interventor Manoel Ribas , 810, Centro, Palmital/PR; telefone: (42) 3309-3911, horário de atendimento: das 12h00 às 18h00 de segunda-feira à sexta-feira. VI das consequências de eventual descumprimento das condições: o descumprimento das condições poderá acarretar na regressão do regime para um mais gravoso**. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Joana Mortari Paludo Vencato, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Joana Mortari Paludo Vencato
Técnica Judiciária
Assinatura autorizada pelo artigo 1º §5º da Portaria 16/2022.

PARANAGUÁ

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): TIAGO DOS SANTOS PORTO
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei
Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0007619-73.2014.8.16.0129, em que é(são) autor(es)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) TIAGO DOS SANTOS PORTO, e que não foi possível localizar
, portador(a) do RG 136220993 SSP/PR e CPFpessoalmente a(s) TIAGO DOS SANTOS PORTOparte(s) Promovido
107.522.769-05, nascido(a) em 09/03/1994, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de LUCINETE PEREIRA DOS SANTOS e
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua acerca da sentençaMAURO DE ANDRADE PORTO OINTIMAÇÃ
proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou , nos termos doabsolvido(a) artigo 107, inciso IV, 1ª figura, artigo 109, inciso IV,
artigo 115, artigo 110, §1º e artigo 114, inciso II, todos do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos
cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ALLISSON DOS SANTOS KICH
PRAZO DE 90 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Márcio Iglesias de Souza Fernandes, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial
da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0003799-94.2024.8.16.0129, em que é(são) autor(es)
réu(s) SILVIO ROBERTO MARTINS DE FELIX, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente
a(s) parte(s) Terceiro , portador(a) do RG 89408032 SSP/PR e CPF 051.238.759-13, nascidoALLISSON DOS SANTOS KICH

(a) em 06/07/1984, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ALLIVANGE DOS SANTOS KICH e WILSON SEBASTIÃO KICH,
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qualINTIMAÇÃO
SILVIO ROBERTO MARTINS DE FELIXrestou condenado o réu nas sanções do na data de 28/08/2024, sendo transcrito
julgo a denúncia para o fim de o acusadosucintamente o conteúdo da sentença: PROCEDENTE CONDENAR SILVIO
como incurso nas sanções do artigo 180, , do Código Penal (fato 1) a art. 33 daROBERTO MARTINS DE FELIX caput , caput,
Lei 11.343/2006 (fato 2), na forma do artigo 69 do Código Penal em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do
Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o para recorrer (art. 593, CPP),prazo de 5 (cinco) dias
prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos
cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): JOSIANE DE SOUZA SURMANI
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento
Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0015016-76.2020.8.16.0129, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO PARANÁ, réu(s) CLAUDEMIR DE SOUZA, e vítima JOSIANE DE SOUZA SURMANI, e que não foi possível localizar
, portador(a) do RG 85027158 SSP/PR e Não Cadastrado,pessoalmente a(s) JOSIANE DE SOUZA SURMANIparte(s) Vítima
, motivo pelonascido(a) em 12/12/1982, natural de JESUITAS/PR, filho(a) de LUCIA HELENA DE SOUZA e JAIR DE SOUZA
qual se procede, por meio deste, à sua acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restouOINTIMAÇÃ
, nos termos do art.absolvido(a) 397, III, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os
autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): IRACI DA APARECIDA DOS SANTOS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento
Sumário, assunto Injúria, sob nº 0000156-70.2020.8.16.0129, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO PARANÁ, réu(s) JOSE CARLOS COSTA MORATO, e vítima IRACI DA APARECIDA DOS SANTOS, e que não foi
, portador(a) do RG 58107859 SSPpossível localizar pessoalmente a(s) IRACI DA APARECIDA DOS SANTOSparte(s) Vítima
/PR e CPF 825.621.729-49, nascido(a) em 02/05/1972, natural de GUARANIACU, filho(a) de VIDALVINA ROSA CAMPOS
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua acerca daSANTOS e MARIO FERREIRA DOS SANTOS OINTIMAÇÃ
sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou a extinção da punibilidade do denunciado, nos termos do artigo 107,
inciso IV, c/c artigo 109, inciso VI, ambos do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao
conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): LETHICIA RICARDO TAKAHARA
PRAZO DE 20 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob nº 0006689-06.2024.8.16.0129, em que é(são) noticiante THAIS
DE CÁSSIA SILVA DA VEIGA, noticiada LETHICIA RICARDO TAKAHARA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s)
, portador(a) do RG 13393254 SSP/PR e CPF 101.464.709-66, nascidoLETHICIA RICARDO TAKAHARAparte(s) Promovido
,(a) em 01/07/1995, natural de PARANAGUA, filho(a) de CLAUDICEIA GRECCO RICARDO e SERGIO HIROSHI TAKAHARA
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termos dasINTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS
determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "DE URGÊNCIA a) abstenha-se de se aproximar da ofendida,
devendo guardar distância mínima de 200 (trezentos) metros dela (artigo 22, inciso III, alínea "a", da Lei n. 11.340/2006); b)compareça ao
programa Lótus de recuperação e reeducação (artigo 22, inciso VI, da Lei 11.340/2006)." E à sua CITAÇÃO para, querendo,
apresentar contestação no , por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo,prazo de 5 (cinco) dias
sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem aoc/c o art. 306 do Código de Processo Civil.
conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): CLEVERTON DAS NEVES XAVIER
PRAZO DE 10 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0003966-82.2022.8.16.0129, em que é(são) autor(es) SONIA MARA
DAS NEVES XAVIER, réu(s) CLEVERTON DAS NEVES XAVIER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
, portador(a) do RG 110763549 SSP/PR e CPF 078.161.959-90, nascido(a)CLEVERTON DAS NEVES XAVIERPromovido
, motivo peloem 21/04/1990, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de SONIA MARA DAS NEVES e IZAIAS DE PAULA XAVIER
qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termos dasINTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE
determinadas nos autos, e à suaURGÊNCIA CITAÇÃO para, querendo, apresentar contestação no ,prazo de 5 (cinco) dias
por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos
Oarticulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil.
presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no
futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): CLEVERTON DAS NEVES XAVIER
PRAZO DE 10 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o

presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0003966-82.2022.8.16.0129, em que é(são) autor(es) SONIA MARA
DAS NEVES XAVIER, réu(s) CLEVERTON DAS NEVES XAVIER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
, portador(a) do RG 110763549 SSP/PR e CPF 078.161.959-90, nascido(a)CLEVERTON DAS NEVES XAVIERPromovido
, motivo peloem 21/04/1990, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de SONIA MARA DAS NEVES e IZAIAS DE PAULA XAVIER
qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termos dasINTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE
determinadas nos autos, e à suaURGÊNCIA CITAÇÃO para, querendo, apresentar contestação no ,prazo de 5 (cinco) dias
por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos
Oarticulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil.
presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no
futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): GABRIELE DE FREITAS VIANA MENDES
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0002672-24.2024.8.16.0129, em que é(são) autor(es) GABRIELE DE
FREITAS VIANA MENDES, réu(s) GLEDSON HENRIQUE FERREIRA MENDES, e que não foi possível localizar
, portador(a) do RG 132399735 SSP/PR epessoalmente a(s) GABRIELE DE FREITAS VIANA MENDESparte(s) Promovente
CPF 096.721.969-89, nascido(a) em 27/09/1994, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de DENISE DE FREITAS VIANA e
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termos daJOÃO MANOEL VIANA INTIMAÇÃO
determinadas nos autos.REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
Paranaguá, datado digitalmente
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): TIAGO DOS SANTOS PORTO
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei
Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0007619-73.2014.8.16.0129, em que é(são) autor(es)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) TIAGO DOS SANTOS PORTO, e que não foi possível localizar
, portador(a) do RG 136220993 SSP/PR e CPFpessoalmente a(s) TIAGO DOS SANTOS PORTOparte(s) Promovido
107.522.769-05, nascido(a) em 09/03/1994, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de LUCINETE PEREIRA DOS SANTOS e
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua acerca da sentençaMAURO DE ANDRADE PORTO OINTIMAÇÃ
proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou , nos termos doabsolvido(a) artigo 107, inciso IV, 1ª figura, artigo 109, inciso IV,
artigo 115, artigo 110, §1º e artigo 114, inciso II, todos do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos
cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): Terceiros Interessados, Incertos e/ou Desconhecidos PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Eduardo Ressetti Pinheiro Marques Vianna, da 2ª Vara Cível de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0003100-06.2024.8.16.0129, em que é(são) autor(es) NERCI CUNHA DA SILVA, réu(s) DESCONHECIDO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) pelo qual se procede à CITAÇÃO prazo de 15 (quinze) dias úteis ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os parte(s), de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos motivo , para que, no , ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: Localizado na Rua Manoel Corrêa, nº 2008 (antigo nº 1996), bairro: Palmital, Paranaguá/PR, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0001030-21.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra EDEMILSON DE RAMOS, residente na Rua Antonio Mioto, 153 - ALEXANDRA - PARANAGUÁ
/PR, atualmente em local incerto e não sabido, como incurso nas sanções do CP, ART 180 Adquirir,
receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto
de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte e, sendo assim, fica
CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por
intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396
do CPP.
FATOS:
Em data e local não precisado nos autos, mas certo que antes do dia 14 de fevereiro de 2021, nesta cidade
e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado EDEMILSON DE RAMOS, dolosamente, ciente da ilicitude
e reprovabilidade de sua conduta, adquiriu, em proveito próprio, coisa que sabia ser produto de crime,
consistente no veículo automotor Hyundai/Veloster, cor preta, placa EXS7270 (adulterada), o qual
possuía alerta de roubo datado em 21/08/2019, na cidade de Ferraz Vasconcelos/SP (placa original -
FNL9579), tudo conforme Auto de Prisão em Flagrante Delito (mov. 1.2); Boletim de Ocorrência n.º
2021/169499 (mov. 1.3); Auto de Exibição e Apreensão (mov. 1.8) e Auto de Avaliação (mov. 1.10).
Assim agindo, o denunciado EDEMILSON DE RAMOS, incorreu, em tese, nas sanções previstas no
CP, ART 180 Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa

que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte,
razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 08 de maio de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0005863-77.2024.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra JORGE LUIZ MODESTO RODRIGUES, residente na Rua Barão do Amazonas, 506, Vila Alboitt
ou Rua Raul Silva, 1198, Porto dos Padres - PARANAGUÁ/PR, atualmente em local incerto e não
sabido, como incurso nas sanções do CP, ART 217-A Ter conjunção carnal ou praticar outro ato
libidinoso com menor de 14 (catorze) anos e, sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca
dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente
habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.
FATOS:
''Em datas e horários não precisados nos autos, mas certo que em meados de 20161, na residência do
denunciado, situada na Rua Barão do Amazonas, nº 1198, Porto dos Padres, neste Município e Comarca
de Paranaguá/PR, o denunciado JORGE LUIZ MODESTO RODRIGUES, com consciência e vontade
dirigida a satisfazer a própria lascívia, mediante violência doméstica e familiar, praticou atos libidinosos
diversos da conjunção carnal, contra a vítima E. L. C., sua sobrinha de consideração, criança, nascida aos
21/04/2012, com aproximadamente 4 anos de idade na época dos fatos, menor de 14 (quatorze) anos, ao
colocar a vítima no colo e passar a mão nas partes íntimas da vítima''.
Assim agindo, o denunciado JORGE LUIZ MODESTO RODRIGUES, incorreu, em tese, nas sanções
previstas no CP, ART 217-A Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14
(catorze) anos, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 07 de maio de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0002075-55.2024.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra GABRIEL FRANCISCO OLIVEIRA MATOS, residente na RUA APIACAS, 211 - JARDIM
GUARAITUBA - PARANAGUÁ/PR, atualmente em local incerto e não sabido, como incurso nas
sanções doo CTB, ART 306 - Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em
razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência e, sendo
assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa
prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do
artigo 396 do CPP.
FATOS:
Em 09 de março de 2024, por volta da 01h30, em via pública, mais precisamente na Rua Apiacas, nº 211,
Bairro Guaraituba, neste Município e Comarca de Paranaguá-PR, o denunciado GABRIEL FRANCISCO
OLIVEIRA MATOS, com consciência e vontade, conduziu o veículo automotor Gol vermelho, placa
'LZW9972', com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de bebida alcoólica, fato que
ficou comprovado em razão do teste de etilômetro acostado no mov. 1.10, o qual registrou a
concentração de 0,75 mg/L (zero vírgula setenta e cinco miligramas) de álcool por litro de ar alveolar,
contrariando, assim, o que institui a Resolução n.° 432/2013 e a Resolução n. 206/2006 do Conselho
Nacional de Trânsito (CONTRAN), em flagrante violação ao Código de Trânsito Brasileiro c/c Lei nº
12.760/12 (cf: boletim de ocorrência no mov. 1.2, termos de depoimentos nos movs. 1.4, 1.6 e 1.8, teste
de etilômetro no mov. 1.10 e relatório da autoridade policial no mov. 4.1).
Assim agindo, o denunciado GABRIEL FRANCISCO OLIVEIRA MATOS, incorreu, em tese, nas
sanções previstas no CTB, ART 306 - Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora
alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine
dependência, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 08 de maio de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0002822-05.2024.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra DIRCEU KRASUCKI, residente na Rua Dezenove de Dezembro, n.° 2236, bairro Balneário, Riviera, Matinhos-PR, atualmente em local incerto e não sabido, como incurso nas sanções do CTB,
ART 306 Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência
de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência e, sendo assim, fica CITADO,
pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio
de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.
FATOS:
Em 30 de março de 2024, por volta das 20h45min, em via pública, mais precisamente na Rodovia PR
508, KM 14 + 409, n.° 1, bairro Colônia Pereira - neste Município e Comarca de Paranaguá-PR, o
denunciado DIRCEU KRASUCKI, com consciência e vontade, conduziu o veículo automotor carreta
Scania, placa 'AIH5718', atrelada ao semi reboque de placa 'EGJ1I29', em atividade que exige cuidados
especiais com o transporte de carga, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de
bebida alcoólica, fato que ficou comprovado em razão do teste de etilômetro acostado no mov. 1.14, o
qual registrou a concentração de 0,44 mg/L (zero vírgula quarenta e quatro miligramas) de álcool por
litro de ar alveolar, contrariando, assim, o que institui a Resolução n.° 432/2013 e a Resolução n. 206
/2006 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), em flagrante violação ao Código de Trânsito
Brasileiro c/c Lei nº 12.760/12 (cf: boletim de ocorrência no mov. 1.5, termos de depoimentos nos movs.
1.6 a 1.9, teste de etilômetro no mov. 1.14 e relatório da autoridade policial no mov. 5.1).
Assim agindo, o denunciado DIRCEU KRASUCKI, incorreu, em tese, nas sanções previstas no CTB,
ART 306 Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência
de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, razão pela qual, se oferece a
presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 07 de maio de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 15 DIAS
O Doutor BRIAN FRANK, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado
do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de n° 0003164-21.2021.8.16.0129, tendo como réu SILAS DA SILVA ,
atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim fica INTIMADO, para que proceda o
pagamento das custas processuais, no valor de R$ 597,05 (quinhentos e noventa e sete reais e cinco
centavos), no prazo de 10 (dez) dias.
Paranaguá, 07 de maio de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDSON DINIZ DE SIQUEIRA
PRAZO DE 25 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Brian Frank, da 2ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou
dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Contra a Mulher, sob nº
0000074-59.2008.8.16.0129, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDSON
DINIZ DE SIQUEIRA, e vítima MARIÂNGELA CORREIA DE SOUZA SIQUEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente
a(s) parte(s) Promovido EDSON DINIZ DE SIQUEIRA, portador(a) do RG 30171330 SSP/PR e CPF 391.194.169-20, nascido
(a) em 25/10/1957, natural de CAMPO MOURÃO/PR, filho(a) de OTILDES FERREIRA DE SIQUEIRA e MARCELINO DINIZ
DE SIQUEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para efetuar o levantamento do valor pago à
título de fiança no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os
autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Edgard Costa Junior, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Paranaguá, 07 de maio de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

PATO BRANCO

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Trevo da Guarani, Bairro Sambugaro, CEP 85501.560
VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZ0 15 DIAS
Edital nº 105/2025
Autos nº 0002840-88.2022.8.16.0131
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CUSTAS DE SELMO DOS SANTOS.
O DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob nº 0002840-88.2022.8.16.0131 em que fora(m) condenada(s) a(s) pessoa(s) de SELMO DOS SANTOS. Tendo constado dos autos que o(s)(a)(as) sentenciado(s)(a)a(as) se encontra(m) em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a INTIMAÇÃO da(s) pessoa(s) de SELMO DOS SANTOS, portador(a) do RG nº 100699770 SSP/PR, nascido(a) em 20/04/1986, filho(a) de Maria da Trindade Rodrigues e Sebastião Cezar Dos Santos, para que efetue(m) o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias a contar do prazo do presente edital. ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 7 de maio de 2025. Eu, Fabieli Molinete Costa, Chefe de Secretaria, digitei e subscrevi.
EDUARDO FAORO
Juiz de Direito

PEABIRU

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PEABIRU
VARA CÍVEL DE PEABIRU - PROJUDI
Avenida Dr. Dídio Boscardin Belo, 487 - Centro - Peabiru/PR - CEP: 87.250-000 - Fone: (44) 3259-6691 - Celular: (44) 3259-6691 -
E-mail: pea-civel@tjpr.jus.br
"EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DE INTERDIÇÃO DE VALDOMIRO DOS SANTOS MOTA"
JUSTIÇA GRATUITA
Edital de publicação da sentença de INTERDIÇÃO de **VALDOMIRO DOS SANTOS MOTA**, brasileiro, desempregado, inscrito no CPF sob o nº 499.206.429-91, RG Nº 3.613.394-5, residente e domiciliado na Rua Vitor Meireles, 471, Centro, CEP:87260-000, Araruna, Paraná, requerida por **MARIA NILVA SALMAZO**, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº 793.211.519-15, RG Nº 5.577.864-7, residente e domiciliada na Rua Jacaranda, 22, CEP:87260-000, Araruna, Paraná, nos autos sob **nº 0000244-60.2024.8.16.0132 AÇÃO DE INTERDIÇÃO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA**, pelo presente, torna pública a sentença 153.1 prolatada nos autos supra mencionado, a seguir transcrita: "SENTENÇA 1. Trata-se de ação de curatela, proposta por Maria Nilva Salmazo em face de Valdomiro dos Santos Mota, sob a alegação de que seu irmão está incapacitado para os atos da vida civil. Narra-se na inicial, em síntese, que o interditando Valdomiro dos Santos, é irmão da Requerente, e que possui um histórico patogênico crônico: hipertensão arterial sistólica CID I10, acidente vascular encefálico isquêmico CID164, provindo sequelas neuropsicomotoras CID 169.4; atrofia cerebral CID G 31. Conferindo-lhe dependência para realização de atividades básicas diárias. Diagnóstico comprovado AVEi e Atrofia cerebral conforme laudo médico. Por fim, pugna por sua nomeação como curadora do interditando. Com a inicial, vieram o termo de nomeação e os documentos de movs. 1.2 a 1.9. O Ministério Público manifestou-se favoravelmente à nomeação de curadora provisória (mov. 33.1). Ao mov. 36.1 fora deferida a tutela de urgência, com a nomeação da requerente como curadora provisória. O requerido foi citado (mov. 50.1). Termo de curatela provisória expedido ao mov. 51.1. Foi realizado estudo social, analisando o caso concreto (mov. 66.1). Foi realizada entrevista com o interditando (mov. 127.1). Nomeado curador especial, apresentada contestação pela concordância à interdição (mov. 131.1). As partes, e o Ministério Público informaram não possuir provas a produzir, requerendo o julgamento antecipado do feito. (mov. 139.1, 143.1 e 146.1). É o essencial ao relato. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO Inicialmente, cumpre mencionar que, com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), o tratamento jurídico atribuído às pessoas com deficiência intelectual ou física ganhou disciplina totalmente nova. Consoante dicção expressa do artigo 2º, do Estatuto: "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". O artigo 6º, por sua vez, é categórico em afirmar que "a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa [...]". Nessa medida, tem-se que o artigo 114 da mesma lei acabou por revogar os incisos do artigo 3º do Código Civil, retirando do mundo jurídico a previsão de incapacidade civil absoluta decorrente de deficiência mental ou física. Referido diploma legal busca fomentar, portanto, a devida inclusão da pessoa com deficiência na vida civil, bem como promover a sua igualdade e não discriminação. O artigo 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência densifica a questão, resguardando, na medida do possível, o exercício direto e imediato da capacidade do interditando pelo próprio agente com necessidade pessoal, dispensando a atuação de interposta pessoa, dispondo que "a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas". Com efeito, tem-se que restaram revogados, portanto, os incisos I, II e IV, do artigo 1.767 do Código Civil, em que se afirmava que os portadores de transtorno mental estariam sujeitos à curatela. Dessa feita, extrai-se que a pessoa com deficiência é legalmente capaz. Ela é dotada de capacidade legal, ainda que se valha de institutos assistenciais para a condução da sua própria vida. O Estatuto traz regulamentação ampla acerca das consequências jurídicas da deficiência, afastando cabalmente a conclusão acerca da existência de incapacidade e regulamentando

a forma de exercício de direitos tendo em conta a especial condição do deficiente, sempre reservando a curatela como medida de último recurso. Nesse norte, afastou-se, inclusive, a exigência de termo de curatela em diversas situações, como na emissão de documentos oficiais (art. 86) e para o requerimento e recebimento de benefícios previdenciários, a partir da inclusão, pelo art. 101 do Estatuto, do art. 110-A à Lei nº 8.213/1991, que diz: "No ato de requerimento de benefícios operacionalizados pelo INSS, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento". Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald preconizam que: "Toda pessoa é especial pela sua simples humanidade, tenha, ou não, algum tipo de deficiência. Não se justifica, em absoluto, impor a uma pessoa com deficiência o enquadramento jurídico como incapaz, por conta de um impedimento físico, mental, Intelectual ou sensorial. Toda pessoa é capaz, em si mesma. E, agora, o sistema jurídico reconhece essa assertiva. Até porque, de fato, evidencia-se discriminatório e ofensivo chamar um humano de incapaz somente por conta de uma deficiência física ou mental. (FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2016)." Portanto, somente se admite o processamento da interdição, entendida como ação de imposição de curatela e não mais voltada à declaração da incapacidade civil, quando demonstrada a imperiosa necessidade de prática de atos de gestão patrimonial pelo curador em razão da impossibilidade do exercício de seus direitos pelo interditando e quando for impossível recorrer-se ao mecanismo da tomada de decisão apoiada. À título de reforço argumentativo, oportuno esclarecer que o Estatuto, por conseguinte, não aniquilou a teoria das incapacidades do Código Civil, mas abandonou definitivamente, o modelo puramente médico e assistencialista até então adotado pelo diploma civil. Logo, de acordo com a nova legislação e com o mais recente entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a incapacidade absoluta restringe-se, atualmente, para os menores de 16 (dezesseis anos), tendo sido abolida a figura do maior absolutamente incapaz (STJ Resp. 1.927.423 / SP, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, Julgado em 27/04/2021, DJe 04/05/2021). Conclui-se que a partir do advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15) e de acordo com o seu artigo 85, a curatela afeta apenas os atos de natureza patrimonial e negocial. Deve ser resguardada a capacidade civil plena do interditando ante as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de modo que curatela não deve tolher sua dignidade, eis que, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 85 da Lei 13.146/15: "A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto". Nesse sentido é o entendimento preconizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO DE INTERDIÇÃO, DECLARANDO A INCAPACIDADE RELATIVA DO RÉU E INSTITUINDO A CURATELA PARA ATOS DE GESTÃO PATRIMONIAL E NEGOCIAL. INSURGÊNCIA DA AUTORA. PRETENSÃO DE QUE A CURATELA SEJA ESTENDIDA PARA TODOS OS ATOS DA VIDA CIVIL - DESCABIMENTO - LIMITAÇÃO DA CURATELA AOS ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL E NEGOCIAL QUE DECORRE DE LEI - IMPOSSIBILIDADE DE EXPRESSAR VONTADE QUE É CAUSA DE INCAPACIDADE RELATIVA - ARTIGO 85 DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E 4º, INCISO III, DO CÓDIGO CIVIL - IMPOSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DOS EFEITOS DA CURATELA. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 11ª C. Cível - 0000796-31.2018.8.16.0101 - Jandaia do Sul - Rel.: Desembargador Mario Nini Azzolini - J. 10.02.2020) No caso dos autos, a requerente é irmã do interditando, portanto, parte legitima para postular a interdição, nos termos do inciso II do artigo 747 do Código de Processo Civil. Restou devidamente demonstrado nos autos que a parte requerida enfrenta um quadro de doenças que o incapacita de realizar os atos da vida civil de forma independente, sendo uma medida necessária e que visa garantir os direitos e a proteção adequada ao usuário, assegurando-lhe acesso aos recursos e benefícios a que tem direito. Em audiência de interrogatório em juízo (mov. 126.1), foi inquirido o interditando, tendo sido colhido o seguinte depoimento. "Que está bem, não sabe quantos tem, que está frio, não é casado, nunca casou, nunca teve filhos e mora sozinho, diz que se cuida sozinho, a Maria Nilva que faz a comida e já pega a roupa lavada" No relatório social juntado aos autos (mov. 66.1), constatou-se que a família, por meio das políticas públicas do Município, tem assumido integralmente a responsabilidade pelo cuidado com Valdomiro. A organização familiar demonstra presteza e atenção às necessidades do usuário, atendendo-o de forma completa e adequada. Além disso, restou provado que se encontra impossibilitado para certos atos cotidianos e da vida civil, de modo que possui limitações psíquicas para gerir seu patrimônio. Logo, inexistem dúvidas acerca da condição médica do requerido, pelas provas carreadas aos autos. Todavia, como já pontuado acima, não há como estender a curatela a todos os atos da vida civil desta, porque, a despeito da situação limitante, a parte é considerada legalmente capaz. Assim, a curatela deve permanecer restrita aos atos de natureza patrimonial e negocial, em consonância com o art. 4º, III do Código Civil c/c art. 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, não alcançando direitos existenciais da pessoa, como a saúde, o corpo, a sexualidade, a privacidade, o matrimônio, entre outros. Logo, a procedência do pedido se impõe. 3. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, e resolvo o mérito, para o fim de: a) reconhecer judicialmente a interdição de Valdomiro dos Santos Mota, restrita aos aspectos patrimoniais e negociais, na forma do artigo 755, I, do Código de Processo Civil. b) impor-lhe a curatela de Maria Nilva Salmazo, sua irmã, em definitivo, com base no artigo 1.775 do Código Civil e 755, §1º, do Código de Processo Civil. Lavre-se termo definitivo de compromisso, conforme artigo 759 do Código de Processo Civil. Expeça-se mandado para registro da presente sentença no cartório competente, e publique- se na rede mundial, sítio do tribunal e editais do CNJ, nos termos do art. 755, §3º, do CPC. Arbitro em favor da Defensora nomeada, Dra. Erica Udiani da Silva Ferreira, OAB/PR 119.798, honorários no valor de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), por sua atuação no processo, a serem suportados pelo Estado do Paraná, com base no item 2.1 da Resolução Conjunta 015/2019 SEFA/PGE-PR e artigo 1º da Lei n. 8.906/94. Arbitro em favor do Defensora nomeada ao requerido, Dr. Jaime Eduardo Villain, OAB/PR 94.434, honorários no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), por sua atuação no processo, a serem suportados pelo Estado do Paraná, com base no item 2.9 da Resolução Conjunta 015/2019 SEFA/PGE-PR e artigo 1º da Lei n. 8.906/94. Fica, desde já, autorizada a expedição de certidão para levantamento dos valores, independente de nova conclusão por este motivo. Cumpram-se as disposições constantes do código do Normas da E. Corregedoria Geral de Justiça. Vista ao Ministério Público. Oportunamente, arquive-se. Intimações e Diligências necessárias. Peabiru, datado e assinado eletronicamente Rita Lucimeire Machado Prestes Juíza de Direito". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Peabiru, aos 07 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Flávio Barbosa dos Santos, Técnico Judiciário o digitei.
Rita Lucimeire Machado Prestes
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PEABIRU
VARA CÍVEL DE PEABIRU - PROJUDI
Avenida Dr. Dídio Boscardin Belo, 487 - Centro - Peabiru/PR - CEP: 87.250-000 - Fone: (44) 3259-6691 - Celular: (44) 3259-6691 -
E-mail: pea-civel@tjpr.jus.br
"EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DE INTERDIÇÃO DE OZIEL DOS SANTOS RIBEIRO"
JUSTIÇA GRATUITA
Edital de publicação da sentença de INTERDIÇÃO de **OZIEL DOS SANTOS RIBEIRO**, brasileiro, desempregado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 10.443.196-8, inscrito no CPF/MF sob o nº. 072.849.249-00, residente e domiciliada à Rua Pioneiro Família Tristão, nº. 285, Comunidade de São Geraldo, Zona Rural do Município de Araruna/PR, CEP 87.260-000, requerida por **ORANI ALVES RIBEIRO**, casado, auxiliar de serviços gerais, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 4.714.530-9, inscrito no CPF/MF sob o nº. 015.854.599-09, residente e domiciliada à Rua Jacutinga, nº. 175, Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte/PR, CEP 87.200-000, nos autos sob **nº 0001101-43.2023.8.16.0132 AÇÃO DE INTERDIÇÃO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA**, pelo presente, torna pública a sentença 131.1 prolatada nos autos supra mencionado, a seguir transcrita: "SENTENÇA 1. RELATÓRIO Trata-se de ação de curatela c/c pedido de tutela provisória, movida por Orani em face de .Alves Ribeiro Oziel dos Santos Ribeiro Em sua petição inicial, narra a parte autora, em síntese: que o interditando é seu filho; que, em virtude do uso abusivo de álcool e outras substâncias químicas, há anos, foi diagnosticado com transtornos mentais e comportamentais (CID10 F19.2), dependendo de terceiros para realizar suas atividades diárias. Assim, busca a concessão da curatela para o fim de pleitear, em favor do filho, o auxílio por incapacidade temporária, perante ao INSS. Juntou documentos (seqs. 1.2-1.9). Ao seq. 21.1, após manifestação do Ministério Público (seq. 18.1), foi deferida a tutela antecipada pretendida, nomeando o requerente como curador provisório. Procedeu-se ao interrogatório do interditando em audiência (seq. 96.1). Laudo médico acostado ao seq. 97. Alegações finais pelas partes aos seqs. 125.1 e 128.1, observando-se que o Ministério Público foi favorável ao pleito inaugural. Vieram-me conclusos os autos. É o relatório. DECIDO. 2. FUNDAMENTAÇÃO Não há questões preliminares a serem enfrentadas, nem nulidades a serem reconhecidas, estando satisfeitos os pressupostos processuais e as condições da ação, pelo que passo diretamente ao exame do mérito. Pretende a parte autora, conforme já relatado, seja declarada a interdição do requerido Oziel dos Santos Ribeiro, ao argumento de há anos foi diagnosticado com transtornos mentais e comportamentais, dependendo de terceiros para realizas suas atividades diárias. É cediço que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) deu disciplina totalmente nova ao tratamento jurídico atribuído às pessoas com deficiência intelectual ou física. Com efeito, sendo a pessoa deficiente detentora de capacidade civil plena, somente se admite o processamento da interdição (entendida como ação de imposição de curatela e não mais voltada à declaração da incapacidade civil) quando demonstrada a imperiosa necessidade de prática de atos de gestão patrimonial pelo curador em razão da impossibilidade do exercício de seus direitos e quando for impossível recorrer-se ao mecanismo da tomada de decisão apoiada pelo interditando (como, por exemplo, quando o interditando possuir patrimônio que exija gestão e não tenha condições de tomar decisões referentes a essa gestão). Tendo em conta tais delineamentos, entendo que, no caso dos autos, haja vista que o laudo pericial trazido ao processo (seq. 97.2) revela que o interditando não tem condições mínimas de gerir seus próprios atos, notadamente os de natureza patrimonial, encontra-se justificada sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85, da Lei nº 13.146/2015. Consoante se extrai do laudo realizado, assinalou o médico que o requerido possui limitação que impede o exercício da cidadania, não sendo capaz de subscrever documentos, representar-se em bancos e órgãos públicos, dentre outros. Em que pese em seu interrogatório o requerido apresentar-se consciente de seus atos, sabendo indicar as atividades cotidianas, a data da audiência, bem como mostrando-se coerente, tem-se que

foi indicado na audiência, pelo próprio requerido, que ainda enfrenta dificuldades em razão das sequelas de um AVC que o acometeu, inclusive com falhas de memória. Além disso, indicou que fazia o uso de álcool e outras drogas, sendo que atualmente não o faz pois encontra-se debilitado. Indicou que não consegue se locomover sozinho, necessitando de ajuda de seu genitor, o qual, atualmente, está residindo com ele e que, nos momentos em que não está, contrata alguma pessoa para prestar o auxílio necessário. Assim, tem-se que o atual estado psíquico do interditando o impede de gerenciar suas rendas, eventual patrimônio e negócios, pelo que, necessário se faz a submissão a medida. Embora a curatela não implique em declaração de incapacidade civil, já que não mais remanescem tais figuras no art. 3º do Código Civil é possível a análise quanto à incapacidade relativa por impossibilidade de expressão da vontade (art. 4º, inciso III). Assim, em consonância com o parecer ministerial, entendo que restou evidenciada a impossibilidade do interditando de exercer os atos da vida civil, em razão do comprometimento intelectual resultante da moléstia que o acomete. Nesta toada, deve ser reconhecida sua incapacidade relativa por impossibilidade de expressão da vontade, conforme requerida pelo parquet em sede de alegações finais, nos termos do art. 4º, inc. III, do CPC. 3. DISPOSITIVO Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de OZIEL DOS SANTOS RIBEIRO à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por ORANI ALVES RIBEIRO, confirmando, portanto, a tutela deferida ao seq. 21.1, e estabilizando-se os seus efeitos. Promovam-se as anotações necessárias junto ao Registro Civil. Publiquem-se os editais, na forma do art. 755, §3°, do CPC. Lavre-se o termo de compromisso. Para a realização da curatela e, ante a excepcionalidade do que dispõe o artigo 85 da Lei nº 13.146/15, fica o curador incumbido de realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1.748, IV e 1.749, I c/c 1.774, todos do CC); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou .cheque; representação perante o INSS; administração de bens; e gerenciamento de sua saúde. Intime-se a autora para promover o pagamento das custas processuais, salvo se for beneficiária da justiça gratuita, ocasião em que ficarão suspenso os encargos (CPC, art. 98, § 3º). Cumpram-se as disposições do Código de Normas no que aplicáveis. Publicada e registrada automaticamente pelo Projudi. Intimem-se. Oportunamente, arquive-se. Peabiru, datado e assinado digitalmente. Pedro Ernesto Ramos Juiz Substituto" Dado e passado nesta cidade e Comarca de Peabiru, aos 10 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Flávio Barbosa dos Santos, Técnico Judiciário o digitei.
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS
JUIZ SUBSTITUTO
Assinado Digitalmente

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE RÉUS EM LUGAR INCERTO E DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES SE CASADOS FOREM OU HERDEIROS OU SUCESSORES, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS
O MM. Juiz(a) de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública de Piraquara/PR, na forma da lei.FAZ SABER a todos quanto ao presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo tramita os autos de Usucapião, nº 0006500-76.2011.8.16.0034, em que figura(m) como parte autora ADIR PALLU, JANE MARIA PALLU, e como parte requerida . Consta dos autos que o(s) requerido(s) se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de trinta (30) dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, tem a finalidade de proceder a CITAÇÃO de para que tome(m) conhecimento da presente ação e os termos da petição inicial e, caso queira(m), apresente(m) resposta no prazo legal de quinze (15) dias, contados do término do prazo de dilação, através de advogado, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 334, § 4º, II, art. 335, 337, 344 do NCPC), cujo processo, pode ser acessado através do sistema computacional PROJUDI https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/, mediante utilização da CHAVE IDENTIFICADORA: PPY7U A6HAQ 86JE2 MLXRE. E ainda, deverá(ão) indicar, expressa e detalhadamente, as provas que intenciona(m) produzir, sob pena de preclusão (art. 336 NCPC), referente à ação que tramita na Secretaria do Cível e Anexo do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, situada no Edifício do Fórum, Rua Alexandre Gugelmim, 92, Vila Juliana - Piraquara/PR CEP: 83306-090, requerida pelos requerentes, sob pena de revelia. CUMPRA-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Piraquara, 07 de maio de 2025. Eu, Gislene Soares de Almeida, Técnico(a) Judiciário(a) o digitei e subscrevi por ordem do MM. Juiz de Direito.

Piraquara, 07 de maio de 2025.
Gislene Soares de Almeida
Técnica Judiciária
Autorizado pela portaria

EDITAL DE CITAÇÃO DE JOSÉ CAMILO DA GAMA, RÉUS EM LUGAR INCERTO E DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES SE CASADOS FOREM OU HERDEIROS OU SUCESSORES, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS
O MM. Juiz(a) de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública de Piraquara/PR, na forma da lei.FAZ SABER a todos quanto ao presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo tramita os autos de Usucapião, nº 0002603-40.2011.8.16.0034, em que figura(m) como parte autora MARILSON INACIO PEREIRA, e como parte requerida JOSE CAMILO DA GAMA, FRANCISCA FERNANDES DA SILVA DA GAMA, . Consta dos autos que o(s) requerido(s) se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de trinta (30) dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, tem a finalidade de proceder a CITAÇÃO de JOSE CAMILO DA GAMA, FRANCISCA FERNANDES DA SILVA DA GAMA, para que tome(m) conhecimento da presente ação e os termos da petição inicial e, caso queira(m), apresente(m) resposta no prazo legal de quinze (15) dias, contados do término do prazo de dilação, através de advogado, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 334, § 4º, II, art. 335, 337, 344 do NCPC), cujo processo, pode ser acessado através do sistema computacional PROJUDI https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/, mediante utilização da CHAVE IDENTIFICADORA: PPYFE MAVW7 2CAYE 8PVVT. E ainda, deverá(ão) indicar, expressa e detalhadamente, as provas que intenciona(m) produzir, sob pena de preclusão (art. 336 NCPC), referente à ação que tramita na Secretaria do Cível e Anexo do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, situada no Edifício do Fórum, Rua Alexandre Gugelmim, 92, Vila Juliana - Piraquara/PR CEP: 83306-090, requerida pelos requerentes, sob pena de revelia. CUMPRA-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Piraquara, 07 de maio de 2025. Eu, Gislene Soares de Almeida, Técnico(a) Judiciário(a) o digitei e subscrevi por ordem do MM. Juiz de Direito.

Piraquara, 07 de maio de 2025.
Gislene Soares de Almeida
Técnica Judiciária
Autorizado pela portaria

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ART. 755, §3° DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
Para que tome(m) conhecimento da presente ação nº 0002899-76.2022.8.16.0034 que tramita na Secretaria do Cível e Anexo do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, situada no Edifício do Fórum, Rua Alexandre Gugelmim, 92, Vila Juliana - Piraquara/PR CEP: 83306-090, foi declarada a INTERDIÇÃO de ATILHO SANDRO ALVES DE OLIVEIRA, portador do RG: 104667457 SSP/PR, sendo-lhe nomeado(a) curador(a) o(a) Sr(a). DOMENIQUE DO ROCIO ALVES DE OLIVEIRA, portador do RG: 136785834 SSP/PR. A curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interditado(a) na prática dos atos de sua vida civil (...). Sentença: "...III. DISPOSITIVO - Com fulcro no artigo 487 do Código de Processo Civil em vigor , JULGO PROCEDENTE o pedido inicial[1] para o fim de CONFIRMAR A DECISÃO LIMINAR e ATILHO SANDRODECRETAR A INTERDIÇÃO de ALVES DE OLIVEIRA, observadas suas caraterísticas pessoais , e DOMENIQUE[2] nomear como curadora DO ROCIO ALVES DE OLIVEIRA, para os seguintes atos da vida civil: "emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e/ou, praticar os atos de mera administração", observada a Lei 13.146/2015. Lavre-se termo definitivo. Intime-se o curador. Pela secretaria: I. Expeça-se ofício ao(s) Cartório (s) de Registro Civil onde foi lavrada a certidão de nascimento da parte requerida, para que proceda a averbação da sentença, devendo o cartório encaminhar cópia atualizada da certidão, com a devida averbação, nos termos do artigo 755 do Código de Processo Civil; II. Publique-se em DJ e realize a afixação no átrio do fórum na forma do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil; III. Intime-se o curador para assinar o respectivo termo de curatela, oportunidade em que deverá ser advertido que deverá prestar contas anualmente de seu encargo dos valores devidos à requerida, desde a sua nomeação, bem como esclarecido que somente poderá alienar eventuais bens móveis e imóveis, e movimentar aplicações financeiras e contas bancárias da curatelada, com PRÉVIA autorização deste juízo. Após, vista ao Ministério Público." O presente edital será publicado por três vezes no Diário da Justiça do Paraná, com intervalo de dez dias. Piraquara, Estado do Paraná, 28 de fevereiro de 2024. Eu,_____ (Gislene Soares de Almeida), Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.

Gislene Soares de Almeida
Técnico Judiciário
Autorizado pelo MM. Juiz

PITANGA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Citação

DITAL CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): DANIEL NUNES DA COSTA PRAZO DE 30 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Lara Alves Oliveira, da Vara Criminal de Pitanga, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Desacato , sob nº 0001385-05.2024.8.16.0136, em que é(são) autor(es) e réu(s) DANIEL NUNES DA COSTA, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 330 - DESOBEDIENCIA, Detenção: 15 dias a 6 meses E Multa ART 331 - DESACATO, Detenção: 6 meses a 2 anos oferecida em 07/05/2024 e recebida em 07/05/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado DANIEL NUNES DA COSTA incorreu, em tese, no crime previsto no artigo 330, "caput", do Código Penal (fato 01), no crime artigo 331 do Código Penal (fato 02), na forma do artigo 69 do Código Penal (concurso material de crimes), motivo pelo qual é oferecida a presente denúncia, que se espera seja recebida, registrada e autuada, citando-se o denunciado para responder à acusação, notificando-se as testemunhas adiante arroladas para deporem, sob as penas da lei, tudo em conformidade com o rito previsto no artigo 394, §1°, inciso II (procedimento sumário), e artigo 396, e seguintes, todos do Código de Processo Penal, que tramitará até final julgamento. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

PONTA GROSSA

2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ACIDENTES DO TRABALHO

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO (prazo de 30 dias)
O EXMO.DR. FLÁVIO RENATO CORREIA DE ALMEIDA, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PONTA GROSSA - ESTADO DO PARANÁ
PELO presente fica a(o) **citado(a) requerido(a) TIAGO VALDENIR MEIRA** CPF n.º 109.750.889-71 atualmente em local incerto e não sabido, para que no prazo de **15 dias** se querendo apresente contestação Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Processo: 0044579-91.2019.8.16.0019
Classe Processual: Alimentos - Provisionais
Assunto Principal: Levantamento de Valor
Requerente(s): HULLY DE ALMEIDA SIEIRO
Requerido(s): TIAGO VALDENIR MEIRA
Dado e passado nesta Comarca de Ponta Grossa, Pr, aos 6 de maio de 2025. Eu_____, auxiliar juramentado o fiz digitar, conferi e subscrevi.
ERIKA WATANABE
JUÍZA DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO (prazo de 20 dias)
O EXMO.DR. FLÁVIO RENATO CORREIA DE ALMEIDA, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PONTA GROSSA - ESTADO DO PARANÁ
PELO presente fica a(o) **citado(a) requerido(a) ADRIANO REIS** RG n.º 251971922 SSP/SP atualmente em local incerto e não sabido, para que no prazo de **15 dias** se querendo apresente contestação Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Processo: 0019705-71.2021.8.16.0019
Classe Processual: Reconhecimento e Extinção de União Estável
Assunto Principal: Dissolução
Requerente(s): LUCIANE KAWA DE OLIVEIRA
Requerido(s): ADRIANO REIS
Dado e passado nesta Comarca de Ponta Grossa, Pr, aos 6 de maio de 2025. Eu_____, auxiliar juramentado o fiz digitar, conferi e subscrevi.
FLÁVIO RENATO CORREIA DE ALMEIDA
JUIZ DE DIREITO

2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): EDSON LUIS DA ROSA
PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Débora Carla Portela, da 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Simples, sob nº 0004578-25.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDSON LUIS DA ROSA, e vítima K R V R, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido EDSON LUIS DA ROSA, portador(a) do RG 104131590 SSP/PR e CPF 065.640.889-81, nascido(a) em 31/01/1986, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de OLGA APARECIDA ROSA e JOSE DOS SANTOS DA ROSA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses, c/c art. 61, II, "f", do Código Penal, c/c art. 5º e 7º da Lei n.° 11.340/06. oferecida em 07/02/2025 e recebida em 07/02/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] No dia 18 de fevereiro de 2023, aproximadamente às 04h00min, na residência localizada na Rua Eunice dos Reis, nº 384, Olarias, neste Município e Comarca de Ponta Grossa, o denunciado EDSON LUIS DA ROSA, com vontade e consciência, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, praticou vias de fato contra a vítima K.R.V.R., sua ex-esposa, ao desferir tapas no rosto da vítima e empurrões, sem, contudo, deixar lesões aparentes. Assim agindo, o denunciado EDSON LUIS DA ROSA, praticou a conduta típica e antijurídica descrita no art. 21 do Decreto-Lei n.° 3.688/41 c/c art. 61, II, "f", do Código Penal, c/c art. 5º e 7º da Lei n.° 11.340/06 e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.**
Débora Carla Portela
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ELIANDRO FERREIRA DE ANDRADE
PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Débora Carla Portela, da 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Vias de fato,

sob nº 0020597-09.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ELIANDRO FERREIRA DE ANDRADE, e vítima M E F , e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ELIANDRO FERREIRA DE ANDRADE, portador(a) do RG 147376634 SSP/PR e CPF 126.051.889-22, nascido(a) em 18/03/2002, natural de IMBITUVA/PR, filho(a) de ELISSANDRA LOURENÇO PINTO e LUIZ ELIZEU FERREIRA DE ANDRADE,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses, conforme os arts. 5° e 7° da Lei 11.340/06 e art. 2° e seus incisos, da Lei 14.344/22 ART 150 - VIOLACAO DE DOMICILIO, Detenção: 6 meses a 2 anos, cc. Art. 61, II, F, ambos do Código Penal, conforme os arts. 5° e 7° da Lei 11.340/06 oferecida em 03/04/2025 e recebida em 15/04/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] 1º FATO Em 17 de maio de 2023, por volta das 22 horas e 30 minutos, na residência localizada na Rua Simone de Jesus Vaz, nº 56, vila Alegre, na cidade de Ponta Grossa/PR, o denunciado ELIANDRO FERREIRA DE ANDRADE, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, entrou na residência da vítima, M. E. F. R., sua ex-esposa, contra a sua vontade expressa e tácita, conforme boletim de ocorrência (mov. 1.2), termo de declaração da vítima (mov. 1.3) e demais expedientes (mov. 1.6). Consta dos autos que o denunciado ELIANDRO FERREIRA DE ANDRADE, para a prática do ilícito, precisou arrombar o cadeado e adentrar pela janela da frente da residência. Nota-se, ainda, que estavam separados há aproximadamente 2 semanas e, nas palavras da vítima: "eu não queria que ele fosse lá". 2º FATO Nas mesmas circunstâncias do 1º fato, o denunciado ELIANDRO FERREIRA DE ANDRADE, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, praticou vias de fato contra M. E. F. R., sua ex-esposa, ao jogar uma chave na perna da ofendida e empurrar a vítima fazendo com que ela caísse no chão, sem, contudo, deixar lesões aparentes, conforme boletim de ocorrência (mov. 1.2), termo de declaração da vítima (mov. 1.3) e demais expedientes (mov. 1.6). Assim agindo, o denunciado ELIANDRO FERREIRA DE ANDRADE praticou, em tese, a conduta típica e antijurídica descrita no art. 150, §1º, cc. Art. 61, II, F, ambos do Código Penal, conforme os arts. 5° e 7° da Lei 11.340/06 (1º fato); Art. 21 da LCP, cc. Art. 61, II, F, do Código Penal, conforme os arts. 5° e 7° da Lei 11.340/06 e art. 2° e seus incisos, da Lei 14.344/22 (2º fato); tudo na forma do Art. 69 do Código Penal (concurso material)[...]"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.**

Débora Carla Portela

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): THIAGO ISAIAS BORGES DE FREITAS

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Rafael Kramer Braga, da 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0029328-57.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) J R, réu(s) THIAGO ISAIAS BORGES DE FREITAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido THIAGO ISAIAS BORGES DE FREITAS, portador(a) do RG 10223772 SSP/PR e CPF 065.845.129-40, nascido(a) em 08/03/1987, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de CIRLEI DAS GRAÇAS BORGES DE FREITAS e ANTONIO CARLOS DE FREITAS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "[...] Assim, e havendo indícios de prática de ilícitos penais que indicam existência de risco à integridade física e/ou psicológica da vítima, aplico ao requerido as medidas protetivas de urgência previstas no art. 20 da Lei nº 14.344/2022, c/c artigo 21, incisos I e II, da Lei nº 13.431/17, ou seja: a) afastamento da residência das vítimas; b) proibição de aproximação com os ofendidos, pelo limite mínimo de 200 (duzentos) metros de distância; c) vedação de contato com as vítimas, por qualquer meio de comunicação (telefone, email, mensagens de texto, redes sociais, etc). 3. As medidas aplicadas terão vigência por prazo indeterminado (conforme decidido pelo STJ no Tema 1249), mas isso não impede a revisão de ofício pelo magistrado ou a pedido do(a) interessado(a), na hipótese de não subsistir a situação de risco. Para os fins previstos no art. 19, §6º, da Lei nº 11.340/06, e levando-se em conta a impossibilidade de aplicar uma pena de caráter perpétuo, em nítida violação ao princípio da proporcionalidade, decorrido o prazo inicial de 90 (noventa) dias, a medida será reavaliada. Registra-se que a fixação de prazo de reavaliação, em analogia ao contido no art. 316, parágrafo único, CPP, não se confunde com prazo de validade, portanto, as medidas protetivas terão validade enquanto persistir a situação de risco e até que sobrevenha decisão judicial em sentido contrário. Decorrido o prazo, a requerente deverá manifestar-se (orienta-se que o faça trinta dias antes do prazo de vigência aqui fixado) sobre a necessidade de manutenção da medida protetiva e eventual ajuizamento de ação de restrição do direito de visitas perante a Vara de Família. Intime-se o requerido, cientificando-o de que poderá, querendo, manifestar-se no prazo de dez dias e de que, em caso de descumprimento da medida protetiva, estará sujeito a prisão preventiva e instauração de inquérito policial por crime previsto no art. 25 da Lei 14.344/2022. [...]". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.**

Débora Carla Portela

Juiza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): Vinicius Pereira Trappel

PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0031251-21.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Vinicius Pereira Trappel, e vítima GNS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Vinicius Pereira Trappel, portador(a) do RG 109498750 SSP/PR e CPF 075.468.779-11, nascido(a) em 05/01/1992, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de LUCIANA PEREIRA TRAPPEL e ADILSON SILVA TRAPPEL,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 1 ano e 4 meses a 5 anos e 4 meses E Multa, artigo 155, §§ 1º e 4º, incisos II e IV, c.c artigo 29 (1º Fato) ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, artigo 155, §4º, incisos II e IV, c.c artigo 29 (2º Fato) oferecida em 03/12/2024 e recebida em 09/01/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 12 de setembro de 2024, por volta das 20h30min, durante o repouso noturno, no imóvel localizado na Rua Capitão Benetido Lopes de Bragança, nº 319, bairro Jardim Carvalho, neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado VINICIUS PEREIRA TRAPPEL, na companhia de outro indivíduo não identificado nos autos, em conluio, com unidade de desígnios e comunhão de vontades, um aderindo à conduta criminosa do outro, dolosamente, com consciência e vontade, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, com ânimo de assenhoreamento definitivo, mediante abuso de confiança e fraude, consistente em efetuarem a locação do imóvel através da plataforma "AIRBNB/BOOKING", induzindo a vítima em erro, na medida em que utilizaram de tal ferramenta para terem acesso ao recinto, subtraíram, para ambos, 01 (um) aparelho de televisão, marca North Tech, de 32 polegadas, avaliada em R$ 800,00 (oitocentos reais) e 01 (um) micro-ondas, marca Eletrolux, avaliado em R$ 600,00 (seiscentos reais), ambos de propriedade de Guilherme Nogueira da Silva, conforme boletim de ocorrência (mov. 1.2), imagens de câmeras de segurança (mov. 1.4/1.10), auto de avaliação (mov. 12.8) e demais elementos informativos amealhados ao feito. 2º Fato Em data e horário não precisados nos autos, mas certo que no período compreendido entre o dia 14 e 21 de setembro de 2024, nos imóveis localizados na Rua Graciliano Ramos, nº 231, ap. 24, bairro Jardim Carvalho, e Rua General Carneiro, nº 758, Centro, ambos neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado VINICIUS PEREIRA TRAPPEL, na companhia de outro indivíduo não identificado nos autos, em conluio, com unidade de desígnios e comunhão de vontades, um aderindo à conduta criminosa do outro, dolosamente, com consciência e vontade, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, com ânimo de assenhoreamento definitivo, mediante abuso de confiança e fraude, consistente em efetuarem a locação do imóvel através da plataforma "AIRBNB/BOOKING", induzindo a vítima em erro, na medida em que utilizaram de tal ferramenta para terem acesso aos recintos, subtraíram, para ambos, 01 (uma) cama box, tamanho "queen", avaliada em R$ 2.000,00 (dois mil reais), 02 (dois) micro-ondas, avaliados em R $ 600,00 (seiscentos reais), cada, 01 (um) frigobar, marca Midea, avaliado em R$ 1.000,00 (um mil reais), 02 (dois) cooktop's, avaliados em R$ 400,00 (quatrocentos reais), cada, 01 (uma) geladeira, marca Brastemp, avaliada em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), 03 (três) televisores, marca Philco, avaliados em R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), cada, bens estes avaliados no total de R$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais) e de propriedade de Luis Eduardo Lourenço, conforme boletim de ocorrência (mov. 1.3), auto de avaliação (mov. 12.8), imagens de câmeras de segurança (mov. 12.9/12.13) e demais elementos informativos amealhados ao feito"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com

o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, ELaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Hélio Cesar Engelhardt
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CAMILLE MESQUITA BAGINI
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estelionato, sob nº 0023742-39.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CAMILLE MESQUITA BAGINI, e vítima FGB, PAG e RSBARGOLO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CAMILLE MESQUITA BAGINI, portador(a) do RG 170267702 SSP/PR e CPF 057.735.721-25, nascido(a) em 19/06/2003, natural de CUIABA/MT, filho(a) de JOANICE BENEDITA MESQUITA BAGINI e JOSÉ EDILSON BAGINI,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 171 - ESTELIONATO, Reclusão: 1 a 5 anos E Multa oferecida em 13/08/2024 e recebida em 15/08/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 05 de julho de 2024, por volta das 13h44min, em local não precisados nos autos, mas certo que neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, a denunciada CAMILLE MESQUITA BAGINI, na companhia de outra pessoa não identificada nos autos, dolosamente, com consciência e vontade, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, em conluio, com unidade de desígnios e comunhão de vontades, um aderindo à conduta delituosa do outro, mediante ardil, consistente em utilizarem do numeral telefônico (42) 9.8412-7961, identificando-se como "PAULO" e efetuarem a venda fraudulenta do veículo automotor FORD/Fiesta, placas AXC-6390, de propriedade de Renan Stoekly Brasil de Argolo, obtiveram, para ambos, vantagem ilícita no montante de R $ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)1, em prejuízo da vítima Priscila Aparecida Guerino, conforme boletim de ocorrência (mov. 1.1), comprovantes de transferência via "PIX" (mov. 1.2 e 1.3), resposta de ofício do Banco Bradesco (mov. 5.5) e demais elementos informativos amealhados ao feito. Consta nos autos que a comunicação com as vítimas foi realizada por rede social, mediante conversas pelo aplicativo "whatsapp", e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Hélio Cesar Engelhardt
Juiz de Direito

DESTINATÁRIO(A)(S): VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTRO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do
Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0039198-29.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VINICIUS SOARES DE MATOS CASTRO, ALEXSANDRO GIOVANI SOARES DE ALMEIDA,
VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTRO, e vítima A. A. R. e M. A. M., e que não foi possível localizar pessoalmente a
, portador(a) do RG 131156464 SSP/PR e CPF(s) VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTROparte(s) Promovido
088.944.249-52, nascido(a) em 03/09/2003, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de MÁRCIA SOARES e VALDEMIR
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência de queANTONIO DE MATOS CASTRO, CITAÇÃO
houve em seu desfavor, ART 121 - HOMICIDIO QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos, artigooferecimento de denúncia
121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal (1º fato) ART 121 - HOMICIDIO QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos, artigo 121,
§2º, incisos II e IV, c/c o artigo 14, II, ambos do Código Penal (2º fato) (Tentado) oferecida em 10/03/2025 e recebida em 11/03
/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 27 de novembro de 2024, durante a noite, na Rua Pau Brasil, nº
166, nesta cidade e comarca de Ponta Grossa/PR, os denunciados ALEXSANDRO GIOVANI SOARES DE ALMEIDA, VINICIUS SOARES
DE MATOS CASTRO e VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTRO, todos com consciência e vontade, mediante prévio acordo de
vontades, um aderindo a conduta do outro, unidos pelos mesmos vínculos subjetivos e com intenção de ceifar a vida, mataram Alexandre
Araújo Ribas mediante disparos de arma de fogo que lhe causaram o óbito por choque hipovolêmico (cf. boletim de ocorrência de mov.
1.2, laudo de necropsia de mov. 1.14 e 1.15, informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17, oitivas de mov.
15.9 a 15.16). O crime foi praticado por motivo fútil, correspondente a uma situação anterior, na qual indivíduo identificado apenas como
"Orley" empurrou a mãe2 dos denunciados VINICIUS e VITOR (cf. informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov.
15.17, oitivas de mov. 15.9 a 15.16). Ademais, o crime foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, uma vez que os
Denunciados aguardaram o momento em que o Ofendido deixou sua residência, rumo a uma loja de conveniência, para surpreendê-lo
com os disparos de arma de fogo que ceifaram sua vida (cf. informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17,
oitivas de mov. 15.9 a 15.16) e Nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar do fato anterior, os denunciados ALEXSANDRO GIOVANI
SOARES DE ALMEIDA, VINICIUS SOARES DE MATOS CASTRO e VITOR MARCIEL SOARES DE MATOS CASTRO, todos com
consciência e vontade, mediante prévio acordo de vontades, um aderindo a conduta do outro, unidos pelos mesmos vínculos subjetivos e
com intenção de ceifar a vida, iniciaram os atos executórios tendentes a matar Mateus Aurelio Machado, mediante disparos de arma de
fogo que atingiram sua nuca, não consumando o crime por circunstâncias alheias às suas vontades, uma vez que o disparo que o atingiu
não foi suficiente para ceifar sua vida, bem como em razão do atendimento médico prestado (cf. boletim de ocorrência de mov. 1.2, laudo
de necropsia de mov. 1.14 e 1.15, informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17, oitivas de mov. 15.9 a
15.16). O crime foi praticado por motivo fútil, correspondente a uma situação anterior, na qual indivíduo identificado apenas como "Orley"
empurrou a mãe3 dos denunciados VINICIUS e VITOR (cf. informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17,
oitivas de mov. 15.9 a 15.16). Ademais, o crime foi praticado mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, uma vez que os
Denunciados aguardaram o momento em que o Ofendido deixou sua residência, rumo a uma loja de conveniência, para surpreendê-lo
com os disparos de arma de fogo que o feriram (cf. informação de investigação de mov. 15.4, laudo investigativo de mov. 15.17, oitivas de
mov. 15.9 a 15.16)"; e à sua para, no , oferecer resposta escrita à acusação, por intermédioINTIMAÇÃO prazo de 10 (dez) dias
de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O
presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no
futuro. Eu, ELAINE CRISTINE MUNHOZ STADLER, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Hélio Cesar Engelhardt
Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO CESAR MACHADO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0009664-40.2024.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PAULO CESAR MACHADO, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido PAULO CESAR MACHADO, portador(a) do RG 95186815 SSP/PR e CPF 010.736.109-42, nascido(a) em 12/03/1981, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de SOLANGE DE FÁTIMA MACHADO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para que, no prazo de 10 (dez) dias compareça junto ao Juízo da 3ª Vara Criminal, pessoalmente ou por meio de procurador, no endereço acima, para recebimento do valor apreendidos nos presentes autos. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): KELLYN ANTUNES FURQUIM
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Raça, sob nº 0000085-39.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FRANCIELE ANTUNES FURQUIM, KELLYN ANTUNES FURQUIM, GABRIEL ANTUNES FURQUIM DE JESUS, e vítima RPS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido KELLYN ANTUNES FURQUIM, portador(a) do RG 126761449 SSP/PR e CPF 088.559.129-17, nascido(a) em 11/11/1983, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de CASTORINA DE FATIMA ANTUNES e CARLITO FURQUIM**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência de que, por decisão deste Juízo, datada de 02/12/2024, foi extinta a pena de multa do sentenciado nos presentes autos, em virtude da concessão de indulto natalino ao mesmo, com fundamento no artigo 107, inciso II do Código Penal, permanecendo no mais os demais efeitos da sentença. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 08 de maio de 2025.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Arildo de Oliveira Lourenço
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0017578-34.2019.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Arildo de Oliveira Lourenço, e vítima T.P.S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ARILDO DE OLIVEIRA LOURENÇO, portador(a) do RG 100630028 SSP/PR e CPF 061.747.319-60, nascido(a) em 14/08/1988, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de Nadir de Oliveira Lourenço e Albari Lourenço**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência de que, por decisão deste Juízo, datada de 04/10/2024, foi extinta a pena de multa do sentenciado nos presentes autos, em virtude da concessão de indulto natalino ao mesmo, com fundamento no artigo 107, inciso II do Código Penal, permanecendo no mais os demais efeitos da sentença. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Marlon Aurelio Rodriguez
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0004177-94.2021.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) **MARLON AURÉLIO RODRIGUEZ**, e vítima S. L., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido marlon aurelio rodriguez, portador(a) do RG 127577129 SSP/PR e CPF 092.157.839-38, nascido(a) em 24/11/1993, natural de ponta grossa, filho(a) de Alexsandra Kordel e MARCIO AURELIO RODRIGUEZ**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência de que, por decisão deste Juízo, datada de 04/10/2024, foi extinta a pena de multa do sentenciado nos presentes autos, em virtude da concessão de indulto natalino ao mesmo, com fundamento no artigo 107, inciso II do Código Penal, permanecendo no mais os demais efeitos da sentença. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.**
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 60 DIAS
O Doutor HELIO CESAR ENGELHARDT, Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER a todos os que o presente edital, com prazo de 60 dias virem ou dele tiverem conhecimento que, nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0019694-37.2024.8.16.0019, desta 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa/PR, em que é autora a Justiça Pública e réu(ré) **CLÉCIO FRANCISCO DOS SANTOS**, portador do RG nº 162936417 SSP/PR, filho de UIARA MARIA DA SILVA SANTOS e CÉLIO ROBERTO DOS SANTOS, nascido em PAULISTA/PE em 13/05/1985, foi proferida sentença, nos seguintes termos: "Posto isso, julgo IMPROCEDENTE o pedido acusatório formulado na ação penal proposta pelo Ministério Público contra CLÉCIO FRANCISCO DOS SANTOS, ABSOLVENDO-O da imputação que lhe foi dirigida, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal". E como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente edital, fica o mesmo intimado da referida sentença. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025. Eu, ELAINE CRISTINE MUNHOZ STADLER, Técnica Judiciária, digitei e conferi.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO RODRIGO MARQUES DE AVELAR
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Carta de Ordem Criminal, assunto Furto Qualificado , sob nº 0001550-78.2025.8.16.0019, em que é(são) autor(es) Camila de Almeida, réu(s) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e vítima PRMA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima PAULO RODRIGO MARQUES DE AVELAR, portador(a) do RG 73954908 SSP/PR e CPF 006.471.939-14, nascido(a) em 16/08/1980**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência do teor da decisão proferida no acórdão nº 045574-75.2017.8.16.0019 Ap, que negou provimento ao recurso interposto pela ré, mantendo-se a r. sentença inalterada em todos seus termos, determinando que se cumpra o disposto no artigo 201, parágrafo 2º, do Código de Processo Penal, a fim de que a vítima tome ciência acerca do acórdão . O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, ELaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ERIKE ROBERTO MARTINS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Thiago Bertuol de Oliveira, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0028091-22.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ERIKE ROBERTO MARTINS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ERIKE ROBERTO MARTINS, portador(a) do RG 129435992 SSP/PR e CPF 100.882.449-62, nascido(a) em 24/01/2000, natural de TEIXEIRA SOARES/PR, filho(a) de CLEONI TEREZINHA DE JESUS e ROBERTO MARTINS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência de que, por decisão deste Juízo, datada de 21/03/2025, foi extinta a pena de multa do sentenciado nos presentes autos, em virtude da concessão de indulto natalino ao mesmo. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
O Doutor HELIO CESAR ENGELHARDT, MM. Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER a todos os que, o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0006370-14.2023.8.16.0019, deste juízo, em que é autora a Justiça Pública e réu(ré) **ELVIS LUAN AMEIDA CARDIM**, portador do RG nº 164768716 SSP/PR, filho de EDINILDA ALMEIDA *(Nome Mãe)* e JOSE PEREIRA CARDIM JUNIOR *(Nome Pai)*, nascido em ITUBERA/BA em 18/06/1987, atualmente em local incerto e não sabido , para que, no prazo de dez (10) dias, compareça a este Juízo da Terceira Vara Criminal, a fim de efetuar o pagamento da multa a que foi condenado no valor de R $ 755,59 (setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), bem

como, o pagamento das custas processuais no valor de R$ 690,20 (seiscentos e noventa reais e vinte centavos).
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao credito (SPC/SERASA). Ponta Grossa, 07 de maio de 2025. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnica Judiciária, digitei e conferi.
Elaine Cristine Munhoz StadlerChefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
O Doutor HELIO CESAR ENGELHARDT, MM. Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER a todos os que, o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0006370-14.2023.8.16.0019, deste juízo, em que é autora a Justiça Pública e réu(ré) **ROBERIO ANGELO BARBOSA**, portador do RG nº 2872871 null/PI, filho de ILZA ANGELO RIBEIRO *(Nome Mãe)* e NELSON FERRREIRA BARBOSA *(Nome Pai)*, nascido em FLORIANO/PI em 22/09/1989, atualmente em local incerto e não sabido , para que, no prazo de dez (10) dias, compareça a este Juízo da Terceira Vara Crimina, a fim de efetuar o pagamento da **multa** a que foi condenado no valor de R $ 755,59 (setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), bem como, o pagamento das **custas** processuais no valor de R$ 690,20 (seiscentos e noventa reais e vinte centavos).
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao credito (SPC/SERASA). Ponta Grossa, 07 de maio de 2025. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnica Judiciária, digitei e conferi.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
O Doutor HELIO CESAR ENGELHARDT, MM. Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/Paraná, na forma da lei,FAZ SABER a todos os que, o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, nos autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos nº 0035703-11.2023.8.16.0019, deste juízo, em que é autora a Justiça Pública e réu(ré) **FERNANDA TALITA DE LIZ**, portador do RG nº 94332311 SSP/PR, filho de ROMILDA DE LIZ e ANTONIO ODAIR DE LIZ, nascido em PONTA GROSSA/PR em 03/09/1983, atualmente em local incerto e não sabido , para que, no prazo de dez (10) dias, compareça a este Juízo da Terceira Vara Criminal a fim de **efetuar o pagamento da multa** a que foi condenado no valor de R$ 9.480,91 (nove mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e um centavos). Ponta Grossa, 07 de maio de 2025. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnica Judiciária, digitei e conferi.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 10 DIAS
O Doutor HELIO CESAR ENGELHARDT, MM. Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER a todos os que, o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0006014-53.2022.8.16.0019, deste juízo, em que é autora a Justiça Pública e réu(ré) **DIEGO DE GOUVEIA OLIVEIRA**, portador do RG nº 130300898 SSP/PR, filho de MARILDA MARTINS DE OLIVEIRA e FLORI DA SILVA OLIVEIRA, nascido em PALMEIRA em 13/08/1995, atualmente em local incerto e não sabido , para que, no prazo de dez (10) dias, compareça a este Juízo da Terceira Vara Criminal a fim de efetuar o **pagamento da multa a que foi condenado no valor de R$ 456,65 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)**, valores atualizados até 21/01/2025. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnica Judiciária, digitei e conferi.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
O Doutor HELIO CESAR ENGELHARDT, MM. Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/Paraná, na forma da lei,FAZ SABER a todos os que, o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento que, nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0033934-41.2018.8.16.0019, deste juízo, em que é autora a Justiça Pública e réu(ré) **JOÃO PEDRO PESERICO DORNELLES FLORES**, portador do RG nº 95652743 SSP/PR, filho de ROSANGELA PESERICO DORNELLES FLORES e CLAUDIO AURY DORNELLES FLORES, nascido em Telemaco Borba em 13/12/1987, atualmente em local incerto e não sabido, ficando o réu intimado de que, por decisão deste Juízo, datada de 02/12/2024, foi extinta a pena de multa nos presentes autos, em virtude da concessão de indulto natalino ao mesmo, com fundamento no artigo 107, inciso II do Código Penal, permanecendo no mais os demais efeitos da sentença. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 60 DIAS
O Doutor HELIO CESAR ENGELHARDT, Juiz de Direito da Terceira Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa/Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER a todos os que o presente edital, com prazo de 60 dias virem ou dele tiverem conhecimento que, nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0020305-87.2024.8.16.0019, desta 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa/PR, em que é autora a Justiça Pública e réu(ré) **LUCIANE KRUPNISKI RIBEIRO**, portador do RG nº 67465717 SSP/PR, filho de MARIA ZILDA KUPNISKI e LUCIANO KRUPNISKI, nascido em PONTA GROSSA/PR em 21/02/1976, foi proferida sentença, nos seguintes termos: "Isto posto e pelo que mais consta dos autos julgo improcedente a pretensão punitiva do Estado para o fim de absolver LUCIANE KRUPNISKI RIBEIRO das penas do 157, §2º, inciso II, c/c artigo 29, ambos do Código Penal, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal". E como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente edital, fica o mesmo intimado da referida sentença. Ponta Grossa, 07 de maio de 2025. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 07 de maio de 2025.
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ADRIANO DAMASIO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Hélio Cesar Engelhardt, da 3ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0001992-83.2021.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ADRIANO DAMASIO, PAULO CESAR MACHADO, e vítima J.B.M., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ADRIANO DAMASIO, portador(a) do RG 926313033 SSP/PR e CPF 043.546.209-10, nascido(a) em 26/07/1984, natural de CASCAVEL, filho(a) de IRACI LIMA DAMASIO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência de que, por decisão deste Juízo, datada de 19/11/2024, foi extinta a pena de multa do sentenciado nos presentes autos, em virtude da concessão de indulto natalino ao mesmo, com fundamento no artigo 107, inciso II do Código Penal, permanecendo no mais os demais efeitos da sentença. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Elaine Cristine Munhoz Stadler, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 08 de maio de 2025.**
Elaine Cristine Munhoz Stadler
Chefe de Secretaria

4ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

COMARCA DE PONTA GROSSA - PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS ESPÓLIO DE JOÃO BATISTA GUIDO E PASCOAL FORNAZARI - COM PRAZO DE 30 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem que pelo mesmo CITA os RÉUS ESPÓLIO DE JOÃO BATISTA GUIDO E PASCOAL FORNAZARI (sem informação nos autos quanto ao CPF/MF destes), nos autos

de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL sob nº **0018898-17.2022.8.16.0019**, em que são requerentes PRINCESA UVARANAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA e VISTA UVARANAS EMP. IMOBILIÁRIOS SPE LTDA e requeridos CERAMICA SAO JUDAS TADEU LTDA e outros, para que tome conhecimento da ação e, no prazo de quinze (15) dias, em querendo, apresente resposta, com a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, nos termos e de acordo com a inicial transcrita em resumo: "A Requerente é pessoa jurídica que possui como finalidade a incorporação de imóveis conforme prevê a Lei 4.591 do 1964, sendo ela a responsável pelo empreendimento denominado Condomínio Residencial Vista Uvaranas. O referido empreendimento teve seu projeto (plantas e memoriais descritivos) aprovado pelo Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, por meio do requerimento n. 0560497 de 25/02/2016, sendo expedido alvará de construção n. 289-A em data de 1/10/2018. O condomínio contará com 392 (trezentos e noventa e dois) apartamentos distribuídos em 8 torres, conforme verifica-se por meio da documentação em anexo e do registro da incorporação na matrícula mãe n. 68.021 do 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa (DOC. 1 - matrícula 68.021-2CRI). Considerando que o empreendimento impactará toda a região, não só na questão logística, mas também no que diz respeito a necessidade de serviços públicos, foi necessário um projeto de extensão da rede de esgoto já existente para que essa se adequasse a nova demanda, conforme verifica-se na resposta a Carta de Viabilidade de 14/07/2021 (DOC.2 - Resposta à Carta de Viabilidade). Como consta na Carta Resposta à Viabilidade, a Companhia de Saneamento do Paraná sugeriu que a execução da extensão da rede seguisse o caminhamento da tubulação existente, com a finalidade de diminuir a interferência nos imóveis afetados, conforme verifica-se do e-mail abaixo colacionado. (DOC. 3 - troca de e-mails com a Sanepar). Considerando a necessidade de aumento da rede e as informações obtidas através da SANEPAR, o projeto de extensão foi submetido à análise da Companhia, tendo sido aprovado em data de 26/04/2022, conforme comprova-se por meio do projeto com o carimbo de aprovação depositado em secretaria1 (DOC. 3 - projeto aprovado pela SANEPAR). O empreendimento tem data de entrega prevista para o mês de outubro de 2022, por essa razão a necessidade do início da execução da extensão da rede de esgoto é classificada como URGENTE. Como trata-se de servidão para passagem de tubulação permanente que é necessário a gravação de ônus na matrícula e pagamento de indenização, a Requerente tentou localizar os proprietários dos lotes atingidos pelo traçado, porém não obteve êxito, o que impossibilitou a continuidade do procedimento extrajudicialmente". Esgotadas as tentativas de realização do ato pelas vias ordinárias, foi deferida a sua citação por edital, a ser cumprido nos termos do art. 257 do Código de Processo Civil. A ser afixado e publicado na forma da lei. Ponta Grossa, 7 de maio de 2025. Eu, (a) Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei, conferi e subscrevo.
POLIANA MARIA CREMASCO FAGUNDES CUNHA WOJCIECHOWSKI
Juíza de Direito Substituta

COMARCA DE PONTA GROSSA PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DA RÉ FLÁVIA CRISTINA EMRICH PINTO MAIA E DO CONFRONTANTE MOACYR TEIXEIRA - PRAZO DE 30 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA a Ré FLÁVIA CRISTINA EMRICH PINTO MAIA (inscrita no CPF/MF nº 435.000.486-68) e o Confrontante MOACYR TEIXEIRA (inscrito no CPF/MF nº 112.722.879-04), seu cônjuge se casados forem, herdeiros ou sucessores, se for o caso, para todos os atos da ação de AÇÃO DE USUCAPIÃO sob nº **0022093-73.2023.8.16.0019**, em que são requerentes JOSÉ ADILSON BIGOSINSKI e SILVANA APARECIDA CAMPOS DOS SANTOS e requeridos FLAVIA CRISTINA EMRICH PINTO MAIA e outros, para querendo contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pela requerente, nos termos da inicial, a qual pretende o domínio sobre o seguinte bem: "LOTE DE TERRENO URBANO SOB Nº 03 (Três) da quadra 23 (vinte e três), situado no Bairro dos Periquitos, quadrante NO, desta cidade, inscrição imobiliária nº 08-3-44-58-0112-000, com frente para a Avenida Noroeste (antiga Rua "d"), lado PAR, distante 28,00 metros da Rua "J", confrontando de quem da avenida olha; do lado direito com o lote "A" (antigo lote 2), lado esquerdo com o lote 4, e no fundo com o lote 13, com área total de 490,00m2", objeto da Matrícula nº 3815 do Registro de Imóveis, 1ª Circunscrição desta Comarca, existindo sobre o mesmo a construção de uma casa de alvenaria com 94,61m2 , com frente para a Avenida Noroeste, 202, ainda não averbada na matrícula". Esgotadas as tentativas de citação do requerido pelas vias ordinárias, foi deferida a citação por edital a ser cumprido nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil. A ser afixado e publicado na forma da lei. SOB OS AUSPÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. Ponta Grossa, aos 8 de maio de 2025. Eu, _____ Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei e subscrevo.
POLIANA MARIA CREMASCO FAGUNDES CUNHA WOJCIECHOWSKI
Juíza de Direito Substituta

COMARCA DE PONTA GROSSA - PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS - NO PRAZO DE 20 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA OS RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS, seu cônjuge se casado for, herdeiros ou sucessores, se for o caso, para todos os atos da AÇÃO DE USUCAPIÃO, sob nº **0012128-03.2025.8.16.0019** em que são requerentes ELCIO WOYCIECHOWSKI e ELIANE PADILHA WOYCIECHOWSKI e Réu desconhecido, para querendo contestar a ação no prazo de 15 dias, com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo requerente, nos termos da inicial, o qual pretende o domínio sobre o seguinte bem: "Imóvel situado na Rod. Jesus dos Santos Ribas / KM 03, com área de 08 hectares, sem registro do proprietário, o respectivo imóvel faz divisa com a propriedade de LUIS CARLOS NEUSA KUBASKI, com matricula de nº 39.483, vértice M02, lado, M02 - M03, outra divisa com a propriedade de EDEGAR LUIZ WOYCIECHOWKI, CPF: 645.599.399-34, vértice M03, lado m03- m04, com a propriedade de NILO AUGUSTO REQUE, de matrícula 62.126, vértice m01, lado m01- m02 e a divisa com rodovia Geni Jesus S. Ribas, PR-438 : Trecho Entr. PR-151 - Guaragi.". Ficando cientes de que, quem não habilitar-se nos autos, não será intimado dos atos subsequentes. A ser afixado e publicado na forma da lei. Ponta Grossa, aos 07 de maio de 2025. Eu, _____ Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei e subscrevo.
LEONARDO SOUZA
Juiz de Direito

COMARCA DE PONTA GROSSA PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DO PROMITENTE COMPRADOR JUAN PEREZ GOMEZ - PRAZO DE 20 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA o PROMITENTE COMPRADOR JUAN PEREZ GOMEZ (inscrito no CPF/MF nº 030.133.408-00), seu cônjuge se casado for, herdeiros ou sucessores, se for o caso, para todos os atos da ação de AÇÃO DE USUCAPIÃO sob nº **0004031-87.2020.8.16.0019**, em que são requerentes BRUNO DE MARIANO MACYSZY e SERLI TEIXEIRA MACYSZYN e requeridos CARMEN DA SILVA TOMIO e outros, para querendo contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pela requerente, nos termos da inicial, a qual pretende o domínio sobre o seguinte bem imóvel: "inscrito sob n° 48, Lv.8-B e transcrito sob n° 35.189 L° 3-P do 1° Serviço de Registro de Imóveis, é localizado na Rua Maestro Bento Mussurunga, sem numeração oficial, Chapada, Ponta Grossa; Com inscrição imobiliária n° 08.5.30.57.0248.000 com valor venal de R$ 2.127,36 (dois mil cento e vinte e sete reais e trinta e seis centavos); Quadra NO58 Lote 1032; tendo como área total do lote 462 m², sendo 14 metros de testado e 33 de largura". Esgotadas as tentativas de citação do requerido pelas vias ordinárias, foi deferida a citação por edital a ser cumprido nos termos do artigo 257 do Código de Processo Civil. A ser afixado e publicado na forma da lei. SOB OS AUSPÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. Ponta Grossa, aos 8 de maio de 2025. Eu, _____ Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei e subscrevo.
POLIANA MARIA CREMASCO FAGUNDES CUNHA WOJCIECHOWSKI
Juíza de Direito Substituta

COMARCA DE PONTA GROSSA - PR - 4ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO DOS RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS - NO PRAZO DE 30 DIAS
Faz saber, pelo presente edital, a todos quantos virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo mesmo CITA OS RÉUS EM LUGAR INCERTO E EVENTUAIS INTERESSADOS, seu cônjuge se casado for, herdeiros ou sucessores, se for o caso, para todos os atos da ação de AÇÃO DE USUCAPIÃO, sob nº **0035822-74.2020.8.16.0019** em que são requerentes DANIEL LEMES ALVES e IVONEIDE LEMES ALVES e requerido IRMÃOS PILATTI E CIA, para querendo contestar a ação no prazo de 15 dias, com advertência que será nomeado curador especial em caso de revelia e sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo requerente, nos termos da inicial, o qual pretende o domínio sobre o seguinte bem: "Um imóvel urbano, constituído de casa de morada, com área total construída de 84,13 m, e seu respectivo terreno com área total de 577,50 m2 (metros quadrados), situado na Rua Capitão Pedro Afonso, nº. 93, bairro Ronda, cidade de Ponta Grossa-PR, dentro das seguintes dimensões, divisas e confrontações; o imóvel mede 35,00 (trinta e cinco) metros de frente para a rua Capitão Pedro Afonso, do lado direito mede 33,00 (trinta e três), do lado esquerdo mede 48,10 (quarenta e oito metros e 10 centímetros), perfazendo uma área total de 577,50 m2 (metros quadrados). Do lado direito confronta, com o lote n2 214, de propriedade de Francisca da Silveira Caldas. Do lado esquerdo confronta com a rua Thiago Peixoto. De fundo, não há confrontantes, terreno de forma irregular. Conforme planta topográfica anexa e seu respetivo ART/CREA 1720203551765". Ficando cientes de que, quem não habilitar-se nos autos, não será intimado dos atos subsequentes. A ser afixado e publicado na forma da lei. Ponta Grossa, aos 08 de maio de 2025. Eu, _____ Paulo Roberto Duso, Escrivão, que digitei e subscrevo.
LEONARDO SOUZA
Juiz de Direito

PORECATU

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Ademilson Machado Pinheiro
PRAZO DE 20 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Guilherme Aranda Castro dos Santos, da Vara Cível de Porecatu, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Contratos
Bancários, sob nº 0001425-86.2021.8.16.0137, em que é autor BANCO BRADESCO S/A, e réu Ademilson Machado Pinheiro,
e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) , portador(a) do CPFparte(s) Promovido Ademilson Machado Pinheiro
113.084.237-13. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua para, no ,CITAÇÃO prazo de 15 (quinze) dias úteis
pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ 126.742,00 (cento e vinte seis mil, setecentos e quarenta e dois reais),
o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de
honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m)
de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).CIENTE(S)
Ainda, fica(m) de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de plenoCIENTE(S)
direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica
(m) de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento)CIENTE(S)
do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o
restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts.
701, § 5º, e 916, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Porecatu, 06 de maio de 2025.
Guilherme Aranda Castro dos Santos
Juiz de Direito

REALEZA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

O Juiz de Direito Felipe Wollertt de França, da Vara Criminal de Realeza, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0000892-81.2022.8.16.0141, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Teodoro Senger Junior, e vítima MATEUS MENEGAZZI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Teodoro Senger Junior portador(a) do RG 141845527 SSP/PR e CPF 118.751.509-43, nascido(a) em 22/05/1998, natural de Lindoeste, filho(a) de Dulce Elisa Oppermann Senger e Getulio Senger motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a), nos termos do art. Por tais fundamentos, julgo improcedente a pretensão condenatória veiculada na denúncia, para o fim de absolver o réu Teodoro Senger Junior do crime que lhe é imputado, nos termos do art. .386, VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Bruno Perao Rodrigues, Estagiário, conferi e digitei. Realeza, 23 de abril de 2025. Felipe Wollertt de França Juiz de Direito

O Juiz de Direito Felipe Wollertt de França, da Vara Criminal de Realeza, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0002385-93.2022.8.16.0141, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JAIR DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JAIR DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 130177190 SSP/PR e CPF 098.644.999-71, nascido(a) em 30/04/1994, natural de REALEZA /PR, filho(a) de MARIA DE LOURDES RIBEIRO e JOCIR DE OLIVEIRA motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (Whatsapp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Bruno Perao Rodrigues, Estagiário, conferi e digitei. Realeza, 24 de abril de 2025. Felipe Wollertt de França
Juiz de Direito

REBOUÇAS

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O Juiz de Direito James Byron Wechenfelder Bordignon, da Vara Cível de Rebouças, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0003347- 17.2022.8.16.0174, em que são autores TEREZINHA MOREIRA, JOÃO PEDRO DE CASTRO e requerido MARINELSON MOREIRA DE CASTRO, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição MARINELSON MOREIRA DE CASTRO, por sentença publicada em 20/03/2025, a qual reconheceu que o interditado não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma do art. 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por seus genitores, de forma compartilhada (art. 1.775-

A do Código Civil) . A referida sentença ainda nomeou ao interditado os curadores TEREZINHA MOREIRA, JOÃO PEDRO DE CASTRO, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Ante o exposto, julgo procedente o pedido decretando a interdição de Marinelson Moreira de Castro, submetendo-o a curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por seus genitores, de forma compartilhada (art. 1.775-A do Código Civil), João Pedro de Castro e Terezinha Moreira que ficam nomeados como curadores definitivos, confirmando a liminar de mov. 32.1, nos termos do artigo 755, I do Código de Processo Civil. Extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ressalvo que os valores recebidos de entidade previdenciária/assistencial deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditado. Cumpra-se o art. 755, par. 3º do Código de Processo Civil [1]. Inscreva-se a presente sentença no Registro Civil competente e publique-se: a) caso já implantado na rede mundial de computadores, no sítio do CNJ, por seis meses; b) na imprensa oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; c) dispensada a publicação de edital na imprensa local por ser o autor da ação beneficiário da gratuidade processual. Tome-se por termo em livro próprio o compromisso de curador (art. 759, I, e seu par. 1º e 2º do Código de Processo Civil), constando do compromisso que o curador assume a administração dos bens do interditado naquele ato. Mantenho a isenção de custas já concedida. Publique-se. Registrese. Intimem-se. Passado em julgado arquivem-se. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Karina Roberta Bednarchuk, Analista Judiciário, conferi e digitei. Rebouças, 05 de maio de 2025. James Byron Wechenfelder Bordignon Juiz de Direito

RESERVA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RESERVA
VARA CRIMINAL DE RESERVA - PROJUDI
.
.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 15 (quinze) dias
.
.
Processo: 0001865-59.2024.8.16.0143
Classe Processual: Cautelar Inominada Criminal
Assunto Principal: Competência do MP
Data da Infração: 22/11/2024
Requerente(s): 56.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE RESERVA
Requerido(s): ALEXANDRE DOS SANTOS AMANCIO
.
.
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Comarca de Reserva, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
.
FAZ SABER a todos quanto o presente edital lerem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) investigado(s):
.
ALEXANDRE DOS SANTOS AMANCIO, RG 123656539 SSP/PR, Nome da Mãe: APARECIDA DOS SANTOS AMANCIO, nascido em 15/06/1990, natural de RESERVA/PR;
.
O(s) qual(is) encontra(m)-se atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O(S) para que compareça perante esta Juízo na data de **27 de maio de 2025, às 13:00**, para acompanhar a tomada do depoimento especial da vítima E. V. M. S. acerca dos fatos pelos quais está sendo investigado. Fica por meio deste ciente, também, que deve comparecer acompanhado de advogado para fins de representá-lo nos autos e, querendo, apresentar quesitos que deseja serem esclarecidos -- sob pena de nomeação de defensor pelo Juízo para acompanhar a realização da audiência (inclusive para o caso de não se fazer presente na data e horário agendados).
.
Nada mais. Reserva, 07 de maio de 2025.
.
.
Luiza Hey Toscano de Oliveira
Juíza de Direito

RIO BRANCO DO SUL

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LV SUPERMERCADO LTDA PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Marcelo Teixeira Augusto, da Vara Cível de Rio Branco do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Inadimplemento, sob nº 0002622-17.2019.8.16.0147, em que é(são) exequente(s) C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, e executado(s) LV SUPERMERCADO LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LV SUPERMERCADO LTDA, portador(a) do CNPJ 28.039.855/0001-45. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$ 9.481,33 (nove mil e quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Adriana de Moraes Veloso Portes de Oliveira, Analista Judiciário, conferi e digitei.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Marcelo Teixeira Augusto, da Vara Cível de Rio Branco do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0002326-19.2024.8.16.0147, em que é(são) autor(es) PEDRO DALCIM, JOCELEI FATIMA DALCIM , e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião a seguir transcrito, em síntese: [Os autores há mais de 15 anos (desde dezembro/2000) são senhores e legítimos possuidores de forma pública, pacífica, inconteste e ininterrupta do imóvel urbano com 736,00m², situado na Rua Felix Novak, Jardim Pedro Woch, Município e Comarca de Rio Branco do Sul, PR, cujas confrontações são com referida rua e com Everton Rocha Novak, Antonio Carlos de Faria e Lauredi Novak. A partir da imissão na posse do imóvel, os usucapientes promoveram ali investimentos de ordem social e econômica, assumindo suas obrigações de possuidores como manutenção das delimitações, limpeza da área, reforma das cercas, etc., tanto que desde então vem sendo reconhecidos no local como legítimos possuidores e senhores do respectivo imóvel. Referida área não conta com registro de imóveis autônomo perante o Registro Imobiliário de Rio Branco do Sul. Entretanto, segundo apurado pelos autores, respectiva porção imobiliária integra a matrícula nº13.057, do Cartório de Registro Imobiliário de Rio Branco do Sul, em nome de Cecilia Novak e esposo; Casimira Novak Drozd e esposo; Eugenio Novak e esposa; Josefa Novak Dudek e esposo; Antonio Novak e esposa; Leocádia Novak; José Novak e esposa; Leoncio Novak; e Lidia Novak Mainardes e esposo.], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrito: "02. Após, cite(m)-se, aquele(s) em cujo(s) nome(s) estiver registrado o imóvel usucapiendo, se houver(em) (CPC, art. 246). 03. Cite(m)-se pessoalmente o(s) confinante(s) do imóvel usucapiendo, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (CPC, art. 246, § 3º). 04. Por edital, com prazo

de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (CPC, art. 259, I)". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Adriana de Moraes Veloso Portes de Oliveira, Analista Judiciário, conferi e digitei.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Marcelo Teixeira Augusto, da Vara Cível de Rio Branco do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0003579-42.2024.8.16.0147, em que é(são) autor(es) ABEL LEONEL DE BONFIM FARIA, EDISON SIQUERA DE FARIA, NEUSA MARIA KULEVICZ FARIA, ADAIR BOMFIM FARIA, e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião a seguir transcrito, em síntese: [Os autores, por si e respectivos antecessores, há mais de 15 anos são senhores e legítimos possuidores de forma pública, pacífica, inconteste e ininterrupta das áreas com 586,44m² (Abel e Adair) e com 466,36m² (Edison e Neusa), situadas na Rua José Bonifácio, Natânia, Cidade e Comarca de Rio Branco do Sul, PR, cujas confrontações são entre si e com Rio Rocinha, Mario Teixeira de Faria, Celso Vino Costa Jr., Antonio Bittencourt de Faria e Maria Helena Costa Nascimento. A partir das aquisições respectivas, há mais de 15 anos, os usucapientes assumiram cada um os cuidados de seus imóveis, promovendo ali investimentos de ordem social e econômica, como a manutenção das delimitações, limpeza da área, onde fixaram residência e tomaram para si as obrigações de possuidor sobre respectivo bem.], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrito: "01. Cite(m)-se, aquele(s) em cujo(s) nome(s) estiver registrado o imóvel usucapiendo, se houver(em) (CPC, art. 246). 02.Cite(m)-se pessoalmente o(s) confinante(s) do imóvel usucapiendo, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (CPC, art. 246, § 3º). 03. Tendo a parte autora pleiteado a citação pessoal do(s) proprietário(s) registral(ais) e confinante(s) pelo correio, expeça(m)-se carta(s) na modalidade AR/MP. 04.Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (CPC, art. 259, I)". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Adriana de Moraes Veloso Portes de Oliveira, Analista Judiciário, conferi e digitei.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Marcelo Teixeira Augusto, da Vara Cível de Rio Branco do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0000224-87.2025.8.16.0147, em que é(são) autor(es) ISIELI CASTRO DO NASCIMENTO, IVERSON CASTRO DO NASCIMENTO, IRIANE CASTRO NASCIMENTO COSTA, e réu(s) JURANDIR RODRIGUES BAIDO, Lourdes Baido dos Santos, ROSI DE ROMA FAGUNDES, ANISIO BAIDO, IRAIDE BAIDO NASCIMENTO, Jose Dirceu Baido, e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião a seguir transcrito, em síntese: [A parte autora, por si e respectivos antecessores, há mais de 15 anos é senhora e legítima possuidora de forma pública, pacífica, inconteste e ininterrupta das áreas urbanas denominadas área 3 com 1.139,11m² (Iverson); área 4, com 2.241,61m² (Iriane) e área 5, com 2.229,72m² (Isieli), situadas na Rua Benjamin Constant, Tacaniça dos Falcões, Município e Comarca de Rio Branco do Sul, PR, cujas confrontações são entre si, com a Rua Benjamin Constant, Rua Projetada, Jeferson Perpetuo dos Santos, Jurandir Rodrigues Baido, Celso Schubert de Souza, Iracema Nascimento Cecon, Acir Cecon, Georgina de Souza Lourenço e Caliu Castro Nascimento. Tais imóveis foram adquiridos por Sucessão Possessória Personalsíssima da respectiva genitora Iraide Baido Nascimento, antecessora que já possuía respectivo bem com todos os atributos do possuidor ad usucapionem por mais de 15 anos, de modo que não existe qualquer circunstância de composse da autora Iriane com respectivo cônjuge, que firmou declaração do artigo 73, do CPC, em anexo. A partir da imissão na posse, a parte usucapiente promoveu ali investimentos de ordem social e econômica, assumindo suas obrigações de possuidor como manutenção das delimitações, limpeza da área, promoção de edificações, enfim, sempre reconhecido, por si e respectivos antecessores, no local como legítima possuidora e senhora do respectivo bem, conforme especificado acima. Referidas áreas não contam com registro de imóveis autônomo perante o Registro Imobiliário de Rio Branco do Sul (doc anexo). Entretanto, segundo apurado pela parte autora, respectiva porção imobiliária integra a matrícula nº13.351, do Cartório de Registro Imobiliário de Rio Branco do Sul, onde figuram como proprietários Rosi de Roma Baido, Dirceu Baido, Anísio Baido, Lourdes Baido, Jurandir Baido e Iraide Baido.], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrito: "01.Cite(m)-se, aquele(s) em cujo(s) nome(s) estiver registrado o imóvel usucapiendo, se houver(em) (CPC, art. 246). 02.Cite (m)-se pessoalmente o(s) confinante(s) do imóvel usucapiendo, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (CPC, art. 246, § 3º). 03. Tendo a parte autora pleiteado a citação pessoal do(s) proprietário(s) registral(ais) e confinante(s) pelo correio, expeça(m)-se carta(s) na modalidade AR/MP. 04.Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (CPC, art. 259, I)". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Adriana de Moraes Veloso Portes de Oliveira, Analista Judiciário, conferi e digitei.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Marcelo Teixeira Augusto, da Vara Cível de Rio Branco do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0003208-15.2023.8.16.0147, em que é(são) autor(es) MARIA FÁTIMA DE LARA PINTO, e réu(s) MARIA CANDIDA ARTIGAS DE LARA, e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e /ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião a seguir transcrito, em síntese: [A parte autora, por si e seus antecessores, pelo tempo legalmente exigido é senhora e legítima possuidora de forma mansa, pacífica, inconteste e ininterrupta de uma área com 360m², situado na Rua Jose Amancio Stresser, 59, Santa Terezinha, Município e Comarca de Rio Branco do Sul, cujas confrontações são com Eliane C. Machado de Moraes e esposo, Neir Cordeiro Machado e esposa e Pedro Artigas de Lara e esposa, conforme planta e memorial descritivo, imóvel adquirido pela usucapiente mediante Contrato de Compra e Venda firmado com Maria Candida Artigas de Lara, antecessora cuja posse, por si e respectivos predecessores, já remontava mais de 15 anos sobre o imóvel em questão, com todos os atributos do possuidor ad usucapionem. A partir da aquisição, a parte usucapiente imitiu-se na posse do imóvel, onde vem promovendo investimentos de ordem social e econômica.], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrito: "01.Cite(m)-se, aquele(s) em cujo(s) nome(s) estiver registrado o imóvel usucapiendo, se houver(em) (CPC, art. 246). 02.Cite(m)-se pessoalmente o(s) confinante(s) do imóvel usucapiendo, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (CPC, art. 246, § 3º). 03. Tendo a parte autora pleiteado a citação pessoal do(s) proprietário(s) registral(ais) e confinante(s) pelo correio, expeça(m)-se carta(s) na modalidade AR/MP. 04.Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (CPC, art. 259, I)". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Adriana de Moraes Veloso Portes de Oliveira, Analista Judiciário, conferi e digitei.

EDITAL DE CONHECIMENTO E INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS PRAZO DE 40 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Marcelo Teixeira Augusto, da Vara Cível de Rio Branco do Sul, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Desapropriação, assunto Servidão Administrativa, sob nº 0000014-33.1988.8.16.0147, em que é(são) autor(es) COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. e réu(s) Votorantim Cimentos S/A, que nos termos do art. 34 do Decreto-Lei n. 3.365/41 (Lei de Desapropriações), ficam os eventuais TERCEIROS INTERESSADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS para que, no prazo de 10 dias, requeiram o que for de seu direito em termos de prosseguimento do feito, considerando o que consta na petição inicial e na sentença proferida por esse D. Juízo. OBJETO: Terreno de cultura, situado no lugar denominado Ricardo, Município de Rio Branco do Sul, com a área de 36.300,00 m², constante da matrícula nº 12.872, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul, de propriedade de VOTORANTIM CIMENTOS S/A, com as seguintes características: Este levantamento começa na estaca 54-A, segue para a estaca nº 55, no rumo de 86º27´-SE com 178,00 metros; segue a estaca 56-A, no rumo de 87º45´-SE com 55,17 metros, segue para a estaca 57-A, no rumo 48º51´-SE com 15,00 metros, na faixa de domínio da linha de transmissão da Copel, segue para a estaca 57-B, no rumo 41º47´- NE com 32,90 metros, pende à esquerda no rumo 34º49´-NO com 23,26 metros, até a estaca 58, segue para a estaca 59, no rumo 37º24´-NO com 49,28 metros, segue no rumo 37º07´-NO, com 148,89 metros até atingir a estaca 31, pende à direita no rumo 66º49´- NE, até a estaca 30-M, com 95,54 metros, pende a esquerda no rumo 46º48´-NW com 91,56 metros, até a estaca 29-M, aonde começa a faixa de domínio da Rede Ferroviária Federal S/A, segue por esta faixa de domínio no Sentido Rio Branco do Sul à Curitiba, com 332,65 metros, até a estaca 54-A, onde foi iniciado este levantamento, sendo que da estaca 54-A, até a estaca 57-A esta

área de terreno, confronta-se com terreno do Sr. Vergilio Baido, da 57-A até a estaca 57-B, confronta-se com a linha divisória de Transmissão da Copel, da estaca 57-B, até a estaca 30-M, confronta-se com Rene Marques. Da estaca 30-M, até a estaca 29-M, confronta-se com a área B, do espólio de Ana Maria do Carmo. A presente ação foi julgada para fixar o valor da indenização em R$ 65.623,51 (sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos). Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Adriana de Moraes Veloso Portes de Oliveira, Analista Judiciário, conferi e digitei.

RIO NEGRO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - Celular: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): Rogerio Kurz - CPF 867.128.379-87
PRAZO DE 20 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Obrigação de Fazer / Não Fazer, sob nº 0002424-41.2023.8.16.0146, em que é(são) autor(es) FABIO VALENTIM, e réu(s) Rogerio Kurz, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Rogerio Kurz**, portador(a) do RG 71316106 SSP/PR e CPF 867.128.379-87. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita: "..."Processo: 0002424-41.2023.8.16.0146. Vara: Cível de Rio Negro - PR. Autor: Fabio Valentim. Réu: Rogério Kurz. Objeto da Ação:A presente ação tem como objetivo principal a condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer, consubstanciada na confecção e instalação de um portão de ferro, serviço este contratado verbalmente pelo autor em 27 de janeiro de 2023 e integralmente pago no mesmo ato, no valor de R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais). Subsidiariamente, caso não seja possível o cumprimento da obrigação de fazer, requer-se a rescisão do contrato verbal, com a restituição do valor integral já pago, acrescido de perdas e danos, correspondentes ao aumento do custo do serviço no mercado. Requer-se, ainda, a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em decorrência dos transtornos, angústia e desvio produtivo experimentados pelo autor em razão do não cumprimento do contrato. Fundamentos: O autor alega que o réu não cumpriu com a obrigação contratada, mesmo após diversas cobranças, causando-lhe prejuízos materiais e morais. A ação se fundamenta no artigo 35 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que dispõe sobre o direito do consumidor de exigir o cumprimento forçado da obrigação, aceitar outro produto ou serviço equivalente, ou rescindir o contrato com direito à restituição da quantia paga e indenização por perdas e danos, em caso de recusa do fornecedor em cumprir a oferta. Fundamenta-se, ainda, nos artigos 186 e 927 do Código Civil, que tratam da responsabilidade civil por ato ilícito, e no artigo 6º, inciso VI, do CDC, que assegura a efetiva reparação de danos patrimoniais e morais aos consumidores. Subsidiariamente, o autor invoca a Teoria do Desvio Produtivo, segundo a qual o tempo desperdiçado pelo consumidor para solucionar problemas causados por terceiros também é passível de indenização por danos morais .Pedidos: a) O recebimento e processamento da presente ação. b) A concessão dos benefícios da gratuidade de justiça ao autor. c) A citação do réu por edital, para que, querendo, apresente defesa no prazo legal, sob pena de revelia. d) A total procedência da ação, com a condenação do réu ao cumprimento da obrigação de fazer, ou, subsidiariamente, à restituição do valor pago e indenização por perdas e danos, bem como ao pagamento de indenização por danos morais, custas processuais e honorários advocatícios....". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Rio Negro, 08 de maio de 2025.
Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - Celular: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): PAULO RENATO SIMÕES DE OLIVEIRA - CPF 047.552.769-00
PRAZO DE 30 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Prestação de Serviços, sob nº 0003063-59.2023.8.16.0146, em que é(são) autor(es) MARILENE CENTRO EDUCACIONAL LTDA, e réu(s) PAULO RENATO SIMÕES DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido PAULO RENATO SIMÕES DE OLIVEIRA**, portador(a) do RG 4448670 SSP/SC e CPF 047.552.769-00. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ 10.229,17 (dez mil, duzentos e vinte e nove reais e dezessete centavos), o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) **CIENTE(S)** de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Rio Negro, 08 de maio de 2025.
Alexandro Cesar Possenti
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação - Criminal

O(A) Juiz(a) de Direito Ana Cristina Penhalbel Moraes, do Juizado Especial Criminal de Rolândia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal Procedimento Sumaríssimo, assunto Apropriação de Coisa Achada, sob nº 0002180-72.2024.8.16.0148, em que é(são) autor (es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LEONARDO JÚNIOR PROENÇA DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LEONARDO

JÚNIOR PROENÇA DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 150046726 SSP/PR e CPF 120.424.929-65, nascido(a) em 02/02/2005, natural de PORECATU/PR, filho(a) de MARIA , motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua LEONILDA DE PROENÇA OLIVEIRA e LUIZ MARCOS DE OLIVEIRA INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP; Enunciado 125, Fonaje), na qual restou sanções do ART 169 - APROPRIACAO COISA HAVIDA, Detenção: 1 mês na data de 10/12/2024, condenado(a) nas limitação de final de semana, cf. art. 48 do CP, devendo o réu recolher-se em sua casa nos finais de semana, uma vez que inexiste casa de albergado o similar neste Juízo, dedicando-se a leitura de obras literárias brasileiras, entregando neste Juízo, a cada 30 dias, durante o tempo da pena, resumo manuscrito do livro lido , sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: " JULGO PROCEDENTE a denúncia para o fim de CONDENAR o réu LEONARDO JÚNIOR PROENÇA DE OLIVEIRA , como incursos nas sanções do art. 169, inciso II do Código Penal . [...]. Considerando que não concorrerem causas de aumento ou diminuição da pena, lanço em definitivo a pena em 01 (um) mês de detenção. Por se tratar de réu primário e com circunstâncias judiciais) de 10 (dez) dias . que lhe favorecem cumprimento da pena em regime aberto. Em atenção ao artigo 43 e 44 do Código Penal, verifico que se trata de réu primário e de bons antecedentes, razão pela qual SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos , a saber: limitação de final de semana, cf. art. 48 do CP, devendo o réu recolher-se em sua casa nos finais de semana, uma vez que inexiste casa de albergado o similar neste Juízo, dedicando-se a leitura de obras literárias brasileiras, entregando neste Juízo, a cada 30 dias, durante o tempo da pena, resumo manuscrito do livro lido", e de que possui o prazo para recorrer (art. 82, § 1º, Lei nº 9.099/1995), prazo este contado do término do fixado no presente edital, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Elizabeth Mayumi Ise Marinato, Analista Judiciário, conferi e digitei. Rolândia, 06 de maio de 2025. Ana Cristina Penhalbel Moraes Juíza de Direito OBSERVAÇÃO /projudi . : O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso no endereço eletrônico https:// portal.tjpr.jus.br D

SALTO DO LONTRA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): A. A. P. R. D. S.
PRAZO DE 30 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Ramon Machado de Andrade, da Vara Criminal de Salto do Lontra, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a mulher, sob nº 0001757-12.2024.8.16.0149, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOAO PAULO OLARIO FREITAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima A. A. P. R. D. S., portador(a) do RG 159444600 SSP/PR e CPF 127.338.219-62, nascido(a) em 11/09/2008, natural de SALTO DO LONTRA/PR, filho(a) de LEONILDA PIMENTEL e VALMIR RODRIGUES DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito, revogando as medidas protetivas de urgência anteriormente deferidas nos presentes autos. Ademais, deverá a noticiante ser informada de que as medidas podem ser requeridas novamente a qualquer tempo no caso de ocorrência de novos episódios de violência. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Juliana Ferreira de Souza, Estagiária, conferi e digitei.**Salto do Lontra, 05 de maio de 2025.**
Eder Damer/Debora Rosa
Técnicos Judiciários
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SANTOS & SOUZA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0001381-48.2023.8.16.0153, a qual tem por objeto ISS, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 458 /2023 na data de 28/03/2023 no importe de R$ 1.214,20 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) SANTOS & SOUZA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) SANTOS & SOUZA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, portador(a) do CNPJ 21.358.449/0001-04, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Santo Antônio da Platina, 14 de abril de 2025
. Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PLATINSUMOS - COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0000686-94.2023.8.16.0153, a qual tem por objeto IPTU, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 029 /2023 na data de 28/02/2023, no importe de R$ 4.052,88 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) PLATINSUMOS - COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) PLATINSUMOS - COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, portador(a) do CNPJ 21.320.721/0001-59, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Santo Antônio da Platina, 14 de abril de 2025.
Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira Juíza de Direito

SÃO JOÃO DO IVAÍ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ-PR.
CARTÓRIO CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE a apurar, COM PRAZO DE (10) DEZ DIAS .
AUTOS Nº **0000961-97.2024.8.16.0156**

O(A) Juiz(íza) de Direito Malcon Jackson Cummings, da Vara Criminal de São João do Ivaí, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Alienação de Bens do Acusado, assunto Receptação Qualificada, sob nº **0000961-97.2024.8.16.0156**, em que é réu(s) a apurar, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO e de eventuais interessados para tomar ciência de que o veículo VW GOLF, ano 2002, cor prata, ostentando placas CDG-3169, em péssimo estado de conservação (sucata), foi leiloado e arrematado pelo valor de R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), sendo oportunizada a impugnação no prazo de 05 (cinco) dias. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
São João do Ivaí, aos 08 de maio de 2025 às 15:09:48 . Eu Mônica D S Moradore Fernandes, digitei e subscrevi.
Malcon Jackson Cummings
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE MARCOS VINICIUS NATEL - CPF Nº 043.039.769-03. AUTOS Nº 0018455-18.2022.8.16.0035 -PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS - A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou conhecimento dele tiverem, que encontra-se tramitando perante este Juízo e Cartório os autos sob o nº 0018455-18.2022.8.16.0035 de Ação de Cobrança, em que é requerente Banco Bradesco S.A, e requerido MARCOS VINICIUS NATEL, nos termos a seguir transcritos: "Inicialmente e com a devida vênia, o Autor informa que as partes firmaram entre si Contrato de Cartão de Crédito, pelo qual o Requerido comprometeu-se a pagá-lo, mediante fatura na data de sua escolha. Desta forma, com a anuência do Requerido e, consequentemente, a liberação do crédito solicitado, iniciou-se a vigência do Contrato de Cartão de Crédito. Entretanto, apenas a demandante cumpriu o contrato como fora solicitado e formalizado, já que o demandado não o fez. Diante da situação de inadimplência, adotou-se a tentativa de contatar o cliente, em busca de um acordo amigável, visando a quitação do débito sem intervenção judicial. Mantida tal situação de inadimplência, o Autor ajuizou, em 09/11/2022, AÇÃO DE COBRANÇA, requerendo a condenação do Requerido ao pagamento da quantia de R$154.860,66 (Cento e Cinquenta e Quatro Mil, Oitocentos e Sessenta Reais e Sessenta e Seis Centavos), em 05/05/2020 (data de vencimento da 1ª parcela), devendo o demandado suportar, além do valor principal, devidamente corrigido, com a incidência de juros de mora de um por cento (1%) ao mês, multa de dois por cento (2%), com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, no percentual de dez por cento (10%), e correção monetária; tudo nos termos do contrato. Por fim, reitera para que as intimações e demais publicações de estilo sejam lançadas exclusivamente em nome do patrono signatário da presente demanda, DR. ANDRÉ NIETO MOYA - OAB/SP 235.738, sob pena de nulidade dos atos processuais. Termos em que, Pede Deferimento. Santo André, 21 de fevereiro de 2025". Estando o requerido - MARCOS VINICIUS NATEL, em lugar incerto e não sabido, fica o mesmo através do presente edital CITADO dos termos da ação, e para contestar o feito, querendo, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de revelia, e que será nomeado Curador Especial ao mesmo em caso de revelia (artigo 257, IV, do CPC). Advertindo-o de que se não forem contestados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo(a) requerente (artigo 344 do Código de Processo Civil).- Nada mais. Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 07 de maio de 2025. Eu (Júlia Ranyele Sousa Almeida), Juramentada que o digitei e subscrevi.- Subscrição autorizada pela MMª. Juíza - Portaria 15/2023

Edital de Intimação

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE VALDEMAR SORIANO DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, APOSENTADO, PORTADOR DO RG Nº 13.823.095-3 - SESP/PR E INSCRITO NO CPF/MF SOB O Nº 010.447.218-98 - PRAZO DE 30 DIAS.
A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, MMª Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais,Estado do Paraná, etc,

F A Z S A B E R
que perante este Juízo e cartório processam os termos dos autos nº 0009210-80.2022.8.16.0035 de Ação de Interdição, que é requerente Daiane Martins da Silva, brasileira, casada, assistente administrativa, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.373.689-74 e portadora do RG nº 91.994.798 - SESP/PR, e requerido Valdemar Soriano da Silva, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 13.823.095-3 - SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 010.447.218-98, tendo sido a lide julgada procedente e decretada a Interdição do requerido, sendo-lhe nomeada Curadora a requerente Daiane Martins da Silva, acima qualificada, sendo a causa da Interdição: portador de patologia psíquica degenerativa, sem condições de gerir sua própria vida, sendo os limites da curatela: restrita a aspectos patrimoniais e negociais. Assim, determinou a expedição deste edital a ser publicado pela imprensa na forma do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Nada mais. Para constar lavrou-se o presente edital. São José dos Pinhais, 30 de Abril de 2025. Eu (Suelen da Paz de Andrade), Juramentada que o digitei e subscrevi.
Subscrição autorizada pela MMª Juiza - Portaria 15/2023

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VALDIVINO LIMA DE OLIVEIRA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Luciani Regina Martins de Paula, da Vara Plenário do Tribunal do Júri de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0001884-89.2010.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LUIZ AMERICO DE LUNA, e vítima Tiago Ferreira, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VALDIVINO LIMA DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 70674920 SSP/PR e CPF 931.533.849-91, nascido(a) em 21/06/1975, natural de MANOEL RIBAS/PR, filho(a) de HELENA BARBOSA DE OLIVEIRA e FRANCISCO LIMA DE OLIVEIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Marcos Vinicius Henn, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
São José dos Pinhais, 30 de abril de 2025.
Luciani Regina Martins de Paula
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): SAMUEL PAIXÃO DE OLIVEIRA
PRAZO DE 90 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Yabagata Endo, da 2ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0017617-07.2024.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) SAMUEL PAIXÃO DE OLIVEIRA, e vítima CRISLAINE DISNER, LUCAS DIOGO SENA DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **SAMUEL PAIXÃO DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 110342608 SSP/PR e CPF 082.000.569-02, nascido(a) em 21/01/1990, natural de TIJUCAS DO SUL/PR, filho(a) de ILCEIA ARAUJO PAIXÃO DE OLIVEIRA e EDIVAL LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do art. 155, §4°, inciso I, do Código Penal, a pena definitiva mantida em 04 (quatro) anos e 01 (um) mês de reclusão em regime semiaberto e 91 (noventa e um) dias-multa, os quais fixo em 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo., em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Ruth Carla Bergamasco, Analista Judiciário, conferi e digitei.
São José dos Pinhais, 07 de maio de 2025.
Rodrigo Yabagata Endo
Juiz de Direito

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - ARTIGO 34 DO DECRETO-LEI N. 3.365/1941 - PRAZO 10 DIAS.
A Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública - situada na Rua Mendes Leitão nº 2835, Centro, telefone (41)3312-6970 - do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento deste edital e ainda a quem possa interessar, que perante este Juízo e Secretaria se processam os autos de **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO**, sob o n. **0001363-16.2019.8.16.0202**, em que é expropriante o Município de São José dos Pinhais/PR e expropriado ESPÓLIO DE WALDOMIRO RIBAS DA SILVA representado por LAURA RIBAS DA SILVA. Foi declarado de utilidade pública por meio do Decreto nº 2781 de 01/09/2017, publicado no Correio Paranaense nº 4048, de 13/09/2017, para fins de desapropriação, o Lote de terreno urbano nº 02 da quadra A, da Planta Jardim Brasilino Moura Pedroso, situada na Colônia Guatupê, neste município, com área total de 362,00 m², transcrição nº 3-U, fls. 290, sob a ordem de nº 48.975 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais. Destina-se à implantação do Projeto Parque Linear do Rio Itaqui. Expede-se este edital em cumprimento a decisão de mov. 190.1 dos autos virtuais, para o levantamento, em favor do expropriado, do valor de R$88.862,77 (oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos), a ser atualizado. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que assinala o prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma da Lei, de acordo com o contido no Decreto-Lei n. º 3.365/41, visando resguardar seus direitos. NADA MAIS. São José dos Pinhais, 7 de maio de 2025. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura digital autorizada pela Portaria 01/2019.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - ARTIGO 34 DODECRETO-LEI N. 3.365/1941 - PRAZO 10 DIAS.
A Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública situada na Rua Mendes Leitão nº 2835 - Centro, do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento deste edital e ainda a quem possa interessar, que perante este Juízo e Secretaria se processam os autos de **AÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA** em fase de Cumprimento de Sentença**, sob nº0000976-87.2014.8.16.0036**, em que são exequentes de ANGELA DE SOUZA MELLO e FERNANDA DE SOUZA MELLO e executada COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.. Foi declarada de utilidade pública por meio do Decreto n. 5.927, publicado no Diário Oficial do Paraná Nº 8799 de 17/09/2012, para fins de constituição de servidão administrativa, a área de terras com 328,74 m² integrante do imóvel medindo 4,5 alqueires, situado no lugar denominado Charquinho, neste município, matriculado sob o nº 31.355 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais. Necessária à passagem da Linha de Transmissão LT 230 KV - UMBARÁ - UBERABA II. Expede-se este edital em razão da sentença de mov. 381.1 dos autos virtuais, para o levantamento, em favor dos exequentes, do valor de R$ 23.957,58 (vinte e três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) a ser atualizado. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que assinala o prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma da Lei, de acordo com o contido no Decreto-Lei n. º 3.365/41, visando resguardar seus direitos. NADA MAIS. São José dos Pinhais, 7 de maio de 2025. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura digital autorizada pela Portaria 01/2019.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - ARTIGO 34 DO DECRETO-LEI N. 3.365/1941 - PRAZO 10 DIAS.
A Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública - situada na Rua Mendes Leitão nº 2835, Centro, telefone (41)3312-6970 - do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento deste edital e ainda a quem possa interessar, que perante este Juízo e Secretaria se processam os autos de **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO** em fase de Cumprimento de Sentença, sob o n. **0011770-20.2007.8.16.0035**, em que são exequentes GILBERTO ANDRE BUFFARA, ESPÓLIO DE JACOB BUFFARA representado por LEDA BEHAR BUFFARA, CACIBO BEHAR BUFFARA, EDUARDO BEHAR BUFFARA, Fernando ANTONIO BEHAR BUFFARA, RAFAEL BEHAR BUFFARA, ROBERTO BEHAR BUFFARA; e LEDA BEHAR BUFFARA e executado o Município de São José dos Pinhais/PR. Foi declarado de utilidade pública por meio do Decreto nº 1.788 de 03/05/2007, publicado no Jornal São José dos Pinhais Metrópole nº 1529, de 08/05/2007, para fins de desapropriação, o Lote de terreno urbano nº 10 da quadra B-A, da Planta Núcleo Residencial Ypê, situada no lugar denominado Guatupê, neste município, com área total de 392,00 m², matriculado sob o número 60.608 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais. Expede-se este edital em cumprimento a sentença de mov. 215.1 dos autos virtuais, para o levantamento, em favor dos expropriados, do valor de R$ 275.227,12 (duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte e sete reais e doze centavos) a ser atualizado. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que assinala o prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma da Lei, de acordo com o contido no Decreto-Lei n. º 3.365/41, visando resguardar seus direitos. NADA MAIS. São José dos Pinhais, 7 de maio de 2025. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura digital autorizada pela Portaria 01/2019.

FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE SARANDI
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SARANDI - PROJUDI
Avenida Maringá, 3033 - Jardim Nova Aliança - Sarandi/PR - CEP: 87.111-001 - Fone: 44-3042-1461 - Celular: (44) 3042-1461 - E-mail: sgxr@tjpr.jus.br - HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Edital De Intimação do(a) Executado(a) CLOVIS ALBERTO DE SOUZAprazo de 30 (trinta) dias (art. 8º, inciso IV da Lei 6.830/1980)**Autos nº. 0001275-36.2021.8.16.0160**

Processo:	0001275-36.2021.8.16.0160
Classe Processual:	Execução Fiscal
Assunto Principal:	Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa:	R$482,33
Exequente(s):	• Município de Sarandi/PR (CPF/CNPJ: 78.200.482/0001-10) José Emilio de Gusmão, 565 - Centro - SARANDI/PR - CEP: 87.111-230
Executado(s):	• CLOVIS ALBERTO DE SOUZA (CPF/CNPJ: 485.908.439-04) Rua Carlos Gomes, 213 - Jd Independência -

SARANDI/PR - CEP: 87.114-110

A Doutora **PAULA MARIA TORRES MONFARDINI**, Juíza Substituta de Direito da Vara da Fazenda Pública de Sarandi, Estado do Paraná, na forma lei, etc.

FAZ SABER aos que, o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos nº 0001275-36.2021.8.16.0160, em que o **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL** move contra e **CLOVIS ALBERTO DE SOUZA**, tendo em vista que dos autos consta como devedor(a)(es) **CLOVIS ALBERTO DE SOUZA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº. 485.908.439-04, atualmente em lugar incerto e não sabido, devidamente **INTIMADO(A)** da realização de bloqueio/indisponibilidade de ativos financeiros, através do sistema **SISBAJUD**, no valor de **R$ 2.167,60 (dois mil e cento e sessenta e sete reais e sessenta centavos)**, conforme Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores (**seq. 180**), referente ao bloqueio de custas processuais e débitos principal, bem como, para, querendo, no **prazo de 05 (cinco) dias** (a contar depois de expirado o prazo do presente edital - art. 231, inciso IV do CPC), manifestar/comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou trata-se de indisponibilidade excessiva, nos moldes do art. 854, §2º e §3º do CPC, sob pena de conversão da indisponibilidade em penhora, transferindo o montante para conta judicial vinculada ao juízo, nos termos do §5º do art. 854 do CPC. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro alegar ignorância, mandou expedir este edital, que será publicado na forma da lei, no local de costume deste juízo.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro alegar ignorância, mandou expedir este edital, que será publicado na forma da lei, no local de costume deste Juízo.

OBSERVAÇÃO: Comunicação expedida em conformidade com os documentos acessíveis pelo sistema Projudi no endereço eletrônico **https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/**. Caso sejam enviados documentos anexos à presente comunicação, estes poderão ser acessados no endereço eletrônico informado selecionando no menu a opção 'Consulta via Chave de Validação' e utilizando a **chave identificadora** (código de acesso) fornecida junto à contrafé virtual. O conteúdo integral do processo, dependendo do seu nível de sigilo, poderá ser acessado pelo(a) advogado(a) habilitado(a) nos autos ou pela parte, devendo para tanto, ser solicitada sua senha de acesso ao sistema Projudi. Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".

DADO E PASSADO nesta cidade de Sarandi, Estado do Paraná, aos *data da assinatura eletrônica*.

SEBASTIANA DA GLÓRIA XAVIEREscrivã InterinaPor ordem do(a) MM. Juiz(a),

SENGÉS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JHONIER VINICIUS DE OLIVEIRA MACHADO PRAZO DE 30 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Marcelo Quentin, da Vara Criminal de Sengés, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Apropriação indébita, sob nº 0000647-10.2022.8.16.0161, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JHONIER VINICIUS DE OLIVEIRA MACHADO, e vítima ALGACIR PEREIRA MACHADO, Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JHONIER VINICIUS DE OLIVEIRA MACHADO, portador(a) do RG 93406818 SSP/PR e CPF 095.912.209-52, nascido(a) em 02/01/1994, natural de SOROCABA/SP, filho(a) de ROSEMARA DE OLIVEIRA MACHADO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 168 - APROPRIACAO INDEBITA, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 19/07/2024 e recebida em 23/07/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Na data 12 de março de 2022, por volta das 11h00min., na residência localizada nesta cidade e comarca de Sengés/PR, JHONIER VINICIUS DE OLIVEIRA MACHADO, ciente de ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, com ânimo doloso, apropriou-se de coisa alheia móvel de que tinha a posse, restando apurado que o denunciado emprestou o veículo o veículo GOL PLACAS FKY-1502, do tio/vítima, mediante o pagamento de aluguel mensal de R$ 1.000,00 (mil reais). No entanto, o denunciado se apropriou do carro, como se fosse dono, e vendeu o veículo, na cidade de Arapoti/PR, pelo valor irrisório de R$4.000,00 (quatro mil reais), em total descompasso com a tabela FIPE do veículo, que indicava o valor aproximado de R$36.000,00 (trinta e seis mil reais), o que fez, segundo o próprio denunciado, para pagar dívidas com traficantes, conforme boletim de ocorrência de mov. 1.2, informação da autoridade policial de mov. 1.3, imagem do local onde estaria o veículo de mov. 1.4, termo de depoimento de mov. 10.4, boletim de busca e apreensão do veículo de mov. 11.1, auto de exibição e apreensão de mov. 12.1, auto de entrega do veículo de mov. 12.2"; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Alvaro Antonio Pereira, Analista Judiciário, conferi e digitei. Sengés, 20 de março de 2025. Marcelo Quentin Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi. Documento

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JAIR MOREIRA NETO
PRAZO DE 15 dias corridos

O(A) Juiz(íza) de Direito Marcelo Quentin, da Vara Criminal de Sengés, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0001602-41.2022.8.16.0161, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JAIR MOREIRA NETO, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JAIR MOREIRA NETO, portador(a) do RG 144954823 SSP/PR e CPF 121.994.059- 31, nascido(a) em 23/03/2002, natural de SENGES/PR, filho(a) de JOSIANE APARECIDA DOS SANTOS e SEDINEI MOREIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa ART 244-B - CORROMPER OU FACILITAR A CORRUPCAO DE MENOR DE 18 DEZOITO ANOS, Reclusão: 1 a 4 anos oferecida em 12/06/2024 e recebida em 13/06/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Sengés (PR), datado e assinado digitalmente.
MARCELO QUENTIN
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br
/projudi.

TERRA BOA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo do Amaral Barboza, da Vara Cível de Terra Boa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0001963-09.2023.8.16.0166, em que é(são) autor(es) Eduardo Lionco Sodre, MARIA CONCEIÇÃO CARIS PESSOA , e réu(s) ERNESTO INÁCIO FERNANDES, Companhia Melhoramentos Norte do Parana S/A, e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em resumo da inicial que segue parcialmente transcrita/o: "II - DOS FATOS: Em meados de Janeiro de 1997, os Requerentes adquiriram do Senhor JORGE DA SILVA, o Imóvel constituído pelo LOTE DE TERRAS Nº. 14 DA QUADRA Nº. 72, COM A ÁREA DE 599,00 (Quinhentos e Noventa e Nove Metros Quadrados), pelo valor de CR$. 12.000,00 (Doze Mil Reais). Possuíndo o Lote as seguintes DIVISAS E CONFRONTAÇÕES: A Data Nº. 14 Confronta-se: Com o alinhamento predial da rua Ary Barroso no rumo NO 0º 55' SE numa frente de 15,00 metros, com a data n° 15-A no rumo NE 89° 05' SO medindo 38,92 metros, com parte da data n° 23-24B no rumo SE 30° 55' NO medindo 2,17 metros, com a data n° 25 medindo 10,13 metros, com parte da data n° 26 medindo 3,00 metros, ambas no rumo SE 0° 55' NO totalizando 13,13 metros, e finalmente com a data n° 13 no rumo SO 89° 05' NE medindo 40,00 metros. Sendo as datas mencionadas acima pertencentes à Quadra Nº 72 Centro da Planta Urbana desta Cidade e Comarca de Terra Boa/PR. Sendo o imóvel apresentado pertencente a proprietária Maria Conceição Caris Pessoa portadora do CPF: 601.894.449-91. Sendo que todos os imóveis mencionados acima, pertencem a Quadra nº. 72, da Planta Urbana desta Cidade e Comarca. Ocorre que os

Requerentes estão na posse do referido imóvel há mais de 33 (Trinta e três) anos, sem interrupção e nenhuma oposição de qualquer pessoa, pagando inclusive todos os impostos e taxas, conforme carnês em anexo, INCLUSIVE RESIDIRAM NO REFERIDO IMÓVEL, PORÉM SENDO NECESSÁRIO A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RESIDÊNCIA, MUDARAM SE DO LOCAL. No entanto Excelência, apenas com a Declaração de Confinantes, as Certidões Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Londrina, Estado do Paraná, Certidão de Ônus do Cartório de Registro de Imóveis de Londrina, Estado do Paraná, Certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Terra Boa - Pr, Certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Peabiru - Pr, Certidões Vintenárias do Cartório Distribuidor desta Comarca, IPTUS; Mapa e Memorial ; não há como os Requerentes regularizarem a documentação do referido imóvel. III - DO DIREITO: Inicialmente, há de ser ressaltado que o ordenamento jurídico brasileiro prevê a possibilidade de Ação de Usucapião como forma de regularizar o Registro Imobiliário do Imóvel Urbano/Rural, cuja aquisição se deu através da compra e venda. Estando os Requerentes na posse do Imóvel há mais de 33 (Trinta e três) anos, de forma ininterrupta, de boa-fé, incontestada e com ânimo de donos, possuindo os Requerentes fundamentos jurídicos para ingressarem com a presente ação de usucapião, para terem seus direitos resguardados. O Código Civil Brasileiro assegura o direito material pleiteado pelos Requerentes, conforme disposto no artigo 1238 do Código Civil Brasileiro, que assim assevera: Art. 1.238 - Aquele que, por 15 (quinze) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título de boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. A Usucapião Extraordinária admite ainda a REDUÇÃO DO PRAZO de 15 (quinze) anos para 10 (dez), desde que preenchidos os requisitos do parágrafo único do referido art. 1.238 do Código Civil: Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. Aliás, com relação ao prazo acima do tempo, faz-se necessário a observância do artigo 2.029 do Código Civil, in verbis: Art. 2.029 - Até 02 (dois) anos após a entrada em vigor deste código Civil, os prazos estabelecidos no parágrafo único do art. 1238 e no parágrafo único do artigo 1242, serão acrescidos de 02 (dois) anos, qualquer que seja o tempo transcorrido na vigência anterior, Lei 3.071, de 1º de Janeiro de 1916. Deste modo, uma vez preenchido o requisito temporal exigido pela lei para a aquisição da propriedade do imóvel, cuja posse ininterrupta, mansa e pacifica, sem oposição de quem quer que seja, requer desde já seja o mesmo reconhecido e declarado como legitimo possuidor, tendo em vista estar no Imóvel há mais de 33 (Trinta e Três) anos com ânimo de proprietária do imóvel Usucapiendo. IV - DOS PEDIDOS: Diante exposto, juntando o memorial descritivo, PLANTA PARCIAL DA QUADRA 72, Declaração dos Confinantes, as Certidões do Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício de Londrina, Estado do Paraná, Certidão Negativa do Cartório de Registro de Imóveis de Terra Boa - Pr., Certidão Negativa do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Peabiru, Estado do Paraná, Certidões Vintenárias do Cartório Distribuidor desta Comarca e IPTUS; Requer que, seja dispensada a audiência de Conciliação, conforme previsto no artigo 334 parágrafo 5º do Código de Processo Civil; Requer, a citação pessoal dos confinantes, descritos em anexo, a citação por AR da Requerida Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, a citação do Requerido ERNESTO INÁCIO FERNANDES, por Edital, tendo em vista o mesmo encontrar-se em local incerto; Requer seja DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO para a Copel, Sanepar, Tim, Vivo, Oi, Claro, bem como seja determinada expedição de Ofício para o INFOJUD, Receita Federal, com o objetivo de encontrar o endereço do Requerido ERNESTO INÁCIO FERNANDES. Caso restem infrutíferas as buscas, requer a citação por edital do Requerido SEVERINO SANCHES. Requer nos termos da Lei nº. 1.060/50, o benefício da justiça gratuita, por não possuir a Requerente condição de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do seu próprio sustento. Requer, ainda, a intimação por A.R., para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município; Ao final, requer sejam JULGADOS PROCEDENTES TODOS OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, para declarar o Imóvel Usucapiendo de propriedade dos Senhores MARIA CONCEIÇÃO CARIS PESSOA SODRÉ e EDUARDO LIONÇO SODRÉ, expedindo o competente MANDADO TRANSCRIÇÃO, para o Cartório de Registro de Imóveis desta cidade e Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná. Pretende provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial prova documental, pericial, testemunhal e oitiva de testemunhas; Dá-se a causa o valor de R$. 117.916,06 (Cento e Dezessete Mil, Novecentos e Dezeseis Reais e Seis Centavos)".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 10 (dez) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, Nelinha de Alcantara Neri, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Terra Boa, 08 de maio de 2025.

Rodrigo do Amaral Barboza

Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi

TOLEDO

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO
2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI
RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45) 3277 4825 - Celular: (45) 99999-3934 - E-mail: segundavaraciveltoledo@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): CÁTIA PANIZZON DAL CURTIVO
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO , da 2ª Vara Cível de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Cédula de Crédito Bancário, sob nº 0013531-10.2023.8.16.0170, em que é(são) autor(es) Cooperativa de Credito da Regiao Meridional do Brasil - Sicoob Unicoob Meridional, e réu(s) CÁTIA PANIZZON DAL CURTIVO, NIKOLAI NEUMANN FILHO, NANOGLASS LOGISTICA REVERSA LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CÁTIA PANIZZON DAL CURTIVO**, portador(a) do CPF 026.464.729-78. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor da causa de R$ 49.150,72 (quarenta e nove mil cento e cinquenta reais e setenta e dois centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento. A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.**O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Guilherme de Carvalho Pedro, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Toledo, 28 de abril de 2025.**

DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

---

[1] Código de Processo Civil: "Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação. § 1º Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.".

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO
2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI
RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45) 3277 4825 - Celular: (45) 99999-3934 - E-mail: segundavaraciveltoledo@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): JHONATAN DE OLIVEIRA DOS SANTOS e DRENATOL ARTEFATOS DE CIMENTO EIREL
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO , da 2ª Vara Cível de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Cédula de Crédito Bancário, sob nº 0012500-86.2022.8.16.0170, em que é(são) autor(es) COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO COM INTERACAO SOLIDARIA INTEGRACAO - CRESOL INTEGRACAO, e réu(s) JHONATAN DE OLIVEIRA DOS SANTOS e DRENATOL ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) JHONATAN DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, portador(a) do RG 129662450 SSP/PR e CPF 098.271.399-16 e **DRENATOL ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI**, portador(a) do CNPJ 34.600.438/0001-22. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, pagar o débito

constante na inicial, no valor total de R$ R$ 14.695,22 (quatorze mil, seis- centos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos), o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) **CIENTE(S)** de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Guilherme de Carvalho Pedro, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Toledo, 30 de abril de 2025.**
DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO
Juíza de Direito

Edital Geral

2ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE TOLEDO/PR
O **Dr. Sergio Laurindo Filho**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Toledo/PR, **comunica a todos que possam se interessar** que será realizado **leilãopúblico conduzido** pelo Leiloeiro Oficial **RUDIVAL ALMEIDA GOMES JÚNIOR, JUCEPAR nº 21/336-L**, por meio do site www.leilaovip.com.br, com base nos termos deste **EDITAL DE LEILÃO**:
Processo nº: 0009391-50.2011.8.16.0170 - Cumprimento de sentença
Exequente: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA (UNIPAR), CNPJ: 75.517.151/0001-10, na pessoa do seu representante legal;
Executado: VALERIA LIMA ANTUNES, CPF: 019.746.519-67;
Interessados:
? **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE PARANÁ/PR;**
? **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ/PR;**

1º Leilão
Início em 25/06/2025, às 09:30hs, e término em 02/07/2025, às 09:30hs.
LANCE MÍNIMO: R$ 5.760,00, conforme avaliação.
Caso não haja lance, seguirá sem interrupção ao:
2º Leilão
Início em 02/07/2025, às 09:31hs, e término em 30/07/2025, às 09:30hs**.**
LANCE MÍNIMO: R$ 2.880,00, correspondente a **50%** do valor da avaliação.
Descrição dos Bens:
VEÍCULO HONDA IC 100 BIZ ES, PLACA AKX-5690, ANO DE FABRICAÇÃO/ ANO MODELO 2003, COR AZUL, GASOLINA, RENAVAM 00804673217, CHASSI 9C2HA07103R057504.
ENDEREÇO DO BEM: Rua General Carneiro, no 678, casa 05, Vila Industrial, CEP:85904-190, Toledo/PR.
ÔNUS: A **PENHORA** do bem se encontra às fls. 340 dos autos.
Débitos fiscais: no valor total de R$ 2.635,52, até abril de 2025.
DEPOSITÁRIO: A executada, Valéria Lima Antunes.
Avaliação: R$ 5.760,00, em junho/2022
Débitodaação: R$ 68.876,13, a ser atualizado até a data da arrematação.
Obrigações e débitos
Verificação de condições do bem
O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, **constituindo ônus do interessado, verificar suas condições,** antes das datas designadas para a alienação.
Transferência do bem
As despesas e os custos relativos à sua transferência patrimonial, correrão por conta do arrematante.
Penhoras
As penhoras serão extintas com a arrematação, de modo que o arrematante não será obrigado a pagar nenhum valor referente a elas.
Pendências
O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o móvel, caso o valor da arrematação não seja suficiente para quitá-lo, respondendo por eventuais diferenças, salvo disposição em contrário.
IPVA, taxas e impostos
Serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN.
Publicação do Edital e Leiloeiro
O edital, com fotos e a descrição detalhada do bem a ser apregoado, será publicado na rede mundial de computadores, no portal www.leilaovip.com.br (art. 887, §2º, do CPC, local em que os lances serão ofertados e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial. **Sr.Rudival Almeida Gomes Júnior**, matriculado na JUCEPAR nº 21/336-L, na MODALIDADE ELETRÔNICA
Pagamento da Arrematação
O pagamento da arrematação pode ser feito das seguintes formas:
a) À vista: Em até 24hs após o encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial emitida pelo Leiloeiro e enviada por e-mail ao arrematante.
Observação: o pagamento à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado.
b) Pelos Créditos (art. 892, §1º, CPC): Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não é obrigado a exibir o preço. Porém, se o valor do bem exceder ao seu crédito, deve depositar a diferença, em até 3 dias, sob pena de tornar sem efeito a arrematação.
Comissão e Pagamento
Valor da comissão do Leiloeiro: A comissão será de **5%** sobre o valor da arrematação, no prazo de 24hs após o encerramento do leilão, que não está incluído no valor do lance, por meio de **boleto bancário.**
Acordo ou remição: Na hipótese de acordo ou remição após a alienação, o Leiloeiro fará jus à comissão de 5% sobre o valor da arrematação. (art. 7º, § 3º da Res. CNJ nº 236/2016).
Falta de pagamento
Atraso no pagamento: O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo aqui estipulado, configurará desistência ou arrependimento por parte do arrematante
Consequências: Nestes casos, o arrematante pode ser impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897, CPC), e obrigado a pagar o valor estabelecido de comissão ao Leiloeiro.
Conhecimento sobre o Leilão
Para os fins do art. 889 do CPC, as partes, seus cônjuges ou companheiros, e interessados informados no início (ou não), ficam cientes deste Edital e não poderão alegar desconhecimento diante de sua publicidade no site informado.
Regras e condições: Todas as regras e condições gerais de venda do bem e do Leilão estão disponíveis no site www.leilaovip.com.br.
Observações
. Regras do leilão: Este certame é regido elas normas e penas previstas no Código de Processo Civil, Código Penal, Resolução CNJ nº 236/2016, Decreto nº 16.548/1932 e demais normas aplicáveis, em especial, quanto à inadimplência, desistência, tentativa de impedir ou atrapalhar o certame e reparação de danos.
. Pendências: Não constam nos autos informações sobre outros débitos, recursos ou causas pendentes de julgamento sobre o bem móvel penhorado até a presente data.
Eu, , diretor(a), conferi.
Toledo/PR, 17 de abril de 2025.
Dr. Sergio Laurindo Filho

TOMAZINA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOMAZINA
VARA CRIMINAL DE TOMAZINA - PROJUDI
Rua Conselheiro Avelino Antônio Vieira, 34 - Centro - Tomazina/PR - CEP: 84.935-000 -
Fone: (43) 3572-8450 -
E-mail: tom-ju@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): FERNANDO ROSA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Franciele Pereira do Nascimento, da Vara Criminal de Tomazina,
FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Ato Obsceno, sob nº 0000941-61.2024.8.16.0171, em que é (são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) FERNANDO ROSA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido motivo pelo qual se procede à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 233 - ATO OBSCENO, Detenção: 3 meses a 1 ano oferecida em 05/08/2024 e recebida em , conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim procedendo, incidiu o denunciado FERNANDO ROSA nas sanções do art. 233, do Código Penal, razão pela qual se oferece a presente DENÚNCIA, que espera seja recebida, registrada e autuada, prosseguindo-se o feito com observância do rito sumaríssimo, previsto para as infrações de menor potencial ofensivo (arts. 60 e seguintes, da Lei n° 9.099, de 26/09/1995), citando-se o denunciado para se ver processar, até final JULGAMENTO. "; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Tomazina, 12 de março de 2025
Franciele Pereira no Nascimento
Juíza de Direito

UBIRATÃ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EDNEIA MENDES, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
O DOUTOR RODOLFO FIGUEIREDO DE FARIA, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL EM MEIO FECHADO E SEMIABERTO DA COMARCA DE UBIRATÃ, ESTADO DO PARANÁ,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório se processam os autos de Execução da Pena nº. 4000068-27.2023.8.16.0074 e, não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a senhora EDNEIA MENDES, brasileira, RG nº 9.324.804-0 SSP/PR, CPF nº 059.840.119-99, filha de Iraci Mendes, nascida aos 11/09/1987, natural de Laranjal/PR, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica a reeducanda devidamente INTIMADO a justificar a mudança de endereço sem comunicar este Juízo, sob pena de incorrer em falta grave e ter seu regime de cumprimento de pena regredido ao fechado, com expedição de mandado de prisão em seu desfavor. Nada mais. Ubiratã, 06 de maio de 2025. Eu, Hermes Franco Maestri, Técnico Judiciário, digitei e conferi.
RODOLFO FIGUEIREDO DE FARIA
Juiz de Direito

UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UMUARAMA
SECRETARIA DA PRIMEIRA VARA CÍVEL
Rua Des. Antonio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico,
CEP: 87.501-200, Umuarama/PR
EDITAL DE INTERDIÇÃO
O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso e suas atribuições legais, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, nesse Juízo, tramitou a **AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA** registrada sob nº **0015045-52.2024.8.16.0173**, que **JANE ADRIANA DE ARAUJO SILVA, ORLANDO FERNANDES DA SILVA e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ** moveram em face de **LORENA ARAUJO FERNANDES DA SILVA,** cujo trâmite se deu nesta 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na qual foi declarada a interdição de **LORENA ARAUJO FERNANDES DA SILVA,** brasileira, solteira, desempregada, portadora da cédula de identidade RG N.° 13.099.825-9 SESP/PR, inscrita no CPF N.° 093.446.829-09, nascida em 19/07/2005, natural de Umuarama/PR, filha de Orlando Fernandes da Silva e Jane Adriana de Araújo Silva, residente e domiciliada na Rua Guaíra, n.º 1113, Jardim Paraíso, CEP: 87.505-210, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, sendo-lhe nomeados curadores a Sra. **JANE ADRIANA DE ARAÚJO SILVA,** brasileira, casada, desempregada, portadora da cédula de identidade RG N.º 6.272.734-9 SESP/PR, inscrita no CPF N.º 020.427.169-01, nascida em 24/06/1977, filha de Jose Coutinho de Araujo e Vanite da Silva Lima Araujo, natural de Icaraíma/PR e **ORLANDO FERNANDES DA SILVA,** brasileiro, casado aposentado, portador da cédula de identidade RG N.º 3.197.810-6 SESP/PR, inscrito no CPF N.º 445.971.509-00, nascido em 12/07/1962, filho de Geraldo Fernandes da Silva e Maria Domingues de Souza Silva, natural de Iguaraçu/PR, ambos residentes e domiciliados na Rua Guaíra, n.º 1113, Jardim Paraíso, CEP: 87.505-210, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR. **Dados do processo**: sentença proferida em **17/03/2025**, pelo Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, MM. Juiz de Direito do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, tendo transitado em julgado em 24/03/2025**.Outros dados**: a incapacidade do interditado é total e permanente; aos curadores competirá exercer a representação da curatelada nos atos de gestão e disposição patrimonial, dentre os quais: **a) representação do curatelado junto a instituições bancárias e movimentações da respectiva conta, através de cartões magnéticos e talonários de cheques, vedada a contratação de empréstimo sem autorização do juízo; b) promoção da locação e arrendamento de bens de raiz pelo valor de mercado e recebimento e quitação de rendimentos de qualquer natureza (proventos, aluguéis, pensões, etc.); c) administração de bens; d) compras, vendas e trocas cotidianas, de valor inexpressivo; e) compras, vendas e trocas de semoventes, colheitas e insumos da atividade agrária; f) compra, venda e troca de bens de raiz, isso, todavia, com autorização do juízo; g) contratação e demissão de empregados; h) representação perante quaisquer órgãos da administração pública; e, i) gerenciamento da saúde da curatelada**; a causa da interdição é: deficit intelectual grave com comprometimento significativo do comportamento (CID F72.1). Tudo nos termos e de acordo com a sentença proferida nos autos.
DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, em 24 de abril de 2025.
(documento assinado digitalmente)
VANESSA BARRETO GIROTTO NUNES
Técnica Judiciária
Por ordem do MM. Juiz de Direito
Portaria nº 12/2024, Art. 19, §1º

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UMUARAMA
SECRETARIA DA PRIMEIRA VARA CÍVEL
Rua Des. Antonio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico,
CEP: 87.501-200, Umuarama/PR
EDITAL DE INTERDIÇÃO
O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso e suas atribuições legais, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, nesse Juízo, tramitou a **AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA** registrada sob nº **0002570-64.2024.8.16.0173**, que **VANILDA AMANCIO DOMINGUES DAVID** moveu em face de **RAQUEL DE FATIMA DOMINGOS,** cujo trâmite se deu nesta 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na qual foi declarada a interdição de **RAQUEL DE FATIMA DOMINGOS,** brasileira, solteira, incapaz, portadora da cédula de identidade RG n. 7.213.856-2/SSP/PR e inscrita no CPF/MF n. 091.342.769-12, residente e domiciliada na Vila Rural João Corsini, quadra 02, lote 23, no Município de Douradina-PR, sendo-lhe nomeada curadora a Sra. **VANILDA AMANCIO DOMINGUES DAVID,** brasileira, casada, trabalhadora rural, portadora da cédula de identidade RG n. 7.223.230-5/SSP/PR e inscrita no CPF/MF nº 975.186.469-00, residente e domiciliada na Vila Rural João Corsini, quadra 02, lote 23, no Município de Douradina-PR. **Dados do processo**: sentença proferida em **05/03/2025**, pelo Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, MM. Juiz de Direito do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, tendo transitado em julgado em 01/04/2025**.Outros dados**: a incapacidade do interditado é total e permanente; à curadora competirá exercer a representação da curatelada nos atos de gestão e disposição patrimonial, dentre os quais: **a) representação da curatelada junto a instituições bancárias e movimentações da respectiva conta, através de cartões magnéticos e talonários de cheques, vedada a contratação de empréstimo sem autorização do juízo; b) promoção da locação e arrendamento de bens de raiz pelo valor de mercado e recebimento e quitação de rendimentos de qualquer natureza (proventos, aluguéis, pensões, etc.); c) administração de bens; d) compras, vendas e trocas cotidianas, de valor inexpressivo; e) compras, vendas e trocas de semoventes, colheitas e insumos da atividade agrária; f) compra, venda e troca de bens de raiz, isso, todavia, com autorização do juízo; g) contratação e demissão de empregados; h) representação perante quaisquer órgãos da administração pública; e, i) gerenciamento da saúde da curatelada**; a causa da interdição é: Doença de Alzheimer de início tardio CID G30.1.
DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, em 7 de maio de 2025.
(documento assinado digitalmente)
VANESSA BARRETO GIROTTO NUNES
Técnica Judiciária
Por ordem do MM. Juiz de Direito
Portaria nº 12/2024, Art. 19, §1º

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DACOMARCA DE UMUARAMA - PARANÁ

Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, s/nº,
Centro Cívico, Umuarama, Estado do Paraná
Fone: (044) 3621-7404
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Réus: OSMAR MARQUES RAMOS (RG: 56486836 SSP/PR e CPF/CNPJ: 617.646.639-34)
Vítima: **SOLANGE DE FATIMA PEREIRA**,
Processo Crime n.º 0003957-85.2022.8.16.0173
Prazo de 20(VINTE)DIAS
A Doutora MARISTELA APARECIDA SIQUEIRA D'AVIZ, MM. Juíza de Direito Substituta, da 2ª Secretaria do Crime da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na forma da Lei...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que tramitam neste Juízo os autos supracitados, em que é(são) réu(ré/s): OSMAR MARQUES RAMOS (RG: 56486836 SSP/PR e CPF/CNPJ: 617.646.639-34) Nome do Pai: OTACILIO MARQUES RAMOS, Nome da Mãe: BENEDITA DOS SANTOS, incurso nas sanções de, tendo como vítima: SOLANGE DE FATIMA PEREIRA. E, não tendo sido possível intimar pessoalmente, por não haver endereço atualizado nos autos, do(a/s) **VÍTIMA(S**) supracitado(a/s), vem pelo presente INTIMÁ-LO(A/S) da sentença prolatada nos autos supramencionados, em data de 03/12/2024, que "ANTE O EXPOSTO, e por tudo mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido inserido na denúncia, para o fim de CONDENAR o Denunciado, OSMAR MARQUES RAMOS, acima qualificado , pela prática do crime descrito no art. 129, § 13, do Código Penal, com incidência da Lei n. 11.340/2006, Condenado à pena definitiva de 02 (dois) anos de reclusão, cuja pena deverá ser cumprida em regime aberto. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede na Rua Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, nº 3693, Centro Cívico, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, no Edifício do Fórum. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 1ª via ficará no local de costume.

UNIÃO DA VITÓRIA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Morian Nowitschenko Linke, da 1ª Vara Cível de União da Vitória, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0007018-77.2024.8.16.0174, em que é(são) autor(es) Neuza Maria Rocha, *sem réu* e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: de terreno rural localizado no lugar denominado Passo do Velho Claro, Santa Lídia, Sítio Deus Proverá, General Carneiro/PR, com a área de 08.9811 há, com perímetro de 1.275,50 m, sem matrícula ou transcrição. , nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: " Citem-se os réus para apresentarem contestação no prazo legal (15 dias úteis). A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Apresente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Ainda, citem-se pessoalmente os confinantes (art. 246, §3º, do CPC), bem como os respectivos cônjuges, se casados. Publique-se edital para fins de dar ciência da presente demanda àqueles que se encontram em lugar incerto e eventuais interessados, ausentes e desconhecidos, com prazo de 30 dias (art. 259, I, do CPC/2015). ".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Jéssica Wroblewski Freitas, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**União da Vitória, 07 de maio de 2025.**
Adão Alvarino Soares - Escrivão
Em Determinação a Portaria 34/2023
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Morian Nowitschenko Linke, da 1ª Vara Cível de União da Vitória, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0000437-12.2025.8.16.0174, em que é(são) autor(es) NEUSA SIDOLI, e réu(s) Alexsandro Mateus Sidoli, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de Alexsandro Mateus Sidoli, portador(a) do CPF 069.968.879-50**, por sentença publicada em 28/04/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) é portador de paralisia cerebral e hidrocefalia, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de ficará privado de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração, podendo praticar autonomamente os atos de direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.Ainda que, neste momento, o interditando demonstre não poder praticar a maioria dos direitos/atos expostos, a interdição não mais implica em tais restrições. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) Neusa Sidoli, portador(a) do RG 9.376.613-0 e CPF 045.671.239-99, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Ante o exposto, resolvo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para decretar a interdição de Alexsandro Mateus Sidoli e submetê-lo à curatela quanto aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Mantenho incólumes os seus demais direitos políticos e civis (artigo 85 da Lei nº 13.146 de 2015).".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Jéssica Wroblewski Freitas, Técnico Judiciário, digitei e eu Adão Alvarino Soares, Escrivão, conferi.
União da Vitória, 25 de abril de 2025.
Adão Alvarino Soares - Escrivão
Em Determinação a Portaria 34/2023
(Assinado Digitalmente)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial

PONTAL DO PARANÁ

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Jorge Susumu Seino, agente delegado do Serviço de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná-PR, na forma do contido na Lei Federal nº 6.015/73 e no Provimento nº 65/2017, do Conselho Nacional de Justiça. FAZ SABER a tantos quantos deste edital tiverem conhecimento e a quem interessar, que tramita neste Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rodovia PR 412, nº 6.675, Anexo Posto Ipanema, Balneário Leblon, Pontal do Paraná-PR, CEP 83255-000, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento do direito de propriedade por meio da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, sob a modalidade EXTRAORDINÁRIA, com tempo de posse indicado de mais 15 anos, requerido por **GABRIEL GUBERT LINDEMEYER,** portador do RG n° 9.406.919-0-II/PR e CPF sob o n° 755.620.221-68, **protocolado sob nº 53.587**, na data de 11/10/2024, relativo ao imóvel constante da matrícula nº 21.535, desse Serviço de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná-PR, assim descrito e caracterizado: Um terreno urbano, designado pelo LOTE Nº 08 (oito), da QUADRA Nº 006 (seis), da planta de regularização do Loteamento Guapê, Município e Comarca de Pontal do Paraná-PR; inicia-se se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC 51°WGr FUSO 22J, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E= 759.820,224 m e N= 7.164.088,284 m) dividindo-o com o lado ímpar, nº 85 da Rua Macapa; Daí segue confrontando com a Rua Macapa com o azimute de 136°41'41" e a distância de 9,49m até o marco '1' (E=759.826,735 m e N=7.164.081,375 m); Daí segue confrontando com o Lote 9 com o azimute de 221°45'33" e a distância de 25,02m até o marco '2' (E=759.810,076 m e N=7.164.062,715 m); Daí segue confrontando com o Lote 21 com o azimute de 311°33'14" e a distância de 3,62m até o marco '3' (E=759.807,365 m e N=7.164.065,118 m); Daí segue confrontando com o Lote 22 com o azimute de 311°32'03" e a distância de 5,95m até o marco '4' (E=759.802,911 m e N=7.164.069,063 m); Daí segue confrontando com o Lote 7 com o azimute de 42°00'35" e a distância de 25,87m até o marco '0=PP' (E=759.820,224 m e N=7.164.088,284 m); início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito. Contém uma habitação em alvenaria com 142,52 m². Inscrição Imobiliária: 04.03.039.0127.001. Consta ser de **propriedade tabular de**: EMPRESA BALNEÁRIA PONTAL DO SUL S/A, CNPJ 76.527.407/0001-33. O requerimento e a documentação que acompanha o pedido apresentado permanecerão à disposição nesta Serventia, durante o prazo de 15 (quinze) dias, **para ciência da proprietária tabular, confrontantes e eventuais terceiros interessados**, que poderão apresentar manifestação, considerando-se a ausência de impugnação como anuência do pedido. Este edital será publicado por duas vezes no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como afixado em sessão específica dentro da Serventia. Expedido neste Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos 07 de Maio de 2025. Eu, _____ (Jorge Susumu Seino), agente delegado, digitei e assino

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7017686

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Jorge Susumu Seino, agente delegado do Serviço de Registro de Imóveis de Pontal do Paraná-PR, na forma do contido na Lei Federal nº 6.015/73 e no Provimento nº 65/2017, do Conselho Nacional de Justiça. FAZ SABER a tantos quantos deste edital tiverem conhecimento e a quem interessar, que tramita neste Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rodovia PR 412, nº 6.675, Anexo Posto Ipanema, Balneário Leblon, Pontal do Paraná-PR, CEP 83255-000, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento do direito de propriedade por meio da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, sob a modalidade EXTRAORDINÁRIA, com tempo de posse indicado de mais 15 anos, requerido por **DANIEL GILBERTO LEMOS PEREIRA,** portador do RG n° 5.835.242-0-SSP-PR, e CPF sob o n° 859.721.699-91 e **MARCELLI SOARES DE SOUZA CAMARGO**, portadora do RG nº 43495093/SSP/SP, e CPF sob o nº 347.081.238-17, **protocolado sob nº 47.688**, na data de 18/10/2023, relativo ao imóvel constante da matrícula nº 18.796, do Serviço de Registro de Imóveis de Matinhos-PR, assim descrito e caracterizado: Um terreno urbano, designado pelo LOTE Nº 200 (duzentos), da QUADRA "N", da planta PARQUE BALNEÁRIO GUARUJÁ, situado no lugar denominado Marquinha e Lages, na Praia de Leste, Município e Comarca de Pontal do Paraná-PR; medindo 11,00 metros de frente para a Rua Ivaí, atualmente Rodovia Engenheiro Darci Gomes de Moraes, nº 637, por 30,00 metros de extensão da frente aos fundos, em ambos os lados, confrontando pelo lado direito, de quem da rua olha o imóvel, com o Lote 201 e pelo lado esquerdo com o Lote 199, atualmente Lote 218-A; na linha de fundos mede 11,00 metros e confronta com o Lote 202; de forma retangular, perfazendo a área de 330,00 m²; estando o referido imóvel localizado do lado ímpar da Rua Ivaí, distante 12,50 metros da Rua Plínio Tourinho. Contem edificação e edícula em alvenaria com área total construída de 189,70 m²; Inscrição Imobiliária nº 01.03.069.0223.001; constando ser de **propriedade tabular de**: REJANE PAULA GARIPER, CPF 536.222.279-15. O requerimento e a documentação que acompanha o pedido apresentado permanecerão à disposição nesta Serventia, durante o prazo de 15 (quinze) dias, **para ciência da proprietária tabular, confrontantes e eventuais terceiros interessados**, que poderão apresentar manifestação, considerando-se a ausência de impugnação como anuência do pedido. Este edital será publicado por duas vezes no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como afixado em sessão específica dentro da Serventia. Expedido neste Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos 08 de Maio de 2025. Eu, _____ (Jorge Susumu Seino), agente delegado, digitei e assino

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7018288